



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

KAMILLO KAROL RIBEIRO E SILVA

**UM RIO ENTRE DIVERSAS TEMPORALIDADES
O JAGUARIBE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE ORÓS (1958 – 1964)**

**FORTALEZA
2018**

KAMILLO KAROL RIBEIRO E SILVA

**UM RIO ENTRE DIVERSAS TEMPORALIDADES
O JAGUARIBE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE ORÓS (1958 – 1964)**

Tese submetida à banca de avaliação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Linha de Pesquisa: Memória e Temporalidades

Orientadora: Profa. Dra. Kênia Sousa Rios

**FORTALEZA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S1r SILVA, KAMILLO KAROL RIBEIRO E.

Um rio entre diversas temporalidades O Jaguaribe a partir da construção do Açude Orós (1958 – 1964) / KAMILLO KAROL RIBEIRO E SILVA. – 2018.

273 f. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.

Orientação: Profª. Dra. KENIA SOUSA RIOS.

1. Rio Jaguaribe. 2. Açude Orós. 3. Natureza. 4. História Ambiental. I. Título.

CDD 900

KAMILLO KAROL RIBEIRO E SILVA

**UM RIO ENTRE DIVERSAS TEMPORALIDADES
O JAGUARIBE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE ORÓS (1958 – 1964)**

Tese submetida à banca de avaliação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Linha de Pesquisa: Memória e Temporalidades

Orientadora: Profa. Dra. Kênia Sousa Rios

Aprovada em 24/10/2018

Profª. Dra. Kênia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará (Orientadora)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes
Universidade Federal do Ceará

Profª. Dra. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis
Universidade Regional do Cariri

Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Para *Weber, Lucília, Ana Daniella e Gregório*,
Razões pelas quais insisti continuar.
Para *educação cearense*,
Razão pela qual devo continuar.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer de forma breve, mas muito emocionada, àqueles e àquelas que direta ou indiretamente, foram fundamentais ao bom andamento desse trabalho. Em princípio, minha família: meus pais Weber e Lucília, meu pequeno presente da natureza, Gregório e especialmente, minha companheira Ana Daniella, amor da minha vida inteira.

Agradeço também de maneira especial à professora Kênia Sousa Rios que me orientou pelos caminhos da construção dessa tese. Desde o curso de mestrado, realizado aqui nesse mesmo programa, Kênia é para mim uma amiga. Em 2004, eu fui seu primeiro orientando; hoje guardo orgulho especial de ser novamente mais um, nesse universo de já tantos alunos e alunas que foram guiados em suas trajetórias de pesquisa por essa incrível profissional que somente cresceu e se fortaleceu nesses últimos 15 anos. A ela, minha admiração e amizade.

Aqui também deixo o registro de agradecimento aos professores e professoras do programa. Sou grato ao professor Frederico de Castro Neves, primeiro docente do curso de história da UFC que tive contato no já não tão recente ano de 1998. Sou grato pelas importantes contribuições divididas durante a qualificação desse texto e por sua presença no exame final da tese. Agradeço igualmente ao professor Eurípedes Antonio Funes, a quem considero fundamental na minha formação acadêmica e intelectual. Desde o nosso primeiro encontro, realizado no ano de 2004, inicialmente como orientador e posteriormente como examinador de todas as bancas as quais me submeti no programa, Eurípedes sempre reservou carinho e denotada atenção a mim e também por isso, agradeço.

Igualmente reservo meu abraço mais fraterno a Meize Regina de Lucena Lucas, pela condução intensa e arguta da primeira disciplina que cursei no doutorado, apresentando a todos nós reflexões responsáveis e igualmente afetuosas; a Ana Rita Fonteles, a quem sou grato pelas indicações de leitura na área de memória e temporalidades; ao amigo Gilberto Ramos Nogueira, agradeço por transmitir segurança e paixão para os alunos de nossa turma; ao professor João Ernani Furtado Filho, por ser, para mim, em matéria de gente e conhecimento, a melhor e maior surpresa que tive nesse percurso; ao gentil Clóvis Ramiro Jucá Neto, por me estender a mão e compreender minhas dificuldades quando mais precisei.

Pela participação na banca de exame final desse texto e pelas preciosas contribuições, agradeço imensamente ao professor Helder Viana e à professora Ana Isabel Cortez. Em ambos encontrei uma leitura firme e generosa que contribuiu com a trajetória do trabalho.

Aos amigos Eduardo Lúcio, Lucélia, Jormana, José, Ney, Wellington, Danilo, Jorge e Fábio Leonardo tenho muito mais que agradecer! Bastou tão somente um primeiro encontro

para sabermos que seríamos mais que colegas de sala. Sou feliz por ter compartilhado essa parte da minha vida convosco; nesse caminho, outros bons amigos se juntaram e a estes agradeço também pela convivência, os sorrisos e o tempo. São eles Lucas, Adeliana e Ticiane.

Em outra fronteira da vida, mais amigos foram presentes, compartilharam alegrias e torceram para me ver vivo e com esse texto concluído. São eles Rubens André, André Luiz e todos da EEEP Juarez Távora, no tempo em que estive por lá; Margarida, Maryanne, Bruno Marques e os bons amigos (as) EEEP Jaime Alencar de Oliveira, nesses últimos meses; Débora Aldyane, Mary Bessa e o colegiado de Pedagogia e Letras da Faculdade do Vale do Jaguaribe.

Ainda entre os amigos, quero agradecer de uma maneira especial a Fernanda Ramalho de Oliveira por nunca ter dito um não para mim, nem mesmo quando a vida a apertou entre becos e curvas. Credito a ela as traduções e correções dos textos em língua inglesa que utilizei nessa tese e em todos os textos publicados por mim nos últimos seis anos.

Agradeço também a Luciana Cavalcante, Secretária do Programa de Pós-Graduação em História, pela dedicação, carinho e atenção com o qual sempre conduziu os processos comigo e por mim; aos funcionários e colaboradores da Universidade Federal do Ceará, em especial, aqueles que trabalham no curso de História; a Anézia Baima, da Biblioteca do DNOCS; a Daniele Souza Ferreira, da Hemeroteca José Oswaldo de Araújo da Associação Cearense de Imprensa, aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Ceará, na pessoa do amigo Márcio Porto; aos servidores e monitores do Instituto do Ceará e a Ananda Pioner Escobar do Instituto Queiroz Jereissati.

Agradeço à Secretaria da Educação do Estado do Ceará, a Superintendência das Escolas de Fortaleza e à Coordenadoria da Educação Profissional; sou grato a todos que reconheceram e souberam respeitar meus momentos de sair e voltar aos quadros desses órgãos como gestor escolar, sempre referenciando de forma positiva o meu trabalho.

Agradeço aos meus entrevistados e alunos. Foram eles – o 2º grupo em maior escala, que tiveram que ouvir nos últimos cinquenta e cinco meses as dores e os amores de fazer um curso de doutorado. Eles igualmente compartilharam comigo meus tempos de dor física e crises de saúde que tive nesse período. Agradeço por me apoiarem quando bati à vossa porta contando ou pedindo que me contassem histórias de um distante, mítico e arrombado Açude Orós.

Por fim, agradeço à espiritualidade – bons espíritos, caboclos, guias, exus e encantados (as). Sou grato a todas as divindades que se manifestaram em minha vida nesses últimos tempos.

Quando se tem claro o problema das formas diversas do vínculo entre passado e presente; quando se entende que o que chamamos de *atualidade* se forma precisamente no tempo; quando se compreende que os processos sociais se constituem sobre a base de uma combinação de continuidades e descontinuidades que asseguram tanto a existência de processos de longa duração como a emergência de acontecimentos originais que introduzem novidades radicais e inflexões que modificam a direção de um fenômeno, não há por que pensar que a da definição de história como estudo do passado (e essa é *uma* de suas definições possíveis) pode resultar um afastamento da análise histórica de sua intensão da compreensão da atualidade. E muito menos, que possa resultar numa renúncia por parte dos historiadores de enfrentar os grandes problemas da sociedade, suas urgências maiores, com tudo o que isso significa como *demanda de análise social*.

Renán Silva – O presente oculta o passado. 2015

RESUMO

O Açude Orós é o ponto central dessa reflexão sobre o Rio Jaguaribe, buscando entender como o mesmo é visto, lido e escrito, contado e experimentado antes e depois dessa intervenção técnica, feita no início da década de 1960. O trabalho pretende lidar com esta principal questão: como será possível perceber o Rio Jaguaribe, após a construção do Orós? Que mudanças e permanências poderão ser encontradas nesta trajetória? Os desdobramentos e questões a serem problematizadas a partir desta proposta partem das viagens concretas e simbólicas já feitas por mim e outrem nas águas do Jaguaribe. Tomando como referência desse texto um elemento natural a princípio – o rio, busco me aproximar de WORSTER (1991, p. 199) quando diz que “a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana”, para entender o porquê desta pesquisa. No texto, a construção do açude Orós, sua história e trajetória, serão compreendidas a partir de uma experiência de sentimentos, tais como a ausência, a esperança, o medo e a decepção, vistos como componentes de um microcosmo que refletia uma estrutura maior que à época se constituía no país e no mundo. Por fim, ao se aproximar da matéria-prima da disciplina histórica, essa pesquisa tem uma indagação derradeira: a partir da construção do açude Orós, que temporalidades o Jaguaribe inaugura para os sujeitos envolvidos nessa trama? Ocorre que, no contexto geográfico e espacial desse estudo veremos que com o tempo, o Jaguaribe transmutou-se a partir das intervenções que sofreu. Sejam estas os açudes construídos ao longo de seu leito, as cercas que o isolou de suas populações, os perímetros irrigados que dele se serviram, ao que parece, verificaremos que outro rio surgiu: um com nascente e foz no futuro, esperança concreta de um devir, cujo perfil a ser alcançado é o de contribuir para que a região se torne aquilo que nunca foi. A partir dessas temáticas, buscaremos entender o Jaguaribe imbricado à construção do Açude Orós, pensando a história da seca e da água no Ceará, à luz de reflexões sobre a teoria dos estudos de história ambiental, natureza e cultura e também contribuir com os estudos da história social da ciência e da técnica, ao investigar tal relação (rio-açude) nas dobras do tempo.

Palavras-chave: Açude Orós, Rio Jaguaribe, História Ambiental.

ABSTRACT

The Orós Dam is the central point of this study about Jaguaribe River, trying to understand how it is seen, read and written, counted and experienced before and after this technical intervention made in the early 1960s. This paper aims to deal with this main issue: how will it be possible to perceive the Jaguaribe River after the construction of the Orós Dam? What changes and permanencies can be found in this trajectory? The developments and issues to be problematized from this proposal depart from the concrete and symbolic journeys already made by myself and others in the waters of the Jaguaribe River. Taking, at first, as reference of this text a natural element - the river, I seek to approach WORSTER (1991, p. 199) when he says that "environmental history deals with the role and place of nature in human life"¹, to understand the reason for this research. In this text, the construction of the Orós dam, its history and trajectory, will be understood from an experience of feelings, such as absence, hope, fear and deception, seen as components of a microcosm reflecting a larger structure than at that time it was the country and the world. Finally, as it approaches the raw material of the historical discipline, this research has a final inquiry: from the construction of the Orós dam, what temporalities does the Jaguaribe inaugurate for the subjects involved in this plot? It occurs that, in the geographical and spatial context of this study we will see that with time, the Jaguaribe has been transmuted from the interventions that it underwent. These interventions may be the dams built along its bed, the fences that isolated it from its populations, the irrigated perimeters served by it, it seems, we will verify that another river emerged: one with a source and a mouth in the future, a concrete hope for a future, whose profile to be achieved is to contribute to the region becoming what it never was. Based on these themes, we will try to understand the Jaguaribe River connected to the construction of the Orós Dam, thinking about the history of drought and water in Ceará, in the light of reflections on the theory of environmental history, nature and culture studies and also contribute to the studies of social history of science and technique, while investigating such a relationship (river-weir) in the folds of time.

Keywords: Orós Dam. Jaguaribe River. Environmental History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Página
Imagem 01. Localização do Açude Orós.	19
Imagem 02. O povo. 07 de Janeiro de 1929. p. 04	54
Imagem 03. Anúncio da Casa das Bombas	68
Imagem 04. Capa do Correio do Ceará. 16 dez. 1958	73
Imagem 05. Açudagem pública – Sistema do Jaguaribe	95
Imagem 06. Procissão organizada pelo Mons. Aluísio de Castro Filgueiras. Jaguaruana. Fev. 1960.	103
Imagem 07. Capa do Jornal O Povo, Fortaleza, 26 mar. 1960	110
Imagem 08. Capa do Jornal Unitário de 26 mar. 1960	111
Imagem 09. Jornal Correio do Ceará, 28 mar. 1960.	112
Imagem 010. Jornal Unitário, 23 mar. 1960. Capa e p. 02	113
Imagem 011. Municípios banhados do Rio Jaguaribe após o Açude Orós – Ameaça de inundações.	116
Imagem 012. Visão da barragem rompida	120
Imagem 013. Unitário, 29 mar. 1960 pág. 08	122
Imagem 014. Erosão na área do vertedouro antes do revestimento de concreto, Orós, 1962.	128
Imagem 015. Vertedouro do Açude Orós, 2010.	129
Imagem 016. Unitário 29 de março de 1960 – Pág. 08	135
Imagem 017. Unitário 27 de março de 1960 – Pág. 08	136
Imagem 018. Capa do Correio do Ceará – 06 abr. 1960.	144
Imagem 019. Correio do Ceará – 08 abr. 1960. Capa.	147
Imagem 020. Tribuna do Ceará – 28 mar. 1960. Capa	149
Imagem 021. Correio da manhã - Rio de Janeiro – 01 abr. 1960. Capa.	151
Imagem 022. Correio da manhã - Rio de Janeiro – 03 abr. 1960. p. 06.	152
Imagem 023. Correio da manhã - Rio de Janeiro – 03 jul. 1960. p. 06.	153
Imagem 024. Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro – 25 mar. 1960. p. 01	153
Imagem 025. Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro – 28 mar. 1960. p. 01	154
Imagem 026. Correio do Ceará – 29 mar. 1960. p. 05.	160
Imagem 027. Correio do Ceará – 30 mar. 1960. p. 05.	161
Imagem 028. Correio da Manhã – Rio de Janeiro – 30 mar. 1960. p. 03.	162
Imagem 029. Correio da Manhã – Rio de Janeiro – 07 mai. 1960. p. 18.	164
Imagem 030. Cearenses organizam concerto em favor das vítimas de Orós (Montagem)	167
Imagem 031. Espetáculo teatral organizado por D. Helder Câmara.	168
Imagem 032. Correio da Manhã, 30 jun. 1960, p. 16.	169
Imagem 033. Jornal Última Hora – Rio de Janeiro – 02 abr. 1960. Capa	174
Imagem 034. Jornal Gazeta de Notícias – 03 abr. 1960. Capa	175
Imagem 035. Correio do Ceará – 05 abr. 1960. Capa	177
Imagem 036. Jornal Tribuna do Ceará – 18 abr. 1960. Capa	180
Imagem 037. Localização do Baixo Jaguaribe	183
Imagem 038. Correio do Ceará – 29 mar. 1960. Capa.	186
Imagem 039. Correio da Manhã. 06 abr. 1960. p. 06	192
Imagem 040. Sistema Banabuiú – Orós - Castanhão	203
Imagem 041. Jornal O Povo 13 jan. 1961. p. 01	204
Imagem 042. O Povo. 03 de abril de 1961. Capa	208
Imagem 043. O Povo. 17 de abril de 1961. Capa.	210

Imagem 044.	A noite. 22 de abril de 1961. Capa	211
Imagem 045.	O Povo. 18 de abril de 1961. p. 06	211
Imagem 046.	O Povo. 30 de abril de 1961. Capa	213
Imagem 047.	O Povo. 04 de maio de 1961. Capa	214
Imagem 048.	O Povo. 27 de julho de 1961. Capa	216
Imagem 049.	O Povo. 03 de fevereiro de 1961. Capa.	222
Imagem 050.	O Povo. 25 de fevereiro de 1961. Capa	224
Imagem 051.	O Povo. 07 de julho de 1961. Capa	228
Imagem 052.	O Povo. 29 de julho de 1961. Capa	230

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 01. Média anual das chuvas no Ceará	60
Tabela 02. Prejuízos decorrentes da destruição de prédios no Vale do Jaguaribe	187
Tabela 03. Resumo dos prejuízos, por setores	189

LISTA DE MAPAS

Mapa 01. Alto Jaguaribe	Página
Mapa 02. Médio Jaguaribe	Anexo I
Mapa 03. Baixo Jaguaribe	Anexo II
Mapa 04. Sistema do Banabuiú	Anexo III
	Anexo IV

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACI	Associação Cearense de Imprensa
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNB	Banco do Nordeste
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DAE	Departamento de Arquitetura e Engenharia
DER	Departamento de Estadual de Rodovias
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ETENE	Escritório técnico de estudos econômicos do Nordeste
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia
GESCAP	Grupo Especial de Assistência às Calamidades Públicas
GEVJ	Grupos de Estudos do Vale do Jaguaribe
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
MOVP	Ministério da Viação e Obras Públicas
PDC	Partido Democrata Cristão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO – Concreto entre águas. A história de um açude e de um rio que não se deixou aprisionar.	17
PARTE 01 – ÁGUAS DO CEARÁ – O DEBATE SOBRE A NATUREZA (1911-1960)	25
2. O JAGUARIBE DE ANTANHO	26
2.1. Seca e açudes – Naturalistas, cientistas, técnicos e viajantes em questão	27
2.2. Seca e açudes – Políticos e administradores em questão	37
2.3. Jaguaribe – Artéria aberta?	44
2.3.1. “Depressa: uma pinça hemostática em Orós!”	46
3. ORÓS – O AÇUDE DA ESPERANÇA?	58
3.1. 1958 – O desolador flagelo da seca – Um impulso dado pela natureza	59
3.2. Açude Orós – Herói ou vilão?	74
3.2.1. O Açude Orós nas tribunas	77
3.3. Saiam, deixem tudo! Salvem-se enquanto há tempo!	99
PARTE 02 – BAIXO JAGUARIBE: UMA NOVA TEMPORALIDADE	125
4. O AÇUDE ORÓS E O BAIXO JAGUARIBE APÓS A ENCHENTE DE 1960	132
4.1. O dia seguinte.	133
4.2. De quem foi a culpa?	141
4.3. Campanhas diversas – O movimento de outros Estados, países, Igreja e sociedade civil.	156
4.4. A “indústria da cheia” de 1960 e a atuação do Exército	170
4.5. Entre a reconstrução e a investigação: Restaurar a região atingida	183
5. RIO JAGUARIBE E AÇUDE ORÓS – TÉCNICA, POLÍTICA E NATUREZA	199
5.1. Reconstruído o açude, e agora? - Intrigas e disputas concretadas nas paredes dos açudes	201
5.2. Da Capital para o Sertão – A transferência da Sede do DNOCS para Fortaleza e seu processo de autarquização	220
5.3. Tempo, técnica e natureza – Ainda os açudes; e por quanto tempo?	237
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU ESCREVER EM TEMPOS DE GOLPE	250
FONTES E BIBLIOGRAFIA	257
ANEXOS	268

1. INTRODUÇÃO

Concreto entre águas

A história de um açude e de um rio que não se deixou aprisionar.

A existência de um ser, de um acontecimento, de uma obra ou de uma palavra tem por estatuto ser irregular. Cabe ao historiador tentar aprender seu curso, aceitando desregular seus raciocínios, deixar a própria irregularidade criar um campo de análise e de apreciação. (FARGE, 2015, p. 76)

Este texto começa por abordar a história daquele que podemos considerar como um dos maiores ícones naturais do Estado do Ceará: O Rio Jaguaribe. Distante da pretensão de toma-lo como único, encaramos o Jaguaribe como espaço múltiplo e fortemente influenciado pela ação antrópica desde o processo de colonização do território cearense, como registraram cientistas, naturalistas e os mais diversos viajantes, a partir da segunda metade do século XVIII e daí por diante.

Se conforme DEAN (2004) a história da devastação da mata atlântica brasileira pode ser escrita a partir com ferro e fogo, no Ceará, outro elemento natural não poderia ficar de fora do universo de componentes que ajudou na criação da história desse Estado.

Como não podia deixar de ser, foi diante da água – ou da ausência dela, que o Ceará se constituiu histórica e socialmente, sendo praticamente impossível entender a existência de seu território e de seu povo sem tergiversar sobre as relações mantidas entre pessoas, governos e territórios com tal elemento.

Nesse contexto, surgem como objeto da história, e da história ambiental por excelência, os rios do Ceará. Assim, sem desfavorecer a importância de outros rios cearenses como o Acaraú, o Banabuiú, o Ceará, o Coreaú, o Curu, o Maranguapinho, o Salgado, o Truçu e tantos outros, é o Jaguaribe o maior de todos estes em extensão territorial e, talvez, em números de registros, estudos e interferência humana.

Durante todo o século XX, o Jaguaribe pode ser visto como o rio da integração do Ceará, parafraseando os estudiosos e políticos que usam da mesma metáfora para o Rio São Francisco aplicando a este a escala mais ampla do território brasileiro. Caminho antigo para o povoamento do interior do Ceará, o Jaguaribe, quando seco, servia de porta de acesso a este torrão desinteressante do território brasileiro, como bem enfatizou Capistrano de Abreu ao explicar a rápida passagem dos interesses dos colonizadores pelo território cearense no século XVI e XVII em direção ao Norte e à região amazônica. (ABREU, 2004, p. 45).

Nestes 300 anos da história, foi durante os últimos 100, com o advento da técnica e com a transformação desta em tecnologia que o Jaguaribe tornou-se campo para o desenvolvimento do Ceará, investindo-se na mais milenar das atividades, a agricultura e buscando uma diversificação para seu potencial socionatural.

Pensando num crescimento sustentável e duradouro e numa tentativa clara de convivência com o semiárido – ou no combate à seca, como secularmente se chamou, a partir do rio, nasceram diversos usos para o mesmo como, por exemplo, projetos de irrigação (perímetros irrigados), criação de peixe (piscicultura produtiva), geração de energia, dentre outros. No entanto, a ideia que pareceu ser a mais propagada e, portanto, a vencedora diante dessas foi a do barramento do rio e da acumulação (guarda) das águas. Em outras palavras, a construção de açudes.

Represar o rio é uma técnica quase tão antiga quanto a própria natureza. Allan Cullen afirma que

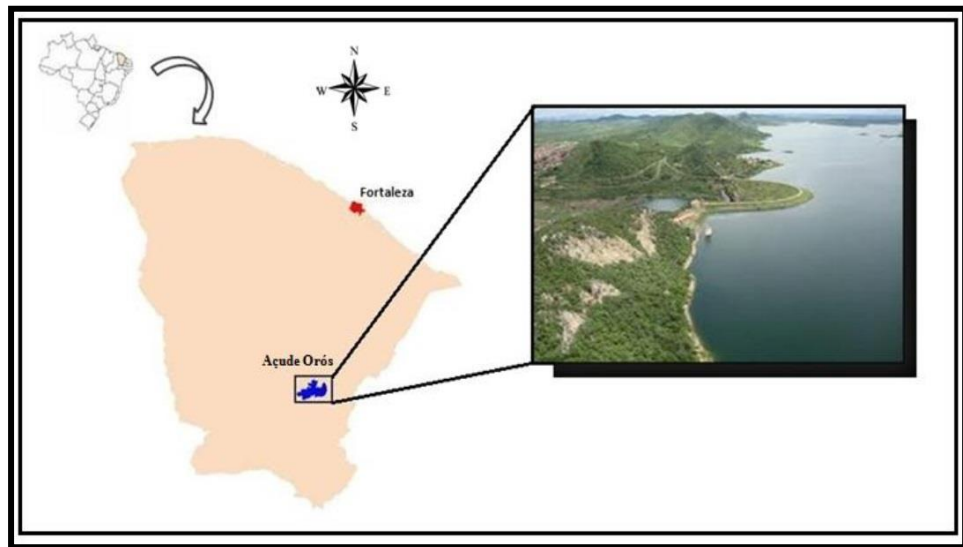
Há milhares de anos se acha em atividade nos lagos e curso d'água de nosso país, um corpo de engenheiros muito especial. Sentados nas patas traseiras e apoiados nas longas caudas chatas e escamosas, essas diligentes criaturas se desdobram em múltiplas atividades, fazendo não só o trabalho de engenheiros, como também de construtores e de operários, enquanto se dedicam organizadamente à tarefa de construir barragens. (CULLEN, 1964, p. 09).

Mesmo tratando da realidade de rios norte americanos e não se tendo notícias de castores construindo barramentos ao longo do Jaguaribe, não é demais citar o autor a fim de entender como nasceu tal técnica e como esta foi aprimorada pelas mãos humanas. A observação da natureza sempre foi um de seus princípios. No entanto, na história dos açudes do Rio Jaguaribe, como veremos ao longo desse texto, o ato de observar também foi uma de suas maiores ausências.

Assim, tornou-se o rio o primeiro pressuposto histórico desse trabalho, no entanto, será na intervenção do homem no rio que centraremos nossas reflexões. Pensando a partir de uma perspectiva do uso do rio, encaramos o açude com iniciativa de concretização da técnica, em que se torna possível observar a materialização do tempo. (Cf. SANTOS, 2006, p. 54).

O Açude Orós é, assim, o ponto central dessa reflexão sobre o Rio Jaguaribe. Buscando entender como o mesmo foi visto, escrito, lido, narrado e experimentado antes e depois dessa intervenção técnica, feita no início da década de 1960, o texto pretende lidar com estas principais questões: como é possível perceber o Rio Jaguaribe após a construção do Orós e que mudanças e permanências podem ser encontradas nessa trajetória de relacionamento entre rio e açude.

Imagem 01: Localização do Açude Orós.



Fonte: FUCEME, 2009 (DANTAS et al., 2011).

Para tanto, adentramos num profícuo diálogo entre a história social e a história ambiental.

A ideia de entender o fato através de uma abordagem que privilegia as experiências concretas dos sujeitos históricos costuradas pelas características do mundo natural ao qual tais sujeitos desenvolvem suas vidas foi para nós grande desafio, não tão diferente dos quais relevantes historiadores têm feito em suas pesquisas ao logo dos últimos anos.

Estudando as características dos trabalhos de História Ambiental realizados por historiadores de referência ao redor do mundo, Paulo Henrique Martinez afirma que

as mudanças e as continuidades nas formas de relacionamento entre os indivíduos e grupos humanos e o meio natural, as transformações no tempo e no espaço das maneiras de viver, sentir e pensar a natureza, suas particularidades, traços permanentes, variações e comparações têm sido alvos de interesse dos historiadores, ainda que poucas obras dessa historiografia estejam disponíveis em edições brasileiras, enquanto outras estão acessíveis apenas em edições originais. MARTINEZ (2006, p. 50).¹

Conscientes da afirmação de PH Martinez, nesse texto tentamos promover tal aproximação entre a história social e a história ambiental através das contribuições de DEAN

¹ O professor Paulo Henrique Martinez cita as seguintes publicações com edições brasileiras: Senhores e caçadores, de E. P. Thompson (Trad. D. Bottmann. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987), O homem e o mundo natural, de Keith Thomas (Trad. J. R. Martins Filho. São Paulo. Companhia das Letras, 1988), O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental, de Alain Corbin (Trad. P. Neves. São Paulo. Companhia das Letras, 1989), O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens (Trad. J. A. Drummond. Rio de Janeiro. Campus, 1990), Imperialismo ecológico, de Alfred W. Crosby (Trad. J. A. Ribeiro e C. A. Malferrari. São Paulo. Companhia das Letras, 1993) e Paisagem e Memória, de Simon Schama (São Paulo. Companhia das Letras, 1996).

(2004), DAVIS (2002, 2007), LEONARDI (1999), THOMAS (1988), STEINBERG (2006), WORSTER (1988, 1991, 2008), entre outros.

WORSTER (1991, p. 199) afirma que “a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana.” Dessa forma, tomando como parte de nossa problemática o rio – um elemento natural a princípio, dialogamos com a ideia do autor, na medida em que parte dos desdobramentos e questões a serem trabalhadas aqui, respeitam diversas viagens concretas e simbólicas já feitas por nós e por outrem nas águas do Jaguaribe.

Por outro lado, nessa tese, buscando entender também a dimensão dos sentimentos que permeia a relação entre a natureza e os homens, investigaremos a concepção do Açude Orós, sua história e o (des)caminho de sua construção a partir de experiências simbólicas, inspiradas em sensibilidades como a ausência, a esperança, o medo e a decepção.

Em outra perspectiva, para esta pesquisa, foi muito importante perguntar: podemos enxergar através do fato ocorrido em Orós, um microcosmo que refletiu uma estrutura maior que à época se constituía no Brasil e no mundo?

Pensando a partir de REVEL (1998, p. 20), quando diz que

variável a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável),

é, portanto, importante saber como compor a história ambiental do Rio Jaguaribe (CE) buscando compreender sua existência em relação ao semiárido nordestino e ao Brasil.

Mudando as lentes, num movimento contrário – perspectiva possível para o historiador, já que as fontes possibilitam abordagem que vão do micro ao macro, interessamo-nos também entender qual a importância deste “Jaguaribe modificado” na vida de milhares de pessoas que com ele convivem, conviveram e conviverão. Perguntamos: depois do Açude Orós, o Rio (ainda) é o mesmo? Se não, em que mudou? Como foi percebido e vivido a partir de então?

Dito isto e por fim, ao se aproximar da matéria-prima da disciplina histórica, essa pesquisa tem uma indagação derradeira: a partir da construção do açude Orós, que outras temporalidades o Jaguaribe inaugurou para os sujeitos envolvidos nessa trama?

Sobre o papel do historiador e, em especial, debruçando seu estudo sobre o Rio Reno, FEBVRE (2000, p. 65) diz:

Mas e o historiador? Ele lê, ele escuta as vozes retumbantes do presente que cobrem ou reforçam as discordantes do passado. Corajosamente, tentando elevar-se acima da massa contraditória dos fatos e das interpretações, tenta discernir alguns planos

gerais do papel, do valor, e por assim dizer, do significado do Reno nas diversas épocas do passado.

Para nós, no contexto geográfico e espacial desse estudo ocorre o mesmo. É fato que com o tempo, o Rio Jaguaribe, elemento natural e também, através de seus interlocutores, testemunha de tempos distantes, espectador do passado e campo de uma experiência vivida, transmutou-se, a partir das intervenções que sofreu. Sejam estas os açudes construídos ao longo de seu leito, as cercas que isolaram suas populações, os perímetros irrigados que dele se serviram, ao que parece, verificaremos que outro rio surgiu: um com nascente e foz no futuro, esperança concreta de um devir, cujo perfil a ser alcançado é o de contribuir para que a região se torne aquilo que nunca foi. Igualmente, importa para nós entender como isso se deu.

Entre secas e enchentes, a região denominada atualmente como Baixo Jaguaribe se constituiu, atribuindo ao rio, em princípio e posteriormente aos açudes construídos ao longo desse mesmo rio, diversos usos e situações. Tal região, através de seus moradores, visitantes, estudiosos e representantes, (incluídos nessa categoria os homens e mulheres públicos nominados geralmente de políticos), pode ter sido, como posteriormente veremos, percebida e registrada de diversas maneiras.

Assim, a região experienciada por estas pessoas, antes e depois da construção do açude, não pode ser pensada através de simples naturalizações. Ao contrário, as percepções de natureza que norteiam a vida destes homens e mulheres com os quais nos deparamos diante da pesquisa – sejam eles ou elas, agricultores ou reconhecidas figuras públicas, são produtos das suas relações com o mundo natural, em diferentes tempos, espaços e situações e, portanto, são complexas como a própria existência. (Cf. THOMAS, 1988, p. 42).

Para compor o corpo documental da pesquisa, debruçamo-nos sobre diversas fontes, produzidas pelos mais diferentes personagens. Contamos com entrevistas com moradores da região, periódicos de circulação local e nacional, fontes oficiais produzidas por órgãos de combate à seca como o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra às Secas, de fomento ao desenvolvimento da região como a SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e o BNB – Banco do Nordeste, livros e opúsculos publicados de forma independente, leis federais e estaduais editadas no período estudado (1958-1964) e diversos discursos proferidos por parlamentares à época.

O marco temporal delimitado nessa produção é matéria de discussão nesse ponto do texto. Depois de algumas idas e vindas nos eventos ligados ao Orós, todos ocorridos a partir da primeira metade do Século XX, optamos por estabelecer os anos compreendidos entre 1958 e 1964 como o recorte do tempo da pesquisa.

E nesse interregno, como foram estabelecidas as marcações? Dentre os caminhos proporcionados pela história ambiental e pela história social, vislumbramos dentro de tais campos duas possibilidades para cada uma delas. No que diz respeito à história ambiental, as marcações são eventos climáticos. 1958 foi um ano de seca histórica no semiárido cearense e 1964 foi ano de forte invernada, cujo olhar para a Rio Jaguaribe foi balizado pela finalização da obra do sangradouro do Açude Orós.

1958 e 1964 também podem ser vistos sob a ótica da história social. Os desdobramentos da seca 1958, já amplamente registrados nos estudos de migração, saques, ações da multidão nas cidades cearense e etc., são casos em que a ação dos sujeitos é estudada e referenciada. Por sua vez, 1964 é o ano em que no Brasil, os rumos políticos da sociedade são redefinidos a partir dos primeiros movimentos da ditadura civil-militar que duraria pelo menos vinte anos.

Divido em duas partes que contemplam discussões em torno do Jaguaribe e do açude Orós, tomando como base a construção da barragem, seu cataclismo e os dias seguintes após este, o texto que se inicia nas próximas páginas contém quatro capítulos. Embora cada capítulo contenha uma curta apresentação daquilo que ele pretende discutir, adiantamos que na parte 01 – **Águas do Ceará – O debate sobre a natureza (1911-1960)**, o tópico *O Jaguaribe de Antanho: desafios e possibilidades* – apresenta o Rio Jaguaribe registrado a partir da segunda metade do século XIX e o projeto do Açude de Orós que foi inicialmente discutido por engenheiros e políticos, antes desenhado em sonhos e depois inscrito nas linhas da história.

No ponto 3 – *Orós, o açude da esperança?* – discutiremos a construção da obra a partir de questões da norteadas pela história ambiental e da história social dos rios e da ciência. É nosso interesse entender como a natureza influenciou na construção do Orós, problematizando os usos políticos da seca de 1958, ano em que, a construção, abandonada há décadas, foi retomada. Por outro lado, investigaremos também as disputas políticas e científicas inspiradas na obra, buscando compreender o posicionamento de seus defensores e detratores. O capítulo se encerra com um tópico que discute o evento do arrombamento do açude ocorrido março de 1960.

Na parte 02 – **Baixo Jaguaribe – Uma nova temporalidade (1960-1964)**, o capítulo 03, nominado de *O Açude Orós e o Baixo do Jaguaribe após a enchente de 1960*, estuda os dias seguintes ao desastre, as novas disputas erigidas em torno do açude e o que caminhos foram planejados para o processo de reconstrução do Vale do Jaguaribe pós-catástrofe. O capítulo guarda também duas especificidades: uma estrutura narrativa organizada a partir de

inventário feito em fontes jornalísticas, isto é, apresenta uma disposição a partir da repetição de temáticas importantes, diversas vezes registradas na imprensa local e nacional sobre o evento e discute o ocorrido em Orós dentro de uma ótica macro que busca entender o acontecimento numa perspectiva nacional.

No ponto 5 cujo título é *Rio Jaguaribe e Açude Orós – Técnica, Política e Natureza*, ofereceremos uma discussão sobre os conflitos políticos e ideológicos que desencaminharam os objetivos do Açude Orós. Após o tempo da catástrofe, o que restou? Como os órgãos e a política administraram os conflitos em torno do açude para que ele finalmente, depois da grande tragédia e de sua reconstrução pudesse tornar-se aquilo para o qual foi projetado? No capítulo, por fim, discutimos ainda uma nova temporalidade inaugurada pelo Orós para o Rio, especificamente aquele que corre nos municípios do Baixo Jaguaribe.

Ainda pensando nos caminhos teórico-metodológicos da pesquisa, lembramos que WORSTER (1991, p. 202) sugere três grandes campos como possibilidade de estudos de história ambiental. Primeiramente, fala numa “investigação de variáveis geográficas, biológicas, químicas, geológicas e dos fenômenos naturais, seculares e milenares, nos domínios da pesquisa em História e seu impacto sobre a vida humana,” o que na visão de constituiria o bojo de uma história ecológica propriamente dita. MARTINEZ (2006, p. 52) Depois, destaca a possibilidade de estudos que contemplem os aspectos sociais e econômicos decorrentes da relação entre os homens e o meio natural; e, por fim, indica também, as dimensões psicológicas e de racionalização da natureza pelos distintos agrupamentos humanos.

Esta tese situa-se de modo mais premente no segundo viés aqui destacado, a partir do momento em que se preocupa em entender os desdobramentos do desastre ocorrido em Orós em 1960, os impactos de tal ocorrência e o processo de reconstrução da vida na região em torno do que aconteceu com o açude.

Todavia, em sua organização narrativa, considerando a metodologia com a qual foi concebida e os objetivos por nós traçados, afirmamos que o texto flerta também com o terceiro caminho proposto por Donald Worster, quando nos alerta para a dimensão dos sentimentos que mediam a relação entre os seres humanos e a natureza.

Se é nosso objeto a relação rio-açude e se o objetivo da tese é compreender como se dá tal relacionamento, a partir da interrogação que nos move – como se percebe o Rio Jaguaribe após a construção do Açude Orós, entre os anos de 1958 e 1964, o desenho que apresenta os capítulos dessa tese é norteado por uma estrutura de sentimentos, conforme já nos referimos.

Posso adiantar que o amadurecimento de tal perspectiva ficará mais claro no desenvolvimento de cada capítulo, contudo, podemos revelar que o Açude Orós tratado nessa pesquisa foi gatilho de sentimentos característicos em tempos específicos e espaços determinados.

O capítulo 01 é regido pela **ausência**, já que trata dos projetos, desejos, discursos e disputas em torno da necessidade da construção de Orós. O capítulo seguinte é conduzido pela **esperança**, que mais que um sentimento é também um conceito que agrega uma discussão sobre o tempo. No capítulo 03, o sentimento positivo visto no tempo da esperança dá lugar ao **medo**, diante de toda a perspectiva da destruição e da reconstrução da barragem e dos municípios do Baixo Jaguaribe atingidos pela enchente. O capítulo 04 planeja por fim, entender o tempo da **decepção**. Nele devemos responder questões do tipo: para que serviu o açude? Atingiu ele seus objetivos? Foi mesmo a redenção do Ceará? Amenizou secas? Controlou enchentes? De fato conseguiu perenizar o Rio Jaguaribe?

Por isso iniciamos a reflexão a partir da metáfora do *concreto entre águas*. Investigar a relação rio-açude nas dobras do tempo, através dos pressupostos da história ambiental e da história social, compreendendo o fato (a construção da barragem) e os sentimentos (marcas fluidas como a água) que o mesmo inspirou é o desafio através do qual essa pesquisa buscará se realizar.

PARTE UM
ÁGUAS DO CEARÁ – O DEBATE SOBRE A NATUREZA (1911-1960)

2. O Rio Jaguaribe de *antanho*

É o Jaguaribe de antanho
 Rio cheio (de saudade)
 Que aumenta de tamanho
 (esperança e vaidade)
 Dos que dele têm o ganho
 Nos dias de água à vontade)
 (MAIA, 1982, p. 25)

Como afirma Luciano Maia, há um Rio Jaguaribe de antanho. Um rio que existiu num tempo “de antes” de muita coisa (obras, intervenções, cercas etc), de muita gente, de muita seca e de muita enchente. Há também um Jaguaribe que resiste de tempos passados, em antigas memórias escritas, em narrativas feitas por viajantes, cientistas, políticos e estudiosos da natureza. Para nós, nesse texto, compreendemos que há um Rio Jaguaribe que existiu “antes” do açude Orós.

Nos tempos de um Orós ainda *não-concreto*, o açude era apenas um sonho, um projeto, um desejo. Era ausência. E dessa forma, acabou por assim dizer, registrando sua presença. A missão desse capítulo é compreender a presença do Açude Orós nas óticas da imprensa, dos cientistas e dos poderes constituídos. Os significados das palavras *sonho* e *projeto* desembocam no conceito de desejo para ajudar a traduzir a obra de engenharia que será estudada aqui, primeiro, por sua ausência.

Tal subjetividade não deve ser vista somente como um recurso estilístico da escrita da história. Refletir sobre a possibilidade de um caminho concreto a partir dos sentimentos é um desafio que a ciência histórica pode propor a si mesma, como um desafio à sua própria reescrita. Como defende KOSELLECK (2014, p. 279),

A historicidade não deve delinear apenas as condições de possibilidade de histórias em si, mas também o lugar que a pesquisa histórica ocupa nisso. Ela livra o historiador da acusação de uma suposta subjetividade, da qual ele nunca escaparia, já que “a história” ultrapassa constantemente tanto o historiador quanto a ciência da história.

Ou seja, encarados como um recurso para a produção historiográfica, os sentimentos podem ensejar reflexões sobre o tempo. Logo, podem se tornar campo de uma experiência histórica.

Pensar o tempo através da relação rio-açude é um desafio que exige um esquema de pensamento capaz de sugerir chaves interpretativas que se situam além da cartesiana de tempo que implica linearidade. Para além da disposição temporal usual já conhecida como cronologia, se considerarmos o tempo da técnica e o tempo da natureza – e, para a

compreensão desse fato, falando especificamente do tempo da seca e do tempo da enchente, ousamos afirmar: o Orós já existia antes mesmo de ser construído.

Reinhart Koselleck ao discutir as categorias meta-históricas de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, afirmou que “toda experiência salta por cima dos tempos” e da mesma forma, “horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência.” (KOSELLECK, 2006, p. 311)

As temporalidades dialogam entre si, de forma ilimitada e sem muito respeito à esquemas preestabelecidos. E se tratando do Açude Orós, parafraseando esse mesmo autor, o açude, se tornou uma “profecia não realizada que sempre pode ser reiterada.” (Cf. KOSELLECK, 2006, p. 316).

No tópico a seguir, tendo como fontes boletins, relatórios técnicos do IOCS – IFOCS – DNOCS e opúsculos publicados na Revista do Instituto do Ceará buscaremos compreender como a ideia da construção do Açude Orós foi imaginada e criada na longa temporalidade.

2.1. Seca e açudes – Naturalistas, cientistas, técnicos e viajantes em questão.

La Véritable histoire du Ciara, sans doute ce serait celle de seus sécheresses. (DENIS, 1837, p. 271)²

Em diversos lugares e em muitos momentos da história, a natureza tornou-se objeto das elites e, partindo daí, seu registro e sua transformação podem ser conhecidas através dos usos políticos atribuídos a ela. Nas partes 2 e 3 do livro *História das Secas - Séculos XVIII e XIX*, Joaquim Alves apresentou a seca na visão de naturalistas e viajantes e a partir dos estudos e discursos de técnicos, políticos e administradores.³ Nesse tópico, tomando sempre o Rio Jaguaribe como referência mesmo quando as fontes tratadas não o citam textualmente, iniciaremos um diálogo que pretende apresentar as condições de possibilidade da existência do açude Orós.

Estamos no início do caminho. Se essa tese busca, dentre outras questões, entender as modificações do Rio Jaguaribe a partir da construção do Açude Orós, seja do ponto de vista do seu uso ou de sua compreensão, propusemo-nos neste primeiro capítulo entender como nasceu a ideia de construir uma parede de concreto que aprisionasse o Jaguaribe num

² *A verdadeira história do Ceará, sem dúvida seria a de suas secas.* (tradução nossa). DENIS, Ferdinand.

³ Joaquim Alves, natural de Jardim-CE, era dentista. Durante a década de 1920 foi inspetor regional de ensino, nos governos de Justiniano de Serpa, Ildefonso Albano e Josué Moreira da Rocha. Percorreu os estados do Nordeste até radicar-se em Fortaleza, quando passou a se dedicar ao magistério e à crítica literária.

determinado lugar de seu leito, a fim de controlar aquele que seria o bem mais precioso do Ceará: a água. Para tanto precisamos percorrer esta trajetória que, dentre outros assuntos precisa discutir a temática mais próxima de um estudo, que busca compreender a história de um açude, e, por conseguinte, a história de um rio, após a construção daquele.

Para entrar na discussão, apresentamos a seguinte hipótese: a ideia da construção de açudes no Jaguaribe já existia nos escritos de viajantes estrangeiros do século XIX como Henry Koster, George Gardner e cientistas como Guilherme Capanema, Raja Gabaglia, entre outros. No entanto, a ideia de Orós não podia ser percebido como tal, de modo específico.

E o que levaria tais figuras discorrer, defender e compor disputas a respeito da temática da construção de açudes? A resposta é a natureza.

Durante a segunda década do século XIX, a província do Ceará figurou na pauta dos assuntos do Império. Dentre outros motivos, o papel estratégico do Ceará em dois levantes contra o Governo central, ocorridos em 1817 e 1824 (fatos conhecidos na historiografia oficial como Revolução Pernambucana e Confederação do Equador, respectivamente) e a motivação própria que advém do desejo de conhecer o desconhecido, fez com que o Império do Brasil enviasse para a região Norte do país uma Comissão Científica.⁴

Antes da vinda da Comissão, o Ceará já havia sido visitado por viajantes estrangeiros, como o botânico inglês Henry Koster e o naturalista George Gardner e por pesquisadores locais como, por exemplo, o naturalista João da Silva Feijó e o administrador do Ceará, Luiz Barba Alardo de Menezes. Sobre estes últimos, ALVES (2003) afirmou que ambos estiveram no Ceará nas décadas iniciais do Século XIX. Embora seus escritos tivessem objetivos diferentes em virtude de suas ocupações, ambos partilhavam interesses em comum.

⁴ Em o IHGB – Instituto histórico e Geográfico do Brasil, que, propôs criar uma expedição científica composta por diversos cientistas e naturalistas brasileiros, a fim de conhecer e estudar a geografia e os aspectos naturais do Império. A iniciativa, apoiada pelo imperador Pedro II, partiu da Corte, no Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar uma empreitada ímpar que, de antemão, compreendia uma longa viagem pelos interiores do Brasil, pretendendo conhecer e mapear uma riqueza inexplorada que compreendia a diversidade das paisagens naturais e das manifestações culturais. A comissão composta por Francisco Freire Alemão, responsável pelos estudos de botânica; Guilherme Schüch de Campanema, estudioso das áreas de geologia e mineralogia; Manoel Ferreira Lagos, zoólogo; Giacomo Raja Gabaglia, astrônomo e geógrafo; e o poeta Antônio Gonçalves Dias, responsável pelos registros etnográficos e a narrativa da viagem, percorreu o território cearense entre os anos de 1859 e 1861. Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, Estudos Históricos n ° 1, 1988, p. 5-27.

Feijó concentrou-se na perspectiva econômica da região, escrevendo sobre o potencial pecuário para a criação de ovinos e caprinos e Barba Alardo, que se aproximou mais da região do Jaguaribe, dedicou sua escrita à importância dos ventos para a navegação.⁵

Feijó e Menezes referiram-se ao Rio Jaguaribe, mas ainda não elaboraram ideias sobre a construção de açudes. Outros escritores começaram a trilhar tal possibilidade na medida em que adensaram os aspectos sociais da seca no processo de observação e registro da paisagem.

Continuando seu estudo sobre os relatos de naturalistas e viajantes, no decurso de sua pesquisa, Joaquim Alves, o autor de *história da secas*, expôs um pequeno conflito historiográfico, existente entre as produções do engenheiro Silva Paulet e do ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho. Os escritos são polêmicos e renderam comentários de dois importantes historiadores cearenses, o Conselheiro Araripe (Tristão de Alencar Araripe) e o Barão de Studart, devido aos detalhes repetidos e às semelhanças, indicando uma possível concordância entre os patricios. Conflitos à parte, ambos referiram-se ao Jaguaribe e seu aspecto após um tempo de seca:

O Rio Jaguaribe que vae fazer foz em Aracaty nasce a acima de São João do Príncipe, e vem unir-se com o Rio Salgado que nasce na serra do Araripe, huma legoa acima de Crato, abaixo do Icó. Tras um curso de mais de noventa legoas, corria em outro tempo, ainda que pobre athé a villa de Aracaty, depois da sêca dos tres anos athé 1792, chamada vulgarmente sêca grande entrou até a chegar quarenta leogas no verão, hoje não passa de quinze, e vae diminuindo em proporção que as suas agoas tem sido divertida no Crato por aumento de cultura, nascido no coito que no interior deste paiz, o mais abundante por suas vertentes, buscarão os habitantes dos sertõens flageladores de continuas secas, e os criminosos das Capitánias confinantes, pelo mal entendido sistema de districtos que faz julgar aqui os homens de diferentes comarcas, como de nações extranhas.⁶

A descrição do Rio Jaguaribe após longa seca apresenta as características padrões desta relação (rio/tempo de seca), durante os tempos, pelo menos até a construção do Orós: o relato é de um curso d'água que vai sumindo com o tempo, seguindo sua trajetória, após inclemente estiagem de três anos, identificada como a seca de 1790-1792. (ALVES, 2003, p. 30).

⁵ Joao da Silva Feijó escreveu duas memórias: *Memórias sobre a Capitania do Ceará*, publicada na revista do Instituto do Ceará em 1889 e *Memória econômica sobre a raça do gado lanígero da Capitania do Ceará*, publicada pela Imprensa Régia, no Rio de Janeiro em 1811. Barba Alardo escreveu *Memória sobre a capitania independente do Ceará Grande*, publicada na Revista do Instituto do Ceará em 1897. Cf. ALVES, 2003. p. 80-84.

⁶ “Memória sobre a Capitania do Ceará no ano de 1816”, de João Antônio Rodrigues de Carvalho, publicado em 1929, pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. A “Descrição geográfica da Capitania do Ceará”, atribuída a Silva Paulet e publicada em 1898 na Revista do Instituto do Ceará, transcreve este mesmo trecho com pequenas modificações. Cf. ALVES, Joaquim, Op. Ct. p. 85-89.

Ressaltado isso, vejamos: os primeiros viajantes citados descrevem os rios da região; estes últimos registraram os mesmos rios em tempos secos. Logo, o rio era parte predominante da paisagem cearense dos séculos XVIII e XIX. E pensar a natureza da região a partir do rio foi se tornando uma regra. Por isso, de agora em diante, veremos alguns escritos que para além do que os outros fizeram, passam a propor estratégias de convivência com a seca.

Johann Baptist von **Spix**, e Carl Friedrich Philipp von **Martius** estiveram no Brasil entre os anos de 1817 e 1820. Ambos fizeram parte da Missão Artística Austro-Alemã, que acompanhou a princesa Maria Leopoldina, que a partir de 1817, tornar-se-ia imperatriz do Brasil. No ano de 1819, os pesquisadores fizeram importante viagem entre a Bahia e o Maranhão que foi registrada no livro *Viagem ao Brasil*. E assim como outros viajantes já citados, também se depararam com a realidade da seca nos sertões brasileiros. No livro, assim relatam a paisagem com a qual se defrontaram:

[...] Sofrem estas regiões, tanto a agreste, quanto a mimosa, de grandes secas periódicas, como costuma acontecer de 10 em 10 anos, quando o tempo da chuva não chega de todo ou só pouco. A terra rasga-se então em grandes fendas, a vegetação morre completamente, os animais do mato e numerosos rebanhos são vítimas da fome e da sede, e os habitantes são forçados a exilar-se (Spix & Martius, 1938, p. 413).

Diferente dos primeiros viajantes aqui citados, para além do registro da paisagem, Spix & Martius (1819), propuseram dinâmicas de intervenção na natureza, indicando o que, no olhar deles, poderia ajudar a conviver com as secas. Na continuação do trecho destacado a seguir, podemos notar uma sutil referência à defesa da açudagem como estratégia de convivência com a seca: “[...] Sómente a construção de açudes e agoadas, artificialmente ajuntadas, nas devidas regiões poderiam contrapor-se a todas as ruinosas consequências das secas prolongadas.” (SPIX & MARTIUS, 1938, Apud. ALVES, 2003, p. 95).

Na segunda metade do século XIX, as indicações para a construção de açudes, os estudos e declarações de cientistas e viajantes que objetivavam especializar-se no processo de convivência com a seca, figuraram com maior frequência, passando a ser, em alguns casos, território de disputas e divergências. Referimo-nos aos escritos do Dr. Guilherme Capanema e de Raja Gabaglia sobre a seca no Ceará.

Em *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*, Giacomino Raja Gabaglia recuperou parte de sua viagem feita com a Comissão Científica ao Ceará, ocorrida entre os anos de 1859 e 1861. Como responsável pelos apontamentos de astronomia e geografia, discorreu atentamente sobre os aspectos físicos e climáticos da região, propondo ao final uma série de intervenções, que ao seu julgamento

poderiam amainar os problemas ocasionados pelas secas e contribuir para o desenvolvimento da província em questão.

Kênia Rios, em estudo introdutório do livro que reeditou os escritos em questão, alertou que, a despeito dos anos em que a Comissão Científica esteve no Ceará, os textos, tanto de Raja Gabaglia quanto o de Guilherme Capanema (*Apontamentos sobre as secas no Ceará*, de 1878 e *A seca no Norte*, de 1901) “foram escritos em momentos diversos e articulam um emaranhado de tempos e tensões em torno da discussão das secas, do regional, do nacional, da ciência e do poder no Império e na República.”(RIOS, 2006, p. 46).

Ora, o Ceará vivia os desdobramentos sociais, políticos e econômicos da seca de 1877-1879. A província tornara-se foco de atenção de políticos, viajantes, jornalistas e do próprio Império brasileiro. Não deveríamos crer que um discurso uníssono ecoasse pelas páginas dos jornais e nas tribunas dos poderes constituídos. O mínimo que se poderia esperar eram divergências.

Em seu ensaio Raja Gabaglia enumerou, de modo peculiar, quatro *remédios* objetivos que deviam “tender a dar água que sacie e alimentação que farte” aos viventes daquela região, que em seu pensamento têm na falta d’água, o princípio de todos os outros problemas. (CAPANEMA, 2006, p. 131). A peculiaridade da questão é justamente seu posicionamento diante do fato, visto que apresentou, para cada iniciativa, prós e contras, muito mais abrindo a reflexão que encerrando a discussão:

Como ter água e pão? Vou colocar-me em último lugar, depois da procedência de milhares de pessoas para dizer a meu turno: os melhores meios são os auxílios de

Fonte artesianas.

Poços.

Açudes.

Canais.

Qual destes recursos é preferível?

Breve e pronta é a minha resposta.

Suponho eu as fontes artesianas seriam insuficientes e dispendiosas no Ceará: em todo o caso, de resultados secundários e só para efeitos muito parciais.

Os poços e cacimbas, classifico-os na economia admissível de trabalho para os particulares e em pequenas lavouras, mas de pouco alcance será o socorro prestado para o território completo da província.

Os açudes constituem auxílio importante, cuja vantagem, porém, é mais profícua para os abastados e prediletos da fortuna, que para a massa do povo; e fora nimamente dispendioso para toda a província, digo mais: a distribuição motivaria conflitos e dificuldades que seriam insuperáveis ou que reverteriam apenas em utilidade de uma pequena porção da população, talvez justamente daquela que menos precisão tem. Acresce também que, para desenvolver em grande escala a construção de açudes próprios a resistirem por muito tempo e com grandes proporções, há necessidade de numerosos trabalhadores, o que não é fácil conseguir sem grandes despesas e prováveis interrupções. Reconheço, portanto, **nos açudes o melhor recurso que cada proprietário deve possuir para garantir suas condições de fortuna**; mas, como salvação geral da população cearense, torno a

dizer, é meio demasiado limitado e de tardia conclusão. (grifos nossos) (GABAGLIA. Apud. CAPANEMA, 2006, p. 132-133).

A despeito de todas as explicações e embora considerasse a açudagem como “auxílio importante”, o geógrafo da Comissão Científica optou pelos canais como “grande recurso, o único proporcional e possível para o fim desejado.” Os açudes, na visão do geógrafo até poderiam ser uma saída aceitável, mas exigiam grandes somas de investimento e tempo – que, quando a seca se instala, os atores sociais envolvidos no processo, tais como o poder público e as populações atingidas, não têm.

Ao optar pela construção de canais ou “rios canalizados”, como apregoou, atentou para a necessidade de estudos de engenharia, a fim de que fossem escolhidos os locais adequados e o conhecimento da região, alfinetando possíveis críticos da época que projetariam “canais perfeitos” sem ter percorrido o terreno e apreciado as condições locais. (GABAGLIA. Apud. CAPANEMA, 2006, p. 139).

À época, a ideia de transposição de rios e o projeto que objetivava o intento, inconcluso em sua totalidade até hoje, de transpor as águas do São Francisco para o Rio Jaguaribe não era novidade. Segundo Gabriel Oliveira, em estudo sobre a transposição do Rio São Francisco, um “frade carmelita que esteve no Ceará entre 1818 e 1820 foi quem primeiro falou de levar as águas” para o Ceará. (Cf. OLIVEIRA, 2013, p. 181)

É certo, igualmente, que na segunda metade do século XIX, entre os anos de 1852 e 1854 o Imperador Pedro II solicitou estudo e criou comissão científica para percorrer o Rio São Francisco da nascente à foz e investigar o processo de transposição das águas para a região Norte do país, que secularmente sofria com as secas. (Cf. OLIVEIRA, 2015, p. 43-44 e BEZERRA, 2002. p. 106).

Porém, o Dr. Gabaglia parecia estar certo da eficácia de seus métodos e confiava em seus estudos. Seria corroborado e refutado por inúmeros pesquisadores durante os cem anos que o sucederam, não havendo até hoje uma posição definitiva sobre a questão da transposição.

E se tratarmos de conflitos de ideias advindos de apreciações definitivas, os escritos de Guilherme Capanema e Thomaz Pompeu de Souza Brasil são emblemáticos. Conforme RIOS (2006, p. 47), os visíveis conflitos entre ele e Thomaz Pompeu de Souza Brasil a respeito do manejo das coisas da natureza e das possíveis soluções para os problemas da seca, em suas diversas similitudes, podem ser inferidos a partir de alguns posicionamentos. Disse Capanema, “Fui acusado de não ter uma opinião única definida e argumentar mesmo sem método. É real isso! Sou de todas as opiniões: rejeito açudes, e admito-os; quero plantação de

arvoredos, e oponho-me a ela; mas, cada coisa em seu tempo e em seu lugar.” (CAPANEMA, 2006, p. 159).

Sem muita firmeza, mas defensor da açudagem em grande escala, Sousa Brasil justificava sua opção devido ao aumento da evaporação o que aumentava a humidade relativa do ar, argumento utilizado igualmente pelos detratores da ideia. Afirmava ele sobre a construção de açudes no sertão, naqueles tempos: “[...] que depois desta indústria de açudes, os invernos, se não têm sido abundantes, não têm inteiramente faltado de 1845 para cá.” (SOUSA BRASIL, 1877, p. 33).

Entretanto, na visão do Dr. Capanema, não era bem assim que o regime de chuvas funcionava. Para ele, “os açudes não serviam para fazer chover; (e) não contribuem para refrescar o ar.” Justificava sua teoria citando exemplos de outras regiões do país, que, rodeadas de grandes volumes d’água, sofriam com a seca que também as aplacava. “Se os açudes podem promover chuvas, porque reina seca tão intensa como no Ceará, na ilha de Fernando de Noronha?” (CAPANEMA, 1863, p. 14-15).

Reflexões de um tempo. As contribuições históricas do Dr. Capanema, podemos dizer, fizeram parte do debate. Contudo, viajantes, cientistas, engenheiros contratados pelo Império ou pela República do Brasil, não abriram mão de pensar na açudagem como perspectiva de combate à seca. O acirramento das questões, após a seca de 1877-1879 foi mais que estratégico. De modo implícito, havia uma micro relação de disputa pelo poder e pelo saber, cuja a recompensa seria o reconhecimento àquele que fosse capaz de resolver o problema da seca no Ceará.

Ainda durante a estadia da Comissão Científica no Ceará, em 1860, Belmar, viajante francês, percorreu as províncias do Norte do Brasil e escreveu *Voyage aux provinces brésiliennes du Pará et des Amazonas en 1860, précédé d'une rapide coup d'oeil, sur le littoral du Brésil*, publicado em 1861, na cidade de Londres. Acompanhou o ambiente da seca e relatou em seu escrito a construção de um açude particular, na comunidade de Santo Antônio do Pitaguari, propriedade localizada atualmente entre as cidades de Pacatuba e Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza.

Embora Joaquim Alves tenha afirmado que o autor “aconselha, a construção de barragens nos locais apropriados do Rio Jaguaribe, lembrando o Boqueirão de Lavras”, após uma consulta à obra original não foi constatada tal informação. Acreditamos que Joaquim Alves, como leitor, inferiu ser o Boqueirão de Lavras o lugar que Belmar chamou de “*gorge des montagnes* (desfiladeiros) sobre o Rio Jaguaribe”. No original, o trecho do viajante francês também fala sobre outra forma de guardar a água. Refere-se o viajante francês à

construção de poços artesianos. “Il serait bien aussi d'utiliser, plus qu'elles ne le sont, les eaux du Jaguaribe et de ses affluents, et en même temps de faire l'essai des puits artésiens, qui, dans plusieurs localités de l'Europe, ont eu le plus heureux résultats.”⁷

Para Joaquim Alves, as produções destes acadêmicos eram trabalhos de “cunho verdadeiramente científicos” que introduziam as questões apontadas acima e sua relação com o território brasileiro.

Para enfim concluirmos essa leitura das fontes e entendermos o Açude Orós como uma ausência presente nas contribuições de viajantes, cientistas e naturalistas do Século XIX, registramos também as contribuições de Jules J. Revy e P. O'Meara que se debruçaram sobre o combate à seca e direcionaram parte de seus escritos à região do Jaguaribe.

O britânico Jules Jean Revy e o irlandês Patrick O'Meara estiveram no Ceará no final do século XIX. Embora, com objetivos distintos, seus escritos se entrecruzaram nas águas do Rio Jaguaribe. Revy, notabilizou-se pelos estudos sobre as planícies do Vale do Jaguaribe e O'Meara contribuiu com os primeiros apontamentos sobre a irrigação na região.

Revy chefiou comissão imperial que estudou a viabilidade e as primeiras intervenções do Açude Cedro, construído na cidade de Quixadá-CE entre os anos de 1890 e 1906. A obra, iniciada no Império, foi concluída apenas no período republicano, no Governo de Afonso Pena. Esta ligação temporal nos faz pensar como a questão aqui já apresentada, de que a seca de 1877-1879 havia colocado as províncias do Norte, em especial o Ceará, em evidência, guarda grandes significações. O tema atravessou governos e, embora, a obra do Cedro tenha sido questionada quanto à sua eficácia no combate à estiagem, tornou-se símbolo das políticas públicas de obras contra a seca, durante a primeira metade do século XX até a construção do açude Orós. (CRUZ, 2006, p. 89).

Em certa medida, podemos por assim dizer que, o Cedro e o Orós guardam certas semelhanças no que diz respeito aos seus objetivos primeiros. No trabalho de Renata Felipe Monteiro, vemos que as “águas do Cedro possibilitaram à região de Quixadá uma nova configuração: ares de progresso foram respirados por aqueles que residiam naquela localidade, sobretudo, por políticos e proprietários de terras que se beneficiaram sobremaneira com as terras irrigadas”. (MONTEIRO, 2012, p.171)

⁷ Também seria bom usar mais do que já são, as águas Jaguaribe e seus afluentes, e ao mesmo tempo testar a instalação de poços artesianos, visto que em muitas áreas da Europa, os resultados foram satisfatórios. (tradução nossa) BELMAR, Barrican. Voyage Aux Provinces Brésiliennes. Londres: Trezise, 1861. p. 51. Disponível em: <https://archive.org/stream/voyageauxprovinc00belm#page/50/mode/2up> Acessado no dia 12 de novembro de 2014.

O mesmo era esperado para o Orós. Partilhando algumas semelhanças, a diferença é deveras emblemática. Enquanto o Cedro foi questionado durante toda sua trajetória (construção, execução e uso), o Orós, depois da cheia de 1960, foi gestado sobre uma grande indagação, cujo substrato principal era o medo. Para Renata Monteiro, o principal questionamento feito sobre o Cedro foi quanto à sua efetividade. Sobre o Orós, queria-se objetivamente saber se ele resistiria ao tempo e à força das águas?

Em seus escritos, Jules Revy não inferiu diretamente a região em que foi construído o Açude Orós, no entanto, foi o primeiro a indicar, dentre outras localizações, a construção de barragem, no Rio Jaguaribe, no lugar conhecido como Boqueirão do Cunha, atual localização do Açude Castanhão. Estudou também a viabilidade de construção de barragens no Boqueirão de Lavras (Lavras da Mangabeira, município do centro-sul cearense, localizado a 434 km de Fortaleza) e em Itacolomi (Uruburetama, município da região Norte do Ceará, localizado a 110 km da capital), ambas, nunca construídas.

Buscando entender as diversas proposições de intervenções técnicas nas águas do Jaguaribe entre o final do XIX e XX, Joaquim Alves apresentou em seu estudo, três indicações que considero importantes para esta pesquisa: os estudos sobre a construção de açude no boqueirão do Cunha, o abandono do projeto diante de sua inviabilidade e o surgimento da ideia da construção do açude Orós, a partir de 1911, no governo cearense de Antônio Pinto Nogueira Accioly.⁸

Patrick O'Meara foi citado por ALVES (2003) a partir de texto publicado na revista do Instituto do Ceará, no ano de 1918. *A irrigação no Vale do Jaguaribe* era a resposta a um requerimento feito por Ildefonso Albano, então representante do Ceará na Câmara dos Deputados, em dezembro de 1917, em que solicitava estudos de viabilidade para a irrigação das planícies do Jaguaribe.

O'Meara refez os projetos de intervenção de Revy, corroborou com alguma de suas indicações, como por exemplo, a construção da barragem no boqueirão do Cunha, porém discordou dos planos de irrigação propostos pelo colega inglês, refazendo-os numa perspectiva macro. Uma leitura mais apurada do documento nos leva a pensar que o engenheiro fez viagem minuciosa à região, a fim de entender como a iniciativa que buscava

⁸ Joaquim Alves referiu-se ao diálogo particular travado entre Accioly e Tomaz Pompeu Sobrinho que, na ocasião, o confidenciara. Citou também que as evidências do diálogo são confirmadas em publicação oficial de junho de 1951, editada como Boletim da secretaria de Agricultura e Obras públicas do Ceará. Cf. ALVES, Joaquim, 2003, p. 136.

aproveitar a fertilidade dos terrenos da região poderia mudar o aspecto social e econômico do Ceará. Afirmou o engenheiro:

É evidente que, si houvesse um bom e regular suprimento de agua ao longo deste vale, em níveis apropriados à irrigação, podia-se convertel-o rapidamente em um centro de produção muito importante e proveitoso, que teria a seu favor grandes vantagens, taes como um sólo rico, um bom clima, uma grande população laboriosa e pequena distancia de um conveniente porto de sahida. (O'MEARA, 1918, p. 92).

O Rio Jaguaribe é confirmado através destes escritos como agente de crescimento e, feitas as devidas intervenções, como recurso para a convivência e o combate às mazelas trazidas pelas secas. Os documentos indicavam também as primeiras citações sobre a construção do Açude Orós e deu indicações das atividades que seriam, posteriormente, sob os auspícios do órgão federal de combate à seca, estratégias de sobrevivência em tempos de estiagem – falamos da construção de obras de grande porte como açudes e estradas, as políticas da açudagem em cooperação e de irrigação.

Esta afirmação, que pode parecer aos olhos do leitor, repetitiva, guarda uma lógica econômica colocada em prática no combate às secas pelos órgãos oficiais. Primeiro construir açudes e estradas: vai o sertanejo trabalhar nessas obras a fim de ganhar algum dinheiro e sustentar a família – ação conhecida como frentes de serviço; depois, as ações centravam-se na logística que sustentava a política da açudagem: acumular água para abastecimento rural e urbano, humano e animal, promoção da piscicultura, dentre outras questões; e por fim, o arrendamento das vazantes e o desenvolvimento da agricultura/fruticultura irrigada, com as águas retidas no açude. (CARVALHO, 2013. p. 79-80).

Contudo, talvez, a grande contribuição do estudo de Joaquim Alves sobre a história das secas e sua especial análise sobre o documento de Patrick O'Meara seja uma análise crítica que relaciona a história, a seca e a cronologia, dando-nos condições de perceber nesses campos de disputa, a historicidade da questão.

Ao finalizar seu texto, ALVES (2003) recuperou as revisões feitas por O'Meara aos estudos de Revy e mostrou o elevado aumento dos custos dos projetos de construção do açude do boqueirão de Lavras e das estruturas de irrigação, decorrido 11 anos de um projeto para o outro (1906 - 1917) e atravessada a mudança do Império para República. Concluiu:

Os aspectos que o projeto de O'Meara oferece foram inteiramente superados pelas condições econômicas da vida moderna. O preço de hectares das terras agrícolas, o rendimento das mesmas, o valor da produção são temas que correspondem atualmente (década de 1950) a um novo padrão de vida. A história social das secas apresenta as mudanças experimentadas pela técnica, na exploração da terra, sem descer aos comentários relacionados com os processos científicos, que constituem uma especialidade relacionada com a história econômica regional. (ALVES, 2003, p. 141).

Sobre o assunto, a crítica de Joaquim Alves concentra-se exatamente na compreensão do tempo. Para ele, no que tange à construção de açudes ou mesmo, no que diz respeito à realização de obras de outras características no combate às secas, o Ceará (ou seria o Brasil ou ainda os governantes de maneira geral?) perdera tempo demais. Perdeu a oportunidade de intervir na natureza (ou em favor dela) antes que se estabelecessem aquilo que ele chamou de “condições econômicas da vida moderna.”

Ao buscar relacionar os elementos conjunturais e políticos aos aspectos econômicos, Joaquim Alves adensou também a essa perspectiva histórica, a natureza e a técnica, que à época, dialogavam de forma profícua através de diversos interlocutores. Assim, o binômio seca - açude, com o tempo, suplantou a simples relação retórica. De certos tempos para cá, passou a ser mais que pensado em consonância e tornou-se realidade.

Logo, a hipótese defendida aqui, não é, portanto, totalmente desconsiderável. Podemos não ter referências textuais à relação Rio Jaguaribe – Açude Orós, até a década de 1920. Contudo, interpretando indícios e sendo atento às fontes, começaremos a entender que a história se encaminhou na direção desta possibilidade.

2.2. Seca e açudes – Políticos e administradores em questão.

No terceiro e último momento de sua obra, Joaquim Alves esboçou de forma breve a opinião de técnicos, políticos e administradores do século XIX. Tendo sido a totalidade destes estudos desenvolvidos durante a segunda metade do século e sendo as proeminentes figuras, em quase sua totalidade, técnicos por formação e políticos por profissão – as exceções da regra são nomes como os de Raja Gabaglia, Guilherme Capanema e Rodolpho Teóphilo, mais que suas contribuições e ações propriamente ditas para o combate à seca, o que se viu foram os conflitos e divergências publicizados nas páginas dos jornais da época ou mesmo em opúsculos direcionados, comentando diretamente as ideias uns dos outros.

Em 1877-1879, com a violenta seca, as províncias do Norte ganharam notoriedade nos jornais do Império, nos relatos dos viajantes e nos escritos dos cientistas. No entanto, em 1845, os relatos históricos já descreviam as severas dificuldades vistas em tempos secos. (ALVES, 2003, p. 153).

Até a senda temporal encerrada apenas com o fim da primeira metade do século XX, muito se discutia nos escritos técnicos sobre os três grandes e principais assuntos ligados ao combate e convivência com a seca: a instalação de postos meteorológicos, a política de

açudagem – concentrando-se no embate teórico entre pequena açudagem x açudagem de médio e grande porte, a canalização de rios e a transposição do São Francisco.

Cada um destes pontos têm suas próprias inflexões técnicas e textuais. Levando-se em consideração que o século XIX é momento marcado pelo florescimento da ciência e da técnica, muitas destas publicações revestem-se dos estudos científicos divulgados à época, buscando status de verdade, e, por conseguinte, exequibilidade, enquanto outros se concentram no campo das disputas políticas e ideológicas, preocupando-se mais com a desqualificação do oponente que com a possibilidade do diálogo e, portanto, da ação.

Ao contrário do que possa parecer, todo esse campo de disputa compartilha de um território comum a todas essas personagens. Para LATOUR (2000, p. 258), o fazer científico, e, portanto, suas disputas, não são feitas de forma isolada da sociedade. O que para nós parece ser “ciência pura” é apenas uma interface de uma rede complexa que agrega elementos múltiplos de um jogo cujos jogadores assumem diferentes papéis. Ou seja, o posicionamento contrário dos cientistas expõe os nervos da questão, mostrando para todos sua imbricada complexidade

Foi o que aconteceu, por exemplo, na querela existente entre Viriato de Medeiros e Tomaz Pompeu de Souza Brasil. Exceto no que diz respeito ao reflorestamento das áreas atingidas pelas secas, o Tomaz Pompeu que além de destacado político do Império brasileiro era respeitado também por ser sacerdote, bacharel em Direito e reconhecido como cientista e climatologista e o Sr. Viriato de Medeiros, engenheiro, autor dos primeiros estudos sobre a seca no Ceará, divergiam tanto na metodologia do combate às secas quanto no tom da crítica social e política de seus escritos.

Em *O Ceará, o Rio Grande do Norte e Pernambuco*, conjunto de textos publicados no Correio Mercantil da cidade de Recife, entre os dias 8, 9 e 13 de maio de 1859, às vésperas da chegada da Comissão Científica ao Ceará, Viriato de Medeiros defendeu como métodos de combate à seca o reflorestamento intensivo, a construção de açudes e canais de irrigação e a instalação de postos meteorológicos, sob o fundamento de que os mesmos poderiam prever, pela comparação dos dados colhidos no decorrer de séries anuais, a repetição das secas.(ALVES, 2003, p. 154). O tom da crítica ao poder político constituído chamou bastante atenção em seu escrito:

[...] O retardamento do auxílio do Govêrno, o qual chega sempre tarde para atender às necessidades das populações esgotadas, limita-se aos poucos pontos da província banhados pelo mar. (...) Viagens impossíveis, instigadas pelo princípio da própria conservação, são empreendidas através de todos os inimigos da vida, e cordões de miseráveis entes, com pés descalços e cabeça exposta e corpo apenas coberto e respirando fogo, vão ao caminho fatal. (...) Terminada a seca, a população da

provincia se acha grandemente diminuída, já pela forte emigração, já pela mortalidade trazida pelo estado anormal porque passou. As fortunas dos que restam estão reduzidas a proporção de economias de um dia, e o comercio tem de esperar anos, para que se cumpram as promessas passadas e se animem as futuras. (MEDEIROS. Apud ALVES, 2003. p. 153).

Medeiros foi contundente na afirmação de que o Governo pode ser considerado responsável pelo agravo da situação dos mais pobres atingidos pelas intempéries, tentado em seu discurso, colocar natureza, ciência e política numa mesma frase. Ora, tal interpretação reverbera a provocação de LATOUR (2000, p. 230), quando afirma que durante o século XIX e de lá para cá até então, ciência e política não podem ser vistas em separado. Questiona o autor: “Porventura esses produtos da ciência e da técnica escapariam ao sistema de complicadas alianças com que se faz política, por exemplo? Seriam eles menos ‘sociais’, como se diz ingenuamente? É pouco provável; [...]”

Dentre várias contribuições que declinou ao estudo do clima e à história das secas no Ceará, o Tomaz Pompeu escreveu *Reflexões aos estudos sobre as secas do Sr. Viriato e Mais uma palavra sobre os observatórios do Dr. Viriato*, ambos publicados em 1877. Nestes escritos deixou claros algumas divergências que tinha com o colega. Enquanto Viriato não acreditava na influência de fontes, rios, lagos e açudes no clima regional, o Tomaz Pompeu foi categórico ao afirmar a importância dos “mesmos no processo de saturação da atmosfera, para a formação de nuvens e, por conseguinte para promover as chuvas.” (BRASIL, 1877, p. 80).

Ainda nesse mesmo debate, o Tomaz Pompeu, discordou da obra de Medeiros no que dizia respeito à ideia da criação de uma rede de postos meteorológicos cujo fim seria prever as secas. Em *Reflexões aos estudos sobre as secas do Sr. Viriato*, baseado nos estudos meteorológicos de Matthew F. Maury, desenvolve “a teoria da zonas aereas e de calmas, de cujo jogo e equilibrio resulta a chuva para certas regiões e a sêca para outras.”⁹

ALVES (2003) falou também de pontos de aproximação entre ambos, como é no caso da perfuração de poços e da canalização de rios e açudes. O que nos intrigou, entretanto, foi a energia dispensada – mais por Tomaz Pompeu – na defesa de seus pressupostos.

Thomaz Pompeu de Souza Brasil destacou-se na defesa da natureza quando um projeto de país calcado nas ideias do progresso científico estava nascendo. Segundo José Romário Bastos, “Pompeu escreveu sua visão sobre o Ceará, cujo mote foi a natureza. Para o

⁹ Nascido em 1806, Matthew Fontaine Maury foi considerado o pioneiro dos estudos da oceanografia moderna e da meteorologia naval. Estudioso das correntes, ventos e padrões, desenvolveu pesquisa sobre a influência das mesmas na navegação marítima. Publicou, dentre outros estudos, *Observações para Determinação o Paralaxe Solar*, em 1856 e *Mapas de Ventos e Correntes de Maury: Vendavais no Atlântico*, em 1857. BRASIL, Tomaz Pompeu de Sousa. 1877. p. 69 apud. ALVES, Joaquim, 2003, p. 155.

intelectual cearense, o caminho a ser trilhado em direção ao desenvolvimento, passava necessariamente pela revisão do relacionamento que os homens tinham com o mundo natural.” (BASTOS, 2013, p. 11)

O interessante jogo de divergências pode ser explicado muito mais pelo lugar político que ambos assumiam à época, que pela eficácia de suas teorias, visto que o desenvolvimento da ciência e da técnica durante os séculos XX e XXI provou que os dois estudiosos, num distante século XIX, guardavam erros e acertos nos posicionamento que defendiam.

Para entender melhor essa disputa precisamos registrar que ao assumir cadeira no senado pelo Ceará na última década do século XIX, Viriato de Medeiros encontrou sua crítica mais contundente em Tomaz Pompeu, signatário de uma corrente política que governou o Ceará nos últimos anos do Império até 1912.

Podemos inferir que, mesmo os dois pertencendo ao Partido Liberal, a defesa de seus interesses poderia gerar disputas pessoais dentro da agremiação. Ambos eram militantes na lida jornalística, visto que Brasil e Medeiros participavam ativamente da escrita de *O Cearense*, jornal que pertencia ao partido à época (BASTOS, 2013, p. 26) e com o falecimento do pai de Souza Brasil em 1877, Medeiros viria a ser escolhido como representante do Ceará no Senado. (STUDART, 1910).

Viriato de Medeiros, por sua vez, escreveu folheto de 50 páginas intitulado *Ponderações sobre a memória do dr. André Rebouças – A seca nas províncias do Norte*, reafirmando seus posicionamentos questionados por Tomaz Pompeu, só que desta vez, ponderando sobre as contribuições do estudo comparativo feito pelo engenheiro André Rebouças.

Em *A seca nas províncias do Norte*, André Rebouças defendeu uma série de técnicas, com aplicações práticas, sem apelar para teorias científicas como faziam seus contemporâneos. Seu plano de combate às secas consistia num conjunto de ações que pode ser descrito em quatro pontos: 1. Fixação dos sertanejos retirantes em terrenos distribuídos pelo litoral; 2. Destinação das terras mais secas para a pecuária, mediante a ensilagem; 3. Organização de centros de abastecimento e lugares estratégicos das províncias do Norte; e 4. A dessalinização da água do mar para o abastecimento uso humano e animal.¹⁰

¹⁰ André Pinto Rebouças nasceu em Cachoeira-Ba, no dia 13 de janeiro de 1838 e faleceu em Funchal-Ilha da Madeira, a 9 de maio de 1898. Foi um engenheiro, inventor e abolicionista brasileiro. Ingressou na Escola Militar em 1854. Trabalhou juntamente com seu irmão Antônio na inspeção das fortalezas do sul do Brasil. Fez parte ainda de uma comissão que estudou remodelações no porto do Maranhão. Para outras informações, consultar: <http://www.brasil.gov.br/sobre/history/historical-figures>. Acesso em 24/03/2015. Sobre a biografia de

Embora, não fique muito claro em que ponto o dr. Viriato divergiu do dr. Rebouças, ALVES (2003) afirmou que as ideias do segundo foram conhecidas, ouvidas, discutidas no Instituto Politécnico e aprovadas pela assembleia dos notáveis homens da ciência do Brasil que à época integravam o importante comitê e enviadas ao Governo Imperial, mas que nada foi feito, sendo os projetos arquivados e o espectro da seca e as ações para seu combate, resistido no campo das ideias, em que aconteciam as disputas políticas.

Nesta disputa de poder em torno da apresentação de soluções para a seca no Norte do Brasil, outras personagens deixaram suas contribuições. Uma delas foi importante agremiação científica, de denotado destaque durante o século XIX.

O Instituto Politécnico Brasileiro foi criado oficialmente em 11 de setembro de 1862, na Escola Central do Rio de Janeiro, apregoando, segundo o Artigo 1º de seus Estatutos, ter “por objeto o estudo e a difusão dos conhecimentos teóricos e práticos dos diferentes ramos de engenharia e das ciências e artes acessórias.” (Cf. MARINHO, 2002, p. 62).

Durante o mês de outubro de 1877, sob a presidência do Conde D’Eu, os mais proeminentes representantes da ciência do Império do Brasil, debateram as questões da seca que se avizinhava e se estenderia por mais dois anos. O conflito também se instalou no seio da confraria no que diz respeito às duas questões: a eficiência dos açudes e o posicionamento do Instituto Politécnico diante da questão.

Carlos Luz defendeu que o referido clube não se posicionasse diante da questão da seca, alegando ser o problema por demais complexo, impossibilitando qualquer deliberação definitiva. Por fim, colocou-se ao lado de Guilherme Capanema condenando a construção de açudes. Ao final do mês de outubro, no dia 30, resolveu o comitê encaminhar ao Governo Imperial uma série de deliberações após as cinco sessões que discutiu a seca nas províncias do Norte. Decidiu o Instituto recomendar as seguintes intervenções: 1. Abertura de poços artesianos; 2. Abertura de estradas, acompanhadas de poços profundos e estações de mantimentos; 3. Construção de açudes junto às cidades interioranas ou em pontos mais apropriados; 4. Canalização dos rios, estabelecendo em seus cursos, represas ou açudes; e 5. Transposição das águas do Rio São Francisco para o Rio Salgado no Ceará e, por conseguinte, para outros rios. (ALVES, 2003, pp. 197-204).

Embora indicadas, as ações não foram realizadas. Contudo, adequam-se bem às interrogações deste tópico: alvo de disputas, a quem serve o conflito de ideias? Para Bruno Latour, o constante conflito tem um significado muito elaborado, porém com um fim

previsível: saber quem está com a razão. Entretanto, este substrato tão desejado não pode ser assim imediatamente identificado. Como reitera o autor, a objeção é por si só, um campo de atuação do intelectual, visto que ele necessita dela para sobreviver. Aqueles que se debruçaram sobre a temática da construção de grandes açudes, a partir do século XIX, não fizeram diferente. (Cf. LATOUR, 2000, p. 160).

A açudagem, com o tempo, tornou-se uma ideia vitoriosa, seguindo o esteio do pensamento dos engenheiros ingleses que, dado o contexto de seca, quando intensificava-se extensos projetos de auxílio às populações afetadas pela intempérie, o investimento deveria caminhar em sentido contrário a tais práticas já que, em essência, para concretizar o cerne do desenvolvimento, era necessário diminuir gastos com caridade e assistencialismo. Investir em infraestrutura tornou-se o caminho da técnica para o controle da natureza. (Cf. DAVIS, 2002, 49).

Em junho de 1877, Tristão de Alencar Araripe, exercia o cargo de deputado da província do Ceará e defendeu abertamente o trinômio do desenvolvimento, pensado exaustivamente para regiões atingidas pela seca: a transposição do São Francisco, a construção de açudes e a abertura de estradas. Foi acompanhado neste preito por Bezerra de Menezes, Amarilio de Vasconcelos, Henrique Foglare e o engenheiro Ernesto Antônio Lassance Cunha no que diz respeito ao desenvolvimento ferroviário do Ceará e por Marco de Macêdo e Domingos Jaguaribe no ‘projeto de transposição das águas do São Francisco para os estados do Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.’¹¹

Contra a transposição e canalização de rios, publicaram trabalhos na mesma época o engenheiro José Américo dos Santos e Luiz Alípio Pereira da Silva. O debate estava posto nas páginas do país, fossem nos periódicos ou nas tribunas de assembleias provinciais ou mesmo no Congresso Nacional. Os que defendiam o projeto da transposição ou da grande açudagem o faziam essencialmente pela necessidade, embora, como tenha justificado Domingos Jaguaribe em seu escrito *Contribuição para a canalização do Rio São Francisco ao*

¹¹ Sobre o posicionamento das personagens citados, consultar: Tristão de Alencar Araripe. *Providências relativas às secas no Ceará*. Discurso pronunciado em 27 de junho de 1877. Câmara dos deputados; Bezerra de Menezes. *Breves considerações sobre a seca no Norte*. Jornal O Globo. 13 de maio de 1877. Amarilio de Vasconcelos e Henrique Foglare. *O prolongamento da estrada de ferro de Baturité ao Cariri e os açudes na província do Ceará*. Sem referência. Ernesto Antônio Lassance Cunha. *Estudos sobre a seca do Ceará*. Correio do Povo. Porto Alegre, 1900. Cf. ALVES, Joaquim, 2003, p. 188-191, 191-192, 205-210, 231-234

Jaguaribe, apresentassem também um estudo de viabilidade. Os que eram contra o projeto, assim o eram pela impossibilidade do intento e seu caráter irrealizável.¹²

Em seu estudo, ALVES (2003) preocupou-se ainda em citar autores que se dedicaram a questões e ideias específicas no combate às secas como é o caso do engenheiro Pompeu Ferreira da Ponte e sua ideia do emprego de moinhos de vento, conhecidos nas cidades do interior do Ceará como *cataventos*, para utilizar as águas dos lençóis subterrâneos na irrigação de pequenas hortas e pomares e o exemplo de Liberato de Castro Carreira, médico cearense e senador do Império apontado por Alves como “crítico forte e irresponsável” do Governo Imperial, que publicou uma série de artigos no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, entre os anos de 1877 e 1879, considerado por Alves como o primeiro estudo social feito sobre a seca.¹³

Concentrando-se nesta trajetória de pesquisa, que reúne escritos de técnicos, administradores e políticos, acabamos por vislumbrar que, longe da seara dos estudos teóricos – também palco para muitas divergências, foi no campo destes outros intelectuais que os conflitos se engendraram e produziram o resultado, que nada mais foi que a ausência da ação, mesmo diante de tanta tinta sobre o papel.

Para Latour, quando buscamos compreender a progressão de uma controvérsia científica, explicitada a partir dos excertos de intelectuais e cientistas, precisamos mergulhar numa infinidade de produções e, sobretudo, entender a interdependência dos atores da disputa, visto que, para compreender o fenômeno,

não teremos de ler um artigo só e, possivelmente, os artigos a que ele se refere; também seremos obrigados de ler todos os outros que convertem cada uma das operações realizadas pelo primeiro no estado de fato ou de ficção. A controvérsia estufa. Cada vez mais artigos se envolvem no entrevero, e cada um deles posiciona todos os outros (fato, ficção, detalhes técnicos), mas nenhum deles é capaz de fixar essas posições sem a ajuda dos outros. Portanto, a cada estágio da discussão são necessários cada vez mais textos, que arrolam cada vez mais textos. (LATOUR, 2000, p 68-69)

Ao final da disputa, na grande maioria das vezes, apenas os textos restam concretos. Como afirmou Joaquim Alves, na produção aqui esmiuçada, “o lamentável em toda a longa discussão travada pela imprensa e reproduzida em opúsculos por homens notáveis, estadistas, políticos e professores, é não se ter realizado algo de útil.” (ALVES, 2003, p. 188).

¹² CF. José Américo dos Santos. *As secas no Norte do Brasil*. Tipografia de Machado e Cia., Rio de Janeiro, 1883. Luiz Alípio Pereira da Silva. *Considerações Gerais sobre as províncias do Ceará e o Rio Grande do Norte*. Edição da tipografia União, 1885. Cf. ALVES, Joaquim, 2003, p. 211-220

¹³ As obras são: Pompeu Ferreira da Ponte. *Ensaio sobre irrigação agrícola na provincial do Ceará*. Sem referência. 1884. Liberato de Castro Carreira. *A seca do Ceará*. Coletânea de artigos publicados no *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 1877-1879. Cf. ALVES, Joaquim, 2003, pp. 192-197, 221-224

Chegando ao fim do tópico, após conhecermos as disputas políticas e científicas diante da implementação (ou não) de uma política de açudagem para a convivência com a seca no semiárido nordestino e, mais especificamente, como a trajetória natural da pesquisa indicou, nos sertões cearenses e no Vale do Jaguaribe, novas fontes vão redesenhando o sentimento de ausência em torno das imagens do açude Orós.

Antes, concentrado numa apresentação cuja ausência infere falta, adentrado o século XX e inseridas outras fontes no processo de compreensão desse sentimento, o Orós foi aos poucos se tornando desejo, desdobramento possível da mesma raiz que alimenta a não presença.

Até aqui compreendemos elementos que funcionaram como pré-requisitos existenciais: tempo, natureza, rio, seca, combate à seca, açudagem. A partir de agora, esse caminho afunilado transforma o Orós. Antes contexto, a ideia do açude torna-se texto. Ele é ainda tratado como ausência, mas, a partir de agora, começa a ganhar contornos de realidade.

2.3. Jaguaribe – Artéria aberta?

A partir da segunda década do século XX, o Açude Orós passou a figurar de forma mais profícua nas páginas dos periódicos, opúsculos independentes, documentos oficiais e nas publicações especializadas, tais como a Revista do Instituto do Ceará. O projeto do açude recebeu elogios de seus defensores, mas também pesadas críticas de seus detratores.

A natureza, que era um ponto de constante reflexão e intervenção política desde o período colonial, ficou em grande evidência, nesse Brasil que buscava concretizar um processo de modernização e industrialização. Logo, as imagens produzidas pelo flagelo da seca nas províncias do Norte destoavam com a ideia de progresso tão em voga na passagem entre os séculos XIX e XX.

Buscando compor o ambiente social no qual se dispunha o Ceará a partir da segunda metade do Século XIX, REIS (2015, p. 32-33) apontou, a partir dos escritos de NEVES (2006), SOUZA (2002) e CÂNDIDO (2005), a existência de um lugar descrito nos jornais a partir do sensacionalismo de um noticiário que expunha a miséria e a fome em disputa com um território em construção – a cidade de Fortaleza, que, através do empenho das autoridades públicas e sanitárias, era divulgada como um ambiente que flertava com a modernidade.

Após a seca de 1877-1879, a imprensa do sul do país diminuiu o interesse pelos desdobramentos sociais do fato por aproximadamente vinte e cinco anos. Tal comportamento, no entanto, não demorou muito. Em 1915, o Ceará e os Estados da região registraram mais

uma seca que foi considerada histórica. Rachel de Queiróz reverberou as paisagens do fenômeno, num romance, homônimo ao ano do flagelo, cuja primeira edição data de 1930:

Chico Bento parou. Alongou os olhos pelo horizonte cinzento. O pasto, as várzeas, a caatinga, o marmeleiral esquelético, era tudo de um cinzento de borralho. O próprio leite das lagoas vidrara-se em torrões de lama ressequida, cortada aqui e além por alguma pacavira defunta que retorcia as folhas empapeladas. Depois olhou um garrotinho magro que, bem pertinho, mastigava sem ânimo uma vergõntea estorricada. E ao dar as costas, rumo à casa, de cabeça curvada como sob o peso do chapéu de couro, sentindo nos olhos secos pela poeira e pelo sol uma frescura desacostumada e um penoso arquejar no peito largo, murmurou desoladamente: - “Ô sorte, meu Deus! Comer cinza até cair morto de fome!” (QUEIROZ, 2004. pp 24-25)

O novo século, que recuperava imagens que reproduziam o “cenário da desgraça” observado ainda no final do Império, colocou num mesmo lado, antes dos discursos, os projetos de governo e poder que se diziam opostos: o lado da ineficiência no combate às secas, isto é, o lado atestado da incompetência no que diz respeito à convivência com o semiárido e o lado daqueles que não faziam nada.

Então, o novo Governo resolveu fazer alguma coisa a exemplo do que acontecia em outras regiões do mundo. Nos Estados Unidos, o presidente Theodore Roosevelt criou em 1902 o *Bureau of Reclamation*, cuja primeira finalidade foi a construção de barragens para irrigação e conservação do solo. No Brasil, em 1909, no dia 21 de outubro, o presidente Nilo Peçanha, assinou o decreto federal de nº 7.619, aprovando o regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das secas. O documento, através de seu artigo 48, confiou a execução das obras a uma divisão especial do Ministério de Viação e Obras Públicas. Foi criado assim o IOCS, a Inspetoria de Obras contra as Secas nos moldes do órgão norte americano.

Discutindo história política, mas também da história social do sertão, através das práticas intervencionistas realizadas na região seca do país, promovidas a partir da criação do órgão, MORAES (2010) analisou um conjunto de documentos que contém relatórios e estudos produzidos pelos homens que fizeram o IOCS. Pensou, a partir disso, o entendimento do sertão como um problema a ser resolvido e, portanto, estudou uma série de ações, capitaneadas pelo órgão, que buscava construir um país interessado no progresso que aventava a nascente República.¹⁴

A pensar junto a Mike Davis, quando ainda sobre o século XIX, explicou que a capacidade de investimento de qualquer setor do Governo em obras de irrigação esbarrava

¹⁴ A dissertação de mestrado de Kleiton de Sousa Moraes, defendida no ano de 2010, no programa de pós-graduação em história social da Universidade Federal do Rio de Janeiro tem como título *O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918)*.

num tripé social e econômico que tornavam a região do semiárido brasileiro numa periferia, vislumbrar a criação do IOCS foi, pelo menos de início, uma alento.¹⁵

Na possível relação entre o que se propõe essa tese e o trabalho de Moraes (2010), podemos dizer que tomamos estradas semelhantes no que diz respeito à pesquisa documental. Contudo, nesse tópico especificamente, nosso objetivo é colocar uma lente sobre esta documentação a fim de problematizar – e, de forma secundária, descobrir os caminhos da construção do Açude Orós no contexto.

Buscar entender o processo de construção do açude Orós, nos primeiros anos do século XX, ainda na esfera do planejamento e de seu imaginário político para enfim compreender os contornos da construção da obra (1958-1961) – problema do próximo capítulo – é o que faremos nesta breve parada. Para tanto, serão lidos e problematizados textos publicados na Revista do Instituto do Ceará entre os anos de 1918 e 1933, os boletins do IOCS-IFOCS-DNOCS dos anos de 1934 a 1960 e os relatórios do mesmo órgão dos anos de 1909-1960, no que tange à construção de grandes barragens e no que diz respeito diretamente à ideia do Orós.

E para abrir as discussões, destacamos um verso do poema de Demócrito Rocha.

2.3.1 “*Depressa: uma pinça hemostática em Orós!*”

Era ainda 1911, quando o Governador do Ceará, Antônio Pinto Nogueira Accioly, em conversa secreta com o engenheiro Dr. Tomaz Pompeu Sobrinho revelou os estudos iniciais para a construção de açude no boqueirão existente no povoamento de Orós, à época distrito do município de Icó. A informação, apenas referenciada por Joaquim Alves, no livro *História das Sêcas*, foi confirmada através do *Boletim da secretaria da agricultura e obras públicas do Ceará*, nº 2, publicado em junho de 1951. (ALVES, 2003, p. 196).

Se a construção de açudes era estratégia defendida por viajantes, cientistas, técnicos, políticos e administradores desde o período Imperial, o Orós passou a figurar na literatura após a primeira década do século XX, como possibilidade de obra com tais características. O relatório do IOCS de 1912 relatava curioso fato sobre a história do Açude Orós e seus tortuosos caminhos.

¹⁵ A “tripla periferalização” descrita por Mike Davis é o subdesenvolvimento do sistema financeiro brasileiro em relação ao capital britânico; a posição econômica e política em declínio do Nordeste em relação à São Paulo e a marginalidade do sertão no seio da política do estado em relação às elites agrárias do litoral. Cf. DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 400.

Com o incendio do escriptorio, em Fortaleza, da primeira secção da Inspeção, em 1 de dezembro do anno passado, perderam-se totalmente, entre outros trabalhos importantissimos, o projecto e estudos dos grandes reservatórios “Orós”, projectado para ser o maior do mundo (...). (IOCS. Relatório de 1912).

O relatório de 1912 indicava ainda que o IOCS estava fazendo o estudo topográfico da região do Orós, fato confirmado no relatório de 1915, indicando a permanência do pensamento no projeto. Se nossa primeira reflexão parte do processo de compreensão que busca entender o tempo da construção da barragem, podemos afirmar que as discussões iniciadas em 1911 foram concluídas somente em 1964, mas não sem antes, muita “água ter passado” pelo leito do rio.

Nos anos subsequentes, 1916 – 1920 o Orós apareceu nos relatórios oficiais do IOCS apenas como indicação e teve sua existência registrada na seção de estudos (1917) e construção de novos açudes (1920), tendo sido a obra destinada a quantia de 49:966\$616 (49 contos, 966 mil, 616 réis) através da Lei nº 3.991, art. 52º, da 7ª verba orçamentária, de 05 de janeiro de 1920. (IOCS, Relatório de 1920, p. 274).

O Orós se constituía lentamente nas páginas oficiais, porém já existia como realidade na discussão dos intelectuais e políticos da época. Patrick O’Meara publicou em 1918 na Revista do Instituto do Ceará, estudo já citado neste trabalho, sobre a irrigação no Vale do Jaguaribe. No ensaio, o engenheiro relatou:

O Jaguaribe secca inteiramente durante oito ou nove mezes, todos os annos, e as chuvas, embora não sejam de forma alguma diminutas, são por demais irregulares e incertas para que a agricultura seja tentada sem algum *auxílio artificial*. Uma dilatada área destas planícies, é todavia, recoberta de florestas de carnhubeiras, que produzem uma quantidade limitada de cêra, de uma especie que começa a encontrar mercado na Europa, e partes do leito do Jaguaribe são utilizadas na estação secca para lavouras de algodão, milho, tabaco, feijões, etc. que ali dão em quantidade sufficiente para exportação em pequena escala.

É evidente que, si houvesse um bom e regular suprimento de agua ao longo deste vale, em níveis apropriados à irrigação, podia-se convertel-o rapidamente em um centro de produção, muito importante e proveitoso (...) (grifo meu). (O’MEARA, 1918. p. 91-92).

O auxílio artificial a que se refere o engenheiro seria um açude. E, por conseguinte, a intervenção técnica, para além da modificação da paisagem, inauguraria um novo processo de apropriação da natureza, extremamente antigo, porém, neste caso, institucionalizado, ao ser transformado em política publica: a irrigação, impossível de ser feita sem água, num contexto em que o rio da região, secca, durante mais da metade do ano. Sim. Era necessário represar a água. Acumulá-la passou a figurar na ordem do dia, seja por investidores particulares, seja pela ação governamental.

Em 1921, o relatório do IFOCS, cujo encarregado era o engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, descreveu a construção de dezenas de açudes particulares e, dentre outros, 5 grandes

açudes públicos sob a responsabilidade da firma inglesa *Dwight P. Robinson & Co.* O maior deles era o Açude Orós.

J. A. Sargent, superintendente da construção do Orós *chegou* em Fortaleza à 16 de setembro de 1921, devido porém à dificuldade de transporte, visto não estar o ramal ferro-viário contruido *nem haver* estradas de automóveis, o Sr. Sargent foi designado *provisoriamente* para auxiliar os trabalhos técnicos de outros *superintendentes* pois a sua vasta experiência e observação de trabalhos *como esse* tornou-o a esse respeito particularmente valioso. Em *seguida*, o Sr. Sargent installou-se temporariamente em Água Fria, de Orós, e presentemente está tratando dos trabalhos preliminares taes como edificações de moradias, supprimentos e saneamento local. *Hoje*, todo o equipamento mecânico, necessario a esta barragem *encontra-se* em Fortaleza e será embarcado para o ponto de destino, *assim que* concluído o ramal ferro-viario. (IFOCS. Relatório de 1921. p. 43).

Mesmo, naquele momento, sem estar construído o ramal ferroviário citado no trecho do Relatório do IFOCS, a expansão da estrada de ferro de Baturité, que deveria chegar, desta feita, até a cidade do Icó (Estrada Fortim-Icó), o Açude Orós passava a se tornar realidade na região, com a chegada dos primeiros encarregados, engenheiros, operários e construção dos barracões para hospedagem e a notícia da chegada das máquinas.

Na Revista do Instituto do Ceará, Raymundo Francisco Ribeiro escreveu longo trabalho discorrendo sobre a importância que teria para o Vale do Jaguaribe a construção de tal trecho da rede ferroviária cearense. Após ponderar as riquezas naturais da região, o autor apregou a importância dessa estrada de ferro, já levando em consideração a construção do açude Orós e seu papel para a agricultura irrigada no trecho.

Excede as todas as previsões optimistas o futuro do valle do Jaguaribe, desde que for construída a ferro-via Fortinho-Icó.

Para ele affluirão industriaes e, com estes, os capitães precisos para melhorar as suas forças economicas activas e activar as suas forças e economicas latentes.

[...]

É uma idéa velha a irrigação do valle do Jaguaribe; o illustre engenheiro Revy estudou profundamente este melhoramento, que então dependia da construcção do acima referido açude do boqueirão, actualmente substituída pelo dos Orós, que dizem os entendedores, *será o maior açude do mundo.* (grifos no original).

Dizia aquelle illustrado profissional que “a irrigação das terras marginaes do *medio e baixo* Jaguaribe, por água derivada de um grande reservatorio (referia-se as do Boqueirão) as tornará tão produtoras quanto as do Delta do Rio Nilo.

Já se achando resolvida a construcção do reservatorio dos Orós, talvez não esteja longe a prometida irrigação e, com ella, a realisação da predição de Revy. (RIBEIRO, 1920. p. 338-339).

No trecho, três preciosas informações: a construção do Orós que já se achava resolvida; a necessidade justificada da construção da estrada de ferro Fortim-Icó; e, por fim, a possibilidade de mudança de realidade no Vale do Jaguaribe, ocasionada por estas duas empreitadas, caso fossem feitas juntas. Seria a possibilidade do desenvolvimento da agricultura irrigada, junto ao desenvolvimento econômico proporcionado pela possibilidade do escoamento da produção de uns poucos, mais abastados.

No texto, o autor ainda destacava como a estrada de ferro, aos moldes do que já acontecia entre Areia Branca e Mossoró, no vizinho estado do Rio Grande do Norte, contribuiria no transporte das cargas de carnaúba, algodão e carnes para o porto do Aracati. (RIBEIRO, 1920. p. 349).

Era este o ambiente dos municípios do Baixo Jaguaribe antes mesmo da construção do açude. Uma economia rural baseada na produção do algodão, no beneficiamento da carnaúba e na colheita de vazantes. O pequeno comércio das cidades interioranas, abastecido em sua grande maioria pela produção ribeirinha, passaria a receber gêneros de lugares mais distantes, ação possível diante da construção de um ramal da estrada de ferro. O excedente também poderia ser comercializado fora do circuito usual já conhecido que contava somente com o comércio das circunvizinhanças. No entanto, nem tudo ocorreu conforme pensado.

O trecho da estrada de ferro que ligaria o Fortim ao Icó nunca saiu do papel e as obras do Orós se depararam com o segundo obstáculo de sua trajetória. Entre os anos de 1920 e 1924, as obras do açude Orós estavam se desenrolando dentro de suas possibilidades. O relatório anual do IFOCS das obras realizadas no ano de 1922 dá a entender que o canteiro da obra funcionava normalmente, embora, diga que os trabalhos só não estavam mais adiantados por conta da inconclusão da estrada de ferro Fortim – Icó.

[...] Os serviços de construção dessa barragem não *aparentam* ter maior nível de desenvolvimento, porque ficaram na dependência da *construção* de um ramal ferreo de 42km, 700 de extensão, ligando a linha da E. F. de Baturité ao boquéirão. Comtudo, já é apreciado o trabalho realizado. *O* acampamento está terminado e abastecido d'agua filtrada e 3 locomotivas (ilegível) de 20t. fazem diferentes serviços de tracção. Procede-se a abertura de um tunnel (para esgotamento do poço referido), que terá cerca de (ilegível)m de comprimento e servirá para o desvio da aguas do Jaguaribe *enquanto* durar a contrucção da parede. (IFOCS. Relatório anual de 1922. p. XIII).

Embora o próprio relatório afirme ter sido inaugurado o referido ramal à 31 de dezembro de 1922, o que nos leva a crer que o documento pode ter sido escrito por mãos distintas e em tempos diferentes, o fato que suspenderia as obras do açude seria outro tipo de contratempo.¹⁶

No ano de 1924 ocorreu na região do Vale do Jaguaribe a primeira enchente histórica do século XX. Pensando que foi através da experiência da seca que discursos e práticas se forjaram para construir simbolicamente as regiões Norte e Nordeste, durante muito tempo se

¹⁶ A Estrada de Ferro de Baturité é um importante capítulo da história ambiental, social e econômica do Ceará. Infelizmente essa tese não se debruça sobre o impacto do ramal ferroviário Iguatu-Orós na construção do açude. No entanto, para entender melhor os contornos da construção da ferrovia para todo o Estado, consideramos importante consultar o trabalho de Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis (2015) intitulado *O espaço a serviço do tempo: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará*.

ignorou que os moradores do sertão não conhecem apenas um fenômeno climático. A dinâmica da vida sertaneja, e não apenas do *ribeirinho* – morador da beira do rio, é marcada profundamente pela seca, mas ele também conhece, e deles muito fala, dos tempos de enchente e também das épocas nominadas de seca verde. (SILVA, 2006, p. 99)

A cheia é o outro lado da experiência do sertanejo. É o fenômeno da “velocidade” que quando vem não dá trégua, nem descanso. Ao contrário da seca, que se arrasta e se prolonga, a cheia é própria de um tempo específico e, quando acontece, se dá numa única vez no ano ou até mesmo na década.

Em 1924, as torrenciais chuvas paralisaram as obras do açude Orós. Tal como a seca, a intempérie foi igualmente calamitosa, destacando-se a natureza, dessa vez, pelo excesso e não pela falta. Em decorrência da enchente, “o dique de desvio extravasou e destruiu parte de instalações e obras iniciadas. Seguiram-se ordens de um corte drástico nas verbas da IFOCS, paralisando construções e serviços em andamento.”¹⁷

O que se viu a seguir é que os homens da ciência não contavam com a astúcia das águas. O Rio Jaguaribe, ainda não domado, derrubou os barracões, levou em sua correnteza, máquinas, instalações e “afogou” o sonho do Orós por 8 anos. Somente 4 anos depois, o açude voltaria à ordem do dia, por vias não oficiais, através das páginas de O Povo, em janeiro de 1929 num poema escrito pelo fundador do periódico, o jornalista Demócrito Rocha.

No livro “O Jaguaribe é uma artéria aberta”, Paulo Sarasate, jornalista e deputado cearense, discorreu sobre a figura de Demócrito Rocha e discutiu, dentre outras coisas, sobre sua poesia. Fundado por Demócrito em janeiro de 1928, “O Povo”, é um periódico cearense que circula pelas cidades cearenses até hoje. Em seus primeiros anos carregou a marca da escrita de Demócrito durante o período em que este foi editor e redator-chefe do jornal.

Nas palavras de Paulo Sarasate, uma de suas características era salvar o jornal do atraso, quando contribuía com textos para diversas edições. Num desses momentos, foi publicado o poema *O Jaguaribe é uma artéria aberta*, com o objetivo de completar a 4ª página do jornal de 07 de janeiro de 1929, data da edição de primeiro aniversário de “O Povo”. Assim, Sarasate narrou o contexto do episódio:

Seriam dez horas daquele dia – recordo-me como se fôsse hoje! – quanto Antônio Louro, o chefe das oficinas, me pediu que chegasse até a mesa da paginação. Ali estavam, em condições de seguir para o prelo (uma velha e pobre “Alauzet”, montada e remontada várias vezes), três páginas e meia de composição e propaganda. Faltava matéria para completar a quarta página, cuja metade fôra preenchida com um anúncio dos charutos “Príncipe de Gales”, de que era agente a firma Benjamin Tôrres, amiga do jornal.

¹⁷ Conforme disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/barragens/oros/oros.htm> Acesso: 20 de novembro de 2014.

- “Que fazer para não atrasar a edição?” – Indagou o chefe das oficinas. “Precisamos seja lá do que fôr para completar a página.” (SARASATE. 1968. p.112).

E este “seja lá o que for” foi o poema sobre o Rio Jaguaribe. Fazia cinco anos que as obras do Açude Orós haviam sido suspensas. Além dos prejuízos ocasionados pela enchente de 1924, as mudanças na gestão do IFOCS fizeram a obra de propalada importância ser paralisadas, porém não esquecida.

Com ajuda do poema de Demócrito Rocha, o Rio Jaguaribe, parte integrante da natureza do Ceará, tornar-se-ia, discursivamente, um corpo vivo e pulsante, registrado, de agora em diante, como espaço de redenção que guardava o elemento fundante e crucial capaz de retirar a região da histórica fila da miséria: água.

Assim escreveu Demócrito Rocha:

O Rio Jaguaribe

O Rio Jaguaribe é uma artéria aberta
por onde escorre e se perde
o sangue do Ceará.
O mar não se tinge de vermelho
porque o sangue do Ceará
é azul ...

Todo plasma
toda essa hemoglobina
na sístole dos invernos
vai perder-se no mar.

Há milênios... desde que se rompeu a túnica
das rochas na explosão dos cataclismos
ou na erosão secular do calcário
do gnaisse do quartzo da sílica natural ...

E a ruptura dos aneurismas dos açudes...
Quanto tempo perdido!

E o pobre doente — o Ceará — anemiado,
esquelético, pedinte e desnutrido —
a vasta rede capilar a queimar-se na soalheira —
é o gigante com a artéria aberta
resistindo e morrendo
resistindo e morrendo
resistindo e morrendo
morrendo e resistindo...

(Foi a espada de um Deus que te feriu
a carótida
a ti — Fênix do Brasil.)

E o teu cérebro ainda pensa
e o teu coração ainda pulsa
e o teu pulmão ainda respira
e o teu braço ainda constrói
e o teu pé ainda emigra

e ainda povoa.
 As células mirradas do Ceará
 quando o céu lhe dá a injeção de soro
 dos aguaceiros —
 as células mirradas do Ceará
 intumescem o protoplasma
 (como os seus capulhos de algodão)
 e nucleiam-se de verde
 — é a cromatina dos roçados no sertão...

(Ah, se ele alcançasse um coágulo de rocha!)

E o sangue a correr pela artéria do rio Jaguaribe...
 o sangue a correr
 mal que é chegado aos ventrículos das nascentes ...
 o sangue a correr e ninguém o estanca...

Homens da pátria — ouvi:
 — Salvai o Ceará!
 Quem é o presidente da República?
 Depressa
 uma pinça hemostática em Orós!
 Homens —
 o Ceará está morrendo, está
 esvaindo-se em sangue ...

Ninguém o escuta, ninguém o escuta
 e o gigante dobra a cabeça sobre o peito
 enorme,
 e o gigante curva os joelhos no pó
 da terra calcinada, e

— nos últimos arrancos — vai
 morrendo e resistindo
 morrendo e resistindo
 morrendo e resistindo (O Povo, 07 jan. 1929)

A escrita literária também passou a ser campo de existência do açude que ainda não existia. A peça passou a figurar em outros escritos (textos acadêmicos) e outros suportes (tribunas parlamentares), adquirindo diversos sentidos a partir de seus usos. Em 1929, a *ausência* do Orós já não significava apenas *falta*. Era presença discursiva e também sonho. E mais: era necessidade. Para além de textos com tais características, escritos com outras peculiaridades já haviam aparecido. Nunca é demais recuperar que o projeto do açude era de 1911.

É o caso do texto do Dr. Thomás Pompeu Sobrinho, publicado na Revista do Instituto do Ceará em 1927, que discutia, de forma apressada e surpreendente, a capacidade irrigatória do açude Orós. Após estudos pessoais, concluía o autor: “Fica assim definida a capacidade irrigatória do maior açude que vamos ter: *o açude dos Orós poderá irrigar pelos methods ordinários, 85.000 hectares de terras continuamente, mesmo que sobrevenham dois annos sucessivos de seccas.*” (grifo do autor) (POMPEU SOBRINHO, 1927, p. 161).

O espectro da falta evoluiu para sonho e deste para uma necessidade com tanta força e solidez que o autor nem discutiu as condições práticas para a construção de um açude como o cálculo da bacia hidráulica, as desapropriações, o impacto ambiental, o custo e o tempo para a conclusão da obra. Pompeu Sobrinho subverteu a temporalidade cartesiana, ignorou a etérea condição de existência da barragem e projetou dentro do sonho, um desejo para o futuro do Ceará: um açude cheio, possibilitando a irrigação das terras do Baixo Jaguaribe.

Separadas pelo interstício de dois anos, em diálogo, as fontes revelam ambientes em constantes aproximações. Seja nas páginas da imprensa ou através de um ensaio científico, o Orós é desejado. Enquanto no poema de Demócrito Rocha, sua efetivação é exigida, no texto de Pompeu Sobrinho, toda a potência do açude é referenciada, com provas científicas de que sua eficácia ajudaria a região a conviver com o fenômeno da seca. E, além disso, seria capaz de se efetivar ainda mais, pois mesmo atravessando tempos de seca ou de poucas chuvas, diante de sua capacidade de acumulação, ainda sobreviveria a região a dois anos ininterruptos de seca. (POMPEU SOBRINHO, 1927. p.162)

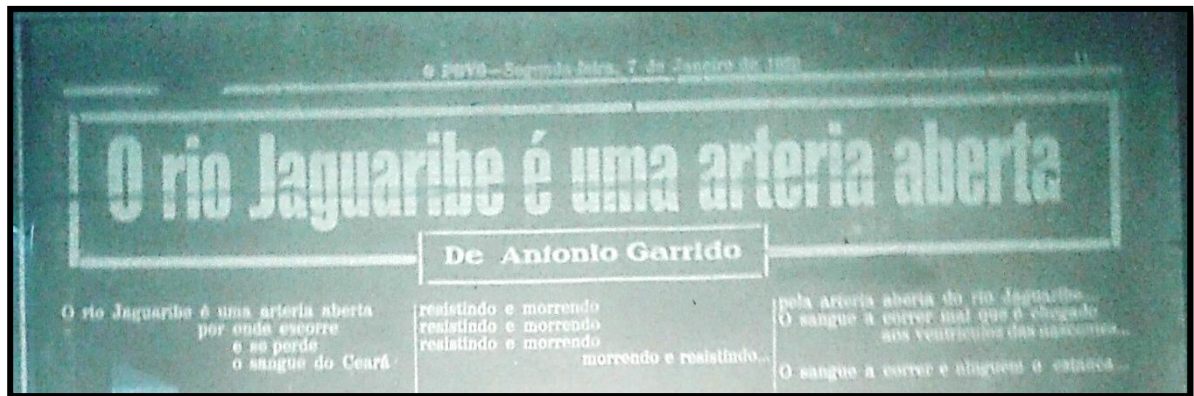
Referindo-se ao progresso técnico-industrial do final do século XVIII, o historiador alemão Reinhart Koselleck através dos conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa, ajuda-nos a compreender melhor essa semântica dos tempos. Para ele,

a experiência das invenções científicas e de sua aplicação industrial permite esperar novos progressos, que não podem ser previstos de antemão. O futuro, mesmo não podendo ser deduzido da experiência, trouxe não obstante a certeza de que as invenções e descobertas científicas iriam criar um mundo novo. Ciência e técnica estabilizaram o progresso como sendo a diferença temporal progressiva entre a experiência e a expectativa. (KOSELLECK, 2006, p. 320-321).

Esse era o caso do Açude Orós: um exemplo da técnica, tempo capturado, capaz de promover a mudança de um povo e de uma região, contribuindo com a implementação do progresso, ao diferenciar a fronteira do horizonte com os limites da experiência.

Hoje, o Açude é uma realidade. Ele existe e nele, muitas histórias foram gestadas. Umas apenas para contar o tempo; outras para ajudar a compreender e lembrar esse mesmo tempo que já passou. O que podemos dizer, porém, é que mesmo antes de existir, em sua ausência, o Orós produziu marcas, impressões, representações sociais e culturais. Da mesma forma, podemos dizer que Demócrito Rocha, sob o pseudônimo de Antonio Garrido, produziu uma peça importante para a compreensão da história do Rio Jaguaribe e deste famoso e misterioso açude.

Imagem 02: O povo. 07 de Janeiro de 1929. p. 04



Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Longe de qualquer tipo de ingenuidade editorial, o poema ocupou meia página no tabloide e foi publicado na edição de domingo, alusiva à comemoração de um ano de circulação do periódico. Além disso, em janeiro de 1929, um novo período de seca se projetava e as obras do açude continuaram dormentes.¹⁸ Logo, a relação natureza e cultura estavam em destaque e, no poema, com toda a força simbólica possível. Paulo Sarasate arrematou:

Foi assim que se escreveu em 60 minutos, um poema telúrico de excepcional vigor, sobre um tema afinado com os anseios de uma região angustiada, num ritmo de prodigiosos efeitos cênicos e numa linguagem em que as palavras mais simples se encadeiam com as apóstrofes rebeldes, como algo de envolvente na arquitetura geral da originalíssima arquitetura poética. (SARASATE. 1968, p.114).

Não obstante a todos os elogios feitos por Paulo Sarasate, o poema de Demócrito é, como disse, texto fundamental para o universo da escrita sobre o Rio Jaguaribe e antes que este tópico acabe, ainda falaremos sobre ele.

Quando o tempo do poema parecia ter passado, o calendário chegou ao ano de 1932. Tal como no triênio 1877-1879, a natureza recolocou o Ceará em evidência. O período tem renovada importância para a historiografia da seca no Estado, visto que ensejou profícua discussão sobre o fenômeno, colocando em relevo as características sociais do fenômeno.

Frederico Neves, no livro *A multidão e a história*, saques e outras ações de massa no Ceará, discutiu, como a pobreza passou a ganhar, no Ceará de 1932, a visibilidade, os números e, por conseguinte, o discurso que ajudou a produzir para esta classe, um ambiente de disciplinamento e ordem.

Após diversos relatos de saques e ataques de pequenas multidões que contava grupos de 80, 100 e até mesmo 300 pessoas, ocorridos nas cidades do interior do Estado, tais como

¹⁸ IFOCS. Relatório anual das obras realizadas em 1929. p. XI.

Orós, Iguatu e Icó, passou o autor a enxergar a multidão no deslocamento de milhares de homens e mulheres, retirantes da seca, para cidade de fortaleza. (Cf. NEVES, 2000, pp. 105-133).

Ora, o que aconteceu quando uma multidão de famintos começou a se materializar nos centros urbanos das pequenas cidades do interior do Ceará e em sua capital? Enquanto o cenário da miséria era exposto para o mundo, no momento em que se encontravam multidões de flagelados descendo dos trens da rede ferroviária cearense, a prática governamental e o discurso da higiene sustentavam o hipotético desejo de garantir a cidade dos ricos.

Numa perspectiva isolacionista foram criados os “campos de concentração” também chamados de “curral do governo”, lugar onde se aglomeravam os retirantes da seca, pobre em sua grande maioria, vindo do interior no Estado. Sobre estes, Kênia Rios diz:

Os campos de concentração funcionavam como uma prisão. Os que lá chegavam não podiam mais sair, ou melhor, só tinham permissão para se deslocar quando eram convocados para o trabalho, como a construção de estradas e açudes ou obras de “melhoramento urbano” de Fortaleza, ou quando eram transferidos para outro campo. Os concentrados se deslocavam dentro de caminhões e, a todo momento, ficavam sob o atento olhar dos vigilantes. (RIOS, 2006. p. 55).¹⁹

As práticas de vigilância disciplinavam os corpos e retiravam os flagelados da paisagem. Enquanto isso, a seca assolava a região e produzia um ambiente de crise verificado igualmente nas páginas oficiais do IFOCS:

Esgotado por dois anos de precipitações escassas e mal distribuídas, não dispunha o sertanejo de reservas para enfrentar o ano seco que surgia. O êxodo para o litoral do Ceará se iniciou e generalizou-se rapidamente, surgindo com êle os assaltos e depredações inevitáveis. (IFOCS, 1934, p 43).

Lembrou-se o leitor de Thomaz Pompeu Sobrinho afirmando que o Orós sustentaria a irrigação regular da região, mesmo após dois anos de secas? Sobre o Açude, este mesmo relatório registrou apenas que a inspetoria estava concluindo estudos. O site do DNOCS, em seu resumo sobre o açude Orós, infere 1932 como o ano em que um novo projeto foi elaborado, destacando que desta vez, a barragem, que poderia ser de terra ou concreto, “teria eixo retilíneo e se localizaria a jusante do boqueirão.”^{20 21}

¹⁹ As imagens dessa multidão de famintos, criada pelo ambiente seco do ano de 1932, na cidade de Fortaleza foram estudadas pela professora Kênia Rios, em dissertação de mestrado defendido na PUC de São Paulo, em 1999. Publicado anos depois, em 2006, pela coleção outras histórias do Museu do Ceará, as ideias da autora encontram-se com nossos escritos e com os escritos do professor Frederico, no momento em que a tessitura da seca teimava engendrar relações entre a natureza e a sociedade.

²⁰ À montante localiza-se tudo que fica antes do açude; à jusante, estão os lugares e edificações que ficam depois da barragem, seguindo o leito do rio. (Nota do autor).

²¹ <http://www.dnocs.gov.br/barragens/oros/oros.htm> acesso: 20 de novembro de 2014.

Não obstante, o projeto silenciado pela documentação oficial reverberou no binômio técnico que predominou na escrita sobre o Rio Jaguaribe até meados da década de 1960, com a efetiva construção da parede do açude, entre os anos de 1958 e 1961: perenizar o rio e ao mesmo tempo, domá-lo, a fim de efetivar políticas de irrigação. E tudo isso tinha por trás um grande objetivo: vendido como “fixar o homem à terra,” o que se desejava mesmo era conter as migrações.

Viajamos no tempo até 1958 para encontrar as bases da construção do Orós. E como se não soubéssemos, o motivo para tanto foi outra inclemente seca. Para Frederico de Castro Neves, a seca de 1958 foi um tempo de afirmação; de “solidificação de uma tradição de ações coletivas, efêmeras, diretas e autônomas – o tempo das multidões.” (NEVES, 2000, p. 180).

Repleta de *cassacos*, flagelados e moradores, Fortaleza era o reflexo de um mundo complexo, cada vez mais integrado por conta do universo da seca. Numa época de nacional-desenvolvimentismo, o presidente da República Juscelino Kubstichek, que durante a campanha presidencial, em 1955, já havia prometido concluir a barragem do Orós, durante o ápice desse ciclo, em 1958, determinou a finalização do projeto. Para os órgãos oficiais como o DNOCS, 1958 foi um ano de muitos estudos, como indica nossa bibliografia que, posteriormente, será mais bem investigada. O certo é que, para aqueles técnicos, o interior do Ceará teria seu próprio oceano em 1959.²²

Era um tempo de transição. O açude Orós finalmente parecia começar transpor a fronteira do imaginário. Porém, ainda demoraria um pouco para tornar-se realidade e inaugurar, para além de uma nova temporalidade para o Rio Jaguaribe, uma outra estrutura de sentimento através da qual pudesse ser percebida.

Com a construção do Açude Orós, técnicos, políticos e cientistas projetavam para os municípios do Baixo Jaguaribe, um horizonte de expectativa de satisfação, realização e fartura prolongada. No entanto, antes de atingir tal projeção, precisou a história do açude sedimentar outros espaços de experiência e, portanto, outras sensibilidades. Para o povo, moradores do entorno do (futuro) lago de Orós e da ribeira do Jaguaribe, parede do açude abaixo, o tempo foi de dúvida. Antes de qualquer tipo de satisfação, (sentimento ainda hoje posto em dúvida quanto à sua efetivação), para estes, o Orós existiu entre a esperança e o medo.

²² A primeira data para entrega do açude Orós, programada pelo DNOCS e pelo presidente Juscelino Kubstichek foi o dia 15 de novembro de 1959.

Em março de 1960, às margens do lago rompido do Açude Orós, rodeado por líderes políticos da região, tais como Paulo Sarasate, José Martins Rodrigues, Virgílio Távora e Carlos Jereissati, o presidente Juscelino Kubstichek ouviria novamente os versos de Demócrito Rocha – desta vez, significando outro tipo de apelo:

O Rio Jaguaribe é uma artéria aberta
por onde escorre e se perde
o sangue do Ceará.
[...]
Homens da pátria — ouvi:
— Salvai o Ceará!
Quem é o presidente da República?
Depressa
Uma pinça hemostática em Orós!

O Açude Orós estava prestes a aparecer nas páginas da história inspirando outros sentimentos e, portanto, com outros significados.

3. ORÓS – O AÇUDE DA ESPERANÇA?

Entre julho de 1958 e março de 1960 defendemos a ideia de que a história do açude Orós e sua influência sobre a percepção que se tem sobre o Rio Jaguaribe passou a ser regida por aquilo que sentem os esperançosos. Para além de substantivo, mas também como adjetivo e, por conseguinte, conceito, o termo “esperança” agrega aqui um esquema explicativo capaz de nos fazer entender as nuances do tempo histórico.

Quando tratamos da história desse açude, esse hiato temporal de menos de dois anos é extremamente relevante se considerarmos os pressupostos de nossa iniciativa que busca entender tal trajetória a partir de uma estrutura de sentimentos.

Buscando desvendar a complexidade dos tempos que se apresentaram – tempo da natureza, tempo da técnica, tempo dos sujeitos e tempos das memórias, entendemos que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história (BENJAMIN, 1987, p. 223), assim, visto sobre as lentes apropriadas, o Orós tornou-se um mundo, recheado de pequenos e grandes acontecimentos dentre os quais nenhum pode ser ignorado.

A compreensão geral dos eventos, ainda permeada pelo mote da ausência, aos poucos foi cedendo lugar a um novo sentimento: a esperança. Assinada a ordem de serviço, delimitado o lugar da obra, transferidas para lá as máquinas que ajudaram a construir o Açude Araras, recrutados os trabalhadores e, finalmente, iniciadas as obras, a barragem começava a se tornar realidade e a inspirar uma nova temporalidade para o Rio, para a região e seus moradores.

No entanto, ao contrário do que se possa pensar nos dias atuais, o processo da construção do Açude Orós não foi uma unanimidade. Debaixo da massa d’água de 3 bilhões de metros cúbicos, residiram inúmeros conflitos, experimentados hoje através das memórias dos agricultores, nos registros da imprensa da época, dos discursos parlamentares dos deputados federais do Estado do Ceará e dos registros técnicos, escritos no período de sua construção *quase* definitiva (1958-1960), que podem ser encontrados em folhetos independentes, no Diário do Congresso Nacional e nas páginas dos periódicos.²³

Atualmente, o projeto do açude parece ser uma realização inquestionável que mudou a história do Rio Jaguaribe e, por conseguinte, a história da água no Estado do Ceará. No entanto, o Orós guarda em seu concreto, muito mais que o *sangue do Ceará*, como preconizou

²³ O valor citado (3.000.000.000 m³) refere-se ao número que a maioria das publicações à época, fossem elas jornais, opúsculos ou discursos parlamentares dos anos de 1958 a 1961 apontavam como a capacidade máxima do açude Orós. No entanto, o que afirma a COGERH é que a barragem atualmente tem a capacidade de aproximadamente 2.100.000.000 m³. Disponível em: <<http://www.hidro.ce.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015.

Demócrito Rocha. É, pois legítimo perguntar o que significava o conceito de *esperança* naquele contexto.

Esse capítulo pretende discutir três aspectos específicos dessa construção, a partir de fontes escritas no período e o cruzamento das mesmas com narrativas orais de moradores e membros de poderes constituídos, ativos durante o recorte temporal em relevo. São eles moradores das cidades atingidas pela inundação do Orós ocorrido em 1960 e o delegado de polícia que trabalhou na cidade de Limoeiro do Norte, durante a enchente do Rio, ocasionada pela quebra da barragem.

No primeiro tópico, buscaremos ver a afirmação do projeto de construção do açude, diante das intempéries climáticas da segunda metade da década de 1950, culminando com as ocorrências da seca de 1958. Nosso objetivo é investigar como a perspectiva temporal da esperança e o tempo da natureza dialogam nas fontes consultadas.

No segundo tópico, discutiremos as desavenças teóricas, políticas e pessoais sobre a continuação da construção do açude, abordando as contribuições de agentes públicos, jornalistas, engenheiros, dentre outros, contrários e defensores do projeto. Nossa intenção é indagar sobre as possíveis relações entre o sentimento do porvir e o tempo da técnica.

Por fim, esmiuçaremos aquele que talvez seja o ponto mais emblemático da trajetória do açude: o arrombamento do Orós, ocorrido em março de 1960, e seu processo de reconstrução, buscando, dentre outras questões, entender como as narrativas de moradores das cidades atingidas e de autoridades da época e as notícias dos jornais se entrecruzam nessa historicidade, que vão inaugurar para o rio e para região, uma nova temporalidade.

3.1. 1958 – O desolador flagelo da seca – Um impulso dado pela natureza

Estudar a questão da seca no Ceará não é nenhuma novidade. O tema já foi abordado de diversas formas. Seja através dos documentos oficiais, tais como as mensagens e decretos dos presidentes da província do Ceará, no Império ou dos presidentes do Estado e posteriormente dos Governadores durante a República, seja por meio das visões dos parlamentares do Congresso Nacional ou da Assembleia do Ceará, seja através de interpretações dos relatos orais, do registro da imprensa, das imagens e fotografias dos períodos de grandes secas, dos processos crime e inquéritos policiais que registraram saques protagonizados pela multidão, a seca têm costurado a historiografia do semiárido e, portanto, não tarda em aparecer nos textos históricos produzidos por estas bandas do país.

Dito isto, constitui-se uma problemática específica a este trabalho saber até que ponto o fenômeno da seca ocorrida na segunda metade da década de 1950, que atingiu seu auge no ano de 1958 interferiu no processo de construção do açude Orós. Que cenário se formou neste tempo para que os planos da construção do maior açude do polígono das secas voltassem para as pranchetas dos técnicos, para os discursos dos políticos e para o imaginário da população?

Ousamos dizer que o tempo da natureza, nesse momento sobressaltado pela seca vivida na região, modificou os sentimentos em torno da história do açude Orós e gerou para si novos esquemas de compreensão e percepção.

Nosso objetivo é buscar entender até que ponto é possível realizar o diálogo entre diversos suportes documentais e perceber como esse emaranhado de informações pode instrumentalizar a compreensão de nosso objetivo, que pretende, dentre outras coisas, entender como a construção do Orós se insere na trama da seca de 1958.

Começamos então por um exemplo da técnica que, à época, buscava algum domínio da natureza. A tabela a seguir mostra a precipitação anual dos anos de 1955 a 1958, baseado nos dados coletados pela SUDENE.

Tabela 01 – Média anual das chuvas no Ceará

Pluviometria (em milímetros)	1955	1956	1957	1958
Média anual	764.0	720.0	831.0	288.1

Fonte: FUNCEME – Serviço de Informação ao cidadão

Levando-se em consideração que, para o Estado do Ceará, a média histórica anual de chuvas é de 804.9 mm, percebemos que 1958 foi o ano mais crítico de um período de baixa pluviometria, excetuando-se o ano de 1957.²⁴ Logo, a admissão de uma previsibilidade sobre

²⁴ A informação, que leva em consideração o que se convencionou chamar de média histórica, é baseada em orientações internacionais, utilizadas pela primeira vez em 1872 pelo Comitê Meteorológico Internacional que “decidiu compilar valores médios climatológicos sobre um período de tempo uniforme a fim de assegurar compatibilidade entre dados coletados em várias estações de medição meteorológica ao redor do mundo, resultando daí a resolução para o cálculo das normais (médias) de 30 anos. Um período inicial para aplicação dessa metodologia foi escolhido: de 1901 a 1930, a ser seguido de intervalos de 30 anos”. (CF. RAMOS, et al, 2009, p. 35). A FUNCEME, no entanto, utilizou aqui Normais (médias) climatológicas provisórias, que são médias observadas em um período mais curto de tempo, baseadas em observações que se estendem sobre um período mínimo de 10 anos. Em outras ocasiões, a FUNCEME utiliza, por exemplo, um período de 20 anos (1989 a 2008) para determinadas aplicações, mas como ela foi criada em 18 de setembro de 1972, a instituição fez uso frequente de média histórica, própria, de chuva, de 1974 a 2003, bem como já usou, para diversos estudos e aplicações, as normais climatológicas de 1961 a 1990, compiladas pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), que abrange não só a precipitação pluvial, mas outras variáveis meteorológicas, tais como temperatura do ar, umidade relativa do ar, vento, pressão atmosférica, etc. A mais recente média histórica de chuva, usada pela FUNCEME, e resultante de sua densa rede de pluviômetros distribuídos pelo Ceará, compreende o período de 1981 a 2010. Essa informação nos foi concedida pelo meteorologista Raul Fritz

a situação climática da região perdeu-se defronte o acumulado dos dias. Com apenas 26 mm acima da média, a safra de 1957 foi um fracasso e a permanência da situação de seca nos primeiros meses de 1958, fez com que a região recebesse a visita do então presidente da República, Juscelino Kubistchek, que dentre outras questões anunciou a construção do açude Orós, em 25 de abril de 1958 conforme noticiou o periódico cearense O Unitário. (Unitário, 25 de abril de 1958. p. 03).

A natureza reapresentou para aquela região um quadro complexo amplamente conhecido: destruição das lavouras, fome, ampliação da miséria e êxodo das populações do interior do Estado para sua capital. A seca levou os temas da sobrevivência e do desenvolvimento socioeconômico ao centro dos estudos e das preocupações dos órgãos públicos constituídos à época para o fomento e compreensão do semiárido. Como exemplo, transcrevemos a seguir um trecho do documento *A seca de 1958 – Consequências da seca e sugestões para minimizar seus efeitos*, publicado em agosto do mesmo ano pelo Banco do Nordeste.²⁵

As perdas diretas e imediatas sofridas pela economia da região cifraram-se em 20 bilhões de cruzeiros e compreendem 300 mil toneladas de carne, 150 mil toneladas de leite, 1 milhão e duzentas mil toneladas de gêneros alimentícios, 54 mil toneladas de algodão de fibra longa (pluma), 100 mil toneladas de caroço de algodão etc. Os gastos do Governo, até fevereiro de 1959, com a assistência às populações afetadas, mais de 2,5 milhões de pessoas, deverão elevar-se a mais de 10 bilhões de cruzeiros, se forem utilizadas todas as verbas extraordinárias votadas pelo Congresso Nacional. (BNB/ETENE. p. 13).

Os dados apresentados, devotados a uma descrição economicista do cenário, podem ser interpretados em busca dos aspectos sociais que estavam sendo observados durante o agravamento da estiagem. A perda de milhares de toneladas de carne e leite pode ser traduzida como a morte dos animais; o desaparecimento da alegada cifra dos gêneros alimentícios, não encontra melhor tradução que a ocorrência de fome do período. E, por fim, sabendo da importância do algodão para economia das pequenas e médias cidades e das comunidades rurais do polígono das secas, em especial, dos municípios do Baixo Jaguaribe, é possível imaginar o quadro de miséria e desabastecimento vivido naqueles dias por tais populações, diante das perdas desses gêneros registradas no período.

O documento citado, produzido pelo BNB/ETENE, discorreu sobre o ambiente da seca no período. O texto apresentou os resultados observados por três grupos de pesquisa e,

Teixeira, Supervisor da Unidade de Tempo e Clima, do Núcleo de Meteorologia da FUNCEME em fevereiro de 2016, através do Sistema de Informação ao Cidadão do referido órgão. Nota do autor.

²⁵ O documento ainda teria mais três complementos, sendo dois desses publicados em Dezembro de 1958 e um terceiro, voltado aos efeitos da seca sobre a agronomia agropecuária do Nordeste, que circulou a partir de Janeiro de 1959. Nota do autor

ao final, propôs estratégias de combate à seca, baseadas num planejamento preventivo que abordava desde a necessidade do melhoramento do serviço de informações pluviométricas até ao planejamento dos movimentos migratórios de pessoas e a transferência de animais em tempos de seca. (BNB/ETENE. p. 17).

Já o relatório do DNOCS sobre as ações do órgão no ano de 1958 apresentou a seca de outra forma. A divisão do documento segue o padrão preestabelecido ainda na Primeira República. Há uma introdução, que na maioria das vezes é uma carta de apresentação do documento, assinada pelo diretor-geral do órgão (antes Inspetor-Geral), endereçando o relatório ao responsável maior a quem o órgão é subordinado e depois segue o relato dos trabalhos do departamento em diversas áreas. Em 1958, o documento foi dividido em açudagem pública e abastecimento d'água, rodovias, açudagem por cooperação, perfuração de poços e serviços médicos.²⁶

O documento de 1958, disponível na biblioteca do DNOCS, não trouxe as páginas de apresentação, nas quais esperávamos encontrar um panorama geral para a seca do período na visão do órgão. No entanto, bastou continuar a leitura pelas páginas seguintes para que a força do fenômeno climático começasse a aparecer.

O primeiro indício das mazelas da seca surgiu durante o texto de esclarecimento sobre a construção do Açude Custódia, no município de Serra Talhada-PE. Dizia o relatório:

Este açude foi iniciado a fim de atender a situação de penúria das vítimas da sêca no município de Custódia, embora seu projeto não estivesse ainda totalmente concluído. Sua finalidade é servir como reservatório destinado ao abastecimento d'água da cidade de Custódia. (Grifos nossos) (DNOCS. Relatório de 1958, p 25).

Adiante, ao discorrer sobre as rodovias construídas no período, registrou o documento:

O Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, por intermédio do seu Terceiro Distrito, construiu no ano de 1958 o total de 125.372 quilômetros de rodovias, nos quais 59.269 Kms nas obras de emergência e 66.103 Kms nas obras orçamentárias. **Estas obras de emergência foram iniciadas com a finalidade de dar emprego a milhares de vítimas da sêca que assolou o Nordeste no ano passado.** Todas as rodovias de emergência foram estudadas e projetadas dentro de um regime de urgência, **a fim de atenderem a situação de penúria reinante na época.** (Grifos nossos) (DNOCS. Relatório de 1958, p 33).

O texto seguiu, deixando transparecer em cada detalhe as agruras vividas naquele referido período de seca. A construção de açudes e rodovias, antes justificada pelo discurso do desenvolvimento regional tornaram-se relevantes ações de combate à seca, mas, sobretudo aos seus desdobramentos.

²⁶ De 1909 a 1965, o DNOCS foi subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Posteriormente, durante a ditadura civil-militar até 1985, integrou o Ministério do Interior. Durante os anos 1986 e 1987, tornou-se órgão do Programa Nacional de Irrigação. De 1988 até 1993, passou a integrar o Ministério da Agricultura. A partir de 1994, constitui parte da estrutura do Ministério da Integração Nacional. Nota do autor.

Enquanto fenômeno natural, a seca vai ganhando contornos sociais. Podemos ver tal comportamento nos Boletins do DNOCS, editados à mesma época, cujas páginas guardam documentos técnicos com relevante preocupação social ao analisar o papel do órgão diante do fenômeno que define seu próprio eixo de ação: combater a seca, só que também para além do evento climático.

No boletim de agosto de 1958, há a transcrição de uma exposição feita por Lúcio Meira, então ministro da Viação e Obras Públicas, sobre os acontecimentos relativos à seca de 1958, aos deputados do Congresso Nacional. No texto, dividido em três partes, o ministro fez uma apreciação geral do problema da seca, explicou o esforço do Governo Federal para enfrentar a situação de emergência e, por fim, expôs as medidas que ainda serão postas em prática para que seja vencido o “espantoso fenômeno das crises climáticas que se abatem, periodicamente, sobre a área do polígono das secas.” O texto contava ainda com as transcrições das intervenções dos deputados ao final da exposição de Ministro. (DNOCS. Nov. 1958, p. 05).

Com o objetivo de chamar atenção para o impacto social da construção do açude, não deixou o ministro Lucio Meira de citar o Orós, como exemplo de esperança para a irrigação das terras da região, já que pretendia “o Governo *tornar perene* em grande extensão, o Rio Jaguaribe, o que será conseguido com o Açude Orós, de 4 milhões de m³, cuja construção deverá estar concluída até 1960.” (DNOCS. Nov. 1958, p. 11).

A descrição minuciosa do Ministro abordou itens essenciais para quem busca construir a história da atuação do DNOCS em seus diversos campos. Muito embora essa pesquisa não disponha objetivamente de fôlego para estudar verticalmente o assunto, seria uma imprudência não notificar certas áreas de atuação da atuação do DNOCS no que diz respeito à distribuição de gêneros, aos departamentos de estradas e rodagem, de estradas de ferro e ao setor de assistência médico-social.

Analisando melhor o documento podemos concluir que ali estava disposta uma visão política sobre a seca que tentava misturar homens e números em busca de uma justificativa para a existência de órgãos e postos da República preocupados com o combate e a convivência com a seca. Enquanto falava números na tribuna do Congresso Nacional, o ministro Lúcio Meira inferia que no chão do semiárido a luta era imensa e contínua.

A atual seca no Nordeste atinge a verdadeira situação de calamidade pública. O testemunho pessoal de muitas autoridades, das classes produtoras e do Clero da região, ao qual associo o meu próprio depoimento, depois de percorrer imensas regiões assoladas, conduz a afirmação de que medidas urgentes e excepcionais devem continuar a ser tomadas, dessa forma a garantir a sobrevivência de milhões de brasileiros. (DNOCS. Nov. 1958, p. 48).

Em 1958, a seca havia atingido grandes proporções, mas o ministro, na continuação do discurso, assumiu que o DNOCS não foi pego de surpresa. Definitivamente não era o sentimento de acaso que regia o momento. Nem ministro, nem as populações dos Estados atingidos pelos tempos secos foram surpreendidos pela natureza. O espectro da seca já se arrastava desde os primeiros anos da década de 1950 e, em se tratando do fenômeno, o Ceará já referenciava a estiagem há tempos.

Quando mudamos de fonte, encontramos ainda mais a dor e o sofrimento. As astúcias das memórias que teimam em remoer recordações, quando recobradas, imprimem no corpo os sentimentos do tempo. Em Avani, a recordação é dolorosa.

Em (19)58 eu tinha 11 anos. Era um menino. Para dizer a verdade, eu não sofri nada, né. Não tinha família, nem grande responsabilidade. Lembrava que papai levava o gado para aquela vazante ali do alto, que você conhece, atrás da minha casa. Eram duas cabecinhas de gado e uma rês... A bichinha ia tomar aquela água que tinha ficado no barrote, todo dia. Comer a palma, que papai cortava e botava para eles. Todo dia. Até que, por um dia, assim à tardinha, já não tinha mais água. Era lama. Uma lama assim, preta que os bicho ficavam ruminando. Foi indo, foi indo, até que um dia foi e não voltou mais. Acho que papai vendeu, se desfez porque não tinha como criar.²⁷

O narrador das enchentes ocorridas em 1960, 1974 e 1985, entrevistado ainda durante a pesquisa realizada para o curso de mestrado em história, também falou da seca de 1958, através da experiência de um menino que teimou corporificar os relatos vistos por nós nos jornais, como por exemplo, o gado comendo o xique-xique, o desaparecimento da água e a morte dos animais.

Em o Unitário de 18 de abril de 1958, um fato, análogo ao narrado por Avani, era registrado como se fosse a nota inicial de um grande escândalo.

MACAMBIRA NA FEIRA PÚBLICA – Ração de bichos à venda para população

Uma coisa despertou grande curiosidade na última feira pública, nessa cidade: foi o grande cortejo de carroças que circundavam o mercado público, conduzindo enorme quantidade de macambira, a desgraçada ração para bichos, e que nas fases críticas, com a completa falta de chuvas, de vida mais cara e explorada, dela faz-se o pão para ser deglutido pelos que têm fome.

Dantes, nos bons dias, as carroças chegavam à cidade transportando cereais e mesmo feirantes. Substituíam-nas os caminhões vindos do sul do Estado, dos tabuleiros (Cascavel) e de outros pontos conduzindo carregamentos de rapadura e farinha ou mesmo frutas.

É uma pena que nessas oportunidades os homens do Governo não cheguem mesmo, acidentalmente para presenciar mais um drama impressionante que se nos apresenta a seca nordestina. Não entendo também, porque a zona jaguaribana, esta região rica e fértil, esteja sendo esquecida pelos poderes públicos nos dias atuais,

²⁷ Antônio Avani Almeida. Entrevista realizada em 09 ago. 2014, na cidade de Jaguaruana - CE. Avani é um narrador presente em todas as histórias que resolvi contar. Ajudou, com suas memórias, a compor os textos que apresentei na monografia da graduação, na dissertação do mestrado e agora nessa tese. Agricultor aposentado, sua fala aparecerá em outros momentos do texto.

quando técnicos ou enviados pelo governo Federal ou mesmo Estadual, tomam outros destinos. (Jornal Unitário, Fortaleza, 18 abr. 1958, p.03).

Depoimento e matéria jornalística parecem reproduzir o realismo da literatura ficcional sobre a seca. Mortos os animais, passava o ser humano a comer a ração do bicho. Assim como Rachel de Queiróz, Rodolfo Teófilo e Graciliano Ramos, os jornais também expuseram a miséria humana com grande intensidade.²⁸

Publicada no Unitário, a nota a seguir narrou o suicídio de uma jovem moça no interior da cidade de Alto Santo. O texto, com forte apelo sentimental, faz o leitor sofrer ao carregar-se de sentido e tentar solidificar neste a visão desoladora da seca.

SUÍCIDIO AOS 15 ANOS

Impressionada a jovem com a seca, ateou fogo ao corpo e às vestes e depois pediu perdão.

LIMOEIRO DO NORTE – (Por Meton M. e Silva) No dia 30 de abril último, trágica ocorrência verificou-se na localidade de São Pedro, município de Alto Santo. A garota Aurinez Holanda, de 15 anos de idade, impressionada com os efeitos calamitosos da seca, irmão de 7 rebentos, todos de menor idade, ao ver seu querido pai, prepara-se para trabalhar na estrada Alto Santo – Limoeiro do Norte, jogou sobre seu corpo e às suas vestes, um litro de querosene ateando, em seguida fogo. Ouvindo gritos alucinantes, seu genitor Horácio Holanda, tudo fez para salvar o gesto tresloucado de sua filha, sofrendo, ante o drama impressionante, fortes queimaduras. Aurinez, depois que sentiu e sofreu, com toda a sua beleza de jovem do sertão, os efeitos provocados pelo gesto tresloucado, pediu perdão aos seus queridos pais e irmãos, certa de que, agradecendo a todos aqui na terra, ainda será uma feliz na eternidade. Todo o povo de Alto Santo, sente e chora, essa dor tremenda de uma jovem, inocente, bela e encantadora. (Jornal Unitário, Fortaleza, 18 abr. 1958, p. 03).

Ao ler o texto, percebemos que faltam elementos palpáveis para uma melhor compreensão do fato. Daí tenha preferido o autor mostrar a intensidade da seca e de como ela foi capaz de influenciar ações individuais extremas, através de um exercício de livre interpretação. A imagem do suicídio ganhou assim, uma visão romântica e eufêmica.

Se pensarmos nas ações coletivas, as notícias sobre levas de flagelados invadindo as cidades são profícuas e abundantes. Em seu estudo sobre a força e o papel da multidão na história, o professor Frederico de Castro Neves afirma que “na seca de 1958, a presença das multidões de lavradores rondando as casas comerciais e os mercados públicos das cidades mostrou-se ainda mais vigorosa”. (NEVES, 2000, p. 180).

Outros tempos. Em 1932 já havia experimentado o Ceará e Fortaleza cenário semelhante, no entanto, o aumento do número de retirantes e as ações coletivas dos famintos que resultaram em saques e outros movimentos reivindicatórios, ocorrendo num mundo que

²⁸ Rachel de Queiróz e Graciliano Ramos são dois expoentes do chamado “Romance de 30”, política editorial do acervo da Editora José Olympio. O movimento evidenciou a realidade social das diversas regiões do país como tema literário. Nota do autor.

se projetava para o progresso do pós-Guerra, deram à seca 1958 novas nuances interpretativas, o que nos faz inferir que, diante de tantas semelhanças o que resultou de diferente foram as soluções implementadas no concreto já que, como vimos, construir açudes para combater a seca não era uma ideia recente àqueles tempos.

Embora a recorrência de notas sobre o espectro da multidão seja maior no segundo semestre de 1958, desde abril daquele ano as notícias já começavam a aparecer. O Jornal Unitário publicou uma notícia da região Norte do Estado, especificamente da cidade de Camocim, cujo título da matéria dá nome a este tópico.

DESOLADOR O FLAGELO DA SECA

Levas de pedintes nas ruas da cidade

CAMOCIM (Por Artur Queiroz) – É dolorosamente triste ver-se o dia todo, levas de pedintes perambulando pelas ruas da cidade, implorando a caridade pública, procurando subsistir à inclemência da seca. Não chove e o camponês já desenganou-se. Desesperados pela situação deplorável, ameaçam a todo instante invasão em casas comerciais, inspirados pelo clássico axioma: “a fome é ruim conselheira”. (Jornal Unitário, Fortaleza, 02 abr. 1958, p. 03).

O mesmo registro foi feito através dos discursos parlamentares que para além do posicionamento dos políticos da época, guardavam semelhanças cotidianas ao registrar, na íntegra do texto, as cópias de telegramas enviadas por seus correligionários.

Uma semana antes, em março de 1958, o deputado Martins Rodrigues registou o recebimento de diversos telegramas advindos das distantes cidades da região do Jaguaribe, do litoral norte e também do centro-sul cearense. As correspondências foram lidas à tribuna do Congresso, “a fim de documentar ainda mais a situação de calamidade” que se encontrava o Estado do Ceará.

Na transcrição, o registro da invasão da cidade por “levas de flagelados” é comum aos municípios de Lavras da Mangabeira, Icó, Camocim e Cedro. Já em Piquet Carneiro, Mombaça, Pedra Branca e Martinópolis, as multidões iniciavam organização para promover o movimento migratório. Em todos os telegramas, a mesma iniciativa dos chefes políticos das cidades se repetia: o pedido pela liberação de verbas federais e a abertura de frentes de serviço. (BRASIL, Diário do Congresso Nacional, 25 mar. 1958, p.902-903).

Conforme o ano vai prosseguindo e os “meses do b-r-o-bro” vão chegando”,²⁹ a imagem da seca inclemente daquele ano foi se solidificando e outros personagens deste

²⁹ Referência discursiva utilizada pelo deputado Martins Rodrigues na tribuna do Congresso Nacional em discussão sobre os alcances dos projetos do DNOCS por ocasião da exposição feita pelo Ministro da Viação e Obras públicas, Sr. Lúcio Meira, em 11 de julho de 1958. “No Nordeste, como se costuma dizer, os meses ‘b-r-o-bro’ são aqueles em que a calamidade atinge o máximo de intensidade – de setembro a novembro”. (DNOCS. Nov. 1958, p.63)

contexto também ganharam destaque. Em novembro de 1958, solicitou o deputado Colombo de Souza o seguinte registro:

Acaraú, CE – Qualidade vigário paróquia São Francisco da Cruz município Acarau, composta vinte e três mil fiéis sua totalidade vivendo condições infra-humanas, venho apelar angustiosamente sentimento justiça humanidade, vossa excelência no sentido de **conseguir qualquer auxílio** atender milhares famintos procuram Vigário visto ser única pessoa ainda vem atendendo nossos infelizes irmãos flagelados. Conto sinceramente generoso interesse eminente (*incompreensível*) favor nossa gente tão duramente castigada atual calamidade. Sds. Padre José Edson Magalhaes Vigário (grifos nossos) (BRASIL, Diário do Congresso Nacional, 27 nov. 1958, p.7514).

O documento expôs o papel da igreja durante a seca e deixou transparecer grande sensação de insegurança e desolação diante do quadro climático. Porém, registrou outra forma de relação com o poder público instituído. É obvio que não podemos afirmar não existir nestes laços entre Igreja e Estado, a defesa de interesses próprios, mas, pelo menos, neste pedido feito pelo padre José Edson, não há um direcionamento para aquilo que se quer. Fez o padre uma rogativa por *qualquer* auxílio.

Em dezembro de 1958, desta vez na cidade de Icó, o Correio do Ceará registrava laços semelhantes da igreja com os flagelados da seca.

A cidade de Icó foi invadida por centenas de flagelados famintos e andrajosos dispensados das frentes de trabalho fechados por falta de fornecimento e outras providencias capazes de remediar a situação verdadeiramente dolorosa. O prefeito encontra-se ausente da cidade. O comércio está apreensivo diante da centena de homens, meninos e mulheres desesperados morrendo à míngua e jogados ao desabrigo. Nenhuma providencia oficial está sendo tomada. Somente o vigário da cidade auxiliando os flagelados promove campanhas de cunho caritativo mas que não podem ter maior amplitude e, não obstante sua abnegação, faltam recursos capazes de atender ao elevado número de pessoas extremamente necessitadas. A situação é insustentável prevendo-se graves conseqüências. (Jornal Correio do Ceará, Fortaleza, 04 dez. 1958, p.02).

Assim percebemos que durante a seca de 1958, o comportamento mais repetido pelas autoridades locais foi a “mão estendida” em direção ao Governo Federal. É bem certo que, mesmo diante do problema do pagamento dos fornecedores e das disputas políticas engendradas no Estado, fazendo com que parte ou outra dele fosse esquecida, as ajudas externas foram enviadas, seja através da liberação das frentes de serviço capitaneadas pelo DNOCS e o DNER ou mesmo com a concessão de verbas e créditos suplementares aos municípios.

Este cenário, no entanto, propiciou a intensificação de outra face cruel da seca: a indústria da seca, isto é, a malversação dos recursos públicos e, por conseguinte, a disputa inescrupulosa travada entre os grupos políticos. Some-se a isso, o fato de 1958 também ter sido ano de eleições locais.

A trajetória que se iniciou ao pedir os recursos públicos até as denúncias das práticas de corrupção estão registradas nos jornais locais e nos discursos parlamentares desde o início daquele ano. Para NEVES (2000, p. 221) ao evidenciar a pobreza e ao diminuir as fronteiras sociais entre ricos e pobres, adensando nos centro das cidades as classes urbanas e as “hordas” de retirantes, os jornais necessitavam de uma revisão nos discursos a fim de que fossem novamente estabelecidos os limites entre o “nós” e o “eles”. Daí a existência de um sem-fim de adjetivos para nominar os retirantes e a diferenciação de proposta para a convivência com a seca feita por pobres e ricos.³⁰

O Jornal Correio do Ceará de 29 de dezembro de 1958 noticiou em sua capa: “Jucás ameaçada de saques: flagelados”. No corpo da matéria expos a dificuldade do pagamento aos fornecedores dos serviços de emergência. Ao denunciar o atraso dos pagamentos, afirmou estar a cidade prestes a ser saqueada. Qual a solução? Os flagelados deveriam procurar auxílio dos poderes constituídos. (Jornal Correio do Ceará, Fortaleza, 29 dez 1958, capa e p.02).

Imagem 03: Anúncio da Casa das Bombas



Fonte: Acervo do Instituto do Ceará

³⁰ NEVES (2000, p. 184) destacou expressões do tipo revolucionários da fome, átilas, legionários da fome, horda tártara e vândalos da fome.

É certo que as páginas de Unitário e do Correio do Ceará apresentaram soluções para o problema do “flagelados”, mas também não se furtaram a dar um sutil recurso à falta d’água para aqueles mais abastados. Baseado nesse excerto outras questões são possíveis. Por exemplo: qual o custo de uma bomba d’água? Quem de fato as comprava? O anúncio permite várias leituras, quando escolhe apresentar antes mesmo das marcas e do endereço da loja, a frase “um tipo de bomba para cada caso”.

Era dezembro de 1958. No Ceará, sem dúvida que o problema era a falta d’água, conforme sugere o recorte. Logo restava saber como aquele reclame chegava ao público, tivesse este o interesse num motor para uso doméstico, industrial ou agrícola. Por fim, ainda vale ressaltar as características técnicas de tal aquisição. “No sertão, perfurar um poço é uma ciência. Não é qualquer lugar que dá água boa”, como nos ressaltou certa vez Avani. Os saberes da ciência e dos observadores da natureza teimavam em se encontrar.

E assim, os conflitos permaneceram.

Em abril de 1958, depois de uma semana de chuvas e trovoadas, a crença num bom inverno mais uma vez acabou. A seca estava instalada e em seu editorial do dia 02 daquele mesmo mês, o Unitário apontou uma estratégia de convivência mais palpável daquele momento em diante.

[...] Temos de recorrer ao Governo Federal com único e último caminho na busca de recursos.

A história se repete.

[...] Agora que está caracterizada a seca e que o Governo Federal nela acredita, pelo testemunho veraz dos seus enviados de confiança, resta que o Nordeste se una em busca de recursos.

As bancadas devem trabalhar em conjunto e aparelhar as repartições incumbidas de assistência ao Nordeste no sentido de que possam desempenhar o seu papel. (Correio do Ceará, 02 abr. 1958, p. 06).

Ora, o jornal expos um conflito ideológico e político que se tornou aparente quando o projeto do Orós passou a integrar a ordem do dia – tema do próximo tópico, mas que pode muito bem ser compreendido nesta breve pausa. Como aponta DAVIS (2002, p. 404), o combate à seca era campo de atuação política para diversas forças e poderes constituídos desde o século XIX. Logo, o loteamento do Estado e a defesa de interesses locais e pessoais foi uma tônica facilmente percebida nos textos jornalísticos e nos discursos parlamentares. Dito isto, uma visão mais acurada do assunto nos fará perceber um pulsante jogo de controvérsias, que coloca frente à frente um emaranhado de posicionamentos técnicos, científicos e políticos.

Para LATOUR (2000, p. 53),

Quando nos aproximamos dos lugares onde são criados fatos e máquinas, entramos no meio das controvérsias. Quanto mais nos aproximamos, mais as coisas se tornam

controversas. Quando nos dirigimos da vida "cotidiana" para a atividade científica, do homem comum para o de ciência, dos políticos para os especialistas, não nos dirigimos do barulho para o silêncio, da paixão para a razão, do calor para o frio. Vamos de controvérsias para mais controvérsias. [...] Na verdade, o barulho é maior, e não menor.³¹

O fato tem várias camadas e o contato com suas nuances revela que a solução da questão ficou cada vez mais distante. Pelo contrário, o conflito parece se abrir cada vez mais como no caso a seguir. O deputado Ernesto Saboia, relatando recente viagem feita ao Ceará, na tribuna do Congresso Nacional denunciou como se movimentava a engrenagem das frentes de serviços e do favorecimento político na região.

Sr. Presidente, regresso do meu Estado natal, o Ceará com a impressão de dor e desolação diante do espetáculo que presenciei, isto é a calamidade da seca que o assola.

Os trabalhadores do campo, admitidos nos serviços de emergência e socorro às secas, são espoliados, maltratados, subalimentados e explorados. Basta dizer que da diária de 40 cruzeiros são descontados, à boca do cofre 20% para os fornecedores. Estes alegam assim procederem para poder esperar a remessa do numerário que lhes enviará o Governo, o que é feito aos poucos com verifiquei em várias localidades.

As perseguições políticas, por meio da discriminação dos locais de serviço, conforme os partidos que, em tais ou quais lugares tem maioria, constituirá fato incontestável. (BRASIL. Diário do Congresso Nacional. 8 ago. 1958, p. 4512).

As denúncias do deputado, feitas na tribuna do Congresso, foram corroboradas por diversas matérias jornalísticas divulgadas naquele período. O jornalista Waldery Uchoa, deputado estadual, escreveu em o Unitário texto de opinião em coluna diária. No dia 18 de abril de 1958 afirmou que, enquanto “uns sofrem, outros roubam.”

O Ilustro Coronel Mindelo foi absolutamente realista, quando, ao chegar ao Rio, de regresso de sua visita ao Nordeste, afirmou que a seca fazia uns sofrerem e levava outros tantos a roubar.

Já começara a aparecer as falcatruas com os dinheiros que vêm do Sul, do Tesouro Nacional, para se aplicado em obras com o fim de dar trabalho aos pobres sertanejos que sofrem dias aziagos.

[...]

Turmas de trabalhadores que não existem, despesas que nunca foram feitas, estradas eleitorais que nunca foram abertas, açudes cujas paredes nunca se ergueram, tudo isso que é feito somente no papel que aguenta tudo, vai ser fonte de renda grossa para muito guabiru do rabo grande.

[...]

Chefetes políticos, coronéis botocudos, fazendeiros metidos a líderes locais, sertanejos abastados que sempre viveram explorando o suor e o trabalho de seus moradores, todos estes andam agora, louquinhos para sentarem fornecimentos, para chefiarem acampamentos e dirigirem turmas com nomes fictícios.

³¹ Latour (2000) tenta compreender o processo de produção da ciência a partir de uma perspectiva construtivista que relaciona elementos em constante debate. Para ele, a fim de atingir a construção da ciência, elementos humanos como cientistas, técnicos, observadores, sejam eles partidários e discordantes, financiadores, burocratas e cidadãos comuns, neste caso, os agricultores, ribeirinhos, meeiros, posseiros etc. dialogam com elementos não humanos como a literatura especializada, as máquinas, o rio, o açude etc. a fim de estabelecer as condições de possibilidade em que a ciência é gestada.

Há gente muito ruim nestes brasis...

Cumpra aos poderes públicos o exercício de rigorosa fiscalização, para que não se roube o que pertence aos desgraçados.

Basta já o roubo dos títulos eleitorais que é uma vileza e que enche de vergonha esta pobre nação. (Jornal Unitário, Fortaleza, 18 abr. 1958, p. 03).

O autor do texto escreveu partilhando da máxima de que para “para bom entendedor, meia palavra basta”. Uma semana antes, a matéria de capa de Unitário estampava que “com a miséria do povo não se brinca” e o texto, por sua vez, declinava aqueles que poderiam ser os nomes ausentes no artigo de Uchoa.

O “Correio do Ceará”, em nota de sua responsabilidade, estranha o que está acontecendo com os falados auxílios do Governo Federal, que não chegam nunca, ninguém sabe o porquê. Diz o vespertino “Associado” que o Governo Federal está brincando com a miséria do povo, principalmente se levarmos em conta que um dos coordenadores da Comissão Nacional de Combate à Seca é o Sr. Parsifal Barroso.

Realmente, o que está pensando essa gente do asfalto do Rio de Janeiro em relação à seca do Nordeste? Por que não providenciam logo a remessa de todos esses recursos? Pretendem fazê-lo apenas quando os sertões estiverem cheios de cadáveres de velhos, homens e crianças ceifados pela fome? Ou pretendem os desalmados indivíduos que no Ceará servem ao Governo Federal continuar com esta miséria que aí se encontra, de vincularem seus interesses políticos a esta tragédia?

Não é possível brincar com este desalmado expediente. Como disse o deputado Virgílio Távora em entrevista transcrita, ontem pelo “Correio do Ceará” é quase desumanidade pensar-se em política neste momento.

Mas o Coronel Virgílio Távora, que há dias se encontra no Rio de Janeiro, não sabe que **em Pacajus não se alista um só trabalhador sem o “visto” do contrabandista Jereissati. Que em Sobral, os trabalhadores para conseguirem qualquer serviço, tem de entregar o título ao Coronel Chico Monte.**

Isto é uma desgraça. Uma miséria que não pode mais continuar.

Que o sr. Carlos Jereissati falsifique licenças de importação, que sonegue impostos do Governo Federal. Que o sr. Parsifal Barroso se aproveite de todas as vantagens do Ministério do Trabalho para fazer sua campanha, trazendo, inclusive, todos os elementos seus, subordinados no Ministério do Trabalho.

Mas que essa gente pretenda sovar-se politicamente na fome e na miséria dos **nossos flagelados**, convenhamos, isso é demais.

Ou emenda a mão, deixando de fazer, nesse momento crucial, a sua sórdida politicalha ou ninguém poderá nem ao menos prevê os acontecimentos futuros, porque com a fome ninguém brinca, nem muito menos com a fome coletiva que hoje estiola todo o Ceará. (Grifos nossos) (Jornal Unitário, Fortaleza, 09 abr. 1958, Capa e p.06).

É certo que o texto em destaque estava muito mais preocupado com as disputas da política local que mesmo com a situação de fome e miséria em voga no Estado. Assim, confirmou a ideia de um cenário aparelhado pelo conflito político, mais interessado na autopromoção e na valorização de grupos e posturas que nos princípios da coletividade.

Entretanto, a visão política do grupo oposicionista registrada nas páginas do jornal, preconizou o contrário, obviamente. Era preciso ser suprapartidário, ou, como disse o deputado Virgílio, citado na matéria, “é desumano pensar em política nesse momento”. O discurso da oposição era sempre conciliador, mas o tom de denúncia permanecia, visto que o

sentimento de desfavorecimento era notório. Afinal, os flagelados eram *de todos* e não apenas “deles”.

Neste clima de disputa, aquilo que apenas parecia ser um projeto conciliador se engendrava. O momento pedia algo que apontasse para a coletividade e que, em tese, não representasse os interesses de um grupo apenas, visto que era preciso que todos se unissem em torno de uma única ideia. A construção do açude Orós apareceu então sob este aspecto, já que grandiosidades não deviam, teoricamente, incitar oposições.

No entanto, longe de ingenuidades, não podemos entender a ideia da construção do grande açude como um projeto suprapartidário. Pelo contrário, a escolha foi recheada de intencionalidades e disputas de poder.

O ano de 1958 foi terminando. As páginas dos jornais começaram a apresentar o balanço daqueles dias que “deveriam ser esquecidos” e a noticiar previsões para 1959. Neles, lemos textos sobre a natureza e sobre a sociedade.

O editorial do Correio do Ceará de 31 de dezembro de 1958 circulou sob um vigoroso título: “Ano mau”. No texto, o editor buscou resumir o já encerrado ano velho.

Vai ficar na história, como um dos piores períodos da vida de nosso Estado, o ano de 1958, que hoje se encerra.

Basta ver, para se ter este conceito como procedente, que foi um ano de seca, de crise econômica e de escândalos administrativos. Qualquer um desses fatores, isoladamente, já daria para amargurar a existência de nossa comunidade. O Ceará, coitado, em 1958, teve que suportar os três ao mesmo tempo e ainda em grau superlativo.

[...]

O mais amargo ressabio que nos deixa o exame dos acontecimentos que entre nós se verificam em 1958, resulta, porém, da triste constatação de que nos faltou nossa oportunidade, talvez mais do que qualquer outra época uma posição moral correta, diante da calamidade da seca.

Sempre houve em nossa terra, o que já se convencionou chamar de “indústria da seca”. Não seria de esperar, no entanto, que mais de um quarto de século depois da última grande seca que tivemos ainda pudessem verificar-se entre nós as cenas degradantes de exploração dos flagelados e de desvio ou malversação das verbas mandadas pelo Governo federal para combater os efeitos do flagelo.

Ao que se pode, porém, deduzir de tantos fatos, inclusive daqueles que horrorizaram o coronel Ramagem e o fizeram volta antes do tempo, de sua viagem de inspeção aos serviços da seca, nunca como agora, tantas pessoas tiraram proveito ilícito da miséria e dos sofrimentos dos nossos pobres sertanejos, locupletando-se, dessa ou daquela forma, com os dinheiros destinados às obras de emergência.

[...]

1958 foi assim um ano mau para o Ceará, que nenhuma razão encontra, desse modo, para recordá-lo com saudade ou enternecimento, já que as desgraças que lhe trouxe foram de molde a esmagar a lembrança de qualquer benefício de que haja gozado por ventura em seu curso.

Só no cabe, dessa maneira, sentir com alívio a passagem dos seus últimos momentos, e esperar que o ano de 1959 nos seja mais benigno. (Jornal O Correio do Ceará, Fortaleza, 31 dez. 1958, p.03).

Diante da promessa de melhores tempos e contrariando os serviços meteorológicos, um profeta da chuva da cidade de Lavras da Mangabeira previu um “inverno de matar sapo afogado em 1959”. Uma frase como essa, ao final de um ano que registrou seca histórica, mereceu destaque na capa do Correio do Ceará de 16 de dezembro de 1958.

Imagem 04: Capa do Correio do Ceará. 16 dez. 1958



Fonte: Acervo do Instituto do Ceará

Animado com as chuvas já caídas no Cariri cearense e no Piauí, as declarações do profeta da chuva José Saraiva parecem ser o tipo de notícia que todo sertanejo gostaria de ouvir.³²

“O inverno vem aí, com muito vento e trovoada. E começará nos primeiros dias de janeiro. Não se assustem, porém se não chover na primeira semana do ano que se inaugura, porque na semana subsequente o céu abrirá suas torneiras para ensopar este Ceará estorricado. Os rios descerão em grandes enchentes, os açudes sangrarão e haverá abundância de cereais, verduras e frutas para matar a fome que está dizimando milhares de cearenses”. (Jornal O Correio do Ceará, Fortaleza, 16 dez. 1958, capa, p. 04 e 12)

De fato, em 1959, o regime de chuvas foi bem melhor que o dos anos anteriores. Contudo, as declarações do sertanejo teriam sido mais apropriadas para um ano depois, 1960, quando a descrição de janeiro feita por ele encontraria realidade mais aproximada da previsão.

Os acontecimentos de 1958 impulsionaram a efetivação do projeto da barragem, porém não devemos esquecer algumas situações específicas. O Açude Orós foi uma promessa de campanha do presidente Juscelino Kubstichek, em 1955; o Governo desse presidente ficou

³² No mês de dezembro, o jornal Correio do Ceará apresentou uma conjunto de matérias aleatórias noticiando as previsões do tempo feitas pelos sertanejos e as chuvas que se prenunciam pela região. “Anunciam os famosos ‘bichinhos’ de Roque Macedo: teremos inverno em 59”. 28 nov. 1958, capa; “Muita chuva no Piauí e ‘tempo fechado’ no Crato. Convincentes prenúncios de bom inverno para o próximo ano”. 05 dez. 1958, p. 06; “Sinal de chuva no Castanhão. Formigas carregando filhotes do leite do açude para terrenos altos.” 06 dez. 1958, p. 10; “Inverno pede licença para entrar”. 18 dez. 1958, capa; “Inverno bom: município de Jardim açudes cheio”. 29 dez. 1958, capa;

marcado pelas grandes obras; a construção da barragem era considerada um desafio, já que parte do imaginário sobre açude era composto pela sua não realização; daí a falta de credibilidade e a dúvida de toda a sociedade, quando fora anunciada sua construção.

Por fim, havia toda a representatividade da obra em torno dos dias secos vividos naquele tempo. À montante, a parede elevaria o lençol freático o que faria com que os poços diminuíssem de profundidade; a composição da bacia hidráulica do açude (espelho d'água) tornaria maior a fertilidade das terras próximas. À jusante, o açude iria perenizar o Rio Jaguaribe de Iguatu a Aracati; serviria de reservatório para a intensificação da piscicultura, geração de energia e irrigação de mais de 100.000 hectares.³³ O Orós, de fato, era maior do que aquilo que poderia representar.

O tempo da esperança e o tempo da natureza proporcionaram, através de alto custo, o ambiente para se investir na ideia da construção de um açude de grandes proporções. No entanto, o clima político, visto como de extrema disputa, não se aquietou. Ao invés disso, a grandiosidade do Açude Orós também serviu de cenário para intensas querelas e acaloradas discussões. Recuperando Latour, mergulhar nas fontes que ajudam na recomposição da história do Açude Orós nos faz ir de controvérsias para mais controvérsias, em que, sem dúvida, o barulho é maior.

No tópico seguinte, estudaremos com maior atenção os momentos de disputa e os pontos de concordância e divergência em torno da construção barragem do Orós, buscando entender porque o projeto sempre se aproximou mais das interrogações que da unanimidade.

3.2. Açude Orós – Herói ou vilão?

Para tornar-se uma realidade, o Açude Juscelino Kubistchek (nome oficial do Açude de Orós) atravessou diversos campos de batalha, seja nas páginas dos folhetos e periódicos, na esfera do clima e do tempo, na seara política da capital da República, nas escadarias do antigo prédio da Assembleia Legislativa ou no canteiro de obras várias vezes abandonado e reerguido.

Isto posto, é preciso dizer que mesmo sendo o Açude Orós concreto nos tempos atuais, não devemos esquecer o processo histórico necessário para sua efetiva existência. A história deste objeto – palavra simples para resumir tamanha intervenção técnica do ser humano na natureza, está repleta de sujeitos, ideias e elementos outros que se engendraram num campo

³³ Este número, tal como o volume d'água indicado do Açude indicado nas publicações da época é uma cifra de aproximação ou previsão. Publicações do DNOCS indicavam 120.000 ha ou até 140.000 há. Cf. O problema nacional das secas. (DNOCS. Fev. 1959, p. 30)

simbólico e extremamente relativo, cuja aura foi constituída pelo tempo seco de 1958, pela concepção política do nacional desenvolvimentismo preconizado pelo então presidente Juscelino Kubistchek e pelo projeto de sobrevivência no semiárido, em que a acumulação da água era uma das primeiras preocupações.

O ano de 1958 reascendeu as discussões sobre construção de um açude de grande porte para ajuntar as águas perdidas do Ceará. Aludiu-se, inicialmente, ao texto de Demócrito Rocha, cuja metáfora de que o *sangue do Ceará era azul* e se perdia nos mares do Atlântico, ressignificou os discursos da época.

O poema, escrito por quem parecia entender as dinâmicas das águas cearenses (Todo plasma/ toda essa hemoglobina/ na sístole dos *invernos*/ vai perder-se no mar) traduzia um entendimento simples: somente em parte do ano corre água no fluxo do regato. Como sobreviver durante os outros dias, tempos em que não chove?

Ora, o sertanejo cearense conhece bem as experiências climáticas disponíveis em nossas paragens: seca, enchente e seca verde. No entanto, nos jornais, nos discursos parlamentares, nos depoimentos orais e nos estudos que versam sobre o período, o ano de 1958 foi a culminância de um tempo extremamente seco, o que deu notoriedade a tal interregno na história do século XX.

No Ceará, as cidades do interior e a capital Fortaleza, já haviam vivido panorama similar, fosse durante as secas de 1877-1890, 1915, 1932 e também nos primeiros anos da década de 1950 (1952-1953). Entretanto, o fim dos anos de 1950, traziam para o cotidiano, novas experiências temporais, sedimentadas no pós-guerra, numa perspectiva global e disseminadas pelo nacional-desenvolvimentismo numa perspectiva nacional. Como já dissemos, os tempos históricos podem até guardar semelhanças, no entanto, é a partir das diferenças que compreendemos o lento processo que se traduz em mudanças.

Nesse contexto, o tema da construção do Açude Orós passou a figurar de forma constante na imprensa e nas tribunas parlamentares da época. Logo, buscaremos estudar as interrogações e disputas inspiradas por sua realização, que, como veremos, foram numerosas e intrigantes.

Qualquer pessoa que esteja disposta a defender uma ideia deve ser consciente que está próxima a iniciar uma disputa. E, como sabemos, defensores e detratores de uma certa ideia não terão que confrontar apenas um argumento contrário, “mas uma massa de reforços, não exatamente 2000, mas dezenas de milhares.” (LATOURE. 2000, p. 102). A metáfora exemplifica bem o que foi o campo contraditório pelo qual a ideia do Orós precisou atravessar.

DAVIS (2002, p. 91-92), que a partir do olhar de estudiosos e jornalistas como Euclides da Cunha, Herbert Smith e Havard Louis Agassiz entendeu o sertão como uma terra de contradições, diz em *Holocaustos Coloniais*, ao buscar interpretar a ambiência dessa terra entre os séculos XIX e XX, que uma receita construída a partir da concentração de renda, da irregularidade climática e fundiária, do comércio desigual de grãos e da luta pela água foi o contexto no qual as relações de poder do semiárido brasileiro se constituíram.

Em perspectiva semelhante, referindo-se ao lugar de fala e às características da fonte através das quais se tenta entender a história, Raymond Willians tenta esclarecer, a partir dos seus estudos sobre a relação entre o campo e cidade na história e literatura que, de início, o problema inicial que se interpõe para os historiadores quando, entre seus objetivos está entender o princípio das contradições, é de perspectiva. Ou seja, o que se é dito, como se é dito e o lugar em que se diz precisa ser levando em consideração, mesmo que trate de temas semelhantes. Para o autor, essa discriminação crítica das fontes precisa acontecer em todo o estudo. WILLIANS (2011, p. 22. 27-28). Respeitando essa ideia, tentamos desenvolver a presente análise do caso do açude Orós.

A primeira indicação de uma disputa política e ideológica em torno da construção do açude encontrada por essa pesquisa está apontada no discurso do engenheiro José Cândido Pessoa, então diretor-geral do DNOCS, proferido durante a inauguração do açude, no dia 05 de janeiro de 1961. Assim descreveu Cândido Pessoa:

Em outubro de 1958 iniciamos a construção do açude Orós e fomos **submetidos a críticas negativas** procurando levar-nos ao descrédito como o objetivo de forçar a paralização das obras que erguíamos para a prosperidade do Nordeste.

Na madrugada de 08 de novembro de 1958, na cidade de Campina Grande, acompanhado do meu colega engenheiro Anastácio Maia, procurava Vossa Excelência, e ao expor a dificuldade que já encontrávamos, e as que prevíamos, principalmente por esse **movimento ser liderado por pessoas que ocupavam alta posição**, somente a atitude de V. Exa., com um corajoso pronunciamento, fez com que tivéssemos força para prosseguir na construção do Orós [...].

[...] **Tivemos que enfrentar, com coragem e inteligência, homens de uma suposta elite que ambicionam obstruir o nosso trabalho para impedir que este povo vença a batalha do subdesenvolvimento.** (Grifos nossos)³⁴

O discurso dito em 1961 remete-se ao ano de 1958. Como já dissemos, no episódio descrito, as temporalidades não podem ser desprezadas, visto que a fluidez temporal do objeto estudado é aparente e desdobra-se na compreensão de diferentes datas, que na maioria das vezes não respeita a dinâmica cartesiana de um tempo linear. (Cf. HARTOG, 2013, p. 11).

³⁴ BRASIL. Discurso do deputado Osires Pontes que solicita a publicação nos anais da casa a transcrição do discurso do Engenheiro José Candido Pessoa lido durante a inauguração do Açude Orós. Diário do Congresso Nacional. Ano XVI, nº 5 p. 180, 14 jan. 1961 Seção I Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015.

A partir do posicionamento do diretor-geral do DNOCS passamos a perguntar: por que queriam impedir o trabalho da equipe que buscava construir o açude Orós?

3.2.1 – O Açude Orós nas tribunas

Durante os anos de 1957 a 1961, o tema da construção do Orós nem sempre figurou na tribuna do Congresso Nacional. Até março de 1960, o tema do combate à seca e da açudagem pública são recorrentes. No entanto, os parlamentares cearenses não se referiam diretamente à construção da barragem do Orós, especificamente. A preocupação destes homens perpassava a seara da açudagem de forma segmentada e com interesses outros para além dos processos de convivência com a seca.

Em 1957, o deputado Alencar Araripe solicitou ao DNOCS, através de requerimento, informações a respeito da construção de açudes públicos no Estado do Ceará. O Departamento respondeu a solicitação do parlamentar através de um documento dividido em dez minuciosos pontos e do ofício 708-T de 12 de julho de 1957, assinado pelo engenheiro José Candido Pessoa.

No texto, há duas importantes constatações que ajudam evidenciar a ausência do Açude Orós naquele momento. Vemos primeiro que, após cuidadosa explicação sobre as obras, cuja descrição respeitava as bacias hidrográficas do Estado, a correspondência não citou nada sobre construção ou mesmo estudo para futura realização do Açude Orós.

Em segundo lugar, eis o que se segue no décimo ponto do documento: “O DNOCS não está cogitando, no momento, de iniciar a construção de outros açudes públicos nas precitadas bacias fluviais” (BRASIL, Diário do Congresso Nacional, 1957, p.5766). É preciso dizer que os pontos 7 e 8 do ofício citavam as obras em construção no sistema do Alto-Médio-Baixo Jaguaribe, onde hoje está localizado o Açude Orós.³⁵

Outra evidência que ajuda nessa discussão é a transcrição do pronunciamento feito pelo deputado Martins Rodrigues, de 25 de março de 1958, já citado no tópico anterior. Como já foi dito, o discurso, proferido à tribuna e registrado no Diário do Congresso Nacional, trouxe a citação de dez telegramas recebidos de lideranças políticas do interior do Ceará. (p. 63).

³⁵ Conforme pode ser verificado no Anexo 01 deste texto. Brasil. BRASIL. Discurso do deputado Alencar Araripe que solicita a publicação nos anais da casa a transcrição do ofício do DNOCS que responde sua solicitação de como estão as obras da açudagem pública no Ceará Diário do Congresso Nacional. Ano XII, nº 439 p. 5766, 08 ago. 1957 Seção I Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015.

O relato, cujo objetivo é dar visibilidade às notícias das secas, é carregado com as descrições da situação dos municípios de Lavras da Mangabeira, Mombaça, Assaré, Aiuaba, Saboeiro, Alto Santo, Iracema, Ererê, Pereiro, Farias Brito, Campos Sales, Camocim, Martinópolis, Piquet Carneiro, Iguatu e Cariús.

No bojo dos telegramas, duas temáticas são recorrentes: a migração, referindo-se a fuga empreendida pelos retirantes para outras cidades e também para o centro urbano dos municípios citados, o que foi comumente caracterizado como “invasão de flagelados”; e o pedido de ajuda, feito diretamente ao deputado, mas com descrição objetiva e desdobramento imediato já sugerido: construção de estradas e açudes.

Ou seja, prefeitos e líderes políticos sabiam o que queriam. Na transcrição, por exemplo, é possível verificar as *autoridades* de Lavras da Mangabeira pedindo ao deputado Martins Rodrigues, “sua valiosa interferência junto ao Governo Federal para que sejam iniciados os serviços da estrada de rodagem que liga Amaniutuba a Brejo das Freitas, a estrada de rodagem Lavras – Aurora e a construção do açude Estrema, na cidade de Lavras.” (BRASIL, Diário do Congresso Nacional, 25 mar. 1958, p.902).

Adiante, em outra correspondência, um líder local solicitava ao deputado Paes de Andrade, a inclusão no plano de assistência aos flagelados da seca, a construção da

[...] estrada de ferro trecho Piquet Carneiro-Mombaça; o trecho rodoviário Pedra Branca-Mombaça-Acopiara [...] Mandar atacar máxima urgência serviço açude público Boqueirão já estudado Rio Conceição Município Saboeiro, Ramal rodoviário (ilegível)-Aiuaba. Liberar imediatamente verbas postas agropecuários Mombaça, Aiuaba e Assaré, bem assim como outras dotações destinada Inspeção Federal Agrícola Ceará. (BRASIL, Diário do Congresso Nacional, 25 mar. 1958, 25 mar. 1958, p.902).

Em outro telegrama, Murilo Aguiar, prefeito de Martinópolis à época, demandava

conseguir junto ao presidente da República, verbas a serem aplicadas na escavação da *Lagoa* único reservatório de água existente em Martinópolis, como também construção de rama rodoviário ligando Martinópolis a Uruoca e Granja (BRASIL, Diário do Congresso Nacional, 25 mar. 1958, p.902).

Por fim, mereceu destaque também, o pedido do prefeito de Senador Pompeu, que destacando a saída dos flagelados do campo para cidade, lembrava ao deputado que “[...] Conforme é de vosso conhecimento, temos o açude Patu, a rodovia que liga esta cidade a Quixeramobim e ponte rodoviária Central Cearah que poderiam ser despachados [...]” (BRASIL, Diário do Congresso Nacional, 25 mar. 1958, 1958, p.902).

O Orós está textualmente ausente das correspondências, no entanto, as disputas políticas por obras públicas, fossem elas outros açudes ou trechos da estrada de ferro, evidenciam disputas políticas que explicam o tempo de efervescência que vivia o Ceará.

Estudando esse tempo, REIS (2015) margeia a região do Orós quando se aprofunda em torno das disputas estabelecidas em torno da construção da Estrada de Ferro de Baturité. Dentre outros conflitos, Ana Isabel deparou-se com o conflito travado entre grupos políticos cearenses que disputaram entre o prolongamento da EFB, de Baturité para Crato, e os que defendiam a construção de uma estrada de ferro de Aracati ao Icó.³⁶

As correspondências recebidas de várias regiões do Ceará não citavam a construção do Açude Orós. No entanto, para além da definição dos alcances advindos da construção de pequenos ou grandes reservatórios d'água, a ideia da açudagem parecia sagrar-se como “vencedora” no contexto da disputa política no qual tal discussão se engendrou.

As lideranças políticas da época, preocupadas com a aquisição de verbas para a efetivação das obras de suas cidades, podem até serem compreendidas como forças que se levantaram contra a construção da barragem de Orós – ou no mínimo, que não foram defensoras. No entanto, é igualmente óbvio que tais políticos não engendraram uma oposição pública e declarada ao grande açude, mas talvez possamos percebê-los como parte um sistema de “forças ocultas”, como veremos mais adiante.

A 41^a legislatura (1959-1963) do Congresso Nacional, contava com 26 deputados cearenses. Destes, 10 nomes não fizeram referências diretas às secas do período, nem citaram o Açude Orós nominalmente, afirmação possível diante das consultas aos discursos e notas taquigráficas disponíveis no portal da Câmara dos Deputados.

Os parlamentares que, entre 1958 e 1961, tocaram no assunto do projeto do Orós por algum motivo são 14, sendo que a maioria o fez, a partir de março de 1960, diante do episódio do arrombamento do açude. Neste universo, 02 deputados referiram-se ao empreendimento antes do momento de seu arrombamento e reconstrução. Foram eles Armando Falcão e Paulo Sarasate.³⁷

³⁶ Todo o trabalho registrado na Tese de doutoramento da professora Ana Isabel expõe os conflitos políticos, técnicos e científicos em torno da construção da Estrada de Ferro de Baturité. No 2º capítulo do trabalho, a autora revela, através de extensa análise da documentação (jornais, documentos oficiais, discursos parlamentares, estudos e artigos científicos etc.), os liames dessa disputa, concentrando-se, dentre outros aspectos, na indicação da construção ramal férreo Aracati-Icó. Cf. A Estrada de ferro de Baturité decidida palmo a palmo. In: REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. **O espaço a serviço do tempo: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará**. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. p. 90-123.

³⁷ Os parlamentares que não se referiram ao açude Orós em seus discursos são: Adolfo Gentil, Coelho Mascarenhas, Dager Serra, Dias Macedo, Euclides Wicar e Santos Lima, do Partido Social Democrático-PSD; Álvaro Lins, do Partido Social Progressista-PSP e Bonaparte Maia, Carlos Jereissatti e Jonas Carlos, do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB. Os que se referem às secas e ao Açude Orós, após seu arrombamento são: Adahil Cavalcanti, Alencar Araripe, Costa Lima, Edilson Melo Távora, Ernesto Sabóia e Furtado Leite da União Democrática Nacional-UDN; Colombo de Souza, Expedito Machado e Martins Rodrigues do PSD; Esmerino

Dentre todos os discursos lidos, não existem referências contrárias ao Orós de forma direta nas tribunas parlamentares, nas transcrições de discursos e nos telegramas de autoridades locais, transcritos nas páginas do Diário do Congresso. Começamos a encontrar as dissidências e as interrogações sobre a obra em outros documentos.

Respeitando a relação temporal já citada, é certo que as interrogações sobre a viabilidade da construção do Açude Orós não figuraram apenas a partir do ano de 1958, após a decisão do presidente da República em levar a cabo a construção da barragem. A dúvida está presente na história da barragem desde sua construção até o presente momento. Em 1911, quando se iniciaram os estudos para a obra, os questionamentos já existiam, sendo que, a partir de 1921, eles se tornaram mais específicos e científicos diante dos primeiros passos da construção.³⁸

No ano de 1933, em artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará, o engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho interrogava-se sobre as chances de reconstrução da região jaguaribana, diante de uma catástrofe ocasionada rompimento da parede do açude, se por ventura, um dia, ela chegasse a ocorrer.

Imaginemos, por exemplo, que a barragem do açude Orós, uma vez repleta, se rompesse, precipitando no vale do Jaguaribe a montanha líquida de três bilhões e meio de metros cúbicos! Seria catástrofe sem igual no Brasil; somente comparável aos pavorosos terremotos que destruíram grandes cidades. Mas sob o aspecto material, ainda seria peór. Uma cidade se póde reconstruir no proprio lugar da catástrofe ou noutra, porém, como reconstruir o solo uberrimo do vale do Jaguaribe, a melhor e mais importante das nossas esperanças de riqueza e de prosperidade?³⁹

Em 25 anos, os argumentos se tornaram mais especializados e, como afirmado anteriormente, não foram encontrados, exatamente, nos discursos políticos, proferidos à tribuna até 1960. A imprensa e os profissionais liberais se encarregaram de tal empreendimento.

Fundado em 1903 e pertencente, desde 1940 ao grupo dos Diários Associados, o jornal Unitário estampou em 19 de abril de 1958 a seguinte notícia: “Juscelino atendeu sugestão de Paulo Sarasate: Mandou construir o ‘Orós’”. Depois de noticiar, não demorou muito para o jornal declinar suas opiniões e dúvidas a respeito do açude.

Arruda do Partido Social Trabalhista; Francisco Monte, Moreira da Rocha e Ozires Pontes do PTB e Leão Sampaio, da Aliança Renovadora Nacional-ARENA. Inventário de fontes feito pelo autor.

³⁸ Para acompanhar maiores detalhes descritivos a cerca da trajetória da construção do açude Orós ver: PAULINO. Meirismar Augusto. Orós. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1981; DNOCS. Orós: Açude da Esperança e Comitê Brasileiro de Barragens. A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI : cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens / [coordenador, supervisor, Flavio Miguez de Mello ; editor, Corrado Piasentin]. - Rio de Janeiro : CBDB, 2011.

³⁹ Thomaz Pompeu Sobrinho. O fator moral na construção de grandes açudes. Revista do Instituto do Ceará - ANNO XLVII – 1933. Disponível em ≤ <http://goo.gl/jLrCRV> ≥ Acesso em 16 ago. 2015

Em 24 de abril de 1958, o editorial de Unitário revelou o clima com o qual a notícia da construção do açude foi recebida. Ao invés de festa e alegria, sentimentos próprios a um tempo de esperança e clima possível para receber a notícia da construção de um açude numa terra que enfrentava uma das maiores secas já registradas, a desconfiança deu a tônica do texto.

ORÓS: PROMESSA OU REALIDADE?

O presidente Juscelino Kubistchek, por sugestão do Governador Paulo Sarasate, prometeu reiniciar as obras do açude Orós, o famoso reservatório do Ceará.

A barragem, começada ao tempo do Presidente Epitácio Pessoa, converter-se-ia, através dos anos, num autêntico capítulo da história das secas, notadamente da história da antiga IFOCS, hoje transformada em DNOCS.

Realmente se a intenção do Governo, no momento, é construir a barragem de maneira definitiva, providências seguras devem ser levadas a efeito.

Não adianta mais começar o trabalho para deixá-lo no meio, conforme tem sido feito tantas vezes.

Orós não se deve ser convertido no grande sonho que não foi sonhado pelos nordestinos. (Grifo do autor)

Aliás, existe ainda outro aspecto grave a considerar. As opiniões, quanto à conveniência da edificação da barragem, não são unânimes. Há quem a considere um erro, principalmente porque viria a afetar, de modo decisivo e funesto, na cultura da cera de carnaúba do vale do Jaguaribe.

Confessamos humildemente que não conhecemos os detalhes do debate, ***mas há ponderável corrente que desaconselha o açude lendário.***

Mas de qualquer maneira, deveria ser renovada a discussão de maneira que se esclarecessem esses pontos controversos.

Por outro lado, há o aspecto moral do problema. Orós, consoante acentuamos, vai se constituindo uma pedra no caminho da administração do DNOCS.

Quantas vezes foram os serviços iniciados?

E não se deve esquecer que o Orós tornou-se inciso obrigatório em todos os programas administrativos de candidatos ao governo da União.

Mas a verdade é que Orós vai ficando com sua casa de máquinas e com as suas paredes erguendo-se inacabadamente para o céu.

Esperemos, diante da experiência do passado, a nova tentativa, agora, na época dinâmica que estamos vivendo.

Porque, caso seja realmente iniciado, Orós precisa ser construído, a fim de não passar à história como uma espécie de sinfonia inacabada.

Desde 1922 que as suas obras foram projetadas e aquela época verdadeiro tempo de vacas gordas a nação dispendeu fortunas fabulosas sem resultados positivos.

Resta ainda acrescentar que ***Orós não se faz num resto de ano. Passada a seca prosseguirão os trabalhos?*** A barragem será construída administrativamente ou através de empreita?

Todos esses assuntos devem ser ponderados antes do passo que se vai dar. Porque já ninguém acredita que Orós se transforme em realidade há tantos anos perseguida. (Grifos nossos) (Unitário, Fortaleza, 20 abr. 1958, p.03)

O editorial do jornal levantou uma série de questões para pensar a ideia da construção do açude Orós. O descrédito histórico que o projeto já havia adquirido em razão das vezes em que foram iniciadas e abandonadas as obras, o que havia na região antes mesmo da construção do açude, ao identificar a possibilidade de afetar a economia da carnaúba na região

jaguaribana, o tempo escasso para se construir o barramento e a ideia de um sonho que não era compartilhado por todos os cearenses figuravam entre as temáticas.

Veja bem: ao referir-se ao que havia na região antes da construção do açude, o jornalista infere projeções para depois da construção do mesmo. O espaço definido pela ausência de desenvolvimento, de tecnologia e de fartura, apresenta a imagem de uma região, que, a bem da verdade, não se resumia apenas a isso. Pelo contrário! Quando a natureza oferecia chuva, a região conhecia a fartura de uma época propícia à colheita do milho, feijão e outras leguminosas. E até quando não chovia muito, a safra de algodão e o beneficiamento da carnaúba eram garantidos, já que ambos são culturas de sequeiro e necessitam de pouca água.⁴⁰

Parecia estar o jornal reproduzindo o discurso dos parlamentares, confirmando a hipótese de um Ceará dividido, mais interessado no regionalismo que num possível projeto de integração, argumento, por exemplo, tão propalado nos dias atuais e naquele momento também.

Acontece que, mesmo frente ao cenário de desconfiança, o jornal também destacou a construção do Orós, noticiando o pronunciamento do presidente Juscelino Kubistchek, proferido na capital da República, logo após sua visita às áreas afetadas pela seca. Afirmara o presidente que “o Governo vai dar ao plano do grande reservatório cearense o andamento que há vários anos ele estava exigindo.” O plano de construção do açude parecia, de fato, ser definitivo já que o próprio presidente dissera: “O socorro ao Nordeste é um sacrifício que a Nação fará, custe o que custar, sem o discutir sequer.” (Unitário, Fortaleza, 25 abr. 1958 p.03)

Ao que nos consta, este posicionamento de Juscelino parece ser aquele apontado pelo engenheiro José Candido Pessoa, no discurso proferido durante a inauguração do açude, o que poderia ensejar a nossa afirmação de que o presidente cumpriria sua promessa. No entanto, os registros provam o contrário.

A ordem de serviço da construção do açude, assinada em setembro 1958, previa a entrega da obra para novembro de 1959. A capa de Unitário de 25 de maio de 1958 noticiou: “Orós: 2 bilhões e 38 milhões de mts cúbicos d’água para o próximo ano.” No corpo da matéria lia-se sobre o deslocamento das máquinas do campo de trabalho do açude Araras, localizado no município de Varjota, para o boqueirão de Orós, distante aproximadamente 380 km, sobre as comissões instituídas para conduzir o trabalho e também a afirmação de que

⁴⁰ Sobre a Carnaúba, consultar o trabalho de SILVA (2017) e sobre o algodão, consultar o texto de LEITE (1994).

havia sido afastados os problemas técnicos e financeiros. (Unitário, Fortaleza, 25 mai. 1958, capa).

A obra que se iniciou, aparentemente, a partir da pressão ocasionada pelos tempos secos foi cedendo aos poucos às disputas político-ideológicas já mencionadas e adicionou à sua história, a despeito do que defendia o texto jornalístico, outro ingrediente: a falta de recursos financeiros.

A construção da barragem, cujo orçamento girava numa cifra em torno dos 400 milhões de cruzeiros, encontrou grande dificuldade frente a outro projeto do presidente Juscelino, que era igualmente item da plataforma de sua campanha e que, mais tarde, seria um divisor de águas para diversos campos da ação humana na história do Brasil. Referimo-nos à construção de Brasília, projeto de transferência da capital da República para o centro do país, que marcou a política, a arquitetura, o urbanismo e a economia da nação, dentre outras questões.

Além da construção de Brasília, a obra do Açude Orós dividia atenção, dentro do DNOCS, com a construção de outros 57 açudes, dentre os quais destacavam-se o Banabuiú, localizado na cidade Banabuiú no Ceará e o Açude Vereda Grande, que fica em Floriano-PI, diante do tamanho destes reservatórios e, por conseguinte, do montante de investimento financeiro necessário.⁴¹

Faltou dinheiro para isso e para outros compromissos também. Em dezembro de 1958, durante pronunciamento em sessão ordinária do Congresso Nacional, o deputado Martins Rodrigues já denunciava o agravamento do flagelo da seca, em decorrência do atraso no pagamento dos fornecedores: “Sr. Presidente, o flagelo da seca que angustia nosso Estado, o Ceará, torna-se, à proporção que avança o ano, cada vez mais grave, em virtude do atraso – que remonta ao mês de agosto – ao pagamento dos fornecedores dos diversos serviços”.⁴²

No decorrer do discurso do deputado, ficou claro que o mesmo se referia aos fornecedores de gêneros alimentícios dos trabalhadores das frentes de serviço, em sua grande maioria comandadas pelo DNOCS e responsáveis pela construção de rodovias, açudes públicos e em cooperação. Não podemos pesar, diante de tal contexto, na ausência de fontes

⁴¹ Para que não reste nenhuma dúvida, os açudes citados têm capacidade superior a 500 milhões m³. Cf. Ministério da Viação e Obras Públicas. DNOCS. Relatório de 1959, Publicação nº 205, Vol. 1, Série II, M, Setembro de 1960. Rio de Janeiro, Guanabara – Brasil. p. 61-63.

⁴² . Discurso do deputado Martins Rodrigues discorrendo sobre o agravamento do flagelo da seca em decorrência do atraso do pagamento dos fornecedores. BRASIL. Diário do Congresso Nacional. Ano XIII, nº 180 p. 7928, 05 dez. 1957 Seção I Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015

mais referenciadas e através de um esforço interpretativo, que os trabalhadores de outros campos também atravessavam e atravessariam a mesma situação?

Pois bem. A questão central desse momento da história é entender qual o papel do Estado do Ceará no contexto nacional e como as forças políticas locais trabalharam para que o açude se tornasse realidade. Isso posto, na certeza de que, dificilmente um documento “oficial”, traria em suas linhas as evidências que comprovariam a argumentação que está em jogo – a falta de verbas e o conflito interno do projeto do Orós, confiamos a outros suportes a prerrogativa que poderá ajudar na exposição desse problema.⁴³

Embora o processo de construção da obra do açude Orós tenha figurado em periódicos de circulação nacional como o *Correio da Manhã*, o *Diário da Noite* e *Última Hora*, todos editorados na então capital da nação, a cidade do Rio de Janeiro, nesse tópico no concentramos na leitura dos jornais cearenses – o *Unitário* e o *Correio do Ceará*, ambos pertencentes aos *Diários Associados* que, por vezes apoiavam o governo e por outras, não, fazendo o jogo dúbio que alimenta o contraditório.

O jornal *Correio do Ceará* de 10 de abril de 1959 noticiou: “DNOCS de ‘tanga’: não chegam as verbas”. A matéria não assinada descreve rapidamente a ausência dos recursos, mas não sem exacerbar o conflito Norte-Sul presente na política brasileira e que há época, vivia importante capítulo.

Estão ameaçados os grandes serviços que realiza no Ceará, o Departamento Nacional de Obras contra a Seca, serviços do porte dos açudes “Orós”, Caixoté, Banabuiú, entre outros, em razão do tratamento desigual e desumano do Governo Federal para com os problemas nordestinos.

NENHUM CENTAVO ESTE ANO

Podemos informar que, até hoje, o Ministério da Fazenda, apesar do processo já ter chegado às mãos do Ministro há um mês ainda não entregou ao DNOCS nenhum numerário para os trabalhos daquela repartição no Ceará, quando, com as obras dos Estados do Sul, o Governo Federal não só manda dinheiro em dia, mas até adianta o correspondente às previsões de despesas de dois ou três meses seguintes.
[...]

OS TRABALHOS CONTINUAM

Esse descaso do Ministério da Fazenda não implicou, ainda, em paralização dos trabalhos do “Orós” e de outras obras de vulto. É que tudo é feito a crédito, o que quer dizer que, de janeiro até agora, é o capital cearense que assume a responsabilidade pelo prosseguimento dos serviços. Não fosse isso, tudo estava parado.

E ainda se diz que o DNOCS, por exemplo, é responsável pela exploração do trabalhador. Sem dinheiro, nem pode enfrentar o problema do “fornecimento”, que, no caso, até assume um aspecto de alto interesse público: garante a continuação de serviços e a realização de obras de redenção econômica do Estado. (*Correio do Ceará*, Fortaleza, 10 abr. 1959, p. 06)

⁴³ De fato, para o processo de construção não achamos evidências da falta de verbas em documentos oficiais. No entanto, quando o assunto é reconstrução do açude, após seu arrombamento, o Relatório do DNOCS de 1960, confirmará o registro da falta de verbas ocorrido no tempo de sua construção. DNOCS. Relatório de 1960, p. 247.

A reportagem pode ter diversas interpretações. Poderíamos pensar em algum conflito pessoal entre o Ministro da Fazenda, Sebastião Paes de Almeida, mineiro de Estrela do Sul, com o então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, cearense de Fortaleza, visto que o segundo responsabilizava o primeiro pela falta de recursos para o combate à seca, mesmo sendo aquele conhecedor do processo e dos caminhos burocráticos que percorriam as verbas públicas, como apregoava seu colega. Havia ainda a clara tentativa de responsabilizar o DNOCS pela falta de pagamento dos fornecedores e trabalhadores.

Por fim, também é possível enxergar uma saída para o problema, visto que, tanto no discurso, quanto no jornal há uma indicação de que os trabalhos continuavam e que trabalhadores, fornecedores e seus líderes acreditavam que o pagamento uma hora ou outra chegaria. Alguns meses antes, o mesmo Correio do Ceará dedicara um editorial ao caso da falta de pagamento aos fornecedores. Passado já algum tempo, a situação já não era assim tão simples.

O caso dos fornecedores do DNOCS e do DNER de que vem se ocupando a imprensa nos últimos dias, é realmente um dos casos dos mais delicados pela multiplicidade e pela seriedade dos interesses que envolve.

[...] Demorando a pagar aos fornecedores, o que faz o governo? Desmancha com os pés o que fez com as mãos, ou seja, submete os flagelados a quem socorreu com os serviços públicos, a toda sorte de vexames, porque não pagos em tempo, de duas uma: ou os fornecedores aumentam ainda mais os preços dos gêneros alimentícios que fornecem aos trabalhadores, procurando assim compensar-se do juros perdidos de seu dinheiro, ou então, o que é ainda pior, ameaçam suspender de vez o fornecimento, como agora mesmo se sucede, por exaustão de recursos para mantê-los.

Suspensos os fornecimentos, uma desorganização geral haveria de baixar sobre os serviços do DNOCS e do DNER no interior, e teríamos então o espetáculo de massas famintas e desesperadas em diversas zonas do Estado, pondo em perigo a ordem pública no “hinterland”, com assaltos a cidades, vilas e fazendas, o que então se tornaria inevitável. (O caso dos fornecedores. Jornal Correio do Ceará, Fortaleza, 17 out. 1958, Editorial, p. 04).

Mesmo sabendo que o recorte dessas fontes, especificamente, jornais e discursos parlamentares escolhidos, não consigam capturar a plenitude dos acontecimentos, há uma infinidade de trabalhos historiográficos que conseguiram traduzir a aflição do momento da seca, adensada, dentre outras coisas, pela fome.⁴⁴ Assim, o conflito de projetos, a ausência de recursos e, por conseguinte, a falta de pagamento ficou registrada.

Dito isto, encarando a história ser um esforço interpretativo do passado como algo em constante renovação, o passado, por ser terra estrangeira, a cada instante oferece novas

⁴⁴ Para conhecer melhor alguns estudos sobre a seca no Ceará em suas mais diversas manifestações, ver os trabalhos de BASTOS (2013), CÂNDIDO (2013), FREITAS (2015), MONTEIRO (2012), MORAES (2010), NEVES (2000), OLIVEIRA (2015), REIS (2015) e RIOS (2014).

perspectivas. Na publicação *A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens*, o professor Flávio Miguez de Mello, um dos editores do livro, fez uma entrevista com José Cândido Capistrano de Castro Pessoa, filho de José Cândido Pessoa, diretor-chefe do DNOCS durante a época estudada. A narrativa a seguir apresenta parte da história da construção do açude ainda não vislumbrada através dos escritos e discursos.

Flávio Miguez de Mello – Eu me lembro [...] que os dirigentes do DNOCS afirmavam que havia uma probabilidade da barragem de terra vir a ser galgada pelo fato de que os recursos para as obras públicas estavam todos direcionados para a construção de Brasília dessa forma, o DNOCS estava sem recursos financeiros e sem crédito junto aos fornecedores.

José Candido Capistrano de Castro Pessoa - A obra ficou realmente paralisada, os equipamentos de terraplanagem sem combustível por falta de pagamento. Meu pai foi ao ministro Lúcio Meira e, depois de muito custo, conseguiu recursos para Orós no Banco do Brasil. O cheque que meu pai recebeu foi imediatamente descontado no banco, o dinheiro colocado em uma mala e despachado no avião do DNOCS. [...] Apesar das instruções terem sido claras e da urgência da operação o piloto esqueceu a mala do dinheiro no avião. Cerca de 5 dias depois, como a obra continuava paralisada ficou claro que os fornecedores não haviam recebido os pagamentos. (Comitê Brasileiro de Barragens. 2011, p. 488-489)

O relato do filho sobre a história-memória do pai traz para esse texto indícios outros da trama que até então já se constituía contraditória. Como se comprovaria muito depois, diante dos trabalhos investigativos feitos pelas comissões que averiguaram o caso do arrombamento do açude, entender a falta de recursos financeiros para o término da obra é passo essencial para compreender a história do açude Orós.

Outros campos de conflitos e objeções à construção da barragem são mais conhecidos. Podemos citar o caso da mina de magnesita, os estudos para construção da barragem e, por fim, os conflitos relacionados ao processo de desapropriação de terras, submersão e desaparecimento de comunidades rurais e ribeirinhas na bacia hidráulica do açude.

Não é difícil pensar que o caso da mina de magnesita, submersa pelo lago do Orós, tenha sido a questão que mais desencadeou questionamentos sobre a construção do açude. Tal conflito, presente na imprensa desde 1958, foi talvez uma das “forças ocultas” contra a efetivação da barragem que melhor ficou registrado.

Artigos em jornais locais e em revistas de circulação nacional e até mesmo uma pequena publicação que reuniu diversos textos originalmente publicizados nos jornais cearenses, deram corpo à pesquisa sobre este tema, bem como as réplicas, igualmente presentes nos periódicos e na literatura especializada, como por exemplo, o Boletim do DNOCS.

O personagem central desta temática é José Alves Quezado, então professor do departamento de geologia da Universidade do Ceará. Ao contrário do que afirmavam os defensores do projeto de Orós, dizia o professor Quezado nas páginas de Unitário: “Não há força oculta a conspirar contra a construção do açude Orós”.

Há, como é natural, obstáculos a transpor, dificuldades a vencer, claras, conhecidas, determinadas ou determináveis; todas superáveis, aliás.

A falta de rocha firme onde assente a estrutura – evidente aos olhos de qualquer geólogo, cuja presença dispensaria os trabalhos de sondagem em procura da mesma, é simplesmente uma dificuldade a vencer, não uma força oculta a conspirar.

Assim também, os prejuízos enormes e de diversos tipos que, em conjunto aos enormes benefícios de natureza diversa, advirão com a construção do grande reservatório, não são forças ocultas a tramar contra a realização do projeto, senão, simplesmente, desvantagens, perdas visíveis, conspicuamente aparentes, mesmo, e perfeitamente calculáveis.

Os benefícios, estes, sim, estão mais ou menos ocultos, porque não foram computados, e, em parte, são incomputáveis, pois como precários estão a depender dos estudos preliminares indispensáveis e minuciosos, bem como da construção da obra e, sobretudo, posteriormente, de sua administração. Evidentemente, podem ser nulos ou a sua procura pode até redundar em grande mal. É verdade que há açudes que secam, há os que não enchem, os que salgam, os que não produzem, etc...

Entre os prejuízos, avulta a perda de grande e valiosa reserva de magnésita “Cedro”. (Unitário, Fortaleza, 01 jun. 1958, capa).

Neste artigo, Quezado apresentava sua bandeira de luta: o não “afogamento” de uma mina de magnésita da região. Por causa dessa defesa, o professor passou a ser apontado pelos defensores do açude como uma “força oculta” e em alguns casos, “força do atraso”, efigie que permeia os discursos políticos proferidos a partir do advento da República. Desta feita, sua veemência em iniciar o texto afirmando não existir nada de oculto no caso do Orós, a não ser – como afirma ao continuar, os benefícios do açude.

A Jazida Cedro ficava localizada a 01 km de distância do Boqueirão de Orós. Teve suas atividades iniciadas na década de 1940, quando o presidente Getúlio Vargas autorizou, através de decreto, a firma Eurypedes Chaves Mello para exploração do minério em sítios localizados no distrito de Orós. (PAULINO, 1981, p. 13-14).

Em pouco tempo, a *Magnesium* do Brasil LTDA assumiu a concessão para a exploração da terra e assim o fez pelos anos seguintes. Quando a discussão sobre a construção do Orós foi reiniciada, o professor José Alves Quezado, que ocupava posto no Departamento Nacional de Produção Mineral, demitiu-se e passou a trabalhar nos quadros da referida empresa. (DNOCS. Mai.1960. p. 296).

O citado documento presidencial assinado por Vargas previa a seguinte situação: a exploração do minério estava autorizada. Entretanto, sendo tais jazidas localizadas em terras próximas ao boqueirão de Orós, “o Departamento de Produção Mineral incluiu no decreto um artigo especial, especificando que a vigência da lavra seria até a construção do açude, não

cabendo ao concessionário direito algum de indenização”. (DNOCS. Mai.1960. p. 296). Dito isto, os defensores do açude buscavam desqualificar o discurso do professor Quezado, colocando seus escritos na esfera dos interesses particulares.

Como afirma LATOUR (2000, p. 53), “quando as controvérsias se inflamam, a literatura se torna técnica.” Em julho de 1958, Quezado lançou uma pequena publicação que circulou nacionalmente e ganhou muita notoriedade após o arrombamento do açude. No livro de 45 páginas chamado *Orós – Símbolo do desajustamento do DNOCS*, reproduziu seus artigos publicados em Unitário e O Povo, trouxe textos de engenheiros e jornalista favoráveis ao DNOCS e apresentou ainda dois escritos inéditos: no primeiro, analisava uma conferência realizada pelo engenheiro Luiz Saboia, ocorrida em 1958 na escola de engenharia do Estado do Ceará, cujo objetivo era apresentar o projeto do açude para engenheiros americanos; no segundo, um texto de conclusão para seu livro, procurou apaziguar os ânimos da disputa em torno da construção do açude.

A despeito desses textos podemos inferir pelo menos duas questões. Primeiro, o projeto de Orós buscou respaldo internacional. A aproximação sempre pretendida entre o DNOCS e o *Bureau of Reclamation*, órgão do governo norte-americano para o combate às secas é constatada através da conferência proferida a engenheiros americanos.⁴⁵

Segundo, no texto de caráter conclusivo, diferente do que se podia pensar, Quezado afirmava categoricamente que não era contra a construção do Orós (QUEZADO, 1958, p.27). Seu objetivo era expor a fragilidade da gestão e da atuação do DNOCS e evidenciar que não havia um projeto seguro para as obras do açude. Segundo o autor, o Departamento precisava de novos direcionamentos.

Revelada nas páginas anteriores a imaturidade do DNOCS, ou melhor, a sua inautenticidade, quando de muito já reconhecida a sua ineficiência como órgão criado para defesa do Nordeste contra o flagelo das secas – já agora, com muito mais do que antes, o problema da construção do Orós, não é, de modo algum, problema de solução urgente. Porque importa antes de tudo – como etapa inicial de programa de renovação do Nordeste – retificar o DNOCS.

[...]

Imaturo, inautêntico, desajustado, político, embaraçado por interesses pessoais, irresponsável, não convém deixa-lo crescer. Cumpre restringir-lhe o poder, diminuindo-lhe a atividade.

Em uma palavra: urge subordinar-lo a órgão superior autêntico. (QUEZADO, 1958, p.41).

⁴⁵ Conforme Fernando Magalhães, “o projeto de construção da barragem do açude Orós saiu do papel, pelas mãos do engenheiro Luís Sabóia, tendo recebido a aprovação dos técnicos americanos W. Hilj Wesley G. Hotz e Hugh P. Dugon do ‘Bureau of Reclamation’, considerado o organismo mais capacitado do mundo na construção de barragens e mecânica de solo.” In: 26 de março de 1960: O arrombamento do Orós (XVIII). Jornal O Estado. 03 set. 2009. Disponível em: www.jornaloestado.com.br Acesso em: 29 mar. 2016.

Nesta empreitada, o professor Quezado não ficou sozinho. Além dele, o engenheiro e também professor Othon Henry Leonardos, diretor-gerente da revista Engenharia, Mineração e Metalurgia, na maioria das vezes, baseado nos escritos de Quezado, também se pronunciou. O Jornal Correio do Ceará, de 17 de outubro de 1958, transcreveu extenso artigo, publicado originalmente na citada revista em julho do mesmo ano.

No artigo, o professor Leonardos, tal como o professor Quezado, defendia a exploração da magnesita e questionava igualmente a serventia do projeto do açude:

[...] Para que serviria essa barragem, qual a área realmente irrigável, qual a evaporação anual, quantos anos seriam necessários para encher o açude, qual a energia aproveitável, quais as condições do solo para suportar a barragem, nada disso foi estudo. Nem se cogitavam que esses problemas existiam. (Unitário, Fortaleza, 17 out. 1958. Capa e p.02)

Contra o professor Leonardos pesou igual acusação de defesa de interesses particulares, feita por Ernesto Batos Pouchain, funcionário do Departamento Nacional de Produção Mineral em artigo publicado no Boletim do DNOCS.

Mal iniciados os preparativos para dar início à obra, surgiu também outra vez, a luta surda ou na imprensa contra a construção do açude, na base da mesma argumentação cediça e inconsistente do afogamento da jazida e pelas mesmas pessoas. No Ceará, o dr. Quezado, que não tem estatura para ver uma grande obra que beneficia a sua terra e no Rio, a Grei Leonardos – Othon e Oliveira, que nada tendo em comum com o Ceará e os cearenses, muito tem com a defesa de mesquinhos interesses. (DNOCS. Mai. 1960, p. 297)

Cientistas e técnicos à parte, a defesa do açude na imprensa era ampla. Destacamos, especialmente, um artigo, publicado no Correio do Ceará, assinado por Juarez Furtado Temóteo.

O nome do repórter figurava bastante nas publicações sobre o açude Orós. Nesta matéria, em especial, nominada “Orós e a mina: parte da jazida ficará debaixo d’água”, o jornalista construiu um texto a partir de um artigo publicado no Jornal Correio da Manhã, no Rio de Janeiro, pelo jornalista e engenheiro agrônomo Francisco Pimentel Gomes. (Correio da Manhã, 22 de out. 1958, p. 05)

No texto, o jornalista apresentava indícios interessantes para a compreensão da divergência em torno da construção do açude. Primeiramente, Temóteo afirmou que os artigos de Quezado publicados em Unitário, eram matérias pagas. Em diálogo com trechos do artigo de Pimentel Gomes e a fim de atestar conhecimento de causa, relatou viagem à região do Orós feita por ele e outros colegas jornalistas, quando na ocasião conheceram o canteiro de obras do açude e a jazida de magnesita, Cedro.

Visitamo-la. Lá mesmo a mina foi comparada a uma caieira, inclusive por técnicos que nos acompanhavam. Na comparação, não só confundia magnesita com calcário. Tomava-se apenas para ela, o aspecto de pobreza das instalações e as condições

miseráveis dos operários que encontramos trabalhando no local: um velho e dois meninos. (Jornal Correio do Ceará, 08 out. 1958, capa e p.02).

Diante do discurso desqualificador da ideia de conservação da mina, arrematou o jornalista, pensando no futuro, referindo-se ao potencial irrigatório do açude e citando o colega do Rio de Janeiro: “Muito bem vendido, o minério do trecho coberto não paga uma das futuras safras.”

Para além das disputas em torno da construção do açude, esse recorte das fontes insere no universo de compreensão da barragem uma perspectiva socioambiental também muito enfrentada pela disciplina histórica quando esta busca investigar os alcances, usos e desdobramentos sociais e ambientais de tais intervenções. Técnicos e jornalistas trouxeram ao campo de disputa, a natureza como fronteira para o desenvolvimento.

Para DRUMMOND (1991, p. 181), a história ambiental também pensa a relação da história natural com a história social. Logo, podemos afirmar que por esses dias, o Orós passava a ser visto como possibilidade. Seus custos, analisados a partir de seus possíveis ganhos, ganhavam uma ótica abalizada pela perspectiva capitalista.

Como pudemos ver, a disputa capitaneada pelo Prof. Quezado trazia elementos para além da conservação da jazida de magnesita. Segundo ele, o DNOCS iniciara uma obra sem sequer ter feito os estudos necessários. O projeto do açude era algo de sobremaneira preocupante. (DNOCS, Julho de 1958, p. 37)

Segundo o Engenheiro José Candido Pessoa, em artigo publicado no Boletim do DNOCS em fevereiro de 1960, a história técnica da parede do açude é antiga. Sem mencionar os estudos geológicos feitos na década de 1910, pelo ainda IOCS, sob a responsabilidade dos engenheiros Miguel Arrojado Lisboa, José Gomes Parente e Louis Phillipps, perdidos em incêndio ocorrido do prédio localizado em Fortaleza (PAULINO, 1981, p.19), vários projetos já haviam sido elaborados para execução da obra.

O primeiro deles, realizado pela firma Dwight P. Robinson, no Boqueirão de Orós, ainda no Governo do presidente Epitácio Pessoa, deixou de ser executado diante de razões técnicas relativas à construção.

Posteriormente, preciosos estudos foram realizados por uma equipe chefiada pelo engenheiro Luiz Vieira, que concluiu pelo deslocamento do eixo da barragem para a jusante do conhecido Boqueirão do Orós.

Em fins de 1957, o engenheiro professor Arthur Scheneider visitou o local para observação das condições geológicas, sugerindo sondagens do subsolo, a montante do citado Boqueirão, a fim de saber quais as condições em que se encontravam os materiais sotopostos ao lençol de areia, bem como o desenvolvimento em profundidade dos planos de clivagem da rocha.

Uma extensa malha de sondagens foi realizada por uma equipe chefiada pelo engenheiro Luiz Saboya. Verificou-se que a montante do eixo primitivo do Boqueirão do Orós existia um maciço rochoso no estado SÃO, à pequena profundidade.

Essa condição peculiar levou o engenheiro professor Casemiro Munarski a sugerir o deslocamento do eixo da barragem para montante e desenvolvê-la em forma de arco. Ao mesmo tempo, sugeriu o referido engenheiro, um levantamento de jazidas de material para examinar a possibilidade de uma barragem de terra. Verificou-se existir a abundância de três materiais: rocha, areia e argila.

[...]

A seguir, a sessão técnica elaborou dois anteprojetos para a obra em desenvolvimento em arco. O primeiro deles, de concreto gravidade, completamente assente sobre a rocha e o outro de terra, tipo zoneado, com o núcleo de argila fundado totalmente sobre a rocha.

Pelo confronto econômico, abandonou-se a ideia de construir a barragem em arco de concreto. Além disso, o Departamento dispõe de equipamento para o vulto da obra. (DNOCS. Fev. 1960, p. 225).

Neste conflito preconizado através da existência de diversos estudos sobre o modelo da barragem, residia grande inconsistência. Fossem nos depoimentos orais ou nas matérias jornalísticas, a incerteza posta sobre qual caminho tomar ou sobre as dúvidas dos engenheiros, revelava uma espécie de medo ou desesperança que posteriormente veio a se confirmar.

Conforme estamos acompanhando, a trajetória do Açude Orós carrega em si o estigma do desastre (incêndio na sede do Dnocs nos anos de 1910, enchente destruindo maquinário e instalações em 1924, corte de verbas na década de 1930). Em 1933, como já citado, Thomaz Pompeu já falava de catástrofe ocasionada pelo rompimento da parede do açude se este viesse a se concretizar e é notório o quanto.

Os moradores da região nunca deixaram de pensar na temática.

Na dissertação intitulada *Travessia por “terceira margens” de um Rio: Natureza e Cultura no Rio Jaguaribe (Séculos XIX – XX)*, Karuna Sinduh de Paula faz ampla discussão sobre a iniciativa de “domar o Jaguaribe” através da técnica e da ciência. Para os moradores da região, entrevistados pela pesquisadora, a parede do açude aprisionou um bicho fantástico, que de modo algum, ficaria retido por muito tempo. (PAULA, 2011, p.160).

Para PAULA (2011), o relato dos entrevistados a fez perceber que havia saberes diferentes em jogo: o saber técnico dos engenheiros diante dos saberes da experiência de quem viu e conviveu com o Rio Jaguaribe por séculos. Ao citar a narrativa do sr. Chico Pinto, um novo elemento figurou na composição do fato, o que povoava ainda mais o território da desconfiança: a prepotência do engenheiro, que afirmara, em 1959, ser o Rio Jaguaribe apenas um “riacho”. (PAULA, 2011, p.106-107).

Os jornais da época traziam a mesma preocupação. E não nos referimos ao conjunto de matérias de março de 1960 que transfiguravam o espectro de tragédia anunciada, mas sim outras notícias que datam ainda de 1958, durante a seca e quando os trabalhos de construção da parede do açude ainda estavam no início.

Com toda certeza, o posicionamento dos grupos políticos através de suas críticas lidas na imprensa, alimentavam as polêmicas em tono da edificação da barragem. Em 01 de junho de 1958, o jornalista Waldery Uchoa expõe sua dúvida quanto aos projetos pensados e conhecidos para a construção do açude Orós:

A construção definitiva Orós do famoso reservatório vai ser, como Paulo Afonso, uma nova e esplêndida vitória da engenharia brasileira.

[...]

Há, todavia, um ponto que deve ser focalizado. É quanto ao sistema de barragem a ser construído, quanto à *segurança* da mesma e quanto aos estudos que foram feitos nesta terceira fase da bela obra que será, não há dúvidas, o Orós.

O engenheiro Luís Saboia é moço inteligente e técnico capaz. O seu idealismo sobre a construção do Orós ficou patenteado em ilustrada palestra que fez no recinto da Assembleia Legislativa do Estado, em meio a mapas, gráficos e com citações de dados concretos sobre o apontamento do boqueirão que nos foi outorgado pela natureza.

Acontece que, o antigo projeto foi, segundo tudo indica, abandonado e lança-se mão, agora, de novos elementos para a construção da barragem. Afirma-se que será menor a capacidade do açude e, conseqüentemente, a sua barragem será de menor dimensão e, ao invés de concreto, cimento e pedra, ela será construída de terra, barro batido e piçarra. (Unitário, Fortaleza, 01 jun. 1958, p. 03)

O artigo do jornalista é um jogo de ideias que não defende, por certo, um único posicionamento. A nota, que até se iniciava elogiando a obra e continuava sendo otimista com a construção e seus idealizadores, mostrou, pelo caminho, o clima de desconfiança e dúvida que existia em torno da construção do açude, aportado em grande parte, na substituição de materiais para a construção da parede da barragem.

Ora, se “domar” o Jaguaribe com cimento e concreto já seria difícil, imaginemos então, divulgar a substituição desses materiais por terra, barro e piçarra? Sem dúvida, o medo do arrombamento estava nas fundações do açude. O tema já tinha sido abordado no editorial do Jornal Unitário de 27 de abril daquele mesmo ano.

ORÓS

O Ceará esperou nada menos que trinta e cinco anos pela construção do Orós. E o grande açude já não constitui apenas um sonho. **Tornou-se lenda.** [...]

Há quem condene, sistematicamente, a construção da barragem como nociva aos interesses econômicos do Estado.

Pois segundo alguns, abrangendo a vazante do açude grande parte do vale do Jaguaribe, tornaria a região excessivamente úmida. E a carnaúba, para produzir cera, não pode ser localizada em clima úmido.

Assim, correríamos o perigo de perder toda a cera produzida naquele vale.

Por outro lado, existe outra corrente que afiança que a serra não comportaria a barragem, isto é, a parede correria o perigo de arrombamento.

É verdade que o último perigo, diante das conquistas da moderna engenharia, não tem mais razão de subsistir.

Tamanhos seriam os recursos para debelá-lo que decerto de nada poderia arrear a população cearense.

Embora tenhamos que reconhecer essa capacidade de correção por parte da engenharia, não se pode, de maneira alguma, deixar de chamar a atenção dos responsáveis pelos trabalhos para essa série de fatores negativos existentes que demanda, pelo menos, um estudo acurado da realidade em torno do famoso reservatório. (Grifos nossos) (Unitário, 27 abr. 1958, p. 03)

O texto do editorial contemplava a temática referida e introduzia outras questões de denotada relevância, como a desapropriação de terras, o futuro da irrigação no Vale do Jaguaribe e o espectro grandioso do Orós, que, segundo o jornal, beirava o demagógico.

O Nordeste ainda padece de falhas de seus grandes açudes, edificadas à margem de medidas complementares, mas essenciais, quais sejam a desapropriação de terras irrigáveis e a própria irrigação.

Do que serve a água acumulada se não se pode usá-la para regar a terra?

Tudo isso exige cuidados em torno da construção do Orós.

E, por último, temos ainda de levar em conta o fator tempo. Poderá o sr. Juscelino Kubistchek no restante de sua administração, levar a cabo a construção da obra?

E o seu sucessor estaria disposto a ultimá-la?

As perguntas prevalecem, naturalmente. Porque não basta reiniciar o Orós, mas construí-lo de verdade.

Para ficar no meio, antes aplicar o dinheiro em outras obras, que embora menos úteis, seriam, ao mesmo tempo, menos demagógicas. (Unitário, 27 abr. 1958, p. 03)

Nas páginas de um jornal que servia essencialmente ao projeto de seu grupo, os Diários Associados, ora posicionando-se contra ou a favor dos governos locais e nacional, o editor do jornal pareceu ter a astúcia própria que a escrita nesse suporte demanda, especialmente no que diz respeito a expor posições conflitantes.

O Orós era um sonho ao mesmo tempo que também era lenda. Todavia, se arrombasse, podia acabar com a cultura da carnaúba na região do Baixo do Jaguaribe, destruir o solo propício à agricultura e deitar por terra as cidades no curso da água; a engenharia era moderna e, portanto, o risco de arrombamento estava afastado, mesmo assim era preciso ter cuidado com o projeto; o açude era muito importante, mas um erro, se depois dele, as condições para a irrigação não fossem igualmente oferecidas; e por fim, uma questão para a ordem do tempo: conseguiria o presidente terminar a construção? Pergunta decisiva, visto que era o Orós um projeto que deveria ser concretizado e finalizado. Se não, melhor seria investir os recursos em outras obras.

O texto por fim não se furtava a questionar a experiência de açudagem cearense, remetendo-se possivelmente ao Açude Cedro, localizado na cidade de Quixadá, quando indagou a ideia de acumular água sem a possibilidade de utilizá-la para irrigação.

Não fossem os assuntos ligados à mina de magnésita e ao plano de construção do açude, outra temática de ordem social e financeira, ainda perturbava o andamento do projeto do Orós: a desapropriação das terras e por conseguinte, o pagamento das indenizações. A discussão dessa temática é própria do ano de 1959, já que tais evidências são encontradas nas páginas dos jornais e, nos discursos parlamentares da época, muito embora após seu arrombamento, o assunto retornasse à baila para ajuntar-se ao numerário das indenizações.

Era um conflito mais específico, de um tempo em que as obras do açude já estavam sendo realizadas. No entanto, desapropriar terras foi uma preocupação recorrente na história do DNOCS, visto que a açudagem tornou-se política de convivência com a seca desde a década de 1910.

Em 27 de junho de 1958, na tribuna do Congresso Nacional, o deputado cearense Adahil Barreto fez pronunciamento abordando especialmente o tema das desapropriações de terra pelo DNOCS, ao cobrar o devido pagamento das indenizações.

Sr. Presidente e srs. Deputados, uma das maiores injustiças que administração pública brasileira pratica com os nordestinos é relativa ao sistema de indenização de terras por parte do DNOCS no concernente aos açudes de que constrói.

Esse sistema de indenização de terras desapropriadas para a construção é revoltante, porque empobrece, **joga na miséria famílias que vivem bem**, embora lutando com as costumeiras dificuldades na exploração de suas terras. Quando o DNOCS quer construir um açude, apropria-se logo da terra. Começa, então, longo, demorado e sacrificante processo para depositar as indenizações a que os proprietários têm direito. Por anos a fio, arrastam-se os processos. Enquanto isso, os proprietários ficam ao desabrigo, sem poder explorar suas terras e sem receber qualquer indenização por parte do Governo.

Mas não é só isso, sr. Presidente. Além deste verdadeiro crime que se comete contra dezenas e dezenas de famílias no Nordeste, convém atentar também para a miséria das indenizações.⁴⁶

O deputado continuou o discurso atentando para o prejuízo do proprietário da terra, ao apontar o valor do hectare pago pelo DNOCS e a renda aproximada gerada pelo trabalho na mesma terra quando havia plantio de algodão ou aproveitamento da oiticica. No texto, o deputado referia-se diretamente ao caso das desapropriações ocorridas para a construção das barragens de Furnas e Três Marias, ambas localizadas no Estado de Minas Gerais, mas nos dá condições de inferir a respeito dos moradores do entorno do possível lago se construiria na bacia hidráulica do Açude Orós, conforme veremos adiante.

Embora nos anos de 1958-1959 o DNOCS tenha voltado grande parte de suas ações para a construção de rodovias, principalmente as de caráter emergencial, construídas através das frentes de serviço, estratégia de sobrevivência para tempos de seca, a construção de açude também era uma realidade presente e, portanto a questão da desapropriação de terras constava na ordem do dia.

O relatório de 1958 só detalhava a construção de açudes do 3º distrito do departamento, relativo ao Estado de Pernambuco, porém, o relatório de 1959 detalhou os açudes em construção no Ceará e mais especificamente no Sistema do Jaguaribe, evidenciando, para a pesquisa, em que campos se iniciavam e se desenvolviam os diálogos

⁴⁶ BRASIL. Discurso do deputado Adahil Barreto falando sobre as indenizações do DNOCS para os processos de desapropriação de terras Diário do Congresso Nacional. Ano XIII, nº 86 p. 3987-3988, 27 jun. 1958 Seção I Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015.

sobre desapropriação de terras. Na tabela a seguir, extraída do Relatório do DNOCS de 1959, podemos ver que o Orós é listado entre os açudes em construção, o que indicaria pelo menos, a existência de estudos técnicos sobre as desapropriações.

Imagem 05: Açudagem pública – Sistema do Jaguaribe

**QUADRO VIII — AÇUDAGEM PÚBLICA — SISTEMA DO JAGUARIBE
ESTADO DO CEARÁ
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1959**

AÇUDES	DADOS DA BARRAGEM				Capacidade (I. 000 m ³)	CONSTRUÇÃO		Observações
	(1) (m)	(2) (m)	(3) (m ³)	Tipo (4)		Início	Conclusão	
1 — CONSTRUÍDOS								
CEDEIRO I	24	1.130	119.100	A	125.694	1890	1906	
EMA	16	370	64.600	T	10.400	1931	1932	
JOAQUIM TAVORA (ex-Feiticeiro)	21	496	207.300	T	24.100	1932	1933	
LAGOA DAS POMBAS	7	240	2.900	T	2.231	1910	1910	
LIMA CAMPOS (ex-Estrelto I)	20	185	83.800	T	58.290	1932	1932	
NOVA FLORESTA	16	356	76.200	T	7.619	1924	1926	
POÇO DO BARRO	25	628	266.700	T	54.704	1952	1956	
POÇO DA PEDRA	31	797	529.500	T	52.000	1954	1958	
RIACHO DO SANGUE	24	308	120.300	T	68.194	1913	1913	
SANTO ANTÔNIO DE RUSSAS	16	620	—	T	29.717	1909	1928	
VARZEA DO BOI	19	592	135.200	T	51.910	1951	1954	
VELAME	9	293	23.900	T	2.556	1915	1920	
TOTAL DE 12 AÇUDES	228	6.015	1.629.500		487.415	1890	1958	
2 — EM CONSTRUÇÃO								
BANABUIÚ	61	910	5.588.700	T	1.500.000	1958	--	Paralisado em 9-1955
LATAO	29	712	338.200	T	49.470	1951	--	Paralisado em 7-1922
MILHAN						1958	--	
ORÓS	72	690	—	T	4.000.000	1921	--	Reiniciado em 7-1958
QUIXABINHA	41	195	284.500	T	32.150	1951	--	
QUIXERAMOBIM	45	--	--	C	70.000	1920	--	Paralisado em 1-1921 Reiniciado em 1958
TOTAL DE 6 AÇUDES	248	2.507	6.211.400		5.651.620	1920		
TOTAL DE 18 AÇUDES	476	8.522	7.840.900		6.139.035	1890		

1) Altura da barragem: distância máxima entre a fundação e o coroamento da barragem; 2) Comprimento da barragem pelo coroamento. Quando há barragens auxiliares, é a soma do comprimento destas com o comprimento da barragem principal; 3) Volume total da barragem corpo e fundação, sem distinção de materiais empregados. No caso de barragens auxiliares adotou-se raciocínio exposto em (2); T-Terra; C-Concreto; A - Alvenaria

Fonte: Relatório do DNOCS, 1959, p.32.

Das tribunas parlamentares para as páginas dos jornais, o assunto da desapropriação de terras não demorou a chegar. Embora, não possamos considerar que esse tema figurasse como integrante do cenário de conflito descrito nesse tópico, a existência de qualquer limitação relativa à construção do Orós, rendia discussão, bom número de páginas na imprensa e a justificativas para a manutenção do trabalho daqueles que eram contrários ao açude.

Em setembro de 1959, o Jornal Correio do Ceará noticiou: “Não foi feita ainda avaliação de terras na bacia do açude”. O jornal que já havia dedicado algumas páginas para contar o caso do distrito de Guassussê, localizado entre as cidades de Iguatu e Orós, recuperava a temática da desapropriação e ausência das indenizações.

Apesar de ter sido anunciada liberação de verbas no valor de 60 milhões de cruzeiros pelo presidente Juscelino Kubistchek, para custear a desapropriação de terras e o deslocamento da população da área a ser inundada pelo açude Orós, até o momento não foram as terras a serem atingidas pelas águas sequer estimadas para a avaliação.

DEPUTADOS IRÃO VER

O fato dá lugar a que continue a reinar inquietação entre os moradores e proprietários da bacia do Orós que veem aproximar-se o momento das grandes inundações provocadas pela barragem do Jaguaribe.

Ontem, o deputado Wilson Roriz requereu à Assembleia a designação de deputados para uma comissão que deverá ir examinar "in loco" a situação dos residentes da bacia hidrográfica do açude Orós. (Correio do Ceará, Fortaleza, 12 set. 1959, p.06)

A matéria jornalística assinada por Milano Lopes referia-se às terras da futura bacia hidráulica do açude e narrava as dificuldades encontradas pelos moradores de Guassussê, pequeno distrito localizado entre Iguatu e Orós e trazia informações importantes para a compreensão desse processo. As declarações do Dr. Anastácio Maia, engenheiro do Orós, revelavam que mais que preocupante, o problema das desapropriações/indenizações parecia ser insolúvel. Segundo a reportagem,

[...] O próprio Anastácio Maia que construiu o Araras afirmou que as dificuldades encontradas para deslocar a população da bacia hidráulica do reservatório de Reriutaba, que é três vezes menor que a de Orós, foi de tal monta, que ele se viu quase sem perspectivas, na iminência de deixar as populações a mercê das águas quando se iniciassem os invernos. (Correio do Ceará, 21 ago. 1959, p.06)

O distrito de Guassussê, que a época, possuía cerca de 60 casas e 300 habitantes pode ser tomado como um exemplo para melhor compreender esse tópico da discussão, visto que na matéria, terminava o jornalista a explicar o porquê e o cerne do problema: a falta de planejamento.

O mal é que o problema do deslocamento é o último a ser encarado na construção de um açude no Nordeste. Quando a parede vai levantada é que os construtores enxergam a bacia hidráulica, e aí surge o problema do deslocamento que sempre é resolvida às pressas, muitas vezes sem consultar os moradores. (Correio do Ceará, 21 ago. 1959, p.06)

Em 15 de outubro de 1959, o jornalista Milano Lopes retornaria ao assunto, dessa vez relatando viagem feita a região de Iguatu. Após percorrer 60 km do que previa ser a bacia hidráulica do açude, constatou a densidade demográfica da região (entre 17 e 20 mil pessoas) e diversas situações jurídicas no que diz respeito à posse da terra. Segundo ele, "há os agregados, os proprietários já devidamente cadastrados, os que têm apenas a terra por herança e sem qualquer documento e finalmente os que não sabem sequer a quantidade de terras que possuem." (Correio do Ceará, 15 out. 1959, Capa e p.02).

Esclareceu ainda que após grande discussão ocorrida no evento nominado Seminário do Jaguaribe, teria o Presidente da República liberado a soma de 20 milhões de cruzeiros para

indenizações e benfeitorias nas terras a serem inundadas pelas águas do açude.⁴⁷ No entanto, classificava o autor ser tal iniciativa de natureza precária, visto que, “de acordo com as novas observações obtidas ao percorrer a bacia hidráulica, esses vinte milhões de cruzeiros são insuficientes.” (Jornal Correio do Ceará, 15 out. 1959, Capa e p.02).

Mostraria a história que, num futuro bem próximo, as preocupações do DNOCS seriam outras, visto que já nessa reportagem, por exemplo, seus próprios técnicos admitiam inaugurar o Orós somente em março de 1960, adiando as previsões de entrega do açude projetado para novembro de 1959.

A história de Guassussê também foi contada pela profa. Erotilde Honório no livro *O despertar da memória – as narrativas dos excluídos da terra na construção do açude Orós*. Através dos relatos orais, a autora reconstruiu a trajetória dos moradores do povoado localizado à montante do açude e um dos primeiros a serem inundados pelas águas barradas em 1960. Segundo HONÓRIO (2006, p.19), antes mesmo do arrombamento do Orós, os moradores de Guassussê viveram os momentos mais difíceis de suas vidas já que “não houve por parte do Governo, um projeto de remanejamento dos habitantes para outra localidade”. Narrou a pesquisadora que os moradores daquele distrito se viram diante da ameaça de perder suas terras, seus pertences e, no que diz respeito à cultura, sua própria identidade.

Através das narrativas de sua pesquisa, registrou boatos ditos por topógrafos do Orós que trabalharam naquela região e que apontavam para a permanência de três anos dos moradores em seus sítios. Obviamente, não foi o que aconteceu, visto que, entre janeiro e março de 1960, o açude, diante do inesperado período chuvoso, atingiu o ápice de sua bacia hidráulica.

Em nenhum momento houve preocupação com os habitantes atingidos pelas águas da represa do Jaguaribe nem com seu destino. Nem o DNOCS, nem o Governo Federal, a prefeitura ou qualquer cidadão esclarecido lembrou de se aventar este assunto. Em todo o decorrer da construção da obra e mesmo após o desastre, a discussão não contemplava a problemática a ser enfrentada pela população, a desagregação cultural que o fato causaria e as consequências ambientais, com a destruição da fauna e da flora locais. Os aspectos sociais negativos sofridos pela população de Guassussê e moradores dos sítios, às margens do rio, não ganharam repercussão, não foram notícia nos meios de comunicação da Capital, nem faziam parte do projeto da obra de responsabilidade do DNOCS. Diluíram-se nas águas nada claras do argumento da produção e da acumulação de riquezas do Estado. (HONÓRIO, 2006, p. 20).

O trecho deixou transparecer como o tempo da natureza, dessa vez agravado por uma catástrofe ambiental, mais uma vez interviu no tempo histórico e no tempo da técnica,

⁴⁷ O I Seminário para valorização econômica e social do Vale do Jaguaribe foi um evento científico realizado em Fortaleza, cujo objetivo era discutir os impactos da construção do açude. Outras matérias jornalísticas também o chamam de Seminário do Orós. Nota do autor.

acelerando e retardando processos, mas também reiterando outros, diante da busca pela resposta que procurava saber quem eram os responsáveis pelos acontecimentos. Para os moradores de Guassussê, a esperança, como sentimento e como categoria de tempo, foi negligenciada e pouco experimentada.

A outra vez que esta pesquisa se deparou com o tema das desapropriações foi no Relatório do DNOCS de 1960, no item 2.4.1 – Seção das Comunicações. Admitia o serviço de administração daquele órgão ter recebido duas correspondências e ambas figuravam no quadro de processos não devolvidos.

O primeiro, documento 3923-60, da Câmara Municipal de Reriutaba, solicitava “pagamento de terras que foram desapropriadas na bacia do açude Araras”; o segundo documento, registrado sob o número 16481-60, veio da Assembleia do Ceará e solicitava “que sejam melhoradas as tabelas de indenização das bacias hidráulicas dos açudes públicos.” (DNOCS, Relatório de 1960, p. 171-172).

Nessa pesquisa especificamente, entre o cruzamento da história ambiental com a história social, estão as populações atingidas pelo açude antes mesmo de seu arrombamento. Questões como uso da água e estratégias de sobrevivência são de sobremaneira verificadas no profícuo contato com as fontes. Sejam os jornais ou nos depoimentos orais construídos nos caminhos da pesquisa, vislumbramos as movimentações dos grupos ou mesmo de indivíduos dentre do pulsante jogo da história, nesse caso, balizado pelas disputas e, torno da terra e da água.

O tema da desapropriação apareceu em detalhes novamente no Relatório do DNOCS de 1964. Referindo-se ao açude Orós, o documento registrava: 2 processos pagos, 476 termos de ajustes aprovados e 597 desenhos feitos. (DNOCS, Relatório de 1964, p. 218-219). No próximo tópico, veremos que ainda em 1964, o Açude Orós não estava pronto para se tornar aquilo o qual havia sido projetado.

Discutir sobre as desapropriações é também uma nuance do ato de esperar. Afinal, qual o tamanho da bacia hidráulica do açude? Até onde chegaria o lago de Orós? Seria necessário mudar quantas vidas de lugar para que o Orós se tornasse realidade. E mais: ainda na seara da história ambiental, não seria adequado o custo pago para tais famílias frente à perspectiva redentora que o açude representava para toda região? E por fim, depois dos acontecimentos de março de 1960, como recompensar estes mesmos moradores da região, atingidos duplamente pelo Orós? Ou seja, é legítimo pensar que maior que os valores gastos com as indenizações originadas pelos processos de desapropriação das terras que seriam

inundadas pelo açude foram as cifras gastas para reconstruir as áreas Baixo Jaguaribe, atingidas pela enchente ocasionada pelo arrombamento da parede do açude.

Entre o tempo do porvir e o tempo da técnica, o açude experimentou uma nova forma de esperar. O Orós atravessou um evento que o ressignificou e deu à esperança outra perspectiva. O sonho de ver o açude construído e dele poder usufruir transmutou-se no medo de vê-lo arrombar. Este talvez seja o aspecto mais místico da história do Açude Orós que, tal como um rio caudaloso de anos chuvosos, não se esgotou. Pelo contrário, transbordou.

3.3. Saiam, deixem tudo! Salvem-se enquanto há tempo!

Esse texto tem tentado explicar em seu percurso as histórias do Açude Orós e do Rio Jaguaribe através de uma relação que envolve os conceitos de natureza e de técnica, os conflitos e jogos de interesse quem envolveram a construção do açude. É nosso desafio pensar o rio a partir do açude e como, a partir desse, passou o Jaguaribe a ter uma nova forma de compreensão e de explicação.

Nosso argumento é que, após a construção do açude Orós, o Rio Jaguaribe inaugurou uma nova temporalidade. Embora a parede do açude, de modo estrito seja um divisor de águas, a história como ciência e processo de compreensão do tempo não pode ser escrita e por conseguinte, lida, baseada na mecânica do virar das páginas de um livro. Pelo contrário, é preciso tempo para que as coisas mudem e também para enxergar e compreender a dinâmica existente entre as mudanças e a permanências.⁴⁸

Nessas apresentações, pode o historiador escolher pontos de reflexão para adensar os esquemas compreensivos e daí passar a expor suas chaves de interpretação. Esse caminho teórico nos faz refletir historicamente e organizar uma narrativa para a apresentação de nossas interpretações, já que fruto de fatos que estão em constante conflito, a história se apresenta através de um percurso discursivo.

O “fazer sentido” na historiografia não segue pretensões e modelos cartesianos ou como já discutido, não obedece necessariamente à noção de progresso temporal que prioriza a relação passado-presente-futuro. Pelo contrário! O que temos percebido é que o tempo está

⁴⁸ Em seus estudos sobre a Idade Média, Le Goff contesta a existência de uma ruptura entre os séculos XV e XVI. Para ele, as explicações baseadas tão somente numa profunda mudança ocorrida no período, desprezava o entendimento de uma longa temporalidade que dá condições para o entendimento do outro lado da moeda, as permanências. Cf. LE GOFF, Jacques. Reflexões sobre a História. Lisboa: Edições 70, s/d.

em constante diálogo consigo mesmo, misturando suas temporalidades e experimentando diferentes percursos e, por conseguinte, possibilidades de compreensão.

Nas histórias do Jaguaribe com o Orós, e desse açude com os municípios da parte do Vale homônimo ao rio localizados à jusante da barragem, há uma fissura cuja interpretação é decisiva para o conhecimento do enredo que resolvemos estudar e, portanto, para o entendimento do passado, do presente e do futuro do passado do Açude, do Rio e da região.

O arrombamento do açude e a inundação, ambos eventos ocorridos em março de 1960 são fatos importantes, cuja narrativa e compreensão ajudam no entendimento dessa nova temporalidade que acreditamos existir. Conforme HARTOG (2013, p. 29), assim como para os historiadores, os vestígios do Muro de Berlim e as grandes fachadas dos prédios do Leste (europeu), destruídas e marcadas por projeteis, a barragem de Orós torna “visível um tempo que, ali, escoara de outro modo.” E concordando com esse mesmo autor, devemos dizer que esse tempo não se paralisou. Ao invés disso, adquiriu outra ordem na medida em que se modificou motivado pelo constante diálogo ocorrido entre os sentimentos, o tempo da natureza, o tempo da técnica e o tempo dos sujeitos.

Em Koselleck, seria por assim dizer, o encontro entre a experiência e a expectativa, num território comum cuja temporalidade relacional se encerra e se reinaugura ao mesmo tempo. Isto é, o simultâneo.⁴⁹

Para este diálogo, cuja simultaneidade coloca lado a lado, natureza e técnica, ajuntamos também sujeitos e por conseguinte, suas memórias, a fim de compreender tal temporalidade entremeada por seus sentimentos, que nessa parada podem ser definidos pela transição da esperança para o medo.

Em janeiro de 1960, as páginas dos periódicos que circulavam em Fortaleza traziam notícias de precipitações caídas desde a primeira semana do ano. Embora as publicações não apresentassem informações de órgãos oficiais sobre a quadra invernososa, as notícias oscilavam sempre entre as chuvas ocorridas em uma região e a ausência dela em outras.

Nas edições dos dias 07, 08, 09 e 10 de janeiro, o jornal Unitário noticiou a incidência das chuvas em várias regiões do Estado e sua abundância na região do Cariri. Num lugar onde o inverno é sempre ansiosamente esperado, a notícia de chuva mereceu relativo destaque.

CHUVAS EM QUASE TODO INTERIOR
Bons prenúncios de inverno

⁴⁹ “O decurso único do tempo transformou-se em um dinamismo de estratos múltiplos vividos simultaneamente”. Cf. KOSELLECK, 2006, p. 320.

O inverno está quase generalizado no interior do Estado, estando as chuvas atingindo igualmente a faixa do litoral, inclusive Fortaleza, onde choveu durante a noite de anteontem.

Na região do Cariri, as chuvas estão caindo com mais força e maior constância, já tendo na cidade do Crato o pluviômetro marcado 80 mm. (Jornal Unitário, Fortaleza, 10 jan. 1960, capa).

A partir do dia 20 de janeiro, os jornais começaram a mesclar notícias das chuvas com notas apontando sua escassez. O tom da certeza começou a dar lugar ao discurso da esperança. No dia 22 de janeiro, enquanto noticiava que o “Espectro da Seca Ronda O Ceará”, o Unitário, na seção *O Interior em Revista*, apresentava matéria sobre a leitura do tempo feita pelo profeta da chuva Zezinho Mangiricão, natural da cidade de Morada Nova. Segundo ele, “nos meses de março, abril, maio e junho, choverá copiosamente”. (Unitário, 22 jan. 1960, p. 03). Essa profecia logo se cumpriria.

A dinâmica discursiva que apresentava chuva e seca numa mesma edição permaneceu até a última semana de fevereiro quando a desesperança voltou a dominar o noticiário. Nessa semana, ganharam força as notícias das primeiras safras perdidas, da escassez das chuvas e o registro de que, em alguns municípios, ainda não havia caído sequer uma gota d’água. Na região do Baixo Jaguaribe, a cidade de Jaguaruana era um desses municípios.⁵⁰

Nessa cidade, durante pesquisa realizada entre os anos de 2004 e 2006 no interregno dedicado ao curso de mestrado, registramos diversos depoimentos que nos ajudaram a compor o cenário das enchentes ocorridas na região. O resultado desta pesquisa ficou registrado na dissertação intitulada *Nos caminhos das memórias, nas águas dos Jaguaribe – Memórias das enchentes em Jaguaruana-CE (1960, 1974, 1985)*, defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFC em 2006.

Numa das entrevistas realizadas, falando sobre a relação do sertanejo com o caráter místico da natureza, conversamos com Avani Almeida sobre o papel dos profetas da chuva na previsão de seca ou cheia. Assim, surgiu no contexto a narrativa da procissão organizada pelo Mons. Aluísio de Castro Filgueiras, vigário da freguesia de Sra. Sant’Ana, na cidade de Jaguaruana, nos idos de 1960.

Quando começamos a pesquisa sobre os acontecimentos de 1960 na cidade de Jaguaruana, alguém, cuja identificação foi engolida pelas dobras do tempo e perdeu-se na relação entre o lembrar e o esquecer, disse: “- Você deve perguntar sobre a procissão do Mons.

⁵⁰ Registros feitos pelo Jornal Unitário: Quixeramobim – Seco o município: apreensão. 11 fev. 1960, p. 03; Chuvas irregulares provocam sérias apreensões no interior, 17 fev. 1960, p. 08; A sombria perspectiva, 21 fev. 1960, p. 04, editorial; Itapipoca – Espectro da seca, este ano, forma novos “paus de arara”, 26 fev. 1960, p. 03; Cariré – Falta de chuvas causa apreensões, idem; Seca: partem do sertão os primeiros gritos de socorro, 28 fev. 1960, p. 08.

Aluísio!” Quando, enfim encontramos e definimos os narradores da pesquisa, essa era a primeira pergunta que fazíamos: “O que o sr.(a) lembra da procissão feita pelo Mons. Aluísio no início de 1960?” Com a resposta, descobrimos que o fantástico acontecimento do arrombamento da parede do açude Orós, também não se furtava de explicações igualmente fantásticas. Antônio Avani Almeida, em 2004, assim relatou:

Eu tinha 13 anos. Quando foi um dia à tarde, no mês de fevereiro, o Mons. Aluísio celebrou uma missa e fez um sermão dizendo que podia haver uma seca. Aí, ele convocou todos os paroquianos para ir a uma procissão que saiu da igreja, às 4:00 da tarde, num domingo, dia 28 de fevereiro de 1960, em direção a uma casa de farinha, lá no tabuleiro, numa área conhecida por Taperinha. E avisava que era para o povo levar machado, enxada, foíçe, enxadeco, ferro de cova... Tudo quanto fosse ferramenta que precisa para trabalhar na terra. Meu irmão Dedé ajeitou uma enxadazinha pra mim levar no ombro. E eu saí com essa enxada, com aquele prazer. Era uma multidão de gente, todo mundo com um ferro no ombro, levando o andor de São José, devagar, com o padre rezando a gente acompanhando. O padre fez essa procissão para pedir que viesse um bom tempo e viesse chuva. Então quando foi no dia 5 de março começou a chover. O povo dizia que não deu nem um mês da reza do padre. Foi tanta chuva que o açude quebrou. (Antonio Avani Almeida).

A história parece com o enredo da música *súplica cearense*, de Gordurinha e Nelinho, cuja interpretação de Luiz Gonzaga e Fagner tornou-se bastante conhecida.

Súplica Cearense - Gordurinha e Nelinho

Oh! Deus, perdoe este pobre coitado
 Que de joelhos rezou um bocado
 Pedindo pra chuva cair sem parar
 Oh! Deus, será que o senhor se zangou
 E só por isso o sol arretirou
 Fazendo cair toda a chuva que há
 Senhor, eu pedi para o sol se esconder um tiquinho
 Pedir pra chover, mas chover de mansinho
 Pra ver se nascia uma planta no chão
 Oh! Deus, se eu não rezei direito o Senhor me perdoe,
 Eu acho que a culpa foi
 Desse pobre que nem sabe fazer oração
 Meu Deus, perdoe eu encher os meus olhos de água
 E ter-lhe pedido cheinho de mágoa
 Pro sol inclemente se arretirar
 Desculpe eu pedir a toda hora pra chegar o inverno
 Desculpe eu pedir para acabar com o inferno
 Que sempre queimou o meu Ceará.

A realidade da enchente se expôs após o agricultor rezar para que a chuva viesse amainar os inclementes anos de seca. Embora 1959 tivesse se apresentado como ano de boa safra, o sentimento de seca em 1960 já preocupava o sertanejo que não tardava esquecer 1958 de memória tão próxima.

Restava ao morador da cidade de Jaguaruana – e num exercício interpretativo, de todas as cidades da região, esperar pela intercessão de São José, o padroeiro do Ceará, cuja imagem foi conduzida na procissão e carregar os “ferros usados na roça” num pedido claro por chuva,

para que assim, finalmente, fosse possível o trabalho na agricultura. A orientação do padre foi seguida à risca e o desejo do povo não tardou a se realizar.

Durante o processo de produção e coleta de fontes para essa pesquisa, fizemos diversas entrevistas e colhemos várias fotografias. No meio de centenas de fotos dos tempos dos alagamentos, surgiu uma sobre a procissão em questão.

Imagem 06: Procissão organizada pelo Mons. Aluísio de Castro Filgueiras. Jaguaruana. Fev. 1960.



Fonte: Autor desconhecido. Cedida por João Bosco Pereira.

Na fotografia feita em fevereiro de 1960, homens e mulheres, da calçada da igreja matriz de Jaguaruana, caminhavam na direção indicada pelo padre, guiados pelas previsões de um bom inverno e pela força de suas orações. Os ferros de roça, levados nos ombros, funcionavam, talvez, como um elemento de ligação entre seus desejos e o céu, onde está o divino e de onde vem a chuva.

Naquele ano, as chuvas foram maiores que as previstas e num período de tempo bem menor. Os observadores do tempo acertaram no volume d'água, mas erraram na disposição dos dias. A oração funcionou, mas pareceu ter encontrado um “criador zangado”, como sugeria a música. Se precisávamos de uma explicação para tanta água, a procissão foi uma delas, como sugeriu Avani em sua recordação.

Não obstante ao tempo dos sujeitos, em 1960 a mudança de tempo foi veloz e inesperada. Nem mesmo os profetas que apregoavam o bom inverno esperavam tamanho impacto das chuvas e previram uma enchente. O que vamos perceber com o desenvolvimento dos fatos é que a mão humana teve grande responsabilidade nos acontecimentos de 1960. Sem

o Açude, sem o arrombamento da barragem, o ano de 1960 talvez tivesse sido apenas mais um ano de “seca molhada”.

Procurar por notícias de chuva caídas na bacia do Rio Jaguaribe nos primeiros meses de 1960 foi uma tarefa difícil. A dinâmica aqui já descrita – algumas notícias de chuvas e alguns textos sobre uma possível seca, deu a tônica até a terceira semana de março daquele ano. Logo, conhecedores do arrombamento do açude e sabendo que a tomada d’água pelo rio só é possível diante de muitas chuvas, virar cada página dos cadernos de Unitário e do Correio do Ceará e não achar os indícios de chuva, era extremamente angustiante.

Essa característica também é passível de interpretação, visto que, para nós, é importante indagar o porquê de tais notícias não terem imediata repercussão. A quem interessaria conter a publicidade do desenrolar dos acontecimentos do campo de obras de Orós? Diante de tamanha manipulação, os que viveram o fato não passariam sem reverberar as vibrações de tais notícias.

Tal configuração encontrou eco nas falas de Avani e de José Camilo Filho, então delegado de polícia da cidade de Limoeiro do Norte: em 1960, a enchente foi veloz! A descrição dos dias anteriores ao arrombamento do açude através da narrativa do delegado José Camilo foi simples e direta.

Uma semana antes, a gente começou a solicitar a comunidade a se retirar, porque o açude ia arrombar, ia invadir toda aquela área e inclusive podia causar muitos danos pessoais. Os engenheiros da obra do DNOCS avisaram que o açude arrombaria porque a barragem não ia suportar a quantidade de água, porque chovia muito. A evacuação não foi preventiva. A catástrofe era certa como dois e dois são quatro.⁵¹

O contato com o narrador nos faz perceber que nem tudo que é visualizado pode ser igualmente verbalizado. Por mais que insistíssemos em evidências narrativas que pudesse experienciar uma temporalidade mais extensa, a afirmativa sempre se repetia: uma semana antes! E nos jornais, nem isso. Quando o Correio do Ceará começou a dedicar atenção à situação do açude, o calendário já marcava o dia 22 de março. O desenho de uma enchente na região jaguaribana começava a ser descrito e imaginado.

POUCAS POSSIBILIDADES DE SALVAMENTO DO AÇUDE ORÓS

O primeiro telegrama recebido de Orós, na manhã de hoje, dá-nos as seguintes notícias sobre a situação daquela obra:

1. Até zero hora a barragem achava-se em boa situação, podendo ainda acumular três vezes o volume d’água já retido;
2. Trombas d’água caídas na bacia hidrográfica, em volume superior a 250mm, motivaram a maior enchente já verificada;

⁵¹ José Camilo Filho, 85 anos, coronel da reserva Polícia Militar do Estado do Ceará. Durante os anos de 1959 e 1960 foi delegado da cidade de Limoeiro do Norte. Durante a entrevista, realizada em 19 de agosto de 2015, esclareceu os dias anteriores ao arrombamento do açude e o trabalho de evacuação dos moradores da cidade onde trabalhava.

3. Às 4 horas da madrugada, na ponte de Iguatu, o Rio Jaguaribe marcava 35 pés, ou sejam, 11 e meio metros de lâmina d'água, com elevação, portanto de 6 metros em menos de 15 horas;
4. São poucas as possibilidades de salvamento da barragem, desde que o túnel de evacuação tem apenas 6 metros de diâmetro e a elevação da descarga do Jaguaribe elevou-se em 400%
5. O engenheiro chefe da Comissão do Orós, dr. Anastácio Maia, que enviou estas informações ao dr. Osmar Fontenele, chefe do serviço de piscicultura, apelou para a imprensa falada e escrita no sentido de que sejam as populações ribeirinhas avisadas da ameaça que pesa sobre a região. (Jornal Correio do Ceará, Fortaleza, 22 mar. 1960, capa).

E assim, antes do arrombamento do açude, as cidades localizadas parede do açude a baixo foram inundadas por uma torrente de notícias que chegaram a seus moradores de diversas maneiras. Não obstante aquilo que registrou o periódico, a história oficial destacou os panfletos jogados de aviões que sobrevoaram a região dias antes do arrombamento. Por sua vez, os narradores destacam o papel dos caminhoneiros, além dos serviços fixos e volantes de som, na propagação das notícias. Outro importante suporte que dialoga com a história, a literatura, destaca também a importância do rádio.

Como dissemos, as formas de espalhar a notícia foram diversas. Nesse trabalho, buscaremos entender a “rede social” que à época, disseminou na região a agonia da parede do açude em seus últimos dias.

A pergunta feita a Avani foi “Como o senhor soube que a notícia do arrombamento do açude chegou aqui?” Sua resposta expôs a complexidade de uma interessante trama, visto que relembrou vários caminhos pelos quais as notícias chegavam. Relembrou do rádio amador que existia na cidade, da radiadora da paróquia, dos caminhoneiros e dos boletins soltos pelos aviões, avisando o possível rompimento do açude Orós.

Essa notícia chegou pelos os motoristas. Naquele tempo não era rápido, não tinha a comunicação que tem hoje. Era o telegrama e mais o caminhoneiros que viajava e trazia as notícias. Tinha *Seu Rochinha* e me lembro também do Dodoca. Meu pai e meu irmão Dedé trabalham lá no Rochinha e eu vivia por lá. Quando foi uma noite, *Seu Dodoca* chegou e disse assim: Rochinha, tão dizendo que o Orós se quebra nesta semana. Já ia enchendo sabe?! Eu tinha também uma radiadora na cidade manobrada pelo seu Antonio Alexandre. Ele colhia as notícias através de rádio amador e anunciava. Quando foi uma noite ele falou que tinha tomado conhecimento, que era preciso o povo do Baixo Jaguaribe procurar local. E aí começou o povo a se retirar, *sem água, tudo no seco*. Chovia, mas não tinha água invadindo a cidade. E o pior era os aviões que passavam bem baixinho. Você ouviu falar? Tinha dia de passar três aviões em pouco tempo de um para o outro. Pedia que o povo se mudasse, para lugar um seguro. Procurasse os serrotes. Os aviões soltavam uns boletins. O povo era tudo correndo como se fosse pegando dinheiro. Eu me lembro daqueles boletins que os aviões soltavam... (Antonio Avani Almeida).

Açude acima, conforme relembra HONÓRIO (2006, p. 62), “os habitantes de Guassusê e dos sítios que se localizavam na bacia do açude ficaram desassistidos. Não foram eles orientados a se retirar logo que começaram as chuvas torrenciais.” No entanto, para

“baixo” do açude, as técnicas de aviso da população foram diversificadas. Tramas como essa disposta nas lembranças de Avani e registrada por sua narrativa pode ter alguns de seus elementos confirmados. Os boletins jogados sobre as cidades pelos aviões tem registro histórico em diversas obras de autores da região. Segundo FERREIRA NETO (2003, p. 514) um dos papeluchos dizia o seguinte:

“Atenção, atenção, povo Jaguaribano! O Governo do Estado determina o afastamento imediato de todos os moradores das cidades de Aracati, Itaiçaba, Jaguaruana, Jaguaribara, Russas, São João do Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Jaguaribe, Castanhão e Icó.

Com o rompimento da barragem do Orós, todas as pessoas residentes nestas localidades estão com suas vidas em GRANDE PERIGO, POIS SERÃO LEVADAS PELAS ÁGUAS! Procurem os pontos altos, as serras, os morros, IMEDIATAMENTE! Abandonem suas casas! Fuja logo, senão você morre! É ordem das autoridades!” (FERREIRA NETO, 2003, p. 514 apud LIMA, 1997).

As memórias de José Camilo, específicas à cidade de Limoeiro do Norte, visto que ele exercia lá a função de delegado do polícia, guardaram o movimento da semana anterior ao arrombamento do açude, quando ele, alguns policiais e oficiais do Exército trabalharam, pelo menos durante uma semana, no processo de evacuação da cidade.

O Estado enviou três oficiais do exército para nos ajudar na evacuação do pessoal, tendo a frente o Tenente Renê. A gente, com esforço muito grande porque os recursos eram muito pouco, alugamos um jipe, com um serviço de autofalante e corríamos aquelas comunidades todas, anunciando que o açude ia arrombar e havia necessidade deles deixarem os distritos e a cidade porque toda aquela área seria inundada. Houve então a evacuação. O pessoal era transportado numa espécie de navio, para atravessar o rio que já estava com muita água e instalou-se um ponto de apoio onde passamos lá mais ou menos uns dez dias, dando alimentação para o pessoal. Graças a Deus cumprimos nossa missão. (José Camilo Filho).

Camilo fez menção ao uso do carro de som e posteriormente, lembrou também do radialista da cidade, que segundo ele, foi uma das últimas pessoas a deixar Limoeiro do Norte, na companhia dos oficiais do exército e do prefeito da cidade. Na citação anterior, de Avani Almeida, há também menção especial ao papel do rádio no processo de divulgação da notícia.

Os periódicos da capital registraram o papel dos radialistas como correspondentes para os jornais escritos e outras rádios da capital Fortaleza, durante os dias anteriores ao arrombamento do açude e nos meses subsequentes, no processo de reconstrução das cidades do Baixo Jaguaribe. Os relatórios do DNOCS também fizeram menção à estação de rádio PPA-8 que funcionava no posto que o Departamento mantinha no canteiro de obras do açude. Segundo o relatório, a “PPA-8 de Orós falou através de grande cadeia de emissoras nacionais

para o Brasil e para o mundo os momentos dramáticos de março vividos pelo maior açude do Polígono das Secas.”⁵²

A despeito da televisão que já funcionava oficialmente há dez anos no Brasil, o rádio era o meio de comunicação de massa da época.⁵³ Mesmo assim, em 1960, baseado nos relatos dos entrevistados, é possível afirmar que não havia tantas emissoras locais. No Vale do Jaguaribe, na década de 1960, registramos apenas a existência da Rádio Vale do Jaguaribe, na cidade Limoeiro do Norte. Logo, percebemos a incidência e a importância dos serviços de som fixos (radiadoras) e volantes (carros de som), como registraram os narradores.

No livro *Nada de novo sob o sol*, Lúcia Fernandes Martins narrou a história de Pequenina, uma protagonista que, no olhar de Rachel de Queiroz, era credora de uma linhagem de mulheres já existentes na literatura cearense como D. Guidinha do Poço e Luzia Homem. O romance foi publicado inicialmente em 1967 pelas Edições Clã e a autora assinou o livro com o pseudônimo Sandra Lacerda. Na primeira parte da obra, num registro que antevê a história da vida de Pequenina, a autora apresenta uma narrativa que se concentra nos fatos ocorridos neste mesmo período que estamos pesquisando.

O introito da obra descreve os dias que antecedem o arrombamento do açude Orós. A narrativa romanceada conta com três personagens principais: Pequenina, Maria e PPA-8, a estação de salvamento do Orós, que fala às mulheres do livro através de um *radinho de pilha*. Segundo a autora, sempre à mão da protagonista do romance, o rádio dizia “coisas absurdas”:

- ABANDONEM SUAS CASAS! SAIAM, DEIXEM TUDO, SALVEM-SE ENQUANTO HÁ TEMPO! É PRECISO QUE TODOS SE RETIREM IMEDIATAMENTE! O AÇUDE DE ORÓS AMEAÇA ARROMBAR DE UMA HORA PARA OUTRAS, SÃO TRÊS E MEIO BILHÕES DE METROS CÚBICOS A SEREM LANÇADOS SOBRE O VALE DO JAGUARIBE!...PELO AMOR DE DEUS NÃO PERCAM TEMPO, PROCUREM OS LUGARES MAIS ALTOS!...HABITANTES DO VALE DO JAGUARIBE, QUE ME ESCUTAM NESTE MOMENTO, É UM APELO QUE LHES FAÇO: ABANDONEM TUDO!...NÃO É UMA ENCHENTE COMUM: É UMA CALAMIDADE! SALVEM-SE ENQUANTO É TEMPO!... (MARTINS, 1996, p. 15).

Essa transcrição é literal e respeita a formatação escolhida pela autora. As letras maiúsculas presentes nessa primeira parte do romance representa o registro da voz que se ouvia pelo rádio, indicando sua presença na cozinha de Pequenina, com autoridade e alto volume. Ousamos reafirmar que, nessa parte do romance, o rádio é uma personagem.

⁵² O relatório registra que a PPA-8 funcionava na frequência 10130-13415 e tinha 1000W de potência. DNOCS. Relatório de 1960, p. 123-125.

⁵³ No Ceará, a primeira transmissão de TV foi feita em 26 de novembro de 1960 quando entrou no ar a TV Ceará, canal 02. Nota do autor.

Nas páginas do livro, a autora tenta traduzir a angústia vivida naquele tempo, o clima de tensão e o desafio das famílias obrigadas a se retirar “ainda no seco”. A narrativa registra o papel do Estado durante as catástrofes, a resistência do sertanejo em sair de casa e a perspectiva da morte iminente, vivida desde sempre, seja na seca ou na cheia. O romance de Lúcia Martins guarda essa verossimilhança e se aproxima da história na medida em que a trama dos fatos estudados aponta para a mesma estrutura de sentimento que enxergamos existir nos fatos narrados nas entrevistas ou conhecidos através dos jornais da época. Como afirma a autora no parágrafo introdutório da obra, “impossível dizer onde começa o fato real e onde termina a fantasia.”

Não fosse a incompatibilidade temporal, poderia afirmar que Lúcia Martins leu *a operação historiográfica* de Michel de Certeau. No texto, o autor infere quase a mesma coisa quando considera o ato de escrever uma operação centrada na tríade lugar, prática e escrita. Sendo o primeiro, o lugar social de quem propõe o estudo e o segundo, a prática científica, referindo-se ao método da história, Certeau vê na escrita a concretização do trabalho do historiador e vendo nesta o diálogo entre a ficção e a realidade de forma empírica e proeminente. (CERTEAU, 2006, p. 63) E é por isso que nessa tese, a narrativa sobre a vida de Pequenina é importante para nós.

Como as populações da época, também no romance, *Pequenina* e Maria recebem a visita de uma guarnição do exército cuja missão era ajudar no transporte das famílias. A recusa foi dura e os soldados foram expulsos da propriedade sob ameaça de morte. O questionamento de *Pequenina* é simples: “- Agora? Agora que está tudo perdido, que ninguém vai se salvar, agora que não há mais nada a fazer?” (MARTINS, 1996, p. 25). E quando os soldados avisam que têm instruções para retirar todos de qualquer maneira, *Pequenina* ordena a Maria que traga as pistolas. A mulher aparece com duas armas em punho e a narradora do romance arremata: “Não pense que essa pistola é velha demais. Já matou muito cangaceiro na mão do meu pai...” (MARTINS, 1996, p. 26).

A narrativa do Cel. Camilo Filho não registrou comportamento semelhante ao de *Pequenina* e Maria, contudo, citou a resistência de alguns moradores em sair de casa.

Tinha gente que não queria sair de casa. Alguns saíram praticamente à força. Eles não acreditavam que o açude pudesse provocar tantos danos. Não houve coação física, mas houve coação psicológica. Muito convencimento. Não chegou ninguém a morrer porque todos foram retirados. Foi um trabalho muito penoso, uma semana de luta para tirar esse pessoal de lá. (José Camilo Filho).

A reportagem do Correio do Ceará de 23 de março de 1960 dedicada à cidade de Limoeiro do Norte esclareceu esse processo de evacuação da cidade citado pelo entrevistado e

confirmou seu depoimento sobre a resistência de alguns moradores, apontando a existência da mesma postura em outras cidades.

DUAS CANOAS E UM PONTÃO PARA EVACUAR ÀS PRESSAS 5 MIL PESSOAS

[...]De todas as cidades ao longo das margens do Rio Jaguaribe, Limoeiro e Aracati foram escolhidas com as mais baixas (e realmente o são) e por isso, possíveis de uma pronta evacuação. Em Limoeiro do Norte, consoante observamos, o povo entendeu cedo o perigo e tratou de arrumar os trapos e zarpar para Taboleiro do Norte, um pouco mais adiante e mais alto, ou simplesmente para os serrotes vizinhos. Quem tem dinheiro, naturalmente veio para Fortaleza.

Nas demais cidades, a descrença de que o açude poderá vir a arrombar é geral. Poucas são as pessoas que percebem o perigo, fato aliás que constatamos quando percorríamos por terra, a bacia do Orós que ia ser coberta pelas águas, e só por muita insistência dos interessados (padre, prefeito, delegado, etc) é que concordam, mesmo assim, exigindo que consintam levar consigo todos os pertences, inclusive animais. (Correio do Ceará, 23 mar. 1960, capa e p.02).

Nas páginas de *Unitário*, o jornalista Orlando Mota, ex-diretor dos Diários Associados do Ceará e então diretor do jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, relatou a experiência de uma viagem realizada pela região atingida pelas águas do Orós três dias após o arrombamento do açude. Diferente do delegado, o jornalista, em sua andança, encontrou um morador da região com postura contumaz, semelhante à de *Pequenina*.

EVACUAÇÃO DEBAIXO DE BALA

Muita gente resistiu aos apelos em prol da retirada e não quis sair de seus lares e de suas terras. Sei de um caso em que a patrulha do exército que estava evacuando Limoeiro encontrou um caboclo que resistiu até de peixeira na mão. Foi preciso que o Capitão Comandante do Grupo de Apoio interviesse e atirasse para cima, com a sua “45”. Somente assim, o limoeirense teimoso se convenceu que devia sair mesmo. Mas há muitos casos de pessoas que até se esconderam para não serem evacuadas. E ficaram. [...].

A companhia que nos fez *Pequenina* nessa jornada terminou quando as águas do açude começaram a descer pelo dorso do Rio, em busca do Atlântico. No romance, a autora registrou um dos últimos avisos da estação de salvamento PPA-8:

“AFINAL O AÇUDE ARROMBOU! ACABA DE CEDER A PAREDE LATERAL DA IMENSA BARRAGEM. A ÁGUA COMEÇA A TRANSBORDAR...SE DEUS AJUDAR, SE O PAREDÃO RESISTIR ESTARÃO SALVAS MUITAS VIDAS. MAS SÓ UM MILAGRE. SÓ A AJUDA DE DEUS” (MARTINS, 1996, p. 27).

Estudando a história entre a ciência e a ficção, CERTEAU (2016, p. 45s) diz que o historiador não pretende dizer a verdade. Para o autor, a história, assim como a literatura, lida com a ficção. E mesmo em terrenos distintos, servem-se de caminhos semelhantes (descrições narrativas, comparação de documentos, análise de comportamentos). Tal síntese nos possibilita aproximar os eventos observados nos diferentes suportes. A história de *Pequenina*, personagem principal do romance de Lúcia Fernandes Martins é um bom exemplo disso.

Enquanto o romance escolheu reforçar a imagem fantástica da enchente, baseada em destruição, mortes e de realização da profecia que diz que *o sertão vai virar mar!*, as narrativas, os registros jornalísticos e os documentos oficiais revelaram que aquilo que se viu após as águas baixarem foi desconcertante, porém, com um tom catastrófico resignificado.

A capa do Jornal O Povo de 26 de março de 1960 noticiava: “Rompida a barragem do Orós na ombreira direita”. Os curtos textos, dispostos entre 5 grandes fotos descreviam o cotidiano e previsões para as cidades da região afetada numa assumida tonalidade que se concentrava mais no que esperar e no que fazer para enfrentar o estado das coisas.

Imagem 07: Capa do Jornal O Povo, Fortaleza, 26 mar. 1960.



Fonte: Acervo da ACI.

Se avaliarmos que a primeira página de um periódico compõe-se como importante elemento da construção da identidade do mesmo, e que, portanto, serve para conquistar a simpatia do leitor aos seus posicionamentos (PIRIS, 2011, p.1292), é importante observar o tema sob a ótica de pelo menos outro periódico que circulava a época.

O Unitário do referido dia decidiu fazer uma descrição mais minuciosa dos fatos, sem abandonar a escrita de um projeto de enfrentamento para o quadro instalado na região. Optou por uma foto que disputava a atenção do leitor logo abaixo de destacado título: “ROMPEU A PAREDE DO AÇUDE ORÓS”.

A notícia ainda oferecia ao leitor uma possibilidade cronológica de compreensão dos fatos. Do lado esquerdo da foto, uma chamada para dizer que o possível havia sido feito; do lado direito, uma pequena nota dizendo que nada adiantou.

Imagem 08: Capa do Jornal Unitário de 26 mar. 1960



Foto: Acervo da ACI

Embora afirmasse que “não ficará pedra sobre pedra” do Açude, com o passar dos dias, o Unitário e todos os periódicos da época foram diminuindo o tom catastrófico das notícias e desenvolvendo outra abordagem resultante da tragédia: os alcances sociais e humanitários ocasionados pelo incidente, focando seus discursos na assistência aos desabrigados e desalojados, nas perdas materiais ocasionadas pela enchente e na reconstrução do Vale do Jaguaribe.

Quando a água do rio transbordou e destruiu um terço da barragem, o relógio marcava 17 minutos da zero hora do dia 26 de março de 1960. As chuvas não deram nenhuma trégua e aconteceu o que se esperava. Após duas operações de salvamento (a Operação Lona⁵⁴ e a tentativa de dinamitar a ombreira direita do açude, a fim de aumentar o sangradouro) e as ações feitas pelos operários, engenheiros e funcionários do DNOCS (as notícias dos jornais, relatos dos entrevistados, relatórios e boletins do DNOCS registram o trabalho constante de construção, amarração e manutenção da parede do açude durante a semana que antecedeu o quebra da barreira), viu-se a primeira parte das previsões, feitas por técnicos e temida pelos ribeirinhos se realizar: o Jaguaribe, de forma catastrófica, voltou a correr solto em seu leito.

Imagem 09: Jornal Correio do Ceará, 28 mar. 1960.



Foto: Acervo da ACI

No Correio do Ceará, como título para uma página exclusiva dedicada ao fotojornalismo, podia-se ler: “O Jaguaribe é novamente uma artéria aberta: está rompido o garrote de Orós” (Jornal Correio do Ceará, Fortaleza, 28 de março de 1960). Desta vez, a imagem do poema de Demócrito Rocha foi recuperada e instaurou um paradoxo. Nas palavras

⁵⁴ A operação Lona consistiu na cobertura do cume da barragem com lonas a fim de evitar o assoreamento da mesma e formar calha para escoar água para o leito do rio. A iniciativa, famosa por salvar uma barragem que atravessou semelhante situação no Japão, não funcionou em Orós diante da escassez de tempo. Os engenheiros iniciaram o processo na noite do dia 24 de março de 1960. A parede ruiu na madrugada do dia 26. Nota do autor.

do jornalista Juarez Furtado Timóteo, de fato, “a pinça do cirurgião rasgou o peito do gigante!”. O poema de 1929, tido, à época, como uma ode política que exigia a construção do açude Orós, nesse dia foi utilizado como figuração para explicar uma fatalidade.

Os registros que se seguiram nos jornais subsequentes, datados da semana de 27 até 31 de março de 1960 foram o da minuciosa observação das cidades localizadas no Baixo Jaguaribe, recém-inundado pelas águas retidas no açude Orós. Os retirados da cheia, os homens e mulheres que precisaram deixar suas casas ainda a “pé enxuto”, onde estivessem, começaram a aguardar a chegada das águas. Rompido o açude, esperavam pela concretização das previsões.

A visão mais comum reproduzida naqueles dias era a do fim dos tempos, fosse pelos boletins jogados pelos aviões, pelos oficiais do exército e da polícia que promoviam os trabalhos de evacuação, nas falas dos técnicos e engenheiros do DNOCS, nas rádios, radiadoras e carros de som e até mesmo, fosse nos diálogos dos personagens da obra literária já citada. A imagem pode ser traduzida na frase por vezes repetida por diversos entrevistados na pesquisa: “Se o Orós arrombar, aqui só fica de fora a torre da igreja”.

A construção aparece também em matéria jornalística referindo-se à cidade de Limoeiro do Norte. No texto, podemos ver um momento em que tradição e ciência dialogam em busca da construção de um discurso análogo.

Imagem 10: Jornal Unitário, 23 mar. 1960. Capa e p. 02

UNITARIO
ORGÃO DOS "DIÁRIOS ASSOCIADOS"
FUNDADO A 1 DE ABRIL DE 1944 POR JOÃO BRIGIDO

Águas passarão com 20 metros de altura sobre as casas de Limoeiro se o "Orós" arrombar

Por Milano Lopes — (Dos "D. A.")

De todas as cidades que seriam atingidas pelas águas do rio Jaguaribe caso a barragem cedesse, Limoeiro do Norte é a que apresenta maior perigo, não só em razão da localização muito próxima do leito do rio, como da própria extensão demográfica. Por essa razão, tão logo foi comunicado oficialmente o es-

(Conclui na 2a. Página)

Águas passarão com...
(CONCLUSÃO)
ado de emergência, um pânico apoderou-se da população, notando-se aqui e alhures, grupos de populares interessados na discussão do assunto.

A EVACUAÇÃO
A evacuação na cidade de Limoeiro do Norte começou ontem mesmo, uma hora depois da chegada ali do engenheiro enviado pela comissão do Orós. Foi o Bispo D. Aureliano Matos que tomou a frente da iniciativa, deslocando inicialmente o Seminário, o Patronato e o Ginásio que ficaram vazios de alunos.

LIMOEIRO: 20 METROS
De acordo com os cálculos feitos pelos engenheiros no escritório central da construção, as águas deverão passar por Limoeiro a uma altura de 20 metros, levando-se em conta o volume total acumulado pelo açude até ontem, ou seja 300 milhões de metros cúbicos. Vale ressaltar que a revelação desse detalhe impressionante pelo engenheiro enviado do Orós às autoridades de Limoeiro — revelação feita também através da rádio local — provocou uma reação da parte dos habitantes, que se apressaram em mudar-se imediatamente, uns fugindo para a cidade próxima de Taboleiro do Norte, onde afirmam ser mais alto, e outros agasalhando-se ao ar livre, por cima das montanhas mais próximas.

A EVACUAÇÃO DA MATERNIDADE
Espetáculo triste foi a evacuação da Maternidade de Limoeiro do Norte. Muitas senhoras diante do alarme de seus familiares, alvorçaram-se também provocando uma balburdia onde dominavam choros e gritos de socorro. Felizmente os ânimos foram acalmados e a evacuação procedida na calma.

Foto: Acervo da ACI

Quando nos referimos à tradição, dialogamos com a definição de Eric Hobsbawm para “tradição inventada” na tentativa de nos aproximarmos do axioma “o sertão vai virar mar”, amplamente disseminado pelos sertanejos através das narrativas e da literatura popular. Segundo o autor, tais tradições incluem aquelas “realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo - às vezes coisa de poucos anos apenas - e se estabeleceram com enorme rapidez”. (Cf. HOBBSAWM, 1984, p. 09)

Não há como precisar no tempo o surgimento de tal imagem, contudo podemos afirmar que, em tempos de grandes invernos, enchentes e diante da construção de grandes açudes, tal estrutura explicativa reaparece com denotada força. Em março de 1960, nas cidades do Baixo Jaguaribe que historicamente viam seu rio ir embora durante boa parte do ano, nem que tenha sido apenas por alguns dias, a profecia se concretizou: com ajuda do arrombamento do açude Orós, o sertão experienciou tornar-se mar, efetivando os esquemas explicativos da tradição.

Enquanto os jornais da semana posterior ao arrombamento do açude preocuparam-se a divulgar os estragos ocorridos nas cidades banhadas pelo rio Jaguaribe, os representantes do Ceará no Congresso Nacional iniciaram um novo tempo de longos pronunciamentos cujo objetivo foi dar visibilidade em todo o país ao drama vivido pela população Jaguaribana.

Não obstante o papel da imprensa local, que passou a funcionar como agência de notícias, produzindo conteúdo para os periódicos do Sul e Sudeste brasileiro, na semana subsequente ao episódio do arrombamento do açude, recebeu Fortaleza, o senhor Eugênio Carlos, diretor da TV Tupi e representante da CBS no Brasil.

O Correio do Ceará narrou que o executivo enviou à barragem do Orós um cinegrafista, que teve a oportunidade de filmar os momentos finais que antecederam o rompimento do açude. Registrou ainda o jornal que as imagens geradas foram exibidas em 265 estações de televisão de todo o território nacional, dos Estados Unidos e da Europa. (Correio do Ceará, 29 mar. 1960, capa). A repercussão da notícia ganhou força, por fim, na tribuna do Congresso através de alguns parlamentares, destacados dentre eles Martins Rodrigues e Paulo Sarasate.

Em 25 de março de 1960, sexta-feira, o Diário do Congresso Nacional registrou discurso do deputado Martins Rodrigues e, no bojo do mesmo, uma intervenção do deputado Paulo Sarasate, conhecida no jargão parlamentar como *aparte*. O registro, tomado como fonte primária, enfatizou os eventos já vistos através na literatura, nas narrativas, nos jornais em outros documentos oficiais. Os deputados falaram sobre as intensas chuvas caídas na bacia

hidráulica do açude, o risco de seu arrombamento e do processo de evacuação das cidades da ribeira do Jaguaribe. Paulo Sarasate, ao terminar seu registro, recuperou através do tom de seu discurso a reivindicação antiga que dias depois voltaria a figurar na tribuna daquela casa legislativa.

[...] Apelo no sentido que se voltem para o problema todas as vistas da nação, através dos órgãos responsáveis, não apenas do Ministério da Viação, mas da própria Presidência da República, com aquela diligência com que se deve atender a catástrofe como essa, cujas consequências ainda não podemos prever em toda a sua extensão. É possível, nesta oportunidade, uma convergência poderosa de esforços a fim de que seja enviado para a zona do Jaguaribe tudo o que for possível em material, em homens e em recursos, para evitar que as catástrofes de Orós e – quem sabe? – de Banabuiú, sejam choradas amanhã com lágrimas mais sentidas do que aquelas que neste instante, se não aparecem em nosso peito, borbulham nos nossos corações de cearenses, que, durante tantos anos sonhamos com o Orós, para não permitir que o Rio Jaguaribe continuasse a ser a “artéria aberta por onde escorre e se perde o sangue do Ceará”. (BRASIL, 25 mar. 1960, p.1841).

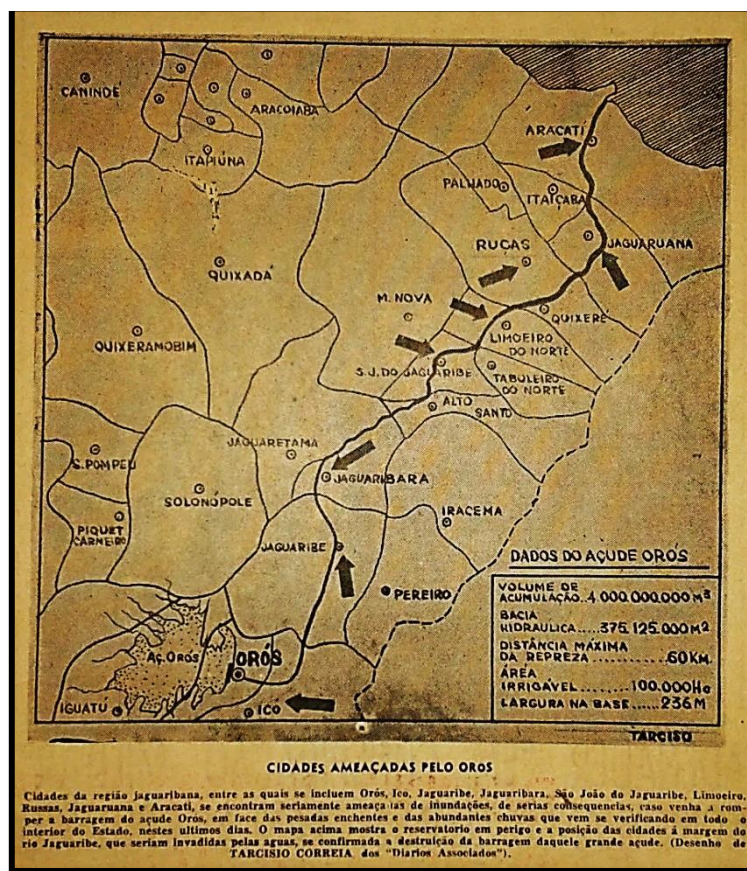
Como sabemos, na madrugada do dia seguinte, o Rio Jaguaribe livrou-se do abraço de terra e pedra e voltou a correr solto por sua trajetória até o Atlântico. Presenciou o Ceará capítulo singular em sua história e na história da água nesse Estado. Pesquisadores da área de açudagem pública e engenharia de barragens afirmam que o caso do Orós também escreveu especial capítulo na história do galgamento de açudes. (Cf. MENESCAL, 2005, p. 71).

Sem dúvida, como afirmou Thomaz Pompeu Sobrinho através das páginas dos jornais da época, “a ruptura do Orós seria maior que o flagelo da seca”. Na ocasião, relembrou artigo já citado nesse texto, publicado na Revista do Instituto do Ceará, ainda em 1931, quando questionou a reconstrução, não das cidades, mas do solo da região jaguaribana. A massa d’água, segundo ele, colocaria em risco o que a natureza levou milênios para construir, e de sorte, afetaria a vida de pelo menos 100 mil pessoas, à jusante do açude. (Unitário, 26 mar. 1960, capa e p. 02).

O mapa a seguir, elaborado por Tarcísio Correia, jornalista dos Diários Associados, foi retirado do Jornal Unitário de 23 de março de 1960. Nele podemos observar o caminho do Rio Jaguaribe e os municípios à jusante do açude. Seguindo o fluxo da água, o jornal destacava as localidades de Jaguaribe, Jaguaribara, São João do Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Russas, Jaguaruana e Aracati como aquelas que mais poderia ser atingidas pelas enchentes diante do rompimento da parede do açude.

O jornal por sua vez não dava ênfase aos povoamentos de Icó, Orós, Taboleiro do Norte, Quixeré e Itaiçaba que igualmente seriam atingidos pelos águas.

Imagem 11: Municípios banhados do Rio Jaguaribe após o Açude Orós – Ameaça de inundações.



Fonte: Unitário, 23 mar. 1960. Acervo da ACI.

A reconstrução das cidades tornou-se então o tema com o qual imprensa e parlamentares passaram a trabalhar.

A edição do dia 29 de março de 1960, do Diário do Congresso Nacional, trouxe discursos inflamados de Martins Rodrigues e Paulo Sarasate sobre o drama vivido nas cidades jaguaribanas, após o grave arrombamento ocorrido na parede do açude Orós. O objetivo dos discursos era bastante claro: esclarecer os acontecimentos, evidenciar os prejuízos ocorridos na região e angariar a simpatia dos parlamentares do restante do país à causa do Ceará.

Embora de forma genérica e abrangente, os deputados cearenses apresentaram o quadro das perdas materiais ocorridas no Baixo Jaguaribe e prestaram contas ao Congresso, dos trabalhos da comissão que foi verificar *in loco* as consequências da cheia. O pedido feito por Martins Rodrigues na seção do dia 25 de março havia sido aprovado e, naquele dia, data do retorno da viagem, os parlamentares integrantes da comissão narraram os acontecimentos destacados na tribuna do Congresso Nacional.

Concretizada as duas primeiras missões – expor os acontecimentos e nominar os prejuízos, Martins Rodrigues arrematou seu discurso apresentando projeto de lei, que solicitava à casa a abertura de crédito especial no valor de CR\$ 1.200.000.000,00 (Um bilhão

e duzentos milhões de Cruzeiros) destinados “à reconstrução de Orós, às obras complementares e, inclusive, aos trabalhos de irrigação e indenização das terras atingidas pela bacia hidráulica do açude”. Pelo que indica a fonte, coube à Paulo Sarasate a missão de cooptar o apoio de outros parlamentares da nação à questão que se colocara diante deles, relativa à reconstrução de parte importante do Estado do Ceará. (BRASIL, 29 mar. 1960, p.1909).

Em linhas gerais, o deputado conseguiu atingir seu objetivo, quando percebemos, ao longo da transcrição do discurso, as diversas intervenções de apoio vindas de parlamentares de outras regiões do país. No decorrer da intervenção, anotamos os apartes dos seguintes parlamentares: Ivete Vargas do PTB e Yukishigue Tamura do PSD de São Paulo, Miguel Bahury, do PSD maranhense, Abelardo Jurema do PSD da Paraíba, Dirceu Cardoso, do PSD capixaba, Arruda Câmara do PDC e Oswaldo Lima Filho do PTB, ambos de Pernambuco e Anísio Rocha do PSD goiano.

O clima vivenciado era de solidariedade (e do corporativismo, talvez!) visto que alguns desses Estados também enfrentavam grandes enchentes como era o caso do Piauí, Espírito Santo, Maranhão e de Pernambuco, conforme noticiara as edições do *Jornal Unitário* dos dias 10 e 19 de março de 1960.⁵⁵ No entanto, os discursos convergiam para o caráter extraordinário do caso de Orós e parecia a bancada cearense ter conquistado apoio necessário para a aprovação de seu projeto, mesmo que tais declarações viessem de lideranças do mesmo partido do parlamentar cearense.

Trago neste momento, senhor deputado, não somente o meu voto, não somente o meu apoio, mas também a solidariedade do generoso povo de Goiás ao grande irmão que neste momento sofre – o povo cearense. (Anísio Rocha - PSD)

Em nome da bancada paulista, neste momento de grande aflição para os cearenses, desejo traduzir nessas singelas palavras todo o sentimento do povo de São Paulo, toda a solidariedade às populações que vossa excelência representa. [...] Neste momento quero lembrar a vossa excelência que o nosso grande governador, Sr. Carvalho Pinto, enviou ao Ceará um representante para verificar *in loco* a extensão da catástrofe a fim de poder, a tempo e a hora, oferecer ajuda necessária ao povo do Ceará. (Yukishigue Tamura - PSD)

Na se arreicie vossa excelência, nem tão pouco a bancada cearense, sobre o pensamento unânime da Câmara dos Deputados. [...] Nobre deputado, desejo também testemunhar o apreço e apoio da bancada espírito-santense, nesta hora de sofrimento e provações do povo cearense (...) (Dirceu Cardoso - PSD) (BRASIL, 29 mar. 1960, p.1909-1912).

A Presidência da República igualmente mostrou-se preocupada com a questão do Orós. Juscelino Kubstichek nomeou o então Ministro da Justiça e Negócios Interiores,

⁵⁵ Alguns dos registros das enchentes verificadas na região Nordeste podem ser vistas nas seguintes reportagens: *Inundações em vastas regiões do Nordeste*. *Jornal Unitário*, Fortaleza, 19 mar. 1960, capa e *Rio Inunda Recife e submerge 2 mil casas*. *Jornal Unitário*, Fortaleza, 19 mar. 1960, capa.

Armando Falcão, ex-congressista cearense, como o responsável para coordenar as medidas de ajuda às vítimas das inundações no Nordeste.

Não obstante ao objetivo geral de tais intervenções, Paulo Sarasate finalizou seu discurso com sério questionamento a respeito do ocorrido de Orós. Em sua fala, oficializou a interrogação feita pela imprensa e, com toda certeza, pelos profissionais da engenharia, pelos políticos locais cearenses e, sobretudo, pelos moradores das cidades atingidas: afinal, o que ocorrera em Orós?

[...] Não posso, por amor a qualquer outra ordem de sentimento, que não o respeito pela verdade, ao final dessa desalinhavada oração, proferida no angustioso espaço de tempo deixar de declarar que alguma coisa deve ter saído errada, que alguma coisa deve estar errada, que alguma coisa deve ter faltado. Que seria? Recursos técnicos? Recursos materiais? Recursos financeiros? É o que a nação quer saber, é o que a nação precisa saber, é o que a nação há de saber. (BRASIL, 29 mar. 1960, p.1912).

A argumentação da falta de verbas, já existente antes mesmo do arrombamento do açude, tomou força logo após a consumação dos eventos do dia 26 de março. Uma semana após o discurso de Paulo Sarasate, o Correio do Ceará registrava indagações semelhantes: “O que houve em Orós? Negligência? Imprudência? De quem seria a culpa? Do DNOCS? Do Governo que suprimiu a verba? Do Inverno?” (Correio do Ceará, 07 abr. 1960, p. 05) Fossem os jornais, fosse a população, saber dos culpados era de interesse de todos, por isso investigaremos melhor a temática no capítulo seguinte.

Ainda buscando entender como se deu o processo que culminou no arrombamento da parede do açude Orós, vimos que, dentro do projeto do nacional-desenvolvimentismo preconizado nos anos 1950 e levado à frente por Juscelino Kubistchek, o país se tornaria um canteiro de obras. Isso de fato aconteceu. No entanto, questiona-se até hoje a sustentabilidade desse perfil programático.

Nesse contexto, a construção do açude Orós concorria com a construção de Brasília, dentre outras obras. Paulo Sarasate afirmou, na continuação do discurso que, já ainda em 1959, os políticos cearenses se mobilizaram pela continuação da obra do Orós.

[...] Sei e confirmo que a Assembleia do Ceará, em agosto ou setembro do ano passado, atendendo ao que se dizia na região e às sugestões provindas do Vale do Jaguaribe, endereçou ao Governo Federal, não posso afirmar se diretamente ou ao Ministério da Viação, um apelo de que não faltassem recursos financeiros para o Orós. (BRASIL, 29 mar. 1960, p.1912).

E se porventura fosse a argumentação do evento baseada na incidência das chuvas, o próprio político arremataria:

A barragem devia contar, de altura, precisamente 50 metros. Pois bem, há quinze dias, apenas 29 metros estavam construídos e nesses 15 dias, nessa tormenta, nesse caudal de desespero que dominou o Ceará e o Vale do Jaguaribe, foram construídos mais 19 metros, em condições precárias, é verdade, mas que, no entanto, muito

serviram. [...] Faltavam ainda 11 metros para terminar a barragem, e o sangradouro que existia, de 6 metros apenas de diâmetro, não podia dar vazão a toda aquela massa líquida.

[...] As chuvas foram grandes, não há dúvida. Em 4 dias, precipitaram-se 400 milímetros e em 10 ou 12 dias mais de 700 milímetros, o que equivale quase a descarga pluviométrica de um ano de inverno regular. Mas nada justifica, nada pode justificar, salvo contradita fundamentada, que, devendo ser concluída em janeiro, para que o inverno não chegasse, fazendo o que fez a barragem do Orós, não tenha sido terminada. Faltaram verbas. Então vamos apurar por que elas faltaram [...] (BRASIL, 29 mar. 1960, p.1912).

Consumado o evento, nada mais justo que buscar um culpado para o mesmo. E embora tenham sido levantadas as questões, o tempo irrompeu sua trajetória levando o fato para o esquecimento. Em pouco tempo, os jornais e os parlamentares não falavam mais do ocorrido em Orós, até pelo menos janeiro de 1961 quando o açude, recuperado, foi enfim inaugurado pelo presidente Juscelino Kubistchek, políticos locais, engenheiros do DNOCS e uma grande massa de moradores da região.⁵⁶

Na verdade, a simbologia da destruição do açude foi reconstruída por seus defensores. Ao invés da destruição de cidades da zona Jaguaribana por ocasião do rompimento da parede do açude, o Orós foi o redentor da região por ter segurado o ímpeto do Jaguaribe e salvador das populações e cidades de sua jusante por ter resistido ao peso das águas.

Quer dizer que o Orós não arrombou? O fato e a ficção misturam-se novamente criando sentidos variados para os eventos através das visões afirmativamente conflitantes que têm engenheiros, os jornais e os políticos, diante da experiência dos sertanejos, moradores dos municípios do Baixo Jaguaribe.

O Orós não arrombou, de fato. Sua parede não ruiu por completo. Mas como veremos adiante, sem um sangradouro a solução foi dinamitar a ombreira direita para que a água da barragem fluísse e o rio voltasse a correr com mais intensidade, de modo a minimizar o risco de toda a parede do açude ir embora no curso da águas. Não obstante, o Orós arrombou de direito. Mesmo sem áreas inundadas por muito tempo, cidades foram evacuadas. Milhares de pessoas, moradores das cidades à frente do açude deixaram suas residências e foram sujeitos do medo e do sentimento coletivo de desespero disseminado nas rádios, nos serviços de som e nos boletins escritos que caíam do céu.

⁵⁶ Ainda sobre as contradições do presidente Juscelino Kubistchek, registra o professor Flávio Miguez de Melo, no livro *Episódios da Engenharia Nacional*: “No local da barragem, **imerecidamente**, Juscelino foi brindado com uma estátua em tamanho natural, de braços abertos e olhos voltados para o rio Jaguaribe.” (Grifos nossos) (MELO, 2014, p. 160).

Imagem 12: Visão da barragem rompida



Fonte: Relatório do DNOCS. 1960.

Ao dinamitar a obreira direita do açude, os engenheiros do DNOCS conseguiram conservar a maior parte da estrutura da barragem. No entanto, 30% da parede do açude ainda foi levada pela correnteza. O restante da edificação não sucumbiu à força das águas como se pensou que ocorreria. O volume d'água solto pelo vertedouro improvisado foi lançado no Jaguaribe o que ocasionou grande enchente nas cidades localizadas após a parede do açude.

Apesar disso, até hoje não se sabe quantas vidas foram perdidas, embora as fontes oficiais tenham registrado que ninguém morreu. O que se sabe é que as construções das cidades no fluxo do Jaguaribe não submergiram. Muitas edificações foram destruídas, mas a imagem de que só as torres das igrejas restariam fora das águas não se concretizou. Entretanto, as consequências do arrombamento do açude foram intensas no seu caráter concreto, simbólico e portanto, nas movimentações que imprimiu às populações moradoras das cidades do Baixo Jaguaribe.⁵⁷

Reorganizadas as declarações, os considerados vilões da técnica, engenheiros do DNOCS e seus funcionários, demonizados por tentarem domar o rio da vida de inúmeros homens e mulheres daquela região, tornaram-se (ou melhor, foram tornados) os responsáveis por evitar a catástrofe conforme era esperada. Paulo Sarasate, no mesmo pronunciamento em

⁵⁷ Em Bourdieu (1997), o poder pode ser compreendido a partir das relações sociais objetivas nas quais se engendra, mas daí, também assume contornos simbólicos, que é aquilo que exatamente legitima as posições sociais e nos quais os participantes do campo de poder em questão, via de regra, promovem o debate. Como pensamos, para entendermos as diversas visões da catástrofe do Orós, devemos articular tais sistemas simbólicos à estrutura social que a ele subjaz. Cf. AMARAL, 2018, p. 51.

que questionou a falta de verbas para construção do açude, endossou o papel da engenharia, através da opinião balizada do Sr. Wilfredo Palucher, engenheiro peruano, no Ceará a serviço da ONU e do Banco do Nordeste. Segundo ele,

Se a barragem não tivesse sido tão bem feita, e não resistisse tantas e tantas horas, neste instante estaríamos chorando centenas e centenas de vidas, cidades inteiras submersas. Graças, porém, o vigor da barragem realizada pela engenharia, temos hoje a lamentar apenas a devastação do Vale do ponto de vista econômico – o que é bastante – temos a submersão de inúmeras pequenas casas construídas à beira do rio mas não temos que chorar numerosas vidas como se esperava. (BRASIL, Diário do Congresso Nacional, 29 mar. 1960, p.1912).

Mal passaram as águas e o barro pela fenda da barragem destruída, uma nova construção narrativa e episódica servia aos homens à frente da catástrofe. Sendo a história contada pelos vencedores, iniciou-se a construção de uma ideia de que o açude não arrombou por completo e que a culpa da catástrofe era da natureza. Por fim, nem mesmo as mortes anunciadas aconteceram: diante de milhares de vidas que se considerava perder, ninguém sucumbiu à fúria das águas. O incidente aconteceu, mas teria sido controlado pela mão humana.

A versão oficial dos fatos tentou fazer desaparecer das páginas da história a magnitude dos acontecimentos de Orós, invertendo dados, visões e posicionamentos. O desprezo à condição ambiental da região após a cheia, a situação social dos desalojados pelas águas, a destruição do patrimônio material e simbólico dos moradores da beira do Jaguaribe pode ser amplamente verificado nas fontes.

Poucos dias depois do arrombamento do açude, jornais e relatos oficiais prosseguiram com tal manobra. Sobre o primeiro argumento, noticiou o Correio do Ceará em 30 de março:

BAIXOU – Segundo nota distribuída pelo Ministério da Viação, o rio Jaguaribe havia caído hoje mais dois metros enquanto a situação de Orós continuava calma, sendo que 50 ou 60% da barragem estão sem nenhuma dúvida salvos. A represa contém no momento apenas 60 milhões de metros cúbicos de água. O rombo aberto na ombreira direita já está sendo reparado. (Correio do Ceará, 30 mar. 1960, p. 06).

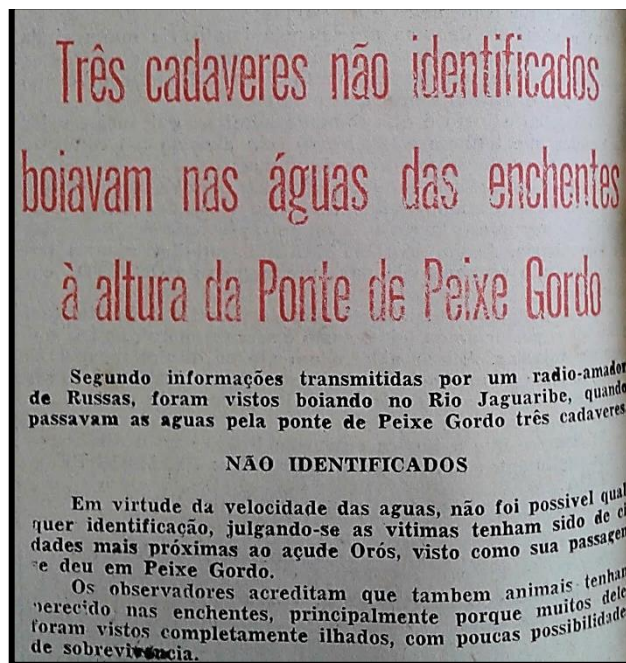
A nota registra que além de deixar vaziar o volume d'água acumulado, as precipitações também deram uma trégua, corroborando o argumento acima apontado (culpa da natureza). O Sr. José Hipólito, funcionário do DNOCS que trabalhou na construção do açude, revelou na entrevista feita por Eva Holanda, historiadora, autora do livro *Jaguaribe, meu berço, minha terra natal: a catástrofe de 1960*, que o evento ocorrido em Orós pareceu uma “tentação”, algo tão difícil de acontecer naturalmente que passava a impressão de ser combinado. Segundo ele,

O inverno quando pegou não parou mais de chover. Não deu mais chance. A barragem não estava pronta e não havia sangradouro. Eles quiseram fazer um sangradouro provisório e mesmo assim a água não atendeu. Pra tu vê, foi quase

assim como uma praga mesmo, porque eu posso dizer que quando a água cortou a barragem, acabou-se o inverno. (HOLANDA, 2008, p. 156-157).

Os relatórios feitos pelo ministro Armando Falcão e por Pedro Sisnando Leite não as registram vidas perdidas em decorrência da destruição parcial da parede do açude.⁵⁸ No entanto, extraoficialmente os jornais não deixaram de registrar o caso dos cadáveres vistos na localidade de Peixe Gordo, entre as cidades de Tabuleiro do Norte e Limoeiro do Norte.

Imagem 13: Unitário, 29 de março de 1960. p. 08



Fonte: Hemeroteca da ACI.

Os jornais e os documentos produzidos por órgão oficiais tais como o Congresso Nacional e o DNOCS em momento algum dimensionaram os impactos ambientais e as marcas profundas que este evento causou na paisagem. Ainda nos dias de hoje, cientistas, ambientalistas, historiadores e a comunidade científica de uma maneira em geral lutam para colocar os temas ambientais na ordem do dia e na agenda de prioridades dos Governos. Nessa história, podemos reconhecer algumas modestas evidências que apontam para tal problemática. Três exemplos que podem ser destacados são o texto de Pompeu Sobrinho, as reportagens de Milano Lopes sobre as áreas da bacia hidráulica do açude e o estudo da profa. Herotilde Honório sobre a comunidade de Guassussê.

⁵⁸ Os relatórios citados são *O socorro do Governo às vítimas das inundações no Nordeste*, de Armando Falcão, ministro designado pelo presidente Kubistchek como coordenador de todas as “medidas, iniciativas e providências” por parte do Governo Federal, destinadas aos atingidos pelas cheias na região; e *A tragédia do Orós – Documento histórico*, de Pedro Sisnando Leite, à época chefe da divisão de estudos agrícolas do Banco do Nordeste, que visitou todas as cidades no caminho do Rio – de Orós a Aracati, uma semana após a enchente.

Em paralelo com tempo presente e sem desconsiderar essas questões, numa tentativa de compreensão da construção dos termos tragédia, catástrofe e até mesmo acidente, encontramos um dos pontos centrais da história do açude Orós. Entre o heroísmo construído por seus defensores e a vilania, de igual responsabilidade destas mesmas personagens, a história (oficial) do açude operacionalizou, por tempos, evidências bem aquém de sua existência.

Se bem pensarmos, a catástrofe em torno da construção do açude foi tão gigantesca que Orós foi silenciado pelas mesmas pessoas que o defendiam. Foi retirado dos documentos oficiais e das páginas dos jornais, posto à luz, após os eventos de 1960 somente em momentos específicos, como sua inauguração em 1961 e durante a realização das investigações naquele mesmo ano, quando, já construído e assuntos que falavam de barro, água e concreto não eram mais tão interessantes quanto os descaminhos da política nacional no início dos anos de 1960.⁵⁹

Por fim, ainda pensando na estrutura de sentimentos creditada ao açude, tornou-se para nós entender como no concurso desse tempo estudado a esperança tornou-se medo. Destruído antes mesmo de ser concluído, como poderia o Orós ser reconstruído simbolicamente como símbolo de salvação, visto que “salvar a região” era um de seus objetivos primazes? Depois de seu arrombamento, o açude passou a ser visto pelo viés, que explicado a partir do conceito de presentismo definido por HARTOG (2013), entendemos como o futuro percebido. E no caso do Orós, tal como defende o autor, percebido “não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos.” (HARTOG, 2013, p. 15).

A tentativa de definição da tragédia de Orós é constante na voz dos narradores desse tempo, sejam eles os entrevistados, os personagens políticos ou aqueles que escreveram nos jornais do período. A partir de março de 1960, os protagonistas de tais meios de atuação social falavam da reconstrução de uma parte específica da região, ignorando outras cujos impactos pouco foram aventados. Reconstruir foi o verbo utilizado para referir-se ao concreto, ao barro, ao cimento e às cercas.

Foi um tempo dedicado à imagens humanas sem referências à paisagem. E em sua complexidade, estes mesmos humanos não tardaram por ganhar destaque negativo quando, dias depois, passou a ser explorado o campo da atuação política.

⁵⁹ Referimo-nos à inauguração de Brasília, em abril de 1960 e a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. Nota do autor

Até janeiro de 1961 e em alguns momentos depois dessa data, o desenrolar dos fatos em torno da (re)construção do Açude Orós, são muito mais baseados na perda da fé e na falta de perspectiva do que mesmo em expectativas positivas. Os mesmos jornais e documentos oficiais que ora desenharam um momento de perdas incalculáveis, passaram a valorizar o esforço dos homens que trabalharam durante a “batalha” de Orós, apresentando os frutos dessa disputa como uma catástrofe menor(!). No entanto, em pouco tempo começaram a expor os desdobramentos do fenômeno igualmente ou talvez mais cruel que os trágicos dias que antecederam o arrombamento da parede do açude. Entrava em pauta um acontecimento social com imenso fundo político, que se sustentava através da exposição da pobreza dos milhares atingidos pelas águas.

A reconstrução das cidades atingidas pela inundação agravada pelo “rompimento” da parede do açude Orós irá inaugurar uma nova relação de todos (moradores, agricultores, políticos, engenheiros, órgãos e agências públicas de desenvolvimento) com o Rio Jaguaribe. Por detrás da miséria, o desejo pelo progresso deu a história do açude outras características. O diálogo com as diversas fontes que tratam dessa experiência especificamente estará com mais clareza nos próximos capítulos.

PARTE 02
RIO JAGUARIBE: UMA NOVA TEMPORALIDADE (1960 - 1964)

A história do arrombamento do Açude Orós não começou, nem terminou com os fatos ocorridos em março de 1960. Menos ainda com a inauguração do resarvatório nos primeiros dias de 1961. Não restam dúvidas que as disputas ocorridas a partir de 1957, a influência da natureza com a seca de 1958, o embate entre defensores e detratores do projeto e o dias emblemáticos vividos com a enchente a partir de março de 1960 têm denotada importância e por isso dominam os registros historiográficos, as notícias jornalísticas e as narrativas orais daqueles que se concentram em reconstruir a trajetória do grande açude.

No entanto, pensando o contexto pretendido a partir das contribuições de Reinhart Koselleck, a

“História” [*Geschichte*] não significava ainda, antes de tudo, o passado, como haveria mais tarde de significar sob a égide da elaboração científica. Indicava a vinculação secreta entre o antigo e o futuro, cuja conexão só se pode reconhecer depois de se haver aprendido a compor a história a partir dos dois modos de ser, o da recordação e o da esperança. (KOSELLECK 2006, p. 308)

Dito isto, reiteramos que a história sempre foi construída a partir “das experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem.” E, para além disso, reinventa-se diante de novas sensibilidades. No caso dessa pesquisa, os fatos ora apresentados talvez sejam indícios de uma nova percepção temporal para a relação rio-açude cuja possível contribuição seja nos dar condições para apreender, dessa relação, uma nova temporalidade, como projetamos.

Diante de tantas limitações ocorridas durante a (re)construção do açude Orós no meses finais de 1960/61, há ainda diversos episódios passíveis de uma investigação mais profunda que estimamos ser decisivos para a compreensão desse conjunto que envolve meio ambiente e história.

Para entender a história da água no Ceará, a partir da construção do Açude Orós, escreveremos a segunda parte desse estudo a partir de duas situações singulares: dificuldades no processo de afirmação do projeto do açude e o estreitamento da relação existente entre a natureza, o tempo e a técnica.

Dois eventos – um pouco divulgado e outro quase desconhecido – são importantes para a trajetória dessa pesquisa e reafirmam a tônica dos sentimentos a serem tratados nos próximos capítulos. Há forte interligação entre ambos e por isso, por opção metodológica, serão tratados em tópicos diferentes no último capítulo da tese, mas não sem antes entendermos melhor os eventos relacionados anteriores a cada um e, por conseguinte, seus desdobramentos.

O primeiro caso, no parágrafo anterior apontado como “pouco divulgado”, ocorreu após a inauguração oficial do açude, em setembro de 1961, e deixou a barragem no limiar da operacionalização, sob novo risco de arrombamento.

No livro *Episódios da engenharia (e da política) no Brasil*, narrou o professor Flávio Miguez de Melo que

após o colapso e a reconstrução da barragem de Orós, permaneceu a carência de recursos para o término da obra, que implicava na concretagem do sangradouro situado na margem esquerda. Com o objetivo de evitar que houvesse vertimento por sobre as rochas intensamente fraturadas e mesmo decompostas em vários pontos, havia um trator e seu operador estacionados sobre uma **ensecadeira** de terra situada na crista do sangradouro. (MELO, 2014, p. 160).

Infero o autor que o então ministro de Viação e Obras Públicas da época, sr. Hélio Cruz de Oliveira, político de carreira que havia assumido interinamente o cargo por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, em visita a barragem de Orós, não compreendeu a presença da referida ensecadeira que estava naquele local.⁶⁰

Por ordem do ministro, o trator que se baseava perto da barragem provisória foi usado para que a mesma fosse aberta. Como a barragem ainda acumulava muita água, o rio passou a escoar sobre a rocha local e provocou intensa erosão regressiva que, por pouco, não causou novo colapso da obra, só que desta vez pela ombreira esquerda.

O Orós estava “quebrado” outra vez. O fato pouco conhecido foi tratado como episódico pelo autor do livro aqui citado. No entanto, o acontecimento serviu para rememorar o sentimento do medo através do qual o Orós foi tratado após 26 de março de 1960, data de seu arrombamento. Durante as décadas de 1960 e 1970, o açude partilhou da desconfiança das populações moradoras de suas margens, mas também da imprensa e de alguns técnicos e engenheiros, principalmente aqueles que sempre desconfiaram do projeto.

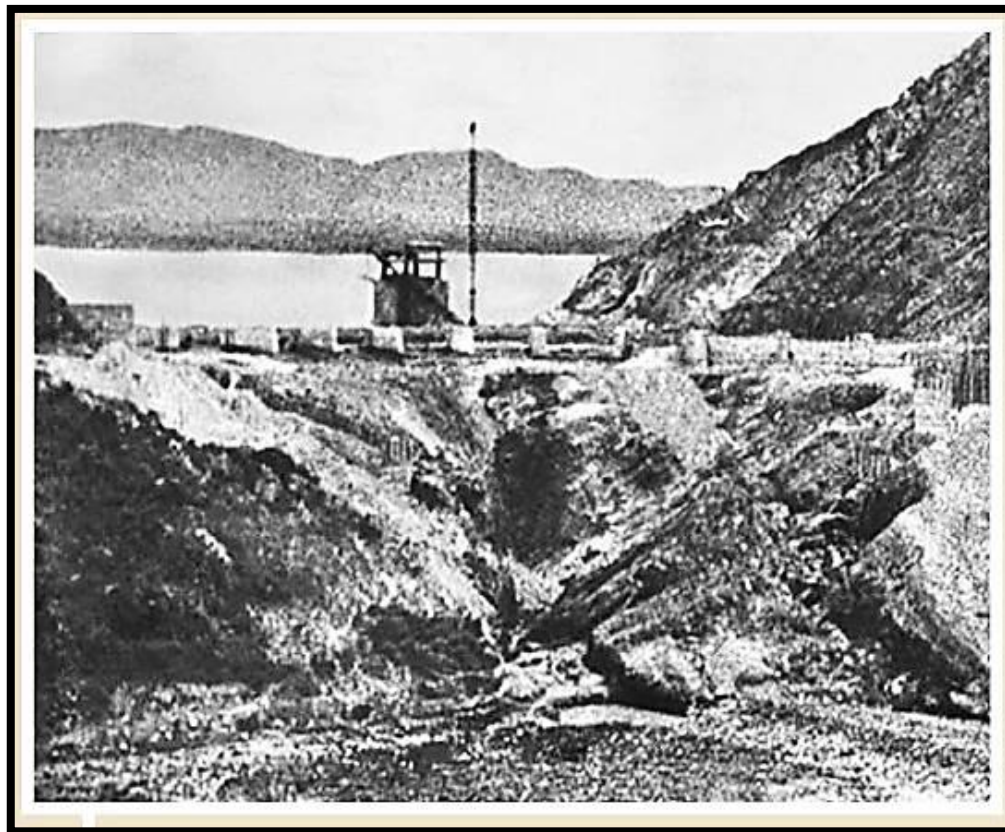
Para DELUMEAU (2006), durante muito tempo, os principais perigos que ameaçaram a humanidade vieram da natureza.⁶¹ Dito isso, enxergamos mais uma ponte que podem ser estabelecidas entre a história ambiental e a história social. Durante toda a história da

⁶⁰ ROCHA (2006, p. 13) explica que ensecadeiras são “são barragens provisórias com a finalidade de fechar uma região do curso d’água, de forma a deixar seca a região onde serão executados determinados trabalhos.” Cf. ROCHA. Gabriel dos Santos Cruz. **Desvio de rios para a construção de barragens**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Hidráulica e Sanitária da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

⁶¹ Para Jean Delumeau, historicizar o medo no Ocidente foi um desafio. O historiador afirmou que o medo é uma ausência na historiografia visto que as bases da sociedade moderna, a partir do Século XIV, modificada pela formação dos estados nacionais, está inscrita numa literatura que apregoa a conquista do mundo baseada na coragem, na honra perfeita e nas glórias das proezas. (DELUMEAU, 2006, p. 09)

humanidade, a natureza é princípio de reflexão para as relações sociais que se engendram entre os grupos e as sociedades.

Imagem 14: Erosão na área do vertedouro antes do revestimento de concreto. Orós, 1962.



Fonte: A história das barragens no Brasil. CBDB, 2011, p. 83.

MELO (2011) credits Juarez Távora, minister of Transportation and Public Works between 1964 and 1967, to the professor Theophilo Benedicto Ottoni Neto for the project of the spillway that would be ready only years later, when, once again, Orós was "reconstructed" due to the importance and urgency of the completion of the works.

Finally, after the events of 1960, no one would risk staying at the mercy of a new catastrophe occasioned by the combination of various factors such as, for example, a large amount of rain in a few days and the human errors of the dam project that could provoke, according to narrators and scientists, new floods.

Imagem 15: Vertedouro do Açude Orós. Orós, 2010.



Fonte: Fernandes Neto

Segundo MELO (2014, p. 160), “o projeto aproveitou a grande erosão que havia sido provocada pelo escoamento das águas e a obra é um grande exemplar de arquitetura hidráulica, garantindo a segurança de Orós até os dias atuais.”

E por que o fato é assim tão importante na construção desse texto? Para nós, ele mostra o processo de disputa em torno do açude desde sua reconstrução até sua nova prova de força que aconteceria durante outra histórica enchente do Rio Jaguaribe ocorrida no ano de 1974. Nesse ano, a região do Baixo Jaguaribe enfrentou novos e intensos aguaceiros semelhantes aos ocorridos em 1960. Desta vez, as águas passaram por um incólume Orós, que muito embora, tenha tido seus fundamentos e sua segurança questionados por diversos personagens e tenha revivido na população local o clima de tensão dos anos de 1960, resistiu e para além disso, contribuiu o açude para o desenvolvimento da região ajudando, por exemplo, na implantação de diversos perímetros irrigados ao longo do leito do Rio Jaguaribe.

Esse caminho que começa logo após o grande impacto ocasionado pelo arrombamento do açude e passa pela busca dos culpados, por inúmeras campanhas de arrecadação de fundos para as vítimas, pelas notícias de corrupção, desvio e aproveitamento político da catástrofe, pela atuação do exército e, por fim, pela reconstrução do açude e a recuperação dos municípios atingidos pela inundação, figurarão no quarto ponto desse texto.

O segundo evento aqui considerado com ocultado das páginas da historiografia oficial, dá a tônica da hipótese que buscamos defender: veremos como o Orós ressignificou o Rio Jaguaribe no tempo.

O evento, aqui adjetivado como “quase desconhecido”, tornou-se conhecido por nós através de um relato de memória. Buscando compreender a importância da açudagem para o acúmulo de água, a política de conservação de águas do Ceará e, por conseguinte, o papel do Açude Orós nesse contexto, entrevistamos o engenheiro Hypérides Pereira de Macedo.⁶²

Durante a entrevista, Hypérides mostrou-se um narrador nos moldes de BENJAMIN (1976) e um exímio construtor do texto oral. Não bastassem as informações técnicas sobre a política das águas no Ceará durante os últimos 40 anos, são os relatos específicos de suas vivências que impressionam e mereceram especial atenção, além de minuciosa investigação.

Entre tantas questões sobre o solo cearense, o regime de chuvas, a importância do Jaguaribe, a grande e a pequena açudagem, os projetos de irrigação e sua interessante tese das “Avenidas Rurais”, projeto sustentável para o semiárido que coloca no mesmo lugar “energia elétrica, água, estrada e gente”, apontou Hypérides que o Orós só concretizou o seu projeto de perenizar o Jaguaribe no início da década de 1980, quando Virgílio Távora (1979-1982) governava o Ceará pela segunda vez.

O entrevistado revelou um fato que, depois, pudemos observar nos escritos de MACIEL (1983, p. 16), MONTE (2005, p. 219), INSTITUTO DO CEARÁ (1980, p. 401), documentos oficiais do DNOCS, como o Relatório de 1980 e em diversos jornais da época. O entrevistado e as fontes referem-se ao fato de que somente em julho de 1980 passou a funcionar a válvula dispersora do açude Orós, cujo objetivo, para além da perenização do rio era proporcionar à região a capacidade de irrigação de 15.000 hectares.

Diante dessa questão, surgiram outras indagações que se impuseram à pesquisa. Passamos então a pensar no seguinte: Como açude, Rio e Vale estavam sendo pensados e

⁶² Hypérides Macedo foi servidor do DNOCS por mais de trinta anos, participou de diversas missões hídricas fora do Brasil, em Israel, Egito e Arábia Saudita e trabalhou no Ceará com a Missão francesa, que fez os trabalhos do GEVJ (Grupos de Estudos do Vale do Jaguaribe). Foi também o primeiro secretário dos Recursos Hídricos do Ceará, durante os governos Ciro Gomes e Tasso Jereissati, de 1995 a 2002. Desenvolveu diversos projetos hídricos no Ceará e no Brasil, dentre os quais o Açude Castanhão, além de criar o sistema de eixos de integração hídrica do Estado do Ceará. Foi secretário nacional de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional entre 2003 e 2005. Nasceu no município de Ubajara, na Serra da Ibiapaba, e em Iguatu iniciou seus estudos sobre o semiárido, observando o trabalho do pai, chefe do posto agrícola do Ministério da Agricultura naquela cidade. Em Fortaleza, nos anos 1960, graduou-se em engenharia civil pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e depois, cursou a especialização em recursos hídricos pela Universidade de São Paulo (USP). Na época da entrevista, contava 70 anos e desenvolvia projetos de consultoria na área. Diante de sua vasta experiência, resolvemos procurá-lo.

vistos até os anos de 1980? Qual projeto de perenização foi pensado para o rio? Como as políticas públicas de irrigação no Baixo do Jaguaribe se sustentaram durante décadas de 1960 e 1970? Como funcionaram os projetos dos perímetros irrigados, iniciados pelos DNOCS no baixo Jaguaribe, antes da perenização do rio? Os agricultores do Baixo Jaguaribe e as populações ribeirinhas foram respeitadas em suas posses, na questão do acesso à água e uso do solo? Podemos destacar alguma política pública voltada especialmente para estes? Por fim, qual é a história do Rio Jaguaribe nesse período e como tudo isso consolidou essa nova temporalidade que afirmamos existir?

Essas interrogações figurarão no quinto e último capítulo desse texto, quando também discutiremos, a partir dessas ausências, outro sentimento que o Orós passou a inspirar: a decepção. No instante em que experiências e expectativas se encontraram no açude, surgiu uma espécie de frustração vista a partir da grande enchente histórica ocorrida em 1974. Embora, logo após a enchente, tenha o DNOCS implantado diversos perímetros irrigados ao longo do rio, essa mesma política de irrigação encerrou a maioria dessas experiências no ano de 1979.

Olhando para o binômio rio-açude entre os anos 1960 e 1980 descobrimos dois objetos que se descortinaram entre a aparência e o segredo: o primeiro é o açude, metáfora da técnica que terra nenhuma conseguiria esconder; o segundo é o rio, cuja existência é perceptível mesmo quando está seco, semelhante as veias de um braço que se revelam ainda que sob a pele. Aconteceu, contudo, que as dúvidas sobrevieram mesmo assim: para que serviu o Orós nesse período?

Entre estes estágios, continuaremos nossa viagem.

Diante de tais indagações, os pontos 04 e 05 desse texto seguem investigando os dias posteriores ao arrombamento de Orós, seus desdobramentos, suas intrigas e por fim, as novas temporalidades que o açude inspirou para o Rio.

4. O Açude Orós e o Baixo Jaguaribe após a enchente de 1960

Quando os veículos de comunicação trouxeram, a partir de 26 de março de 1960, a notícia do arrombamento do açude, junto com ela, nas páginas dos periódicos, nos documentos oficiais e nas paisagens das memórias, um novo registro passou a ser criado. Ali surgiria também outra temporalidade, marcada por um rio que já não se deixaria dominar e outro espaço, que descreveria uma região cujo cenário fora profundamente modificado.

Fruto das águas embarreiradas do parcialmente domado Rio Jaguaribe, a barragem de Orós entrava para a história antes mesmo de ser inaugurada e de proporcionar os frutos prometidos. O açude marcaria as páginas dos livros de história “à concreto e água”, já pelas causas. Ou melhor, pelo que ocasionara. Nesse capítulo trataremos do que veio logo após os primeiros momentos da enchente passando pela inauguração do açude em janeiro de 1961 e o processo de afirmação da barragem nos anos subsequentes.

Os acontecimentos posteriores à data do arrombamento do açude são de variados tipos, intenções, matizes, cores e, portanto, são inúmeros. Além da percepção do tempo, mudaram também as formas de sentir o rio e o açude. Para entender tais características, vamos dialogar com os vestígios que resistiram até o tempo dessa pesquisa tais como jornais da época, diversos discursos parlamentares, registros oficiais feitos pelo DNOCS, o trabalho do professor Pedro Sisnando e as memórias dos entrevistados dessa pesquisa, transformadas em narrativas, a partir da nossa contribuição.

Configurou-se assim, um grande desafio: selecionar as fontes que seriam utilizadas em cada capítulo e promover o diálogo entre elas. No jogo dialético existente entre a comprovação e a contradição, emergiu a história possível, construída a partir das escolhas e do caminho metodológico tomado. Durante a pesquisa, selecionamos oito escritos de Adísia Sá publicados no Jornal Gazeta de Notícias, entre os dias 26 de março e 06 de abril de 1960, na coluna *Canto de Página*.⁶³ Dessa forma, tomamos as temáticas apresentadas nos escritos como uma matriz discursiva das informações tratadas e destacadas pela imprensa no período.

⁶³ Jornalista, radialista e professora, Maria Adísia Barros de Sá, nasceu em Cariré-Ce em 1929 e iniciou sua trajetória no jornalismo impresso no jornal Gazeta de Notícias no ano de 1955. À época, numa profissão dominada predominantemente por homens, Adísia atou como redatora e revisora na oficina do referido jornal, localizado à Rua Clarindo de Queiroz, no centro de Fortaleza. Depois de editar seu próprio jornal e de escrever o jornal do centro acadêmico da faculdade de filosofia, embrenhou-se na redação da *Gazeta de Notícias*, onde passou a escrever uma coluna diária no periódico chamada *Canto de Página*. Durante dois anos, Adísia escreveu sob o pseudônimo de *Moema*. Até que, um dia, o jornal abriu seleção de uma vaga para a redação. Não houve procura. Não se inscreveram candidatos. Redatores e companheiros da oficina indicaram o nome de Adísia para o diretor da casa, o jornalista Dorian Sampaio, que a efetivou.

Os escritos abordaram a tragédia do arrombamento do açude, a busca pelos culpados, os responsáveis pelo arrombamento, passando pelas campanhas humanitárias de arrecadação de donativos e o processo de aproveitamento político das mesmas, enfatizando a exploração e a demagogia que envolvia o tema, o papel do exército nesse contexto e, por fim, as diversas faces do projeto de reconstrução do açude e da região. Assim, conforme veremos a seguir, há na imprensa – e também nos relatórios oficiais e nos discursos dos parlamentares, um certo caminho narrativo que nos ajuda a estudar e compreender os fatos ocorridos a partir do *dia seguinte* ao arrombamento do Orós. Aqui, cada uma dessas temáticas figurará em tópicos desse capítulo.

Por fim, devemos dizer que os testemunhos do dia seguinte ao evento ocorrido no açude, seja eles escritos ou falados, guardam uma estrutura sentimental regida pelo medo. Os personagens enxergados a partir de então, para além do temor da morte, veem no Orós, a prova de que tinham muito a temer o imponderável e o incontrolável mundo natural.

O medo, gerado pela incerteza, conduz o capítulo. Nos tópicos a seguir, entremeado por esse sentimento, passaremos a conhecer o rio Jaguaribe já modificado pela técnica, ou seja, “pinçado” por um Orós colapsado, antes mesmo de ser finalizado.

De fato, não se mergulha duas vezes no mesmo rio, parafraseando Heráclito de Éfeso.

4.1. O dia seguinte.

Há duas coisas que são verdadeiras ao mesmo tempo para todos os homens: o perigo do qual surge o nosso medo e a necessidade de nos proteger desse perigo. A vida humana é construída entre o medo e a segurança.

Jean Delumeau, Entrevista, 2004.

O texto a seguir foi publicado na Gazeta de Notícias, no dia 26 de março de 1960, sábado em que ocorreu o rompimento do açude Orós. Nele, Adísia Sá escreve sobre o que seria o sentimento da população cearense sobre o ocorrido.

A tragédia de Orós

Que forças estranhas levaram o cearense, por mais de sessenta anos, a alimentar o sonho do Orós? O que levou mais de duas gerações a este ideal, se agora, como monstro alimentado no seio da própria natureza e com sangue dos homens, **o Orós representa miséria, tragédia, calamidade, desgraça e destruição?**

Nunca um ponto convergiu, incondicionalmente, o povo como o grande reservatório da zonas jaguaribana, sendo uma constante na alma coletiva do cearense - lutando, trabalhando, brigando, gritando pela construção de seu açude!

Jamais um pensamento aglutinou os esforços de uma comunidade, como o Orós, tido como a grande esperança do Ceará, a sua salvação, o sua grandeza, o seu futuro.

E, para que tudo isto, se agora - como **uma besta apocalíptica** - escancara suas partes para dezenas de municípios, ameaçando tragar, de uma vez, a vida preciosa de milhares de homens?

Porque o Ceará exigia o Orós - meu Deus - se ele seria, num futuro não muito remoto e antes mesmo de terminado - **uma ameaça tremenda à nossa segurança, à nossa economia, à nossa vida?**

As águas, tão avaramente negadas ao nosso Estado, caem como torrentes vertiginosas sobre nossa terra arrastando tudo, comendo tudo, acabando tudo, numa visão bíblica jamais apresentada no Ceará, levando o povo ao desespero e a uma compulsão estranha, à angústia dilacerante, à inquietação dolorosa, a uma expectativa sombria e arrasadora.

Se a tragédia já iniciada, como acontece, o simples fato de viver o povo sobre o impacto de profundo estado emocional era o bastante para fazer do Ceará uma terra de pessoas carentes de cuidado e zelo inaudito.

E como estamos vivendo, realmente, uma grande tragédia com características de uma catástrofe iminente, merecemos toda atenção por parte do Poder Central, já que nossos recursos insignificantes representam nada antes às necessidades.

Milhares de famílias estão desabrigadas; velhos, crianças e mulheres perderam suas casas, seus pertences e como molambos, são levados, evacuados para outras terras, levando na retina e na memória e para sempre, o retrato de tudo aquilo que findou, acabou, desapareceu.

Se nas secas o homem fugia de sua terra, levava consigo, entretanto, a esperança de retornar um dia à gleba natal **quando beijaria de novo a natureza ingrata, é verdade, mas mãe - antes e acima de tudo.**

O retirante, o flagelado, o imigrante da seca, este chorava a saudade da terra ter ficado longe, mas não era um desterrado porque alimentava na sua alma o ideal de retorno, o sonho da volta - **isso que constitui o elan da vida humana.**

Agora, o homem que deixa obrigado a sua terra porque tragada pelas águas - é um farrapo, um espectro - já que no seu espírito não correm os sentimentos da fé - que constrói; da esperança - que sustenta, estando dominado pela descrença - que aniquila, pelo desespero - que mata. (Grifos Nossos) (Gazeta de Notícias, 26 mar.1960. p. 04)

O texto trouxe pelo menos três aspectos do evento que podem ser confirmados por outras fontes e que foram posteriormente desenvolvidos nos textos da jornalista publicados nas colunas nos dias seguintes. A autora registrou a curiosidade diante dos motivos que levaram o arrombamento do açude, bem como enfatizou a luta do homem contra as forças da natureza e evidenciou as muitas faces daquilo que nominou como tragédia.

O alcance da catástrofe não podia ser medido de imediato. Dessa forma, os periódicos lançados entre os dias 27 e 31 de março daquele ano, concentraram-se na imagem aparentemente profética, reiterada igualmente pela escritora no quarto parágrafo do texto destacado, a partir de um lugar político de oposição ao poder constituído que ela parecia ocupar: “o Orós tornara-se uma besta apocalíptica, capaz de tragar a vida de milhares de pessoas, moradores de dezenas de municípios”.

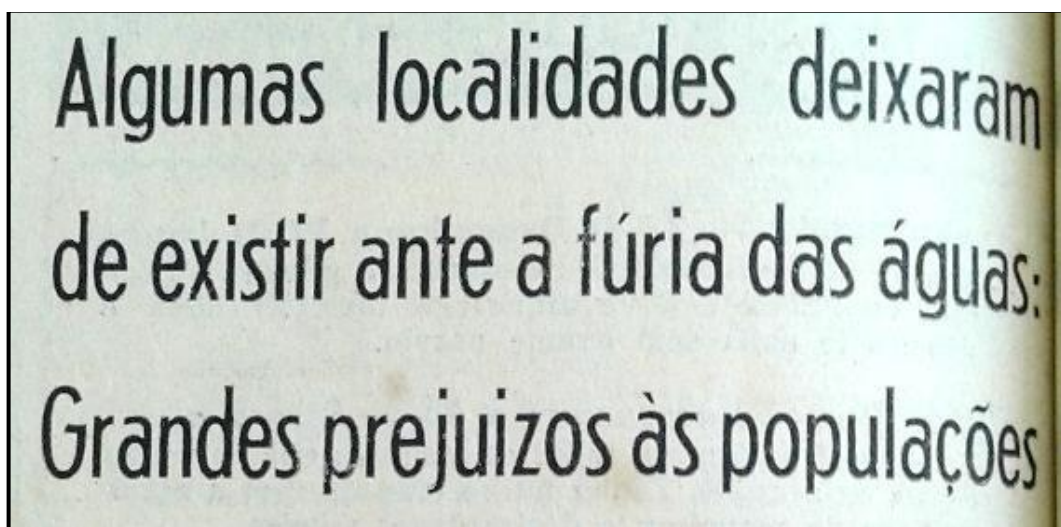
Antes mesmo do arrombamento, o que ocorria em Orós já era tratado como uma catástrofe. A partir do dia 26 de março em diante, os jornais enfatizaram as diversas expressões do evento: casas destruídas, milhares de desabrigados, prédios públicos ocupados, a possibilidade de outras tragédias de igual proporção, como o arrombamento do açude

Banabuiú, mortes, doenças e fome. No entanto, o relato dos que viveram tais momentos, mesmo que nunca tenham desmentido o impacto da catástrofe e, por conseguinte, tal imagético, ajudam no processo de reconstrução do fenômeno, no instante em que oferecem outras perspectivas de interpretação e, portanto, de registro. Mais que um cenário de destruição, os narradores, por exemplo, recuperam um tempo de surpresas e incertezas. As lembranças de Avani servem como exemplo:

Depois que o Orós arrombou, a água chegou trazendo tudo: cata-vento, canoa, parede inteira de casas de taipa... Tudo foi pegue no rio. Na época, um cunhado meu, o Zé Valcácio, pegou um cata-vento com tudo, perfeito. Teve uma pessoa que pegou uma cerca inteira. Mas qualquer maneira, não destruiu as cidades como era avisado pelo povo da reportagem ou dos próprios aviões. (Antonio Avani Almeida).

Sendo localizada a cidade de Jaguaruana mais próxima da foz do Rio Jaguaribe que da barragem de Orós, as águas que por lá chegaram já tinham passado por diversas outras localidades arrastando toda sorte de coisas encontradas pelo caminho. A visão de Avani é coerente diante do que noticiara o Unitário de 29 de março de 1960.

Imagem 16: Unitário 29 de março de 1960 – Pág. 08



Fonte: Acervo do Instituto do Ceará

Esse recorte introduz um assunto que será tratado no decorrer do capítulo: os prejuízos ocorridos nas cidades do Baixo Jaguaribe atingidas pelas águas, a destruição da infraestrutura da região e a perspectiva de reconstrução dos mesmos. E, além disso, não demoraria muito para as personagens públicas da época, vislumbrarem no cenário da enchente a oportunidade de entrar para a história através dos rendimentos políticos proporcionados pelo fato.

Em 27 de março de 1960, a edição de o Unitário deu ênfase à calamidade instalada na região após o arrombamento do açude. As notícias sobre destruição de casas na cidade de Limoeiro do Norte dividiam espaço com o registro das intenções de diversas entidades e

associações de classe em ajudar às populações dos povoados inundados a partir do arrombamento da parede do açude, assunto igualmente importante nesse capítulo.

No entanto, outra corrente importante de declarações já começava a ser registrada: a notícia da reconstrução do açude, tão logo fosse possível, como assim sugeriu o ministro da Viação e Obras Públicas:

Imagem 17: Jornal Unitário de 27 de março de 1960 – Pág. 08



Fonte: Acervo da ACI

Nesse momento, a ideia da reconstrução funcionava como uma espécie de fratura temporal, já que parecia paradoxal reconstruir aquilo que nem sequer foi construído. Atualmente, tal interpretação é possível, visto que encaramos o tempo a partir de uma estrutura esférica, com diferentes possibilidades de percepção. Para KOSELLECK (2014, p. 14),

todos os âmbitos da vida e ação humanas contem diferentes estruturas de repetição, que, escalonadas, se modificam em diferentes ritmos. Seria incorreto supor que elas se modificam ao mesmo tempo ou em paralelo, ainda que aconteçam ao mesmo tempo no sentido cronológico, e estejam entrelaçados.

As forças da natureza, citadas no texto da jornalista são reiteradas na chamada feita no subtítulo dessa matéria em destaque. O Orós seria reconstruído, “tão logo as condições do

inverno permitam que as obras sejam iniciadas.” E em se tratando de questões da natureza, devemos dizer que tal desculpa merecia uma criteriosa explicação.

Vejam bem: como já dissemos, em 1960 não ocorreu inverno como esperado (chuvas concentradas na quadra chuvosa, entre os meses de março a junho). O que ocorreu foi uma rápida enchente decorrente dos 700mm de chuvas concentradas em poucos dias do mês de março. O resultado conhecido foi o rompimento da parede do açude Orós e muita calamidade após isso. No entanto, no pensar do sertanejo, o inverno como se imaginava e esperava não ocorreu de fato. Os jornais, discursos parlamentares e documentos oficiais obviamente não registraram a questão dessa forma.

Mas, pode indagar o leitor: se o que contribuiu para o arrombamento do açude foi exatamente o volume de chuvas, como se pode afirmar que não houve inverno no período? São os narradores da pesquisa que explicam essa face das forças da natureza.

Como já afirmado nas páginas desse estudo (p. 120), após o arrombamento do açude, as chuvas cessaram. A despeito disso, Avani explicou com maior propriedade o sentimento de um trabalhador rural diante do fato, quando relembrou a quadra invernososa de 1960. Indagado se no ano de 1960 houve safra, eis o que respondeu:

Houve. Mas é como eu já lhe disse: foi um ano de pouco inverno. Houve safra, mas não foi como se esperava. Foi mais para quem trabalhou fora, no interior, para quem não teve preocupação com a quebrada do açude. Mas aqui na região, foi um pouco fraco porque depois não teve mais inverno favorável, tá entendendo. Teve chuvas, mas não foram aquelas chuvas com a firmeza de um inverno. Não teve grandeza de chuvas. O papai só fez uma safrinha de algodão porque o terreno era bom. (Antonio Avani Almeida).

Ao que consta, mesmo com a enchente, não houve a perda da lavoura nesta parte do Jaguaribe atingido pela cheia. Naquele momento específico, dias em que ainda se esperavam as águas da barragem chegar, a preocupação era outra, assim como os interesses de técnicos, políticos e jornalistas também.

O ocorrido com o açude Orós tinha diferente nuances a revelar nas dobras do tempo e do espaço. Era necessário debruçar-se sobre as faces da tragédia que versava sobre a destruição de dois mundos: inicialmente, um mundo de sonhos outrora alimentado pela ideia de que o sertão do Ceará teria seu próprio mar e, por fim, um mundo real e físico cuja expressão era vista através de inúmeros desabrigados, assim surgidos por conta da destruição ocasionada pelas águas.

Dessa forma, havia muito a ser revelado, inclusive a respeito da situação em que se encontrava o Vale do Jaguaribe. Os jornais carregavam nas tintas de suas notícias as

especulações. Precisou-se de pelo menos dois dias para que uma certa distensão do aspecto mordaz do fato começasse a acontecer.

A dinâmica temporal verificada nos registros impressos é bastante interessante. O espaço do texto, a formatação da página, o apelo das imagens, o tamanho da reportagem, entre outros elementos, são aspectos que compõem a fonte jornalística. No que diz respeito ao tempo, num único jornal, passado, presente e futuro conviviam harmoniosamente.

Quando a semana se iniciou, em 28 de março de 1960, o Unitário registrou uma cronometria que levou a seus leitores os momentos subsequentes ao arrombamento do açude. O texto de Luiz Fernando Cascudo, repórter especial dos Diários Associados enviado a Orós, buscou reconstruir os momentos ocorridos na passagem da noite do dia 25 para a manhã do dia 26 de março de 1960 para aqueles que não estiveram por lá.

Horas dramáticas precederam destruição parcial da parede de Orós: quadro comovente

Orós (Por Luiz Fernando Cascudo, enviado especial dos Diários Associados) – Os momentos que precederam os momentos finais da represa de Orós foram assim cronometrados para que nossos leitores possam ter uma ideia exata daqueles acontecimentos.

Dia 25 – 15,30 horas – A reportagem “Associada” atinge a barragem do Orós realizando as últimas fotos aéreas da região que se encontrava com uma concentração extraordinária de águas, armazenando 666 milhões de metros cúbicos.

16 horas – Visita à Icó, às margens do Rio Salgado. As águas sobem assustadoramente e a população abandona a cidade.

18 horas – Chega a Orós o Ministro Amaral Peixoto acompanhado do Governador Parsifal Barroso e outras autoridades, sendo recebidos pelo economista Celso Furtado, superintendente da SUDENE.

18,30 horas – O engenheiro José Cândido Pessoa, diretor geral do DNOCS dá ordem para cessar todos os trabalhos na represa. Trabalhadores e máquinas abandonam a barragem.

19 horas – “É humanamente impossível defender a barragem do Orós”, afirma em declarações à imprensa o Ministro Amaral Peixoto, numa proclamação conjunta com o Governador Parsifal Barroso e com o General Portugal, comandante da 10ª região militar.

19,15 horas – O Ministro da Viação autoriza as emissoras do Ceará a não retransmitirem “a voz do Brasil”, para permanecer prestando socorro e enviando mensagem.

22 horas – Um técnico do DNOCS dá o rebate falso do rompimento da barragem que chega a ser retransmitido pelas emissoras.

22,30 horas – O Engenheiro José Candido Pessoa à frente de cerca de mil e quinhentos homens reinicia os trabalhos na barragem, com tratores e máquinas. Última tentativa para salvar o Orós.

23 horas – Comenta-se que o nível da represa baixa. Situação de euforia. Autoridades recolhem-se para descansar. Não há perspectivas do rompimento imediato.

00,30 horas – Abandonam-se todas as tentativas, um trator do DNOCS abre a ombreira direita do Orós, numa profundidade de um metro e meio com o comprimento de quinze metros. A água começa a sair pela abertura.

1 hora – As águas ultrapassam as barragens do lado direito e no meio. Em poucos minutos cresce de volume e intensidade. É dado o alarme geral.

2,30 horas – Autoridades e jornalistas, com milhares de operários contemplam tristemente o espetáculo dantesco das quedas das águas com violência e rumor.

5 horas – As águas atingem toda a extensão dos 600 metros da barragem da represa, despencando-se sobre os batentes da barragem numa altura de 35 a 40 metros. Uma autêntica cachoeira inunda o Vale do Jaguaribe.

7,30 horas – Uma “Fortaleza Voadora” do esquadrão de busca e salvamento realiza lançamentos sobre um campo aberto nas proximidades do Orós. (Unitário. 28 mar. 1960. p. 02 e 08)

O tempo tencionava nas páginas dos jornais. Para o leitor, preso ao tempo cronológico – como não podia deixar de ser, era possível retornar dias antes do ocorrido com o açude, acompanhar as indicações do presente e antever o caminho prático tomados nos dias subsequentes numa mesma edição. Os jornais do período conseguiram juntar num passeio pelo tempo histórico, nós, homens e mulheres do presente e do futuro e eles, habitantes do passado.

Como exemplo, podemos dizer que a edição citada falou do princípio de uma mobilização que se propunha ser nacional para ajudar a região (tempo presente) e projetava um possível futuro para o que restou do açude, ao registrar o diálogo do Ministro Armando Falcão com o presidente Juscelino Kubistchek, notícia que seria esmiuçada na edição posterior, de 27 de março de 1960, já citada nesse texto (imagem 17). Mais uma vez, vimos diversas temporalidades coexistindo na estrutura de um mesmo fato, apresentado numa mesma fonte.

No *Canto da Página*, na Gazeta de Notícias, em suas palavras finais, Adísia recuperou a frequente imagem romantizada dos retirantes da seca, a fim de melhor compreender a ambiência da cheia. A jornalista talvez tenha acertado ao aproximar os eventos através da figura do retirante já que, naquele tempo, diversos fenômenos obrigavam os nordestinos a saírem de suas casas. Para além da seca e da enchente, existiam também o latifúndio (a concentração de terras), o acesso a água e as cercas.

Se decidirmos nos debruçar apenas nos eventos climáticos como motivo para retirar-se de casa, entendemos tais experiências como exemplos completamente diferentes. A autora destacou a figura do retirante da seca como aquele que sai de casa, obrigado - mas não agradecido, após muito tempo de resistência e tendo como “elan” vital o sonho do retorno, o projeto de “beijar de novo, a natureza ingrata, mas mãe - antes e acima de tudo.”

No entanto, não é assim que se percebe o retirar-se em tempos de cheia. Seca e cheia partilham de temporalidades diferentes definidas muitas vezes pela velocidade que acontecem, cada uma a seu modo. Eis o típico caso em que a física ajuda na compreensão de fenômenos históricos. Queremos dizer que também na ciência histórica, $\Delta V = \frac{\Delta s}{\Delta t}$, ou seja, a velocidade pode ser demonstrada através de uma relação espaço-temporal.

Com isso percebemos que a leitura dessa história, através da dinâmica das mudanças e permanências, revela uma rica oposição que não pode ser reduzida a uma mesma imagem. O que muda? Os acontecimentos e seus desdobramentos sociais. O que permanece? A ligação desses fenômenos com as forças da natureza e o ato de retirar-se.

Migrar em tempos secos, na maioria das vezes, é a última saída. A resistência é a tônica. Os pertences, “aquilo que se tem”, “as coisas” são vendidas, doadas e, no caso dos bichos, até morrem. Viaja-se para longe, para o Sul, para regiões mais frias e úmidas. Embora, às vezes, exista o desejo do retorno, é difícil voltar e, sendo assim, isso quase nunca acontece. Na seca, a migração é uma constante. Primeiros saem os homens, os filhos mais velhos, depois as mulheres e as filhas. Em certa medida, os idosos ficam.

Retirar-se durante as enchentes é uma obrigação. Não se pode viver dentro da água. Quanto ao tempo, vive-se uma “loteria” (SILVA, 2006, p. 30); pode ser hoje, amanhã, pode até nem ser. Nem todos os bichos morrem, mas se a mudança não ocorrer, perde-se tudo. Até a casa, mesmo de alvenaria. Se for de taipa, a água derrete o barro e o carrega de volta à terra. (SILVA, 2006, p. 137). O abrigo fica perto, logo ali, no centro da cidade, numa barraca armada na praça, numa igreja, numa escola, na casa de um parente, amigo ou conhecido. Na enchente, a migração ocorre num instante. Todos saem. De uma só vez. Não fica ninguém.

Embora a cheia do Orós tenha sido diferente – veloz, já que no máximo durou uma semana, agravada pelo rompimento do açude e alimentada pela ação externa de políticos, militares, sociedade civil (grupos de resgate e salvamento com a Cruz Vermelha e a defesa civil), viveram as populações ribeirinhas do Baixo Jaguaribe um cenário semelhante ao descrito. Nisso, em 26 de março de 1960, a jornalista tinha razão: vivia-se um tempo de “descrença e desesperança”, cujo maior protagonista era a parede rompida do açude.

A despeito de tudo isso, ainda podemos afirmar: a semana da cheia do Orós ainda não acabou. Ela partilha de pelo menos duas perspectivas temporais. Primeiro, para nós, pesquisadores do futuro do passado, o evento é espaço de experiência e ainda vive na memória e na história. Segundo, para os homens e mulheres daquele tempo, tornou-se horizonte de expectativa, servindo como motivação de diversas projeções de futuro, imbricadas pela incerteza, dor, revolta, dúvida e indignação.

Acompanhando essa perspectiva, logo, povo, imprensa e autoridades arranjaram outros assuntos com o que se ocupar. Falar da tragédia era preciso, mas saber o que a havia ocasionado também o era, já que a incerteza traz em si o desejo de tornar-se certeza.

4.2. De quem foi a culpa?

Sabemos que os jornais dominicais não se achem às notícias do dia anterior e, portanto, adquirem um perfil específico. Até hoje é assim. As edições dos jornais escritos que circulam aos domingos (muitas vezes, na tarde do sábado) trazem discussões de matérias vistas nos dias anteriores e recheadas com cadernos especiais voltados para os mais diversos públicos, como animais de estimação, automobilismo, colunas sociais, moda etc.

O *Canto de Página* que circulou na Gazeta de Notícias no dia 27 de março de 1960 permaneceu como fio condutor dessa abordagem historiográfica muito mais pelo que não diz e somente aponta, que propriamente por conta dos fatos que registrava.

Nesse dia, o texto da coluna pareceu ser mais literário que jornalístico, mais fantástico, que realista, mais preditor que objetivo. A autora criou um cenário de desgraça e o descreveu de forma especulativa, perpetuando as imagens apocalípticas disseminadas uma semana antes do rompimento da barragem. O texto estava repleto de “verdades de sentido” que povoavam o imaginário social dos cearenses que estavam materialmente longe do acontecimento, abastecido possivelmente pelos boatos que circulavam.

Esqueçamos os culpados

Aquilo que temíamos, infelizmente aconteceu: ruiu a parede do Orós e quase um milhão de metros cúbicos d’água está se espalhando pela região jaguaribana, arrastando casas, árvores, terra, animais e até gente.

A despeito das advertências dramáticas das autoridades, da imprensa e das rádios, milhares de pessoas ficaram em suas casas, ainda na esperança de que o grande reservatório resistisse. Muitas criaturas, acreditando que sua obrigação moral era ficar em seus cantos, talvez nesse instante tenham encontrado suas sepulturas, depois do abraço trágico das águas revoltas.

A esperança, a crença, a confiança, o futuro, o sonho, o ideal de um povo, tudo foi levado de roldão, não ficando pedra sobre pedras, restando, talvez num futuro não distante, nada mais do que imensos sulcos abertos na terra, outrora agreste e dura.

Agora, após o desmoronamento da barreira do Orós e com a consequente evacuação das populações, o Ceará assiste – contristado e com o coração amargurado e alma sangrando e a mente conturbada – o desfile tétrico de milhares de seus filhos através de suas outrora caatingas e hoje regiões completamente inundadas e submersas.

O Ceará, banhando por um verdadeiro dilúvio, é palco de uma cena apenas imaginada pela inteligência fecunda dos narradores bíblicos, com milhares de criaturas – famintas e nuas, desamparadas e doentes – como sonâmbulas e mortas vivas – tateando no escuro de suas existências frustradas, palmilhando – arrastadas e inconscientemente – a via crucis da desgraça apenas iniciada.

O Ceará, como um só homem, constituindo talvez pela primeira vez de sua história – uma verdadeira comunidade, está unido pelo sofrimento, pela dor, sem distinção de classes, de credos religiosos ou políticos.

Do Governo, ao simples homem do povo, todos os cearenses agora só têm um propósito, um pensamento, um ideal: ajudar seus irmãos tão duramente atingidos pela natureza.

Tudo fizemos para salvar o Orós – lutamos mesmo é verdade, como pigmeu à frente com um monstro apocalíptico; entretanto, nosso trabalho foi em vão: a besta era mais forte, mais poderosa, gigantesca.

Aí estão os nosso irmãos desabrigados, desorientados à nossa porta, não pedem pão, não imploram abrigo, não solicitam remédio, não desejam nada. Nosso irmão nada

pedem, nada imploram, nada solicitam, nada desejam, porque estão massacrados pelo tremendo impacto emocional causado pela tragédia do Orós.

O momento é de ajuda, de solidariedade humana, de cooperação, de alma aberta, de fraternidade, de crença, de esperança num futuro melhor. O momento é de simpatia, de amor, de amizade, não de ódio, não de ressentimentos, não de acusações, não de críticas, não de protesto, não de blasfêmias, não de revolta, não de desespero.

O fato está consumado e a miséria aí está – na face de milhares de desabrigados, que carecem dos nossos apoios, que precisam de nosso ombro, que necessitam de nosso coração.

Não nos percamos no emaranhado dos raciocínios, à cata de um responsável, seja presidente da República, seja ministro do Estado, seja Diretor Geral do DNOCS, seja engenheiro.

O Ceará precisa que seus filhos venham ao seu encontro, deixando para depois talvez, o desabafo, o acuso. (Grifos nossos) (Gazeta de Notícias, 27 mar.1960, p. 03)

Embora o título seja “*Esqueçamos os culpados*”, essa não é a tônica do artigo. O assunto foi referido apenas no parágrafo final como quem renunciava o que estava por vir. Outro aspecto igualmente tocante é o chamamento à unidade, necessário ao povo cearense naquele momento. A autora apresentou outra face dominante das páginas dos jornais e dos discursos políticos do período: a ajuda humanitária e as campanhas por solidariedade, temática a ser tratada no próximo tópico.

Havia ainda um último aspecto a ser destacado: a força da natureza. O artigo trouxe o relato de uma luta perdida, pautada num esforço hercúleo que não logrou sucesso. Como a próprio texto diz, buscando tornar todo cidadão cearense personagem da história, “tudo fizemos para salvar o Orós – lutamos mesmo, é verdade, como pigmeu à frente do monstro, apocalíptico. Mas nosso trabalho foi em vão: a *besta* era mais forte, mais poderosa, gigantesca”.

Mais uma vez, o texto jornalístico reverberou a mentira mais verdadeira dessa história. A notícia deve ter sido, imagino, recebida com angústia pelos leitores. No entanto, não demoraria muito para as páginas do mesmo periódico desconstruir o imagético divulgado. A luta não fora tão perdida assim como se construía. Em pouco tempo, as mesmas personagens deitavam forças para construir outra imagem.

Para entendermos o caminho desse raciocínio, partimos da frase da jornalista destacada no texto. Embora defenda não buscar culpados, a disposição de suas ideias parece nos oferecer um minueto simplório a qualquer brasileiros que quisesse buscar os responsáveis pela catástrofe. Quando diz “não nos percamos no emaranhado dos raciocínios, à cata de um responsável, seja presidente da República, seja ministro do Estado, seja Diretor Geral do DNOCS, seja engenheiro.”, Adisia colocou os principais suspeitos na sala das investigações.

A Gazeta de Notícias, à época um periódico que, digamos, não dialogava harmoniosamente com os poderes constituídos, não foi o único veículo a se manifestar pelo

esquecimento dos culpados. Em resposta às palavras iniciais do deputado cearense Paulo Sarasate, que no dia 29 de março de 1960, à tribuna do Congresso Nacional, iniciara seu discurso lembrando os versos de Demócrito Rocha – “Depressa, uma pinça hemostática em Orós!” e “Quem é o presidente da República?”, a deputada Ivete Vargas, do PTB de São Paulo fez eco ao texto jornalístico citado:

Senhor deputado Paulo Sarasate, a casa está acompanhando com maior atenção o discurso de V. Ex^a. como o Brasil inteiro emocionado acompanha o drama de Orós. [...] Esta hora, no entanto, não é de crítica, de ataque. É uma hora em que todos se devem unir, num coração só, numa alma só, num instinto só, para prestarem às vítimas e à região o amparo que o Brasil não lhes pode negar. (BRASIL, Diário do Congresso Nacional, 29 mar. 1960, p.1909).

A mensagem era simples: agora, nesse momento pelo menos, o esforço deveria ser direcionado para o resgate das populações atingidas, a reconstrução das localidades, a recuperação da terra, o combate à fome e às doenças. Sem dúvida a catástrofe teve um culpado. Mas este poderia ser procurado e responsabilizado outro dia.

Quando escrevemos, parecem ficar os sentimentos muito organizados no texto acadêmico, mas não é assim que funciona no território da política, visto que o mesmo é aparelhado como um cenário de conflitos. Depois de aquiescer à colega parlamentar, de ouvir outros deputados repetirem o mesmo mote, Paulo Sarasate não se fez de rogado. No fim do discurso, quando exigiu maiores explicações sobre o ocorrido. Afinal, o que havia acontecido em Orós?

O tema do discurso, já trabalhado no ponto 03 desse texto, pode ser devidamente aprofundado na seguinte perspectiva: se os parlamentares cearenses não muito se contemporizaram nas recomendações da jornalista, seus próprios companheiros de redação, também não se demoraram muito na reprodução dos fatos advindos do *front*.

Após uma intensa semana esmiuçando a situação dos municípios do baixo Jaguaribe, as campanhas de solidariedade, as ações dos governos, os projetos de reconstrução idealizados pelo DNOCS e pelo presidente Juscelino, a distribuição de mercadorias para os desalojados pela enchente, os periódicos da cidade de Fortaleza começaram a promover uma intensa interrogação, cuja questão primordial centrava-se na busca pelos culpados da catástrofe de Orós.

Dentre os repórteres locais, destacamos novamente a atuação do jornalista Juarez Furtado Temóteo, dos Diários Associados. Seus textos, publicados à época pelo Correio do Ceará e Unitário, deram vazão aos processos conflituosos em torno da busca pelos culpados do ocorrido em Orós. A matéria de capa da edição do jornal Correio do Ceará de 06 de abril de 1960 é um desses primeiros exemplos.

Imagem 18: Capa do Correio do Ceará – 06 abr. 1960.



Fonte: Acervo da ACI

Juarez Temóteo escreveu o texto a partir de entrevista de Celso Furtado, concedida em 31 de março de 1960 ao Correio da Manhã, do Rio de Janeiro. Na ocasião, concentrou significativo esforço argumentativo sobre um dos personagens desse acontecimento: Anastácio Maia, engenheiro do DNOCS, responsável pela construção do açude.

Para o jornalista, as críticas de Celso Furtado foram “enérgicas.” Limitou-se o engenheiro Anastácio a desmentir o diretor da SUDENE e a desconversar sobre o limiar dos acontecimentos. Para Temóteo, entretanto, o cenário era bastante claro: Anastácio Maia sabia o que havia ocorrido e quem eram os culpados. Para o repórter, seu interlocutor guardava um importante segredo:

Por que foge o governo à evidência de recursos para a marcha rápida das obras? Porque a confissão o levaria a confirmação de que para as obras ligadas à Brasília foram canalizadas as verbas da barragem.

Por que o diretor do DNOCS foge à idêntica confissão preferindo arrostar com as críticas que lhe fazem? Porque a confissão significaria de que lhe faltou coragem para protestar, no momento devido, o propalado desvio.

Exatamente no silêncio que guardou e guarda até hoje reside o maior pecado do engenheiro Anastácio Maia. Não sentia ele a necessidade de construir-se, até janeiro, 50 metros da parede do Orós? Não lhe faltaram recursos para levar no ritmo necessário às obras? Não foi ele ao Rio tentar obter esses recursos? Conseguiu-os? Por que não?

Anastácio tem segredo desse episódio. A guarda do mesmo, levando-o à ciência de que a barragem não tinha salvação sem o sangradouro, foi o que o levou ao gesto louvável do alarme. (Grifos nossos) (Jornal Correio do Ceará, Fortaleza, 06 abr. 1960, p.12).

Mesmo o Correio do Ceará, jornal que pertencia aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, um dos apoiadores do Governo Kubistchek, permitiu que o redator da notícia

arrematasse seu texto referindo-se ao papel do diretor do DNOCS no episódio, insinuando que o mesmo guardava segredos do evento e dando a ele o protagonismo no processo de evacuação das populações que seriam atingidas pelas águas, numa crítica velada aos poderes constituídos.

No diálogo com as fontes jornalísticas e através dos relatos orais, já percebemos a urgência no processo de retirada dos moradores das cidades da região. Como já tratamos no terceiro tópico do terceiro ponto dessa tese, José Camilo Filho, delegado da cidade de Limoeiro do Norte, afirmou que toda a retirada de moradores iniciara por volta de 10 dias antes do arrombamento do açude. Igualmente, as páginas dos jornais nada registraram sobre a situação das chuvas na região e das obras da barragem antes de semelhante intervalo de tempo.

A afirmação de Juarez Temóteo, registrada no parágrafo final da notícia, faz todo o sentido no que diz respeito à ausência de referência aos eventos sobre o campo de trabalho de Orós nos jornais e nos relatos orais poucos dias antes da tragédia. Sob os auspícios de Anastácio Maia, o cenário de possível hecatombe só foi assumido no último instante.

No dia seguinte, o Correio do Ceará destacou a entrevista realizada pelo repórter Orlando Mota, envidado pelos Diários Associados do Rio de Janeiro ao Ceará, com uma figura de destaque no cenário científico local: Thomaz Pompeu Sobrinho, chamado pelo jornal de “Pai do Orós”.

O engenheiro ressurgiu na trajetória do açude e trouxe consigo a força de um artigo de sua autoria intitulado “O fator moral na construção de grandes açudes”, publicado originalmente nas páginas de O Povo em março de 1931 e reeditado pela Revista do Instituto do Ceará em 1933. No artigo, já referido aqui, no momento em que nos debruçávamos sobre as disputas em torno do açude, Pompeu Sobrinho interrogava-se sobre o quadro possível diante do arrombamento do mesmo.

Nenhuma novidade acrescentaria o famoso técnico se não fosse a insistência do repórter. Antes de afirmar que não queria “fazer carga sobre pessoas” (referindo-se à figura do engenheiro Anastácio Maia), declinou que nada sabia sobre o projeto do açude, salvo o que pode ser visto pela imprensa. Para ele, não seria sensato culpar as chuvas, “o que houve foi imprevidência”, visto que ninguém sabia, ao certo, o que previa o projeto de barragem que estava sendo executado.

[...]

- De minha parte, bem que fiz todo o possível para conhecer, estudar e se possível opinar sobre o projeto em execução. Mas o DNOCS não permitiu. Há uns dois anos, quando eu era presidente do Conselho de Economia do Estado, solicitei oficialmente que os planos do Orós fossem postos à nossa disposição. (...)

Mandamos vários ofícios pedindo principalmente os projetos do Orós e do Banabuiú, mas não obtivemos respostas. O Banabuiú já estava sendo construído. Falava-se muito no Orós, como de tempos em tempos acontece no Ceará. Natural era, portanto que eu insistisse, chegando ao ponto de enviar um emissário do Conselho ao Rio com o objetivo de entender-se pessoalmente com o dirigente do órgão das secas. Não deu resultados positivos. Nada conseguimos senão evasivas, desculpas, promessas. (Jornal Correio do Ceará, Fortaleza, 07 abr. 1960, p.05).

Se buscarmos explicações simples para o ocorrido, podemos achar uma coerente e, por conseguinte, óbvia, baseada na mesma argumentação teórica referida no instante em que versamos sobre as contradições, os conflitos de interesse, a defesa dos ideais no campo da política. A negativa à Pompeu Sobrinho foi um claro sinal dos órgão constituídos, nesse caso o DNOCS, de um ressentimento político àquele que já a partir da década de 1930 passou a ser visto como um dos detratores do projeto.

De forma diplomática, o jornalista encerrou a entrevista sem creditar ao entrevistado uma imagem inflexível, de cientista melindrado pronto a declinar nomes dos responsáveis pela catástrofe. De fato, Pompeu Sobrinho não disse de quem era culpa pelo arrombamento. Pelo menos diretamente. Mas se, no dito popular, sabe-se que “para o bom entendedor, meia palavra basta”, muito mais podemos dizer de uma resposta inteira como esta:

[...] E para finalizar a nossa conversa, pergunto-lhe o que ele acha da intenção do presidente Juscelino Kubitschek de reconstruir a barragem até o dia 15 de novembro próximo.

- É perfeitamente possível. Tudo depende de recursos suficientes e oportunos. (Jornal Correio do Ceará, Fortaleza, 07 abr. 1960, p.05).

Para Pompeu Sobrinho faltou dinheiro na construção do açude. Se assim como a chuva, os recursos igualmente não faltassem, o Orós poderia ser construído sem maiores preocupações.

Como podemos ver, os conflitos permaneceram. Para nós, é importante pensarmos o processo de busca por culpados e o jogo de acusações na medida em que a ideia final dos poderes constituídos era confundir os atores sociais envolvidos (populações atingidas, técnicos, engenheiros e políticos) e finalizar a discussão sem apontar culpados ou ainda fazendo pior, responsabilizando somente a natureza.

Na edição do Jornal Correio do Ceará publicada no dia 08 de abril, Juarez Furtado Temóteo retomou o viés misterioso que ele próprio tentou dar à figura do engenheiro Anastácio Maia, numa reportagem que fugia às características do texto jornalístico.

Imagem 19: Correio do Ceará – 08 abr. 1960. Capa.



Fonte: Acervo da ACI

A chamada estava na capa do jornal e, na matéria, publicada à página 02 do periódico, guardava uma surpresa. Após afirmar que Anastácio guardava o segredo do que houve em Orós, o jornalista declinou, num texto sem introdução ou conclusão, o registro de vinte perguntas, que, segundo o editor-chefe da publicação, deveriam ser levadas a cabo pela CIP – Comissão de Inquérito Parlamentar, instaurada a fim de investigar o caso de Orós.

1. Qual dos dois projetos de Orós era o oficial em 18 de setembro de 1958, data do início das obras? O de 4 bilhões ou o de 2 bilhões de metros cúbicos d'água?
2. Quais os técnicos nacionais e estrangeiros, além dos que formam os quadros do DNOCS, consultados ou que tiveram em mãos o projeto oficial da barragem de Orós?
3. Se, retendo apenas 600 milhões de metros cúbicos d'água, a represa de Orós ameaçou Iguatu, a montante, destruindo-lhe, inclusive, com o alargamento do rio, algumas casas, ao ser atingida a capacidade máxima (4 bilhões) o que ocorreria com relação àquela cidade?
4. Sendo indispensável fosse alcançada a altura de 50 metros na barragem para que entrasse em funcionamento, em caso de cheia, o sangradouro natural, a 202 metros do nível do mar, programaram-se tarefas para que até janeiro estivesse efetivada aquela cota?
5. Quais os obstáculos encontrados pelo engenheiro Anastácio Maia ao cumprimento dessas tarefas, obstáculos que impediram que fosse a barragem levantada, não somente até janeiro, como se previa, mas até fins de março, quando se deu o arrombamento?
6. Qual o objetivo, da viagem ao Rio, logo após os apelos da Assembleia Legislativa no sentido de que fosse entregues os recursos necessários à não paralisação ou arrefecimentos da marcha das obras de Orós do dr. Anastácio Maia?
7. Que contatos, relacionados com a obra que executava, manteve na Capital da República?
8. Quanto recebeu a comissão de Orós, de setembro de 1959 a março de 1960 das verbas orçamentárias que lhes eram devidas ou da verba de equipamento do DNOCS?
9. Qual o volume de trabalho realizado entre agosto de 1959 a março de 1960 na barragem de Orós?
10. O presidente da República autorizou, em janeiro desse ano, ao Ministério da Fazenda, efetuar o pagamento de cerca de 200 milhões de cruzeiros ao DNOCS para fazer face às despesas do Orós e do Banabuiú.

11. Também em janeiro de 1960, o Presidente Juscelino despachou favoravelmente processo do Ministério de Viação e Obras Públicas determinando a utilização de 200 milhões de cruzeiros do DNOCS em serviços da estrada Nordeste-Brasília, em execução pelo mesmo DNOCS?
12. A que serviço daquele departamento se referia, para emprego, a importância a ser desviada para a estrada da nova capital?
13. Que providência adotou o diretor do DNOCS com relação à observação feita à autoridade quanto a defeito existente à barragem de Quixabinha?
14. Em que data de março teve início o sangradouro de emergência do Banabuiú e em que dia registrou o DNOCS as primeiras precipitações pluviométricas na região?
15. Em janeiro de 1959 o Banabuiú esteve ameaçado de arrombamento, logo caída as primeiras chuvas, por ausência de sangradouro que auxiliasse as duas galerias?
16. Estava em funcionamento o velho túnel Orós-Lima Campos, construído pelos americanos?
17. Qual o montante das dívidas das Comissões do Orós e do Banabuiú?
18. Qual o montante das dívidas da União para com as duas Comissões no que se refere a atraso no pagamento das verbas orçamentárias?
19. Por que foi fretado em Brasília o avião que conduziu o Diretor do DNOCS em suas viagens entre Orós e Banabuiú?
20. Por que não constrói o DNOCS, como se aconselha em obras de grande açudagem, os sangradouros provisórios destinados a evitar *acidentes* como o de Orós, Banabuiú e Quixabinha? (Jornal Correio do Ceará, Fortaleza, 08 abr. 1960, p.02).

Levadas à cabo tantas interrogações, não resta dúvida que a CPI teria muito a investigar. Da mesma forma é preciso dizer que o próprio Anastácio Maia poderia ter dirimido parte dessas questões, e assim, ter dada por encerrada a questão. No entanto, ao que parece, qualquer resposta nesse sentido seria uma declaração de culpa ou uma sentença acusatória.

Para além disso, as questões de Temóteo ampliam o aspecto da tragédia trazendo para o centro da questão o papel do DNOCS em pelo menos mais uma de suas frentes de atuação – a construção de estradas e reavivando as dúvidas sobre a ausência de projetos e recursos na construção de Orós e outros açudes.

O que vimos foi um jogo entre autoridades que se encostaram umas nas outras a fim de promover suas defesas, ao contar com a contribuição dos amigos. Na ótica dos poderes constituídos e de parte da imprensa alinhada ao Governo de Juscelino, o resultado foi a criação de heróis: Anastácio passaria à história como o engenheiro que salvou a barragem de um cataclismo maior; Juscelino, no Ceará, ficou reconhecido como o presidente que construiu o Orós; posteriormente recebeu homenagens, como a cidadania cearense e a construção de uma estátua, localizada à parede do açude, que hoje leva oficialmente seu nome, embora ninguém o chame assim. Por fim, a barragem em si também foi alçada por engenheiros e imprensa a uma posição elevada já que não ruiu por completo e ficou de pé, conservando as vidas localizadas à jusante e as terras da região baixo do Jaguaribe.

No entanto, mesmo sacralizadas posteriormente, tais figuras não são hoje – e nem mesmo foram há época, unanimidades quando nos aprofundamos na história do açude Orós e sua trajetória de afirmação, usos e, por assim dizer, transformação da região jaguaribana. Talvez o açude permaneça num patamar heroico, no entanto, as personagens do presidente da República e da direção geral do DNOCS não conseguiram atravessar os meses da tormenta e chegar a Janeiro de 1961 (data que o açude foi “falsamente inaugurado”) sob olhares positivos, apenas.

O técnico, que um dia depois do arrombamento do açude figurou na capa da Tribuna do Ceará, chorando, tornou-se o alvo das atenções, passando à história muito mais como suspeito que como herói, como quiserem fazer aqueles que, em vão, ousaram dizer que não houve catástrofe.

Imagem 20: Tribuna do Ceará – 28 mar. 1960. Capa.⁶⁴



Fonte: Acervo da ACI

Na cruzada que buscou culpados pela catástrofe, o presidente Juscelino Kubistchek não foi poupado por nenhum instante. Em 04 de abril de 1960, no jornal Tribuna do Ceará, em artigo publicado na 3ª página do periódico, o articulista Ruy Castor de Menezes discorreu no texto intitulado “O verdadeiro culpado” as atitudes do presidente que incorreram no incidente em Orós: “Há, apenas, um culpado por tudo o que de lesivo aos nossos direitos ocorreu: o

⁶⁴ Abaixo da imagem segue o texto: “Na montagem vemos o Dr. Anastácio Maia, o grande capitão da luta para salvação do Orós, hoje considerado pelo povo cearense um herói, pelo esforço empreendido noite e dia, dirigindo milhares de operários que trabalhavam na barragem da grande obra tentando deter a imensa massa líquida que a todo momento elevava seu nível” Tribuna do Ceará. 28 de março de 1960. Capa.

senhor presidente da República, que com a ideia fixa de Brasília, Furnas e Três Marias, esqueceu que o Ceará também é Brasil.” (Tribuna do Ceará, 04 abr. 1960. p. 03).

No periódico que buscava fazer uma linha editorial mais independente, o jornalista corroborou com a argumentação do desvio de verbas do açude para a construção da rodovia Fortaleza-Brasília, após defender a ideia de que o Orós era antiga dívida da União para com o Ceará e que seria o princípio da redenção do Estado diante da fome e da miséria ocasionada pela seca. Não foi o único a defender tal ponto de vista.

O Jornal Correio da Manhã, feito na então capital da República, o Rio de Janeiro, periódico que durante os primeiros meses de 1960 defendeu o Governo de Juscelino, até o último trimestre desse mesmo ano, quando começou a criticar o presidente de forma severa, enviou ao Ceará o correspondente Alexandre Rocha, que produziu uma série de reportagens para o jornal, publicadas entre os dias 27 de março e 07 de abril daquele ano. Sobre a temática aqui trabalhada, destacamos algumas reportagens publicadas entre 01 e 03 de abril.

Em 01 de abril, o Correio da Manhã dedicou boa parte de sua edição para os acontecimentos de Orós. Em sua página 14, destacou a entrevista concedida ao referido repórter pelo então diretor geral do DNOCS, o engenheiro José Cândido Parente Pessoa, outra personagem da história do açude que, como veremos em breve, também não foi poupado pela política (presente-passado) e pela história (futuro).

A matéria com o título “Se a verba tivesse chegado a tempo, Orós teria sido terminado em Março” não é a publicação clássica de uma entrevista, tal qual uma lista de perguntas e repostas. O jornalista, por sua vez, transformou as respostas num texto corrido e apresentou sem floreios o pensamento do diretor geral do DNOCS seguindo uma linha lógica.

Segundo o jornalista, o engenheiro afirmava que o que restara do açude não corria mais nenhum risco; culpava as chuvas pela catástrofe; negava o desvio de verbas do Orós para a construção da estrada Fortaleza-Brasília; culpava a burocracia estatal pela ausência de verbas no tempo para finalizar a construção e afirmava que se os recursos tivessem chegado a tempo, o açude já teria sido concluído.

Nessa mesma edição, numa matéria publicada inteiramente na capa do jornal, os editores tornavam as afirmações do diretor geral do DNOCS insustentáveis. Numa trama investigativa, expunham os pontos fracos da entrevista e apresentavam indícios de uma grande fraude.

Imagem 21: Correio da manhã - Rio de Janeiro – 01 abr. 1960. Capa.

Dinheiro de Orós foi para Brasília

Em declarações ao enviado especial do *Correio da Manhã* em Fortaleza o diretor do DNOCS declarou:

- I) JK libera verbas mas estas não são fornecidas.
- II) Enviou ofício ao presidente da República, em dezembro último, solicitando 200 milhões de cruzeiros para o prosseguimento das obras do Orós e até o momento esse dinheiro não chegou.
- III) Se o dinheiro tivesse chegado em tempo útil, o Orós teria sido concluído em março.
- IV) Não recebeu um centavo da verba de 110 milhões relativa ao Orçamento de 1960.

(Texto na íntegra da declaração do diretor do DNOCS na última página).

* * *

Reproduzimos, agora, abaixo, e por ordem cronológica, algumas declarações a respeito do mesmo assunto:

AMARAL PEIXOTO (Ministro da Viação) — Chuva como a deste ano só ocorre no Nordeste cada mil anos. A chuva foi a causadora do desastre. "Não houve qualquer erro técnico na construção do açude do Orós. Ele está sendo construído dentro dos mais modernos princípios da técnica moderna".

CELSO FURTADO (SUDENE) — "Aparentemente houve erros técnicos que dilataram o período de construção da obra". Não se abriu no momento certo "uma passagem para as águas, na própria barragem".

"Seguramente não" houve falta de recursos, "pois a obra já realizada exigiu muito mais recursos do que aqueles que haviam sido incluídos no orçamento".

JUSCELINO KUBITSCHEK (Presidente da República) — Ontem em São Paulo, pela voz do ministro Horácio Lafer, que leu o discurso presidencial... "Agora mesmo, a intriga que nada res-

peita, o subdesenvolvimento político, que nada teme, procura atirar-me às costas a desgraça de haver chovido demais na heróica e nobre terra do Ceará. No caso do Orós, o meu crime único foi haver dado o máximo para concluir uma obra gigantesca que passava sem solução de um governo para o outro".

* * *

Estamos diante de uma comédia de trágico mau gosto. Um 1.º de abril passado no país.

Choveu demais — dizem ministro, presidente da República e DNOCS.

A chuva não é inédita — diz o diretor da SUDENE.

Não houve erro técnico — dizem ministro e DNOCS.

Houve erro técnico — diz o diretor da SUDENE.

Não houve desvio de verba do Orós para a Fortaleza-Brasília, dizem os quatro.

Houve desvio de verba do DNOCS para a Fortaleza-Brasília (mais de 240 milhões — Diz o "Diário Oficial").

Pedi 200 milhões para prosseguir Orós e não me deram — diz o DNOCS.

JK libera verba — reitera o DNOCS.

Dei o máximo — confirma o presidente.

Mas estas não são fornecidas — completa o DNOCS.

Não recebi nem um centavo do Orçamento de 1960 — reafirma o DNOCS.

Para onde foram então as verbas de Orós liberadas no papel pelo presidente, mas não pagas?

* * *

A resposta está no "Diário Oficial". Os 240 milhões do DNOCS para a Fortaleza-Brasília foram liberados e pagos imediatamente pelo Ministério da Fazenda. Jogo de verbas nítido e claro.

Por isso faltou dinheiro vivo para o Orós.

Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Os editores do *Correio da Manhã* fizeram questão de colocar no mesmo campo simbólico das disputas o Presidente da República, Juscelino Kubstichek, o Ministro da Viação, Amaral Peixoto, o presidente da SUDENE, Celso Furtado e o diretor do DNOCS, José Cândido Parente Pessoa, com um claro objetivo: desqualificar o discurso de todos, expor suas contradições e apresentar a característica mais forte de um culpado para fechar a questão: a incompetência, fator partilhado por todos naquela situação. Dizia o texto:

Estamos diante de uma comédia de trágico mau gosto. Um 1º de abril passado no país.

Choveu demais – dizem ministro, presidente da República e DNOCS.

A chuva não é inédita – diz o diretor da SUDENE.

Não houve erro técnico – dizem ministro e DNOCS.

Houve erro técnico – diz o diretor da SUDENE.

Não houve desvio de verbas de Orós para a Fortaleza-Brasília, dizem os quatro.

Houve desvio de verbas do DNOCS para a Fortaleza-Brasília (mais de 240 milhões) – diz o Diário Oficial.

Pedi 200 milhões para prosseguir Orós e não me deram – diz o DNOCS.

JK libera a verba – reitera o DNOCS.

Dei o máximo – confirma o presidente.

Mas estas não foram fornecidas – completa o DNOCS.

Não recebi nenhum centavo do orçamento de 1960 – reafirma o DNOCS.

Para onde foram então as verbas de Orós liberadas no papel pelo o presidente mas não pagas?

A resposta está no Diário Oficial. Os 240 milhões para a Fortaleza-Brasília foram liberados e pagos imediatamente pelo Ministério da Fazenda. Jogo de verbas nítidas e claro.

Por isso faltou dinheiro vivo para o Orós. (Correio da manhã, 01 abr. 1960. Capa.).

Das personagens citadas, uma apenas tentou se justificar. Jose Candido Pessoa escreveu à redação do Correio da Manhã tentando explicar as contradições expostas na matéria, elucidando trechos de sua entrevista publicada no mesmo dia. O Correio, como um direito de resposta, publicou a carta do engenheiro na íntegra:

Imagem 22: Correio da manhã - Rio de Janeiro – 03 abr. 1960. p. 06.



Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Na carta, José Candido Pessoa tentou isentar o presidente Kubitschek. No entanto, seu circunlóquio de palavras não sustentou o argumento. O próprio Correio da Manhã resumiu a missiva buscando atingir todos os seus leitores. No rodapé, a nota do redator diz: “O presidente da República autorizou mas o dinheiro não chegou. Eis o resumo da carta.”

Em julho de 1960, na página dedicada ao noticiário político, veiculou o Correio da Manhã nota do Correio do Ceará, de autoria do Jornalista Oscar Pacheco Passos, que buscava, pelo menos politicamente, encerrar a questão.

Imagem 23: Correio da manhã - Rio de Janeiro – 03 jul. 1960. p. 06.



Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Se antes, a despeito desse último destaque, os jornais cearenses (principalmente aqueles pertencentes aos Diários Associados) e o Correio da Manhã (RJ) buscavam contemporizar os culpados pela catástrofe e responsabilizar a natureza como causador da enchente por excelência, no Rio de Janeiro, que ainda seria capital da República por pelo menos 25 dias (a contar do arrombamento do açude até a inauguração de Brasília), um periódico específico não se furtou responsabilizar o presidente Kubitschek, em absoluto. Este foi a Tribuna da Imprensa.

O jornal criado e orientado por Carlos Lacerda não poupou as autoridades em momento algum. Dada sua militância na oposição política ao governo de Juscelino, a edição que circulou em 25 de março de 1960 já responsabilizava, sem cerimônia, o presidente da República.

Imagem 24: Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro – 25 mar. 1960. p. 01.



Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Nos dias subsequentes à tragédia, os editores do jornal registraram capa e texto para desenvolver os temas aqui já referidos e condensar a responsabilidade no governo que, segundo o periódico, ignorara o Ceará, desviara verba das obras do açude e subestimara o rio

Jaguaripe. A chamada principal do jornal em 28 de março de 1960 traduziu bem tal registro. E dizia ainda mais: o presidente sabia desde setembro que o açude corria perigo.

Imagem 25: Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro – 28 mar. 1960. p. 01.



Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Sustentado pela palavra do Deputado Federal Edilson Távora, filiado à UDN e opositor de Juscelino, o jornal defendeu a ideia de que o ocorrido em Orós era furto de erros políticos e que a natureza e a técnica não poderiam ser culpabilizadas.

A barragem só rompeu por culpa do governo

O deputado Edilson Távora disse à Tribuna da Imprensa essa manhã que o sr. Juscelino Kubistchek conhecia desde setembro do ano passado em toda sua plenitude, o perigo que ameaça a barragem de Orós, pois foi advertido reiteradas vezes pelos engenheiros e pela Assembleia do Ceará.

O sr. Juscelino Kubistchek limitou-se a responder com um telefonema lacônico – acrescentou o sr. Edilson Távora – em que dizia não haver mais motivos para preocupações, de vez que seria remetida, em breve, a verba indispensável ao prosseguimento normal dos trabalhos.

Promessas apenas

O sr. Kubistchek não enviou os recursos financeiros ao DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra às Secas) e a parede da barragem, que deveria atingir, antes do inverno, os 70 metros de altura previstos, parou praticamente os 40, deixando como único meio de escoamento, em caso de enchente, um velho sangradouro de 1922.

O sr. Edilson Távora lembrou que está provado que o rompimento da barragem de Orós, não pode, em hipótese alguma, ser atribuído à natureza e a defeitos técnicos. [...] O rompimento da barragem – frisou o deputado – só pode ser atribuído a uma de duas causas: ou **a construção falhou ou faltaram meios para que ela se realizasse.** (Grifos nossos)(Tribuna da Imprensa, 28 mar. 1960. p. 01.)

Como infere o trecho em questão, o Orós tornou-se símbolo de um tempo na política e nas relações de poder com o Estado. Dessa forma, foi extremamente referenciando nos conflitos e nas relações de força entre os grupos da época.

Por fim, conforme as análises de Ted Steinberg, vale refletir a partir do texto publicado no jornal de Carlos Lacerda sobre o papel da natureza, quando esta é elemento constituinte de determinadas catástrofes.

Era óbvio que, para aqueles que pretendiam ser heróis no contexto, culpabilizar a natureza era a saída mais simples. No entanto, como conjectura o autor, “that it is wrong to see

these tragedies as random outbursts of nature's violence or expressions of divine judgment.”⁶⁵

Em seu estudo sobre a história dos desastres naturais ocorridos nos Estados Unidos nos séculos XVIII a XX, ele revela como as decisões dos líderes empresariais e oficiais do governo abriram o caminho para as maiores perdas de vidas e propriedades, especialmente entre os menos capazes de resistir a tais golpes - os pobres, os idosos e as minorias. (STEINBERG, 2006. p. xxiv-xxv)

Para Steinberg, ver a natureza ou Deus como o principal culpado, ajudou por décadas, no contexto norte americano, a esconder o fato de que alguns são simplesmente mais capazes de se proteger da violência da natureza do que outros. E por fim, já no século XX, colocar a culpa de tragédias naturais em Deus e na natureza era também um abdicação da responsabilidade moral que o evento trazia consigo.

It is also clear that the demoralization of calamity has resulted in a new of rhetorical opportunities for those in power. Once, the idea of invoking God in response to calamity was a strategy for eliciting moral responsibility. In the twentieth century, however, calling out God's name amounted to an abdication of moral reason of the events. STEINBERG (2006, p. xxiv)⁶⁶

Essa mesma questão pode ser observada no caso de Orós, como veremos no tópico a seguir.

Com o tempo, a busca pelos culpados não foi esquecida. No entanto, pela mídia hegemônica e sem considerar a visão dos moradores atingidos pela inundação, Deus e as forças da natureza continuaram a ser amplamente responsabilizados. Obviamente, a ousadia e o desdém dos técnicos, castigados pela vontade de “domar o Jaguaribe” sem entendê-lo e reconhecer sua força, também não foram esquecidas. Por fim, os políticos e os responsáveis pela construção do açude tiveram sua responsabilidade identificada. Oficialmente, com os responsáveis pela tragédia parcialmente identificados, a culpa foi dividida e transpassou a todos. Seu Chico Pinto, um dos narradores de Karina Sinduh em sua dissertação de mestrado, assim arrematou a questão: “Eu sei que quando foi no dia 25 de março a água saltou pra fora da parede. E eu não sei, disseram que o engenheiro tentou até suicidar-se, suicídio porque se achou culpado... É, você vê, lutou com Deus né, aí viu no que deu”. (PAULA, 2011, p. 107).

O que houve em Orós pode até ter sido oficialmente creditado na conta de Deus e da natureza, no entanto, o fenômeno social iniciado na catástrofe ficou para ser resolvido por

⁶⁵ “É errado ver essas tragédias como explosões aleatórias de violência da natureza ou expressões de julgamento divino”. (Tradução nossa)

⁶⁶ “Também está claro que a desmoralização das calamidades resultou em uma nova oportunidade retórica para os que estão no poder. Antes, a ideia de invocar Deus em resposta à calamidade era uma estratégia para se extrair dela uma responsabilidade moral. No século XX, no entanto, invocar o nome de Deus equivalia a uma abdicação das razões morais dos eventos.” (tradução nossa).

mãos humanas. Os dias subsequentes experimentaram várias faces. E, como apontaram as fontes, a solidariedade também foi uma delas. Conforme pesquisamos, o caso de Orós refletiu um Brasil e tornou-se um microcosmo do que se vivia no país à época. No próximo tópico, investigaremos o fenômeno a partir de uma lente macro que buscará explicar o fato a partir de um jogo de escalas buscando entender a mobilização diante do ocorrido para além das margens do rio e das fronteiras do Ceará.

4.3. Campanhas diversas – O movimento de outros Estados, países, Igreja e sociedade civil.

A discussão sobre o quê fazer e como ajudar os atingidos pela enchente agravada pelo rompimento do Açude Orós começou ainda no tópico anterior, quando foi citada a coluna *Canto de Página* publicada na Gazeta de Notícias no dia 27 de março de 1960. O texto apresentava outra face predominante nas páginas dos periódicos e nas tribunas das casas legislativas: as campanhas humanitárias e as correntes de solidariedade, organizadas por todos os lugares do país.

Coube a nós perguntar: como o Brasil se organizava no início dos anos de 1960? Como os eventos ocorridos em Orós foram recebidos, propagados e vividos em outras regiões? Através da leitura dos jornais da época e do registro feito pelos parlamentares cearenses na capital da República, percebemos uma intensa mobilização para arrecadação de recursos feitos pela União, por diversos Estados e municípios e também por inúmeros órgãos da sociedade civil organizada.

O momento era regido por um sentimento de medo. No entanto, mesmo consciente de que tendo sido tal sentimento institucionalizado a partir do surgimento das sociedades modernas e que o mesmo tenha afastado os grupos humanos do convívio social aberto e levado às comunidades a uma espécie de *Estado prisional* onde a solidariedade é substituída gradativamente por uma autoconfiança individual, a organização social dessa região (leia-se Baixo Jaguaribe, caminho do rio homônimo entre as cidades de Iguatu e Aracati), guardava uma nuance que nos ensejou uma interpretação desse mesmo acontecimento à contrapelo.

Para Delumeau (1989, p. 19), o medo, para além de ocasionar, em princípio, uma reação biológica, quando externo ao corpo do indivíduo proporciona o engajamento de coletividades num diálogo permanente e profícuo. Como emoção humana, o medo é complexo e diferenciado e, portanto, vai ganhando contornos de acordo com o tempo e com a situação. (1989, p. 32)

Quando o medo decorre motivado por catástrofes naturais, ele ganha um contorno particular. No caso de Orós, o sentimento vivido também após o período da incerteza (o açude arrombará ou não? Sobreviveremos ou será mesmo o fim do mundo?), permaneceu em tempos posteriores – o tempo do sofrimento. Nestes tempos, o medo também aglomerou, chegando até a reforçar uma noção de comunidade nos vitimados pela enchente.

Dito isto, surge, no decurso da pesquisa, um paradoxo.

Do ponto de vista físico, veremos que o arrombamento do açude ocasionou efeitos diferenciados nos municípios à jusante do açude. Os estragos ocorridos em Jaguaribe e Limoeiro do Norte foram diferentes daqueles ocorridos nas cidades de Itaiçaba ou Aracati. Respeitadas as distâncias de cada cidade para com a parede da barragem (e de cada centro urbano para com o leito do rio), as características geográficas de cada município e até mesmo o processo de evacuação, conduzido por diversas pessoas em cada região, a inundação teve impactos diferenciados nos lugares como toda e qualquer experiência humana.

No entanto, o evento não foi dessa forma tratado na imprensa e nos pronunciamentos dos parlamentares. O que conseguimos ver na pesquisa histórica, a partir da leitura dos jornais e dos documentos oficiais foi um fenômeno que atingiu o Ceará ou, quando não, as cidades do Baixo Jaguaribe de forma homogênea, tratando minimamente por igual o espaço da tragédia, pelo menos nos registros. Obviamente, veremos que tal construção teve implicações práticas.

O medo pode até desagregar, contudo, para FARGE (2015, p.20), “o sofrimento carrega consigo um desejo pela solidariedade.” Dessa forma, depois da inundação física, ocasionada nas cidades do Vale do Jaguaribe com a água antes retidas no açude, outra “enchente” também se iniciou: houve uma *cheia* de notícias, discursos e ações que visavam à época, arrecadar alimentos, roupas, remédios, água potável e recursos financeiros para ajudar no socorro às vítimas e no processo de reconstrução das cidades.

Diante disso, surgiu para nós a preocupação de compreender melhor as iniciativas governamentais, registradas oficialmente nos relatórios específicos produzidos à época, as campanhas promovidas pelos parlamentares cearenses e outras numerosas iniciativas da sociedade civil, registradas nas páginas dos periódicos que circulavam naquele momento no Ceará e no Rio de Janeiro, a fim de perceber que país era esse que se mobilizou em torno do ocorrido no açude de Orós.

Quando instituímos as lentes pelas quais deveríamos olhar essa pesquisa, uma das preocupações foi entender as características do tempo em que o evento ocorreu. Dividida a cronologia, um dos momentos – o mais emblemático, talvez! – seja o ano de 1960. O mundo e

o Brasil estavam vivendo diversos momentos importantes, cujos desdobramentos enfatizam a centralidade deste período.

Para AZEVEDO (2009, p. 187), num mundo do pós-guerra, polarizado pela ascendência dos Estados Unidos e da União Soviética, acontecimentos políticos ocorridos na América Latina alcançaram original repercussão mundial, fazendo com que a região ocupasse lugar de destaque na agenda externa das duas superpotências. A revolução Cubana e a crise dos mísseis deixaram o mundo em suspenso, numa das confrontações mais dramáticas ocorridas na recente história da humanidade.

Dentro dos Estados Unidos, após o assassinato do presidente Kennedy, um movimento de trabalhadores rurais promoveu greves e boicotes, apelando para a desobediência civil, após o lançamento do programa *Grande Sociedade*, pensado pelo presidente Lyndon Johnson, cujo objetivo era “estender a liberdade e a abundância, de modo a incluir todos os seus compatriotas no sonho americano.”⁶⁷

Coincidência ou não, nos sertões do Nordeste do Brasil, mais especificamente na Zona da Mata pernambucana, um movimento iniciado ainda nos anos 1950, ganhava corpo e notoriedade, destacando-se no cenário nacional. Eram as ligas camponesas, que no início da década de 1960 estavam em fase de acelerada expansão. Os mais de 10 mil associados ao movimento em aproximadamente 40 sedes municipais estavam distribuídos em pelo menos 10 estados da nação.⁶⁸

A ONU – Organização das Nações Unidas, elegera os anos 1960 como a “década do desenvolvimento”. No Brasil, o desdobramento mais evidente foi a política nacional-desenvolvimentista efetuado pelo governo de Juscelino Kubistchek, cujas construções do Açude Orós e Brasília são exemplos simbólicos. Tal ambiência ensejou um processo de aproximação entre Brasil e Estado Unidos cujos desdobramentos podem ser vistos em diversas áreas.

Após a política da *Boa Vizinhança* iniciada nos anos 1940, cujo objetivo era aproximar (também podemos usar as ideias de influenciar e recolonizar) os Estados Unidos dos países latino-americanos, durante a década de 1960, diversos convênios foram estabelecidos entre

⁶⁷ A professora Cecília Azevedo explica que o programa *Grande Sociedade* não surtiu o efeito esperado por diversos fatores, dentre eles a desconfiança de setores liberais da nação americana e as diversas ramificações tomadas a partir do projeto, como por exemplo, a associação com a comunidade negra americana através da relação direta com o movimento pelos direitos civil amplamente disseminado no período. CF. AZEVEDO, Cecília. Guerra à pobreza: EUA, 1964. Revista de História 153 (2º - 2005), p. 305-323.

⁶⁸ Sobre as ligas camponesas consultar AZEVEDO, Fernando. As ligas camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; JULIÃO, Francisco. Brasil, antes y después. Editorial Nuestro Tiempo, México, 1968; PAGE, Joseph. A revolução que nunca houve. O nordeste do Brasil (1955-1964). Rio de Janeiro, Record, 1989.

Brasil e Estados Unidos. O mais famoso, que tratava de educação, intercâmbio cultural e científico foi o MEC/USAID. No entanto, no que diz respeito ao tema aqui tratado, o DNOCS estreitou ainda mais seu relacionamento com o *Bureau of Reclamation*, órgão do Departamento de Estado americano para desenvolvimento e colonização do Oeste do país.

Foi nesse mundo que buscava se (re)organizar economicamente, a partir do contexto de dominação imperialista das superpotências, nos tempos em que informação e tecnologia pautavam as relações políticas, que no interior do Ceará ocorreu a catástrofe do açude Orós, que em pouco tempo condensou as características do mundo em suas nuances, unindo natureza, técnica, ciência e sociedade.

Em abril de 1960, a sobrinha-neta do ex-presidente Getúlio Vargas, Ivete Vargas, deputada do PTB paulistano registrava à tribuna do Congresso Nacional que o responsável pelo acompanhamento da catástrofe ocasionada pelas enchentes no Nordeste do país seria o deputado Armando Falcão, cearense, natural de Fortaleza, então Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores. (BRASIL, 29 mar. 1960, p.1909).

Como resultado deste trabalho, Armando Falcão apresentou o documento “O socorro do Governo às vítimas das inundações do Nordeste”, transcrição de discurso proferido no Congresso Nacional em 22 de julho de 1960, publicado posteriormente pela Imprensa Oficial.

Nessa prestação de contas, há detalhes que quando cruzados com outras fontes, compõem uma trama instigante que esclarece como a ajuda governamental e as campanhas de arrecadação foram administradas, esmiuçando o caminho oficial do recolhimento até sua destinação, mostrando confirmações e contradições, como não poderia deixar de ser.

No que diz respeito às campanhas de arrecadação de víveres para a promoção da caridade e da solidariedade, na região semiárida brasileira e no Ceará especialmente, as iniciativas remontam ainda o período Imperial. Lembrar D. Pedro II revelando à opinião pública o desejo de vender, se fosse preciso, até a última joia da Coroa para que nenhum de seus súditos morresse de fome por causa da seca é um dos primeiros exemplos a serem citados.

Em decorrência da seca de 1877-1780, havia comitês pró-flagelados como aponta CANDIDO (2014, p. 149). Na seca de 1915, NEVES (2014, p. 01), registra a existência de diversos bandos precatórios formados por estudantes, cidadãos e religiosos que percorreram as ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo recolhendo, com a bandeira nacional estendida, pedindo víveres e dinheiro para os "irmãos flagelados do norte". RIOS (2014, p. 39s), indica que durante a seca de 1932, diversas iniciativas pró-flagelados aconteciam na cidade de

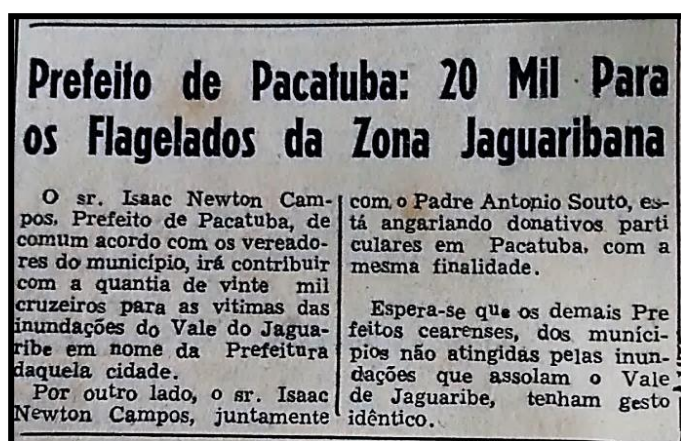
Fortaleza. Na seca de 1958, as campanhas de arrecadação de alimentos promovidas pelos jornais e diversas emissoras de rádio já foram citadas nas fontes estudadas no segundo ponto dessa tese.

Armando Falcão registrou as somas investidas pelo Governo Federal no socorro às vítimas das enchentes bem como o fruto das arrecadações, fosse em gêneros diversos e dinheiro de campanhas feitas por cidadãos e entidades de classe da sociedade civil. Preocupou-se, outrossim, em dar publicidade à gestão de tais investimentos e dessa forma destacou o papel de outros agentes processo. No documento, agradeceu aos representantes das Forças Armadas e, em especial, a uma certa personagem da igreja católica a quem no referiremos posteriormente.

Em consonância com os acontecimentos e acompanhando ainda o desenrolar dos fatos, os jornais da época registraram às atividades caritativas e as campanhas de arrecadação. Através da leitura do Correio do Ceará, entre os dias 28 de março e 13 de abril, é possível testemunhar a mobilização de diversos agentes públicos e privados, para promover por exemplo, algumas campanhas feitas por cidades do interior do Estado do Ceará, que, na época, não haviam sido atingidas por enchentes.

Em 29 de março de 1960, o Correio do Ceará trouxe curta notícia sobre a atuação de uma prefeitura localizada longe da região afetada pelo rio Jaguaribe. Em três parágrafos, conclamou outros lugares a repetir o gesto feito na cidade localizada ao sopé da Serra da Aratanha.

Imagem 26: Correio do Ceará – 29 mar. 1960. p. 05.

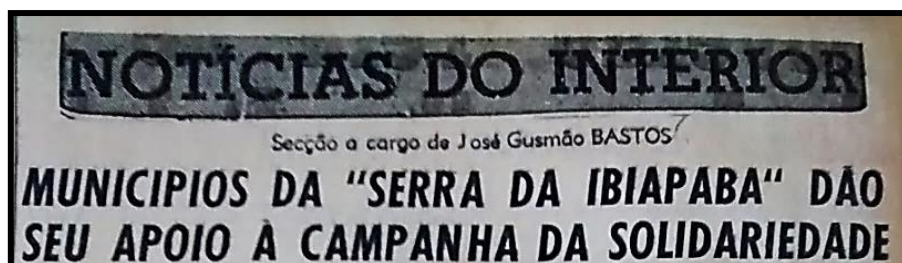


Fonte: Acervo do Instituto do Ceará

Um dia depois os jornais elencaram uma série de ações para socorro às vítimas da inundação ocorrida após o arrombamento do açude Orós, marcando a tônica das edições seguintes dando ênfase ao uso político da caridade, quando chefes políticos e a elite

aproveitavam-se dos acontecimentos para se cacifar e amealhar capital eleitoral. Na edição de 30 de março de 1960, o jornal destacou o apoio dos municípios da Serra da Ibiapaba na chamada “Campanha da Solidariedade”.

Imagem 27: Correio do Ceará – 30 mar. 1960. p. 05.



Fonte: Acervo do Instituto do Ceará

O *microcosmo* de Orós começava a se ampliar. O pequeno universo se expandiu e passou a trazer para dentro de si, ações de outros territórios. Citada a “Campanha da Solidariedade”, encontramos a primeira ligação entre os registros jornalísticos e a prestação de contas feita pelo Coordenador-geral da assistência às vítimas das inundações, o Ministro Armando Falcão. Quando este se referiu à eminente bispo da igreja católica, era Dom Hélder Câmara a quem citava.

Na época, bispo auxiliar da diocese do Rio de Janeiro, Hélder Pessoa Câmara, cearense de Fortaleza, iniciou a *Campanha da Solidariedade* na Capital do país e estendeu a iniciativa para os demais Estados e diversos municípios a partir da catástrofe ocorrida em Orós. Embora os jornais cearenses pouco tenham registrado sobre o movimento liderado por Dom Hélder, os periódicos cariocas e os documentos oficiais não se furtaram de dar destaque a esse movimento específico ocorrido durante a enchente de 1960.

Iniciada dias antes dos acontecimentos de Orós e nominada como a campanha do Banco da Providência, a iniciativa de D. Helder consistia em abonar parte de juros devidos às instituições bancárias àqueles correntistas que se decidissem por doar donativos para os mais pobres. Adotando um modelo de renúncia financeira, diversas instituições bancárias abriram contas nas quais depositavam valores a partir da caridade de seus devedores.

Em miúdos, os devedores dos bancos ganhavam descontos nos juros de suas dívidas caso doassem algum valor para o banco da providência; os bancos ganhavam, pois, ao diminuir os juros, conseguiriam receber o que seus correntistas deviam; por fim, os mais pobres também seriam beneficiados com esse vaivém financeiro através das ações de caridade sustentadas por tais recursos. D. Helder ajudara a instituir, através da experiência da história,

um jogo de ganha-ganha para todos os envolvidos. No entanto, a urgência dos acontecimentos imediatamente mudaria a filosofia da campanha.

Imagem 28: Correio da Manhã – Rio de Janeiro – 30 mar. 1960. p. 03.

Modificada campanha de dom Helder Câmara

A campanha de D. Helder Câmara em prol do Banco da Providência, iniciada anteontem, foi suspensa ontem, para dar lugar a nova campanha em favor dos flagelados do nordeste. A campanha, iniciada na véspera, até ontem já contava com 22.119 adesões de juro de contas bancárias. Apesar do êxito absoluto que vinha conseguindo atendendo a um apelo do Bispo D. Vicente Matos, chegado do Nordeste, foi todo o trabalho do Banco da Providência suspenso temporariamente para atender às necessidades dos flagelados.

NOVA CAMPANHA

Contando sempre com a boa vontade de todos, Dom Helder Câmara, frente às câmeras da T.V. Rio, no auditório da Rádio Nacional, iniciou ontem a nova campanha em prol dos flagelados do Nordeste. Para isto lançou um apelo a todos de boa vontade, e principalmente ao chefe da Nação e a todos os ministros do Estado, para que fossem socorridos prontamente aqueles que sofreram com a catástrofe do Orós. Endereçou pedido às estações de rádio e televisão, não só do Rio de Janeiro como também de todo o país, no sentido de colaborarem no que deverá ser chamado Cadeia da Boa Vontade.

Dom Helder, quando falava à reportagem sobre a nova campanha

Com grande entusiasmo D. Helder lançou o novo "slogan" que deverá predominar no espírito de todas as brasileiros: "Há milhões precisando de ajuda, mas há milhares para ajudar".

Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

No corpo da notícia informava o jornal que “o trabalho do banco da providência estava suspenso temporariamente para atender às necessidades dos flagelados.” O bispo, através de um programa veiculado no rádio e na TV, lançara nova campanha. A Cadeia da Boa Vontade foi motivada pelo slogan “há milhões precisando de ajuda, mas há milhares para ajudar.”

As páginas dos jornais dos dias subsequentes mostraram a proximidade da campanha realizada por D. Helder e as ações do Ministro Armando Falcão, conforme ele próprio afirmou em seu discurso de prestação de contas ao Presidente Juscelino Kubistchek e à sociedade brasileira.

A fim de evitar duplicidade de esforços, encaminhei todos os donativos particulares, que em dinheiro, que em gêneros, roupas ou outras utilidades, à Campanha da Solidariedade, dirigida por D. Hélder Câmara, arcebispo-auxiliar do Rio de Janeiro, que, além de exercer a unânime confiança dos brasileiros, possuía excelente sistema de arrecadação e armazenamento. A responsabilidade do transporte desses suprimentos ficou a cargo da Coordenação Geral, sendo feita a sua distribuição pelas autoridades militares encarregadas da coordenação regional nas zonas de atendimento. (FALCÃO, 1960. p.11-12).

A partir de suas palavras, podemos inferir que o Governo e as Forças Armadas responsabilizavam-se pela logística de arrecadação e distribuição e dividia com a “Campanha da Solidariedade” a responsabilidade por definir as áreas de aplicação e destinação dos

gêneros e do dinheiro arrecadado. Para melhor esmiuçar a parceria, o coordenador-geral da assistência apresentou detalhes do recebimento e envio dos donativos arrecadados.

Referindo-se especificamente ao montante de dinheiro recebido, esclareceu:

[...] Entreguei ao arcebispo-auxiliar do Rio de Janeiro totalizando Cr\$ 2.387.855,00 (Dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e cinco cruzeiros) ofertados pelas seguintes pessoas e instituições:

	Cr\$
Caixa Econômica Federal de São Paulo	200.000,00
Mobil Oil do Brasil	100.000,00
Industrial Severino Pereira da Silva	2.000.000,00
População de Lages (Santa Catarina) por intermédio da Rádio Clube Local (ZYW-3)	87.855,00
	2.387.855,00

A coordenação geral, perfeitamente articulada com D. Hélder, pode orientar a aplicação de tais recursos, de acordo com as necessidades mais urgentes das populações assistidas, atendendo, assim, às requisições que lhes transmitiam os coordenadores regionais. (FALCÃO, 1960. p.14)

A parceria firmada entre D. Helder e o Ministro Falcão foi deveras profícua, mas ao que parece não foi a única que mereceu destaque na imprensa nacional e nos discursos dos parlamentares. Muitos veículos de comunicação do país fizeram campanhas de arrecadação. No Ceará, destacamos as campanhas dos Diários Associados (Unitário e Correio do Ceará) e no Rio de Janeiro, chamou atenção a campanha feita pelo Correio da Manhã através da Coluna Itinerário das Artes Plásticas, à época sob a responsabilidade de Jayme Maurício Rodrigues Siqueira.

Os nomes mais reconhecidos da arte moderna brasileira se engajaram numa campanha pelo Orós que dominaria as páginas da imprensa carioca por quase dois meses. Em 31 de março de 1960, a capa do Correio da Manhã trouxe pequena nota convidando o leitor a consultar um texto maior na capa de seu segundo caderno. O objeto do convite era a divulgação de um leilão de artes que ocorreria em favor das vítimas de Orós.

[...]

Associando-se a esse grande movimento nacional de solidariedade e auxílio às vítimas de Orós e apoiado na generosidade dos nossos artistas plásticos cuja tradição de fraternidade e espírito humanitário é bem conhecida, o CORREIO DA MANHÃ, através do Itinerário, inicia hoje uma campanha pela doação de obras de artes para serem vendidas em leilão público com o resultado revertido para a população flagelada. Aos primeiros apelos encontrou a mais decidida colaboração. Muitos deles ainda se prontificaram em participar dos trabalhos necessários, inclusive os de organização e sistematização da campanha. [...]

entre os artistas que aderiram e farão doações estão os pintores CANDIDO PORTINARI, DI CAVALCANTI, ALFREDO VOLPI, ANTONIO BANDEIRA, MILTON DA COSTA, MARIA LEONTINA, CLÓVIS GRACIANO, ALDO BONADEI, TANAKA, LOIO PÉRSIO, MANABU MABI, PALATNIK, IONE SALDANHA, DJANIRA, PAULO BEKER, FIRMINO SALDANHA, ALUÍSIO CARVÃO, INIMÁ DE PAULA, IVAN SERPA, DÉCIO VIEIRA.

Escultores: MARIA MARTINS, BRUNO GIORGI, MARIO CRAVO JR., ZÉLIA SALGADO, CESCHIATTI.

Gravadores e desenhistas: OSWALDA GOELDI, FAYGA OSTROWER, EDITE BEHERING, ROSSINI PEREZ, DAREL VALENÇA, VERA MIDLIN, LIGIA

PAPE, ROBERTO BIANCO, ROBERTO BURLE MARX. (Correio da Manhã. 31 mar. 1960).

Especificamente nesse caso, a força das águas de Orós deparou-se com uma onda de solidariedade cujo propulsor era a imprensa da capital da República e a as maiores expressões da arte nacional. A campanha passou então a ser veiculada nas páginas do Correio da Manhã durante todo o mês de abril até meados de maio quando ocorreu o leilão.

Nos dias subsequentes ao lançamento da campanha, o Correio continuou a registrar importantes adesões ao movimento e as opiniões dos artistas diante da tragédia. Destacou já no dia 02 de abril a adesão do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e mais os nomes dos seguintes artistas: Ligia Clark, Tereza Nicolau, Anísio Medeiros, Raymundo Nogueira, Martin Gonçalves, Raymundo Cela, Milan Gonçalves e Edelweiss.

Na coluna do dia 03 de abril, o jornal publicou trechos de entrevistas feitas com os artistas. “Fazer o bem”; “ajudar os que precisam”; “a nossa parte”; “é dever de todos nós” eram as marcas de um tom polido e fraterno que dominava os discursos. Com a intensa divulgação da campanha, outros artistas aderiram e doaram mais obras e o leilão, adiado por diversas vezes devido ao processo de adesão à campanha, ocorreu nos dias 05 e 06 de maio. Na manhã do dia 07 de maio, o Correio circulou com a seguinte notícia na capa do segundo caderno:

Imagem 29: Correio da Manhã – Rio de Janeiro – 07 mai. 1960. p. 18.

ENCERRADO O LEILÃO DE ARTE

Quase dois milhões apurados – Portinari o maior lance: 330 mil cruzeiros

O êxito da primeira noite do Leilão de Obras de Arte doadas ao movimento do Correio da Manhã, em benefício dos flagelados das enchentes de Orós, repetiu-se ontem, ou melhor, aumentou, com a circunstância favorável de não terem sido arrematadas algumas das obras mais cobiçadas como as de Portinari, Volpi, Fayga, Di Cavalcanti, Maria, Bruno Giorgi, Goeldi, Tanaka, e outros, assegurando o interesse, embora a saída de Djanira, Bandeira, Mabe e outros. Alguns arrematadores que lá foram dispostos a fazer aquisições, voltaram insatisfeitos pelas peculiaridades do sistema: (sorteio) como o srs. Jorge Chamma, Castro Maya, Renato Archer, sra. Oswaldo Cruz.

No leilão da noite de quinta-feira as principais vendas foram das obras doadas por: Djanira, 110.000,00 — Simão Walsman; Manabu Mabe, 70.000,00 — Leda Frias Rocha; Antonio Bandeira, 65.000,00 — Francisco Matarazzo Sobrinho; Teresa Nicolau, 40.000,00 — Horácio Millet; Martin Bradley, 40.000,00 — Edgard de Almeida; Burle Marx, 30.000,00 — Adolpho Bloch; Maria Leontina, 20.000,00 — Helio Fernandes; Benjamin Silva, 18.000,00 — José Fernandes; Domenico Lazarini, 17.000,00 — Mr. Scott; Beatriz Bricenô, 17.000,00 — General Toledo; Enrico Bianco, 15.000,00 — Oscar Simon; Carlos Selar, 20.000,00 — Alfredo Enngezens; Thomaz Janelli, 13.000,00 — Maurício Bebiano Barboza; Vão Gógo (Milton Fernandes), 13.000,00 — José Carvalho; Raimundo Nogueira, 12.000,00 — Sra. Nascimento Silva; Firmino Saldanha, 10.000,00 — José Fernandes; Henio Moreira 10.000,00 — Sra. Antonio Salgado.

E mais algumas dezenas de obras arrematadas por importâncias menores, perfazendo um total de 92 obras e uma renda de Cr\$ 732.400,00.

O leilão de ontem, embora menos concorrido, foi mais tranquilo com o mais dramático dos lances: a tela de Cândido Portinari. Subiu desde logo a cem mil cruzeiros, passou em segundos a duzentos mil, disputado por Francisco Matarazzo Sobrinho, José Fernandes, Antônio Galotti, caiu nas mãos do sr. Basileu Gomes pelo lance final de Cr\$ 330.000,00. Falaram em favor da obra os críticos Mário Pedrosa e Carlos Flexa Ribeiro, classificando-a como uma das melhores telas de Portinari, dentro da sua estética, das características da obra do mestre brasileiro, como o chamou Pedrosa.

Outros lances da noite: Alfredo Volpi adquirido por André Spitzmann Jordan por vinte mil cruzeiros; Abraão Palatnik, adquirido por Márcio Moreira Alves por Cr\$ 15.000,00; tela de Paulo Rissonne, adquirido por Cr\$ 21.000,00 pela sra. Merbaunn; tela de Milton Dacosta, adquirido por José Fernandes por Cr\$ 16.000,00.

E o leilão continuava quando tivemos que interromper esta nota para publicação ainda hoje. Amanhã daremos detalhes completos.

Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

A catástrofe de Orós passou à história das barragens no Brasil como um episódio singular e mobilizador. As campanhas de doação de alimentos, roupas e víveres em geral,

feitas em outras ocasiões, como por exemplo, em tempos de seca nos estados da região Nordeste, vistas aqui como iniciativas precedentes, ganharam outras nuances como por exemplo, o leilão promovido por artistas e pelo jornal carioca *Correio da Manhã*, que arrecadou soma semelhante às doações em dinheiro recebidas e mobilizadas pelo ministro Armando Falcão.

O mesmo jornal, em sua coluna social e em espaços dedicadas aos esportes continuou pelos meses de abril, maio e junho divulgando outras campanhas de arrecadação de gêneros e dinheiro que igualmente mereceram destaque e divulgação. Em 30 de março de 1960, o *Correio da Manhã* destacou a ajuda do Clube de Regatas Flamengo que se disponibilizava ao “Governo Federal ou do Ceará para fazer partida de exibição, nessa Capital ou em qualquer lugar do país, sem qualquer parcela de lucro.” (*Correio da Manhã*, 30 mar. 1960, p. 30).

Em 02 de abril daquele mesmo ano, o *Correio* destacava a iniciativa feita pela ENE – Escola Nacional de Engenharia, que espalhara pela cidade diversos postos de arrecadação de gêneros e de dinheiro em favor das vítimas do Orós. Até a tarde daquele dia, o “posto de arrecadação localizado à Rua do Ouvidor já tinha recebido a importância de Cr\$ 39.273,70”, conforme registrou o jornal. (*Correio da Manhã*, 02 abr. 1960, p. 10).

Na Coluna *Ronda dos Clubes*, campanhas em favor dos atingidos pelo Orós pululavam com frequência. Em 03 de abril de 1960, o texto é o seguinte:

Os clubes têm mobilizado suas forças no sentido de dar uma mãozinha aos seus irmãos cearenses. Agora tocou a vez do clube dos Brotos. A diretora desse clube recém-fundado, Elizabeth Barros, iniciou um movimento destinado a recolher roupas, donativos, etc. para os flagelados do Orós. O movimento está coordenado com o Lions Club. O material deverá ser enviado para a sede da **Associação Cristã feminina**, à Av. Franklin Roosevelt, 64, 10º andar. (Grifos nossos) (*Correio da Manhã*, 03 abr. 1960, p. 27).

A nota revelava ainda outra fronteira da história social do sertão passível de ser estudada e amplamente discutida diante do fenômeno: a relação da sociedade civil com a igreja católica, conforme a campanha promovida por D. Helder Câmara já explicitara. O episódio ganhou a esfera dilatada da “ação em apoio”, criando narrativas que extrapolam o local e se colocam como história universal.

Embora não seja objetivo da tese, é importante ressaltar o lugar da igreja católica na condução dos processos de caridade pública, vistos em tempos de catástrofe mas sobretudo a partir de um liame institucional firmando ainda na colonização, mantido no Império e perdido parcialmente com o advento da República, mesmo que por pouco tempo.

A igreja, por assim dizer, funcionou durante anos como um ponto de referência e segurança para os mais pobres e miseráveis. Nesse sentido, não podemos ignorar a dupla

contribuição de padres e religiosos na organização dos acordos sociais visto no interior do Brasil em suas diversas situações.

NEVES (2014, p.03) estudou o protagonismo do bispo de Fortaleza, D. Manuel da Silva Gomes diante do socorro aos flagelados na seca de 1915. RIOS (2014, p. 100) registrou a presença constante de padres nos campos de concentração durante a seca de 1932. FREITAS (2015, p. 40) apontou como preponderante a atuação social dos padres no contexto da guerra pela borracha e migração para terras amazônicas entre os anos de 1942 e 1943, nos oportunidades em que o Estado foi omissivo e a Igreja desempenhou o caráter social de amparo e caridade, no momento em que “atendia aos retirantes famintos que buscavam agarrar-se às sotainas dos vigários, sequiosos de acalento não somente para a alma, mas para a fome, o abandono e a sede.”

Entre o fim da década de 1950 e o período aqui estudado, agora já distanciados de uma papel mais institucionalizado no que diz respeito ao socorro aos trabalhadores da seca, retirantes e flagelados, vide atuação do DNOCS e outros órgão na condução de frentes de serviços, a igreja através de seus bispos, padres e movimentos de leigos intensificam o processo de apoio espiritual, mas também, ideológico e social, quando por exemplo, através da atuação das CEB'S e da proximidades com movimentos sociais rurais como as Ligas Camponesas marcavam seus posicionamentos. (RANGEL, 2000, p.12)

Dito isto, podemos reconhecer de fato um fortalecimento do Estado enquanto mediador de políticas públicas durante esse período. Mesmo assim, não se pode desprezar a ligação da sociedade civil e dos poderes com a Igreja nessa mesma temporalidade.

Ainda sobre a atuação da sociedade civil, em 09 e 10 de abril, a já citada coluna Ronda dos Clubes apresentou os resultados da campanha “Orós não pode ficar a sós”, que arrecadou dinheiro em garrações a partir de ações feita por diversos outros clubes sociais, entre eles o “Caiçaras, Leblon, Atlético Vila Isabel e o Uruguaí Tênis Club, por intermédio de seus departamentos femininos” e o MPJQ – Movimento Popular Jânio Quadros. (Correio da Manhã, 09 abr. 1960, p. 27 e 10 abr. 1960, p. 02).

Outra parcela da sociedade que também se envolveu nesse processo foi a universidade. Nessa mesma edição do Correio da Manhã, a coluna *Roteiro Universitário* passou a divulgar a movimentação dos cursos superiores que buscaram ajudar as vítimas cearenses da barragem do Orós. Ainda no dia 03 de abril, divulgou as campanhas feitas pela Escola de Medicina e Cirurgia e pela Faculdade Nacional de Odontologia. (Correio da Manhã, 03 abr. 1960, p. 27).

No campo da música, dois cearenses figuraram nas páginas do Correio da Manhã entre os dias 06 e 07 de abril de 1960. O maestro Eleazar de Carvalho e o pianista Jaques Klein

organizaram um concerto sinfônico em favor das vítimas das águas do Orós. Talvez suas origens cearenses e a proximidade com a catástrofe tenham sido efeitos mobilizadores, já que o primeiro era natural da cidade de Iguatu, município à montante do açude, atingido pelo aumento de sua bacia hidráulica, e o segundo, natural de Aracati, foz das águas do Rio Jaguaribe, que igualmente recebera as águas do açude.

Imagem 30: Cearenses organizam concerto em favor das vítimas de Orós

Imagem 01



1. Correio da Manhã - Rio de Janeiro 06 abr. 1960. p. 24
2. Correio da Manhã - Rio de Janeiro 07 abr. 1960. p. 17

Imagem 02



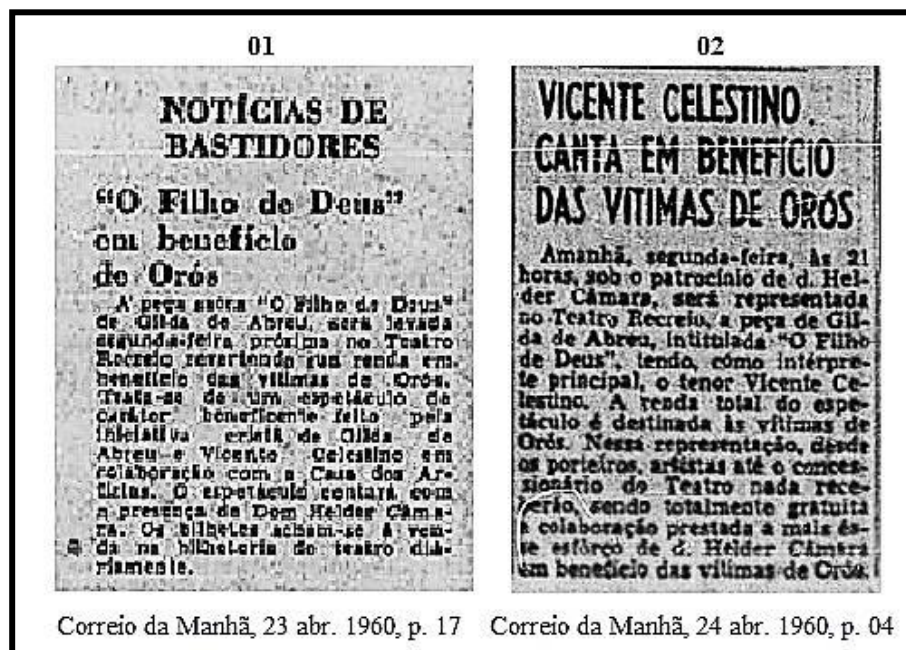
O cabra-cesta Jacques Klein, de parceria com Eleazar de Carvalho, está convocando os cariocas e, particularmente, os nordestinos bem abonados, para o Concerto Sinfônico que terá lugar no Teatro Municipal, segunda-feira, às 21 horas, em benefício das vítimas de Orós. O João, que conhece e admira o JK (do piano) desde os tempos em que a escola (Jesuítas) era risonda e franca, recomenda aos seus leitores que prestigiem a iniciativa deste pianista cabra-cesta.

Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Durante todo o mês de abril, na área desportiva, artística e educacional, o Correio da Manhã apresentou iniciativas feitas pela Federação Metropolitana de Basquetebol (Correio da Manhã, 02 abr. 1960, p. 30), Federação Metropolitana de Futebol (Correio da Manhã, 21 abr. 1960, p. 67), grupos de teatro (Correio da Manhã, 23 abr. 1960, p. 17 e Correio da Manhã, 24 abr. 1960, p. 04), a Federação de Bandeirantes do Brasil, seção de Juiz de Fora (Correio da Manhã, 24 abr. 1960, p. 09) e pelas normalistas do Instituto de Educação (Correio da Manhã, 29 abr. 1960, p. 21), dentre tantas outras ações feitas por diversos atores sociais e também noticiadas no jornal.

Vale destacar que no bojo de cada notícia havia ainda a ligação de tais movimentos com a figura de Helder Câmara, que funcionava como uma espécie de ponto de equilíbrio do processo de arrecadação, conforme indicara o ministro Armando Falcão em documento tratado no início desse tópico. Além disso, há também iniciativas organizadas pelo próprio D. Helder como é o caso da peça de Teatro *O filho de Deus*, que contou com a participação do cantor Vicente Celestino, artista bastante conhecido à época.

Imagem 31: Espetáculo teatral organizado por D. Helder Câmara.



Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

No mês de junho de 1960, quando a catástrofe de Orós arrefecia nas páginas dos periódicos, houve uma das últimas campanhas de arrecadação de dinheiro que figurou apenas na imprensa carioca, cuja repercussão e resultado foi deveras notável já que envolvia no processo a paixão nacional pelo futebol recém campeão do mundo e os desdobramentos de outra catástrofe natural, desta vez ocorrida no Chile, onde seria realizada a Copa do Mundo FIFA de 1962.

Naquele mês, inteiravam-se dois anos da conquista do campeonato mundial de futebol pela seleção brasileira, ocorrido na Suécia em 1958. Em virtude de fortes terremotos e maremotos ocorridos no Chile naquele mesmo ano,⁶⁹ a CBD – Confederação Brasileira de Desportos organizou um jogo amistoso entre as seleções dos dois países com a intenção de arrecadar donativos para as vítimas de Orós e das catástrofes chilenas. (Correio da Manhã, 11 jun. 1960, p. 29).

Na coluna "Governo do Estado" que circulou no Correio da Manhã de 29 de junho daquele ano, data da partida, o editor publicou interessante nota sobre o jogo: "as repartições estaduais funcionarão de 9 às 12 a fim de que os servidores possam assistir o jogo de futebol

⁶⁹ O terremoto de Valdivia, ocorrido em 22 de maio de 1960 é considerado ainda hoje como o maior abalo sísmico registrado cientificamente. Estima-se que aproximadamente 6.000 pessoas em várias regiões do mundo (Chile, Havai e Japão) tenham sucumbido na tragédia. Somente na cidade de Valdivia, 20.000 ficaram desabrigadas. O evento causou ainda tsunamis, erupções vulcânicas, deslizamentos em montanhas e enchentes. Informações compiladas de https://pt.wikipedia.org/wiki/Sismo_de_Valdivia_de_1960

entre Brasil e Chile cuja a renda se reverterá para as vítimas das catástrofes daquele país (nesse caso, um terremoto) e da enchentes de Orós.” (Comentário nosso). (Correio da Manhã, 29 jun. 1960, p. 08).

Imagem 32: Correio da Manhã, 30 jun. 1960, p. 16.



Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Discutindo como o historiador pode dar conta do sofrimento, Arlette Farge afirma que esta emoção, marca um lugar fronteiro onde se vê a sociedade regulamentar, afrontar, bem ou mal, o que lhe sobrevém. Para ela, “a fratura que a dor formou é também um laço social e os indivíduos o gerem de múltiplas maneiras.” (FARGE, 2015, p. 17) Uma dessas formas, foram essas campanhas organizadas pelo país e neste último caso irmanando dores para além das fronteiras.

O drama ocorrido nos municípios do Baixo Jaguaribe atingidos pela inundação decorrente do arrombamento do Açude Orós ficou bem registrado nas páginas dos periódicos da época e, por conseguinte na história. Os diversos desdobramentos a partir do fato também foram registrados à exaustão, a julgarmos pela atenção dada às campanhas de solidariedade e a movimentação diversa oriunda de Governos e da sociedade civil organizada.

Nas páginas dos periódicos cearenses, as campanhas de arrecadação de dinheiro e gêneros ganharam notoriedade igualmente. O Correio do Ceará, o Unitário e a Gazeta de Notícias encarregaram-se de destacar diversas campanhas ocorridas fora do Estado e em municípios interioranos como já abordamos. Não obstante a tudo isso, outros fenômenos se revelaram.

Seguindo a dinâmica metodológica aqui proposta, o que podemos afirmar é que não foram apenas as ações caritativas desenvolvidas que mereceram o devido destaque nas páginas dos jornais da época e, por conseguinte, uma leitura histórica.

Para quem pensava que as polêmicas em torno do açude se encerrariam após a busca pelos culpados do arrombamento, como outrora desenvolvemos em tópico anterior, ignorou os eventos adensados nessa pesquisa a partir da leitura das fontes e dos testemunhos dos sujeitos que viveram o período e puderam narrar suas experiências. Outras forças heterogêneas emanaram da catástrofe, revelando uma face nefasta que sobrevivia nos bastidores das campanhas de solidariedade e por trás dos pedidos de ajuda, através dos gestos e tratativas mais sombrias advindas da política partidária. No cenário daquela breve enchente, algumas personagens ainda se aproveitariam da ocasião em busca da autopromoção.

Segundo o jornal *Correio da Manhã* de 01 de abril de 1960, D. Helder, no primeiro momento, durante a organização de sua campanha de arrecadação, quando abordado pela imprensa local, recusara-se a prestar maiores esclarecimentos sobre suas ações, alegando que “onde há caridade, não há nomes”.

Talvez.

No Rio de Janeiro, tentou o bispo, natural do Ceará, envolvido com os acontecimentos, ensinar preciosa lição aos líderes locais do sertão jaguaribano, mas, infelizmente, não foi isso o que se viu por aqui.

4.4. A “indústria da cheia” de 1960 e a atuação do Exército

No texto intitulado *Entre a poeira e as águas – a enchente de 1985 em Jaguaruana-Ce* estudamos como as práticas de favorecimento político ocorridas geralmente em períodos de estiagem e comumente nominadas de indústria da seca, repetiam-se igualmente nos momentos de cheia, e, portanto, construíam um campo simbólico semelhante, visto que partilhavam dos mesmos princípios.⁷⁰ O conceito trabalhado foi o da *Indústria da Cheia*.

Em suma, a ideia era a mesma: assim como na seca, durante a enchente, algumas figuras se aproveitam do cenário ocasionado pelo desastre natural em busca de autopromoção. E sem dúvida, tais personagens geralmente são pessoas que acumulam algum capital político partidário e que têm importante destaque na rede de *micropoder* configurada na região. (SILVA, 2003, p. 47).

⁷⁰ O texto é resultado de pesquisa feita durante curso de graduação em História na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Mattos – UECE, entre os anos de 1998 e 2003.

Dessa forma, mesmo entendendo ser o que chamamos aqui de “indústria da cheia”, não apenas uma questão de corrupção ou desvios de verbas, mas uma questão política, não foi surpresa – como já afirmado, encontrar-se com o tema na história da construção do açude Orós. Entre os dias 30 de março e 06 de abril de 1960, os jornais cearenses dedicaram-se à temática, após jornalistas locais e da imprensa carioca noticiarem o desvio de mercadorias destinadas aos atingidos pelas águas da barragem.

O tema espinhoso serve também para entendermos a questão das múltiplas temporalidades de forma textual e diversa. No mesmo instante em que políticos, autoridades, imprensa, igreja e sociedade civil organizavam-se para arrecadar donativos para as vítimas das enchentes, baseando-se em apelos à caridade e à solidariedade do povo brasileiro, toda esta estrutura social precisou também tratar elementos negativos ocorridos dentro do mesmo evento.

A coluna *Canto de Página* do dia 30 de março de 1960 exortava o assunto do desvio de mercadorias e defendia a ideia de que o Ceará havia se tornado o centro das atenções para o país, mas denunciava a ocorrência de fatos que poderiam passar para história com o estigma de uma grande vergonha.

O texto *Nada de roubos e discriminação*, pretendia ser, antes de tudo, um reconhecimento aos serviços feitos por diversos atores sociais envolvidos nos socorros às vítimas da enchente. Governos e sociedade civil organizada, segundo a jornalista, efetuaram esforços hercúleos para socorrer aqueles atingidos pelas enchentes, que, naquele momento, não deveriam ser encarados como afiliados partidários ou eleitores de alguma determinada agremiação política. Por hora eram apenas seres humanos.

São milhares de cearenses, de todos os partidos, pertencentes a todas agremiações partidárias. Neste instante não temos trabalhistas, pessedistas, udenistas, progressistas ou integralistas, temos apenas jaguaribanos desabrigados, desesperados e famintos, angustiados e inseguros quanto ao futuro. (Gazeta de Notícias, 30 mar. 1960, p. 03).

Logo, como era de se esperar, as ajudas angariadas pelo país inteiro através das campanhas de arrecadação, fossem alimentos, remédios, tendas para abrigo ou roupas, deveriam chegar a todos os jaguaribanos, indistintamente. No entanto, como numa previsão fatídica ou talvez de posse de informações que não eram ainda de conhecimento de todos, a jornalista fez outra exortação:

O governo do estado está abrindo créditos extraordinários para assistir vítimas das enchentes do Orós. É dinheiro saído do sangue do cearense – porque nós somos um povo sacrificado. Esse dinheiro é para alimentar nossos conterrâneos, amparar o jaguaribano. Não vamos desviar esse dinheiro para nosso bolso. Não vamos sair novos ricos da miséria da gente da zona do Jaguaribe. A calamidade da seca tem servido para o enriquecimento de alguns inescrupulosos; que agora esta calamidade,

esta catástrofe, não faça surgir uma nova classe de milionários. (Gazeta de Notícias, 30 mar. 1960, p. 03).

Nos textos subsequentes o conceito já citado, definido como indústria da cheia, passou a ser trabalhado com mais veemência. Acreditamos que por ser 30 de março apenas o 4º dia após o arrombamento do açude, a chamada feita na coluna poderia se tratar apenas de um alerta, não fosse o ambiente propício para o florescimento de tal acontecimento. No entanto, a ênfase à temática mostrou-se verossímil e seu texto ganhou contornos preditores. A nosso ver, os fatos ainda nem estavam configurados e a jornalista escreveu mediante aquilo que esperava acontecer. O que veríamos nos dias seguintes justificaria esta distensão temporal presente na imprensa e, por conseguinte, o endurecimento, presente no posicionamento dos jornalistas do período.

Mesmo assim, devemos dizer que a colunista não era nenhuma profetisa. Talvez, no máximo, bem informada. Dois anos antes, as reportagens de Antonio Callado, publicadas em jornais do Sul do país, fruto de sua viagem ao Nordeste para registrar a seca e a divulgação do Relatório Ramagem, feito pelo Exército brasileiro a partir das denúncias de Callado, explicitaram evidências da concentração de recursos feitas pelo DNOCS em propriedades privadas pertencentes à políticos da região e o desvio de verbas e mercadorias destinadas aos flagelados da seca de 1958. Como dissemos, a indústria, seja da seca ou da enchente não é privilégio de apenas um tempo.

No dia 01 de abril de 1960, a Gazeta de Notícias circulou com outro *Canto de Página* dedicado à temática da indústria da cheia. No texto intitulado *Exploração e Demagogia*, discutia-se a ineficiência de suas palavras ditas ainda na coluna do dia anterior. De nada adiantou dizer que iria “anotar os nomes dos *safados, desonestos, desfibrados morais* e publicá-los na coluna, nem que apanhe no meio da rua.” (Gazeta de Notícias, 30 mar. 1960 p.03).

Nos primeiros dias de abril de 1960, com a região do Baixo Jaguaribe não mais inundada pelas águas do Orós, mas ainda muito fortemente arrasada pela onda ocasionada por conta do arrombamento do açude, as páginas dos jornais de Fortaleza e também de outros periódicos de circulação nacional como o Correio da Manhã e o Diário da Noite, ambos produzidos no Rio de Janeiro, concentravam suas notícias no processo de destruição das cidades e em temas específicos no socorro à população jaguaribana como a distribuição de mercadorias, o quadro da saúde dos moradores das comunidades de desabrigados, o papel do exército nesse ambiente e o jogo político das autoridades diante do processo de reconstrução de tais locais.

Como já dissemos, os jornais dividiam suas páginas entre as matérias fotojornalísticas, que mostravam o movimento das águas, os locais de abrigo, a visita de autoridades, e os artigos de opinião que buscavam destacar as campanhas de ajuda ao povo, mas também discutir as políticas por trás do evento e, principalmente, nominar os culpados pela tragédia.

Tais temáticas nem haviam perdido o fôlego quando um episódio dominou as páginas locais, extrapolou as fronteiras da imprensa cearense e passou a repercutir também no Sul do país. Menos de uma semana após o arrombamento do açude, repercutiu grave denúncia de desvio de verbas e mercadorias e o principal envolvido, não era somente “alguém importante”: tratava-se do presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Para entender a trajetória da notícia, apresentamos Edmar Morel, cearense, natural de Fortaleza, respeitado jornalista na capital da nação, enviado ao Ceará como repórter especial pelo jornal Última Hora. Morel já tinha escrito pelo menos uma matéria sobre a situação nos Estados do Ceará, Pernambuco e Alagoas diante das chuvas torrenciais (Última Hora, 01 abr. 1960. p. 04), quando, no dia seguinte, aos moldes dos textos publicados pela jornalista Adísia Sá, ou seja, sem revelar nomes, expos dramática situação que ocorria no Ceará.

Na matéria que exortava a guerra entre o Exército e “industriais da enchente”, Morel adjunta um novo elemento ao microcosmo de Orós: o papel das forças armadas no momento posterior à catástrofe. Já vimos como agiu o Exército durante a evacuação das cidades antes da passagem das águas do açude. Depois disso, é possível ver o protagonismo desse mesmo aparelho do Estado no processo de organização das vítimas, distribuição de alimentos, construção de abarracamentos e combate aos desvios.

Imagem 33: Jornal Última Hora – Rio de Janeiro – 02 abr. 1960. Capa



<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

No corpo da matéria, veiculada na página 04, o autor esclarecia que

o comandante da 10ª região militar, o General Francisco Damasceno Ferreira Portugal acaba de desfechar um *golpe mortal* contra os aproveitadores da catástrofe do Orós, **colocando toda a população flagelada – estimada em 60 mil pessoas sob controle do exército** e assumindo pessoalmente os trabalhos de compra e distribuição de gêneros alimentícios às vítimas das enchentes. (Última Hora, 02 abr. 1960. p. 04).

Não restam dúvidas que os jornalistas da época sabiam do desenrolar de alguns acontecimentos em que personagens específicos estavam a movimentar indevidamente os gêneros alimentícios e donativos de outra natureza, já há poucos dias após à torrente agravada pelo rompimento da parede do açude.

Imagem 34: Jornal Gazeta de Notícias – 03 abr. 1960. Capa



Fonte: Associação Cearense de Imprensa

Na capa do cearense *Gazeta de Notícias*, o acontecimento finalmente ganhou um rosto. Tratava-se do aracatiense Abelardo Costa Lima, deputado estadual pela UDN – União Democrática Nacional, então presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

No corpo da matéria, à página 04 da mesma edição, o editor descreveu com detalhes como se tinha constatado àquela questão. Segundo ele, uma caravana que continha D. Olga Barroso, primeira dama do Estado, César Wagner Montenegro, representante da união das classes produtoras do Ceará e diretor da *Gazeta de Notícias*, Irmã Lima, diretora do Colégio Imaculada Conceição e o jornalista de *O Globo*, Roberto de Carvalho Rocha, entre outros, foram chamados a verificar denúncia de que, na residência do Sr. Armando Rocha, vice-prefeito de Aracati, uma grande quantidade de mercadorias que tinha por destino os acampamentos de flagelados, teriam sido desviadas e estariam escondidas lá.

Segundo o informante, a mercadoria entrara no sítio do vice-prefeito dentro de um troleto rebocado por um trator da prefeitura de Aracati. Imediatamente, o comando do aeroporto da cidade designou um helicóptero para localizar o dito trator e fazer as diligências que o caso requeria. O helicóptero desceu à frente da casa do vice-prefeito, tendo o oficial comandante, após uma busca, encontrado dois quartos repletos de mercadorias, que o povo de fortaleza destinara ao flagelados de Aracati. Eram quatro fardos e oito surrões de redes, 14 sacos de bolachas, um amarrado de cordas e 45 sacos de arroz, feijão, farinha e açúcar. Os oficiais constataram que a mercadoria foi recebida no Edifício Pajeú pelo Deputado Abelardo Costa Lima e transportada pelo motorista João Batista Frota Alves e outros que guiavam um ônibus e dois caminhões. A FAB providenciou imediatamente a designação de dois sentinelas para vigiar a mercadoria de vez que a mesma foi identificada como sendo mercadoria desviada das arrecadações feitas para os flagelados de Aracati. (*Gazeta de Notícias*. 03 abr. 1960. p. 04).

Diante do que podemos observar nas páginas dos periódicos da época, Aracati, estuário do Rio Jaguaribe que foi evacuada durante todo o processo do arrombamento do açude, transformou-se junto à Itaiçaba e Jaguaruana em cidades-fantasma antes mesmo do

ocorrido no dia 26 de março, quando as populações atingidas pelas águas foram deslocadas para diversos abarracamentos.

No entanto, como veremos a seguir em detalhes, nas últimas cidades do Vale, quando a força da água represada chegou, parte da escrita da destruição havia ficado pelo caminho. Após o arrombamento, a distância e extensão do rio diminuíram a força das águas que, obviamente, chegaram ao Oceano Atlântico, mas sem o impacto projetado e até mesmo apregoado pela imprensa e pelos governos antes do galgamento do açude.

Logo, a calamidade que aconteceu adquiriu outras apresentações já que mesmo diante de pouca inundação, as populações dessas cidades e povoados precisaram ser evacuados. Como indicava a matéria, no início de abril, uma semana após o arrombamento do açude, havia abarracamentos em diversos pontos dessas cidades, como os de Aroeiras, Marjorlândia e Lagoa da Cruz, da cidade de Aracati.

Para entender o caso, é preciso esclarecer minimamente algumas questões. Naquele momento Abelardo Costa Lima era adversário político do governador Parsifal Barroso. A comitiva que visitou a cidade de Aracati era liderada pela primeira dama do Estado, Olga Barroso. Através do que se pode verificar na imprensa e nos pronunciamentos feitos pelo deputado nos dias subsequentes ao escândalo, notam-se ligações evidentes entre o deputado Abelardo e vice-prefeito de Aracati, Armando Rocha, dono da residência em que foram encontradas as mercadorias destinadas aos abarracados. Por fim, os componentes da comitiva que verificaram a denúncia eram visivelmente partidários do então governador e adversários do citado deputado.

Ainda podemos discutir o posicionamento da Gazeta de Notícias no contexto político local, mas não restam dúvidas que o fato tomou proporções gigantescas e colocou em suspeição a operação para arrecadação e distribuição de alimentos que ocorria em todo o país, parecendo ser a única alternativa, colocar a responsabilidade da operação nas mãos das Forças Armadas como já acentuava a matéria de Edmar Morel no Última Hora e os escritos verificados na Gazeta de Notícias.

O pensamento de LATOUR (2000) nos ajuda a compreender o que significa ciência, técnica e política em ação. No contexto do Orós, nenhum desses fatos está pronto ou são definitivos. Estão, como diz Latour, “em ação”, acompanhando as controvérsias de seus campos, em constante diálogo, num embate franco, sem, no entanto, anularem-se. (LATOUR, 2000, p. 36)

Assim, os dias subsequentes não foram bastante para esgotar o tema. O deputado Abelardo Costa Lima defendeu-se na tribuna da Assembleia Legislativa, acusando seu

detratores, porém, não sendo absolvido de imediato pelos jornais de Fortaleza e do Rio de Janeiro. O caso da indústria da cheia do Orós ainda repercutiu por alguns dias e jornalistas como Adísia Sá e Juarez Furtado Temóteo, dos Diários Associados, colocaram mais alguns adendos à questão.

Em 05 de abril de 1960, a capa do Correio do Ceará trouxe uma chamada para extenso texto de Juarez Temóteo publicado na página 02. A matéria intitulada “A lição da seca não prevaleceu na cheia” buscava aproximar a ambiência da exploração do fenômeno natural em prol de figuras políticas que, encasteladas nos veios da institucionalidade, aproveitavam-se de suas posições para promover-se ainda mais.

Imagem 35: Correio do Ceará – 05 abr. 1960. Capa



Fonte: Associação Cearense de Imprensa

Na capa, as fotografias dos deputados Abelardo Costa Lima e Wilson Roriz, líder do Governo, dividiam a atenção do leitor com o texto que, dentre outras questões, reiterava que naqueles dias, o Ceará ofereceria para a história vasta documentação para que futuros historiadores pudessem afirmar um dia que os homens públicos do Estado, além de serem “donos da seca”, como assim o foram em 1958, também pudessem ser chamados de “donos da cheia”.

Quando a perspectiva de uma nova estiagem prolongada nos assustava, tão longe estávamos nós de imaginar a aproximação de catástrofe maior, incluímos entre os fatores negativos à assistência ao Nordeste a desmoralização em que,

irremediavelmente, teriam que cair os nossos apelos ante os nunca esclarecidos episódios dos “donos da seca”.

O Brasil inteiro, durante meses, viu desfiarem-se, como contas de longo rosário, dezenas de acusações frontais contra os políticos de nossa região, e principalmente, contra os políticos do Ceará. Uma comissão de inquérito chegou a ser constituída para investigar responsabilidades nos desvios de recursos denunciados, e um relatório, o do Cel. Ramagem continua a oferecer, com silêncio de se cercou até hoje, o mais forte argumento para quantos apontam como ladrões de flagelados os homens de maior posição do Nordeste.

Era certo quase que uma seca em 1960 nos levaria ao ridículo desde que impossível seria enfrenta-la em que se reeditasse o “ajuda teu irmão” de 1958. Foi o imprevisível de uma enchente como as nuances dramáticas e apaixonantes de um Orós ameaçado que nos valeu o apoio quase sem apelo nativo, a solidariedade espontânea do país e do mundo.

Cheias com relação ao Ceará ainda não lembrava chantagem aos cariocas, paulistanos, mineiros e gaúchos, como a seca o faria. Para eles, a repetição de nossos dramas, o bisamento de nossos cenários crestados e as notícias sem desmentido oportuno de desvios do que nos era mandado em auxílio, transformou-nos em chantagistas da esmola na torpe exortação do sentimentalismo brasileiro.

Sexta-feira última, um repórter do Rio cabografou, de Fortaleza, ao seu jornal. No despacho, um apelo que deve cobrir de vergonha o Ceará parcialmente coberto pelas águas: “Não mandem mim mais auxílios a não ser que o exército assuma o controle Geral do abastecimento”. E concluía, depois de falar na interferência de políticos na entrega de gêneros às populações deslocadas: “Só assim evitar-se-á ação dos donos da cheia”.

Criava-se um novo tipo de “dono” termo chamado a substituir o vulgarizado ladrão de calamidade mais rara em nosso Estado.

O repórter voltava de uma ligeira viagem a zona inundada. De helicóptero, descera em Aracati, cidade de onde retirara a triste impressão que o levou ao gesto contrário aos interesses toda uma região sacrificada, contrário às operações de salvamento de milhares de cearenses ameaçados pelo frio, pela inanição, pela febre.

E como condenar o jornalista, aliás cearenses, se as demonstrações impatrióticas partem de políticos de maior expressão? Como criticar-se o homem de imprensa se as denúncias de insinceridade, de desorganização, de influência política no atendimento das vítimas são feitas na própria tribuna da Assembleia? Como apontar-se o jornal carioca que vier a veicular o apelo do repórter como inimigo do Ceará se são jornais de nossa terra os primeiros a veicularem vergonhosas transações em ocorrências dentro da tragédia?

Não nos deve surpreender a paralisação da vinda de Socorro se esta, para infelicidade nossa, vier a ocorrer. Estamos dando margem para que tal ocorra.

Logo, o quanto antes, devem os políticos esquecer as intrigas partidárias, as traições ou pseudo-traições salomônicas. Não são facções coloridas, pssedistas ou udenistas que sofrem. São comunidades inteiras. Muitos do que estiram as mãos e tremem de frio perderam os títulos eleitorais na enxurrada de lama.

A fome não tem partido.

As águas do Jaguaribe não se desviaram de prefeituras.

Urge que as instituições empenhadas na campanha de salvação dos jaguaribanos desabrigados, numa amostra de que realmente imbuídas unicamente do desejo de ajudar, entreguem a direção da distribuição do que arrecadam ao Exército. Assim, ninguém amanhã apontará ninguém como “dono da cheia”. (Grifos nossos) (Correio do Ceará. 05 abr. 1960. p.02).

Os jornalistas da época afinaram seus discursos e convergiram em uníssono para a ideia defendida no último parágrafo do texto de Juarez Temóteo. Eis o futuro inscrito nas páginas de um presente passado. Já em 1960, no fenômeno histórico de Orós, é possível ver algo que se concretizaria em 1964: um chamado para que as forças armadas assumissem, de fato e de direito, o controle Estado.

No mesmo dia, na Gazeta de Notícias, o título da Coluna *Canto de Página* dizia: “A esperança está no Exército”. Para a jornalista, mediante os acontecimentos, seriam as Forças Armadas, a única instituição que conservava certa reserva moral e que mostrava-se capaz de ajudar a quem precisava sem que disso surgisse uma “indústria da miséria alheia”. Sua esperança concentrava-se na possível neutralidade creditada às forças armadas:

[...] Com a supervisão do Exército, acreditamos que fatos como aqueles, já tão corriqueiros e banais – de comuns, não se repitam mais. O Exército não tem interesses partidários, não tem cor alguma, não tem puxassaquismo, não depende de chefetes ou de coronéis sem galões. (Gazeta de Notícias. 05 abr. 1960. p. 03).

Por fim, os textos do período apontaram pelo menos uma peculiaridade que pode ser verificada nas lembranças dos depoentes. As narrativas sobre o ambiente da inundação são sempre recheadas por uma paisagem catastrófica de desespero, destruição e abandono, principalmente no que se refere aos momentos de sair de casa, na descrição dos abarracamentos e locais de abrigo e nas memórias que versam sobre o retorno para casa. O ambiente lembrado é composto de muita escassez e necessidades.

No entanto, guardadas as características específicas da enchente de 1960 aqui já trabalhadas – veloz e atípica, já que foi motivada pelo rompimento da parede de um açude, a memória dos depoentes recupera também um tempo de boas ajudas e de um Governo ativo na distribuição de ajudas de toda sorte, além dos gêneros alimentícios que segundo Avani e d. Lourdes Alexandre, não faltaram.

Nós não passamos nem uma semana fora de casa não. Aquele ano foi um tempo de muito sofrimento porque depois do Orós não houve mais chuva não. Choveu pouquinho mas não houve safra. Quer dizer, foi muito sofrimento porque nós pensávamos que o mundo ia se acabar mesmo, todo o mundo. Depois que a polícia colocou todo mundo pra fora e o pessoal saiu para os altos. Quando voltamos, veio uma indenização do Governo de 200 reis. Veio indenização pra todo mundo. (Loures Alexandre).⁷¹

Quando saímos, fomos em busca de um lugar mais alto. Chegava lá, limpava o chão e se arrumava mesmo debaixo pelos pés de árvores e pronto. Não teve esse negócio de acampamento, improvisado pela defesa civil, mas uma coisa que teve pra sobrar, foi mercadoria e medicamento. Nós estávamos retirados no Figueiredo, quando foi um dia, chegou um carro, arrumado com tudo que era de mercadoria, conseguido pelo Dr. Adalberto. Quando viemos embora, a nossa mãe trouxe uma quantidade tão grande de mercadoria que ninguém sabia o que fizesse com elas. Era muita, a granel e por setor: se nos tivesse no Figueiredo, não tinha que ir para os Patos; se tivesse nos Patos, não tinha que ir para o Mendonça e assim por diante. Ia deixar onde a gente estava. (Antonio Avani Almeida).

As falas de Lourdes Alexandre e Avani Almeida corroboram os esforços de D. Helder, de inúmeras entidades de classe, representantes da sociedade civil organizada e até mesmo

⁷¹ Maria de Lourdes Alexandre era esposa do sr. Toinho Alexandre, radialista que noticiou em de 1960 a catástrofe do rompimento do açude Orós, na antiga radiadora da igreja de Sra. Santanta. A entrevista realizada no em 27 março de 2004, em Jaguaruana. Dona Lourdes faleceu em março de 2014.

das forças armadas e dos Governos, visto que, na visão dos beneficiários, são estes os responsáveis por auxiliar as populações atingidas por qualquer tipo de desastre.

Por outro lado, como estávamos discutindo, a personificação do fenômeno também ocorreu, se observarmos na citação de Avani a menção à figura do Dr. Adalberto Rebouças Freitas, prefeito de Jaguaruana no período. Mesmo assim, o registro das memórias funcionaram como uma espécie de “prestação de contas” como preconizou Adísia Sá, quando se referiu à atuação do exército.

Como é o exército o grande responsável pela distribuição de tudo que Governo e povo mandam para os atingidos pelas enchentes, estamos certos de que a comunidade brasileira tomará conhecimento de tudo que nesta operação será feita. Ninguém pense que o exército não prestará contas do que fez ao povo. E, por mim, tenho certeza de que, pela primeira vez em nossa história, tomaremos conhecimento do que foi recebido, do que foi dado, do que foi feito. (Gazeta de Notícias. 05 abr. 1960).

Entretanto, mais uma vez, exagerou a jornalista: a ausência de um documento escrito e palpável sobre a ação do Exército durante o evento seria mais uma das polêmicas do Orós verificadas nas páginas dos periódicos locais e de circulação nacional. O papel do Exército foi reconhecido por políticos e pela imprensa, mas este mesmo órgão não prestou contas como esperado.

A partir da segunda semana de abril, os periódicos que se referem a atuação do Exército na zona jaguaribana, enfatizavam o fim das campanhas e a possibilidade da retirada das forças armadas da região já a partir do fim daquele mês.

Imagem 36: Jornal Tribuna do Ceará – 18 abr. 1960. Capa



Fonte: Associação Cearense de Imprensa

No dia seguinte, 19 de abril, o General Portugal, comandante da 10ª Região Militar localizada em Fortaleza, assumiu nas páginas do Correio do Ceará que o Exército deixaria a região jaguaribana em maio. E assim o faria a fim de que as populações locais pudessem retornar à normalidade de suas vidas.

Podemos informar com segurança que o exército, se prepara para em maio, deixar a região jaguaribana onde mantem 300 homens entre oficiais e praças.

no momento está sendo feita a distribuição de enxadas, sementes, arames e lonas (tamanho de cinco por quatro metros e duração de uma ano). Enfim, todas as medidas estão sendo adotadas para que o povo fique assistido e retorne às suas atividades. O auxílio do Exército beneficia especialmente as pessoas que tiveram suas casas destruídas. Os próprios interessados reconstróem as suas residências. (Correio do Ceará. 19 abr. 1960. p. 02).

A confirmação desse anúncio pode ser encontrada numa pequena nota deste mesmo Correio do Ceará publicada em 03 de maio de 1960, na coluna Notícias do Interior. No texto, o editor avisou que “soldados e oficiais do Exército que prestaram relevantes serviços ao povo, antes e depois da enchente, já regressaram à Fortaleza.” Mais uma vez, reunindo elementos a respeito da especificidade temporal da cheia de 1960, o texto jornalístico ao referir-se à atuação do Exército “antes e depois” da enchente, mostrou que “durante”, pouco pode ser feito.

Em 09 de junho de 1960, Aderson Magalhães, jornalista, cearense de Ipu, que escrevia no Correio da Manhã sob o pseudônimo de *All Right*, comentou em sua coluna a ausência da referida prestação de contas do Exército, que atuara na missão jaguaribana frente a apresentação de outras contas advindas de regiões nordestinas também atingidas pelas enchentes. Um mês depois, em 06 de julho, o mesmo Correio reproduziu parte de matéria jornalística publicada originalmente no Ceará, pelo Jornal O Povo e acrescentou novas questões:

ENCHENTES NO NORDESTE

Oitenta e oito mil pessoas socorridas pelo Exército

O general Francisco Damasceno Ferreira Portugal, comandante da 10ª região militar, já prestou contas das quantias que recebeu para socorro às vítimas das enchentes nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, apresentando saldo na importância de onze milhões, trezentos e trinta e dois mil cruzeiros, segundo declarações públicas feitas em Fortaleza e que foram divulgadas por “O Povo”, de 14 de maio último.

A propósito do grifo de *All Right*, na edição do **Correio da Manhã**, de 9 do mês passado sob o título – As contas do Orós – recebeu esse nosso companheiro do Cel. Ary Hugo Brígido Corrêa as seguintes informações:

“O Gen. Francisco Damasceno Ferreira Portugal, comandante da 10ª região militar, que ora substituo por motivo de férias, foi designado pelo governo federal seu representante nas medidas de assistência as vítimas das enchentes nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Recebeu para isso, recursos em dinheiro do governo federal e em espécie, de campanhas de ajudas.

SALDO

No dia 13 de maio, em presença das mais altas autoridades do governo Estadual, dos representantes das classes produtoras e de toda a imprensa falada e escrita do Ceará, em exposição de cerca de 3 horas o comandante da Região, Gen. Francisco Damasceno Ferreira Portugal, assistido pelo seu Estado-Maior, fez uma prestação de contas pública, a mais detalhada possível. Nessa ocasião, foi mostrado todo o procedimento durante a operação bem como o resumo do balancete enviado ao Exmo. Sr. ministro da Justiça – Coordenador federal para a Assistência das vítimas das enchentes no nordeste.

Em consequência do vulto dos donativos recebidos em espécie e da parcimônia nos gastos, resultou um apreciado saldo que foi recolhido ao governo Federal. Junto estou remetendo um recorte de jornal de Fortaleza (O Povo, de 14-5-1960) com notícias sobre a referida prestação de contas.

UTILIZAÇÃO

Utilizando os recursos do exército em pessoal e material e outros contratados, vem como os valiosíssimos auxílios de nossa Marinha de Guerra e de nossa Aeronáutica, como também de entidades nacionais e de países estrangeiros, foram assistidas durante 42 dias cerca de 88.000 pessoas no Ceará, 62.000 no Piauí e Maranhão. Essa assistência foi possível dado o apoio permanente de recursos de toda natureza, prestado pelo coordenador geral, o Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Armando Falcão.

APLICAÇÃO

Toda a aplicação de verbas e distribuição de donativos provenientes daquela magnífica campanha de solidariedade humana que empolgou a Nação, foram feitas dentro do mais rigoroso critério e lisura de medo de não haver a menor sombra de dúvida sobre qualquer daqueles homens das forças armadas que durante tão tormentosos dias foram admiráveis de dedicação, maravilhosos de probidade e incansáveis no esforço.

DEDICAÇÃO

Prova de dedicação, espírito público e lisura com que agiram os elementos das forças armadas, empenhados na operação em tela, foi o geral aplauso das autoridades e dos órgãos representativos de classe se de opinião pública na região assolada.

RAZÃO DO ESCLARECIMENTO

O presente esclarecimento é feito tanto pela alta consideração que merece o autorizado e apreciado cronista *All Right*, como pelo dever em que me senti de vir esclarecer uma situação que poderia de algum modo atingir esse digno chefe que estou substituindo e que tão bem soube cumprir sua missão.

O relatório a que acima me referi está em fase final de impressão para divulgação e terei a satisfação de enviar-lhe um exemplar logo que estiver disponível. (Correio da Manhã, 06 jul. 1960)

A matéria trouxe a reprodução de informações fornecidas ao colunista *All Right*, prestadas pelo Cel. Ary Hugo Brígido Corrêa, em resposta às provocações do jornalista feitas um mês antes. Afirmava o coronel que o General Portugal já realizara a prestação de contas dos socorros feitos às vítimas das enchentes nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, faltando ser feita apenas a impressão do relatório. (Correio da Manhã. 06 jul. 1960 p.02).

No corpo da matéria, o Cel. Brígido Corrêa destacava o esforço do Exército para ajudar as populações atingidas pelas enchentes e reiterava um saldo Cr\$ 11.332.000,00 mediante intensa arrecadação, que serviria, sobretudo como “prova de dedicação, espírito público e lisura com que agiram os elementos das forças armadas na operação em tela”. Ao que parece, o porta-voz do Exército, corroborando com a construção político-midiática, cumpriu o papel de elevar as Forças Armadas ao patamar da lisura, reiterando a imagem da salvação. No caso de Orós, o Exército, mas também a Força Aérea e a Marinha do Brasil lançaram bases comprovadamente eficazes para um período de nossa história que colocaria o país num jogo regrado por opressão e obscurantismo, pouco tempo depois.

As notícias sobre uma indústria da cheia e da atuação do Exército esfriaram, dando lugar para um mote substancial do discurso de políticos e personagens de destaque na região. Sobre a atuação das Forças Armadas, as memórias dos narradores pouco inferiram. Aqueles

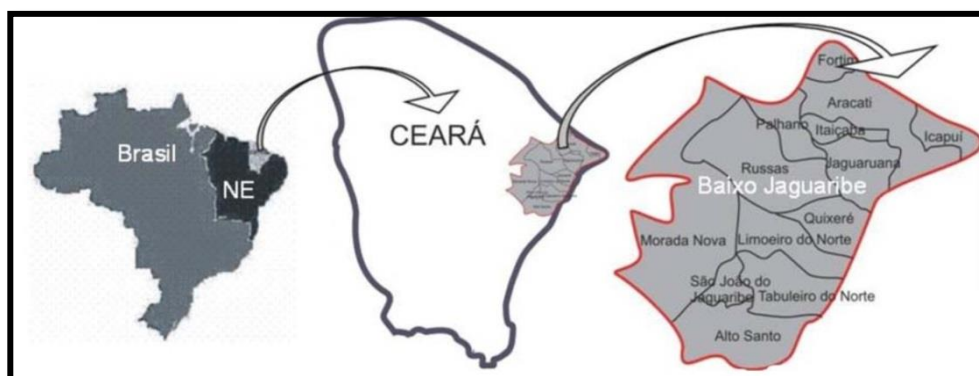
que falaram, como Avani e Dona Lourdes Alexandre, lembraram o papel dos militares na distribuição dos alimentos e na organização de abarracamentos. Nos jornais, em 28 de março de 1960, após abandonar a convocatória de dias anteriores (*Esqueçamos os culpados*) e antes de se debruçar sobre os eventos que acabamos de discutir, ocorridos nos primeiros dias de abril, a Gazeta de Notícias trazia para o centro das discussões novos temas e desafios. A ordem do momento era reconstruir. E não precisava ser engenheiro para saber o quanto isso daria trabalho.

4.5. Entre a reconstrução e a investigação: Restaurar a região atingida

As águas ainda não haviam derrubado parte da parede de um combalido Orós e as vozes que se levantavam no período já defendiam sua reconstrução. O presidente Kubistchek, os engenheiros do açude, os burocratas do DNOCS e os políticos da região e do Estado bradavam em uníssono a necessidade da reconstrução de sonhos e projetos.

Embora os contornos do medo inspirem a interpretação da temporalidade que ora estudamos, para entender aquilo que chamamos de “sonhos”, tomaremos o açude como exemplo. Foi uma questão de honra para o Governos Federal afirmar logo no segundo dia após seu arrombamento que o Açude Orós seria reconstruído até o final daquele ano. Para entender aquilo que chamamos de “projetos”, buscaremos compreender como algo ainda mais grandioso, que se formaria no espaço e no tempo, envolvendo sujeitos e iniciativas que buscariam inscrever os nomes de seus responsáveis na história.

Imagem 37: Localização do Baixo Jaguaribe.



Fonte: IPECE, Cf. BRAGA, 2011, p. 20.

Um evento muito grave havia acontecido com o arrombamento da barragem e muito mais difícil que reconstruir aquela edificação era colocar de pé novamente todo o conjunto dos municípios do Baixo Jaguaribe e seu povo, que, na visão de alguns técnicos e cientistas, era o maior patrimônio do Ceará. Logo o desafio que se inscrevia à frente estava entre a

requalificação do “solo ubérrimo” da região e a reabilitação do povo jaguaribano para o trabalho.⁷²

Dentre as muitas faces das múltiplas temporalidades vistas a partir do rompimento do açude, outra se iniciava naquele momento: o uso do fato ocorrido em Orós como promoção política. Reconstruir o açude colocava-se como iniciativa que ia para além do contexto da edificação. O conceito de reconstrução atingia também a carreira dos representantes do povo, a vida dos agricultores, moradores da região e a imagem do “oceano” redentor do sertão. Na imprensa, não foi necessário mais que um dia para entender que havia uma série de sujeitos afetados pelo arrombamento do açude e por conseguinte, sua reconstrução.

Referindo à semântica dos tempos históricos, pensamos como Koselleck, quando explicou que as interpretações “dos acontecimentos históricos não são possíveis sem atos de linguagem, e as experiências que adquirimos a partir deles não podem ser transmitidas sem uma linguagem”. No que diz respeito ao ocorrido em Orós, entendemos que a compreensão semântica da linguagem ajudou, mesmo sabendo que “nem os acontecimentos nem as experiências se reduzem à sua articulação linguística.” (KOSELLECK, 2006, p. 267).

Ora, ainda no campo da semântica, o que se pode aprender com o fenômeno do arrombamento do açude? Como justificar, por exemplo, a criação de um discurso de reconstrução para algo que nem sequer foi construído?

Na coluna *Canto de Página*, publicada na Gazeta de Notícias em 29 de março de 1960, cujo título era *Restaurar a Zona Jaguaribana*, o texto percorreu por todas as temáticas relacionadas ao tema da reconstrução que logo seriam tratadas nos dias subsequentes nos jornais da cearenses e cariocas: as dimensões da tragédia, a luta dos engenheiros e trabalhadores do açude durante os eventos pré e pós-arrombamento, o papel da natureza no ocorrido e o desvio das verbas destinadas para a construção do açude.

Em busca de justificar o ocorrido, as ideias defendidas nesse texto encontraram-se com a declaração de Tomaz Pompeu Sobrinho, citada no tópico anterior, quando indagado sobre os motivos do arrombamento: imprevidência. Ora, se era o Jaguaribe um riacho, para que um açude num rio que não corre água? Foi pensando assim que construíram o açude sem um sangradouro. Mas subestimaram o Jaguaribe e então surgiu nova preocupação: além de reconstruir o açude, era preciso também restaurar a região atingida pela inundação.

E como esta ficou após o arrombamento do açude? Os jornais da época registraram exaustivamente o cenário das cidades desde Jaguaribe, de Limoeiro do Norte até o distrito de

⁷² A expressão solo ubérrimo foi utilizada por Tomaz Pompeu em artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará em 1927 e refere-se à fertilidade da região. Nota do autor.

Fortim, à época pertencente ao município de Aracati, onde fica a foz do Rio. A temática relacionada à reconstrução dessa região prevaleceu no jornais pelo menos durante dez dias após o arrombamento do açude. As memórias dos entrevistados participam na elaboração de sentidos que articulam esses vários lugares de circulação de ideias e forjam uma narrativa própria.

Publicado em 2009, o livro *A tragédia de Orós – Documento histórico* registrou a viagem do professor Pedro Sisnando Leite às regiões atingidas pela enchente. Logo após o acontecimento, atendendo convite da diretoria do Banco do Nordeste, o engenheiro viajou pelas cidades alcançadas pelas águas de Orós e produziu, ao final do percurso “rico material documental e fotográfico” entregue em forma de relatório confidencial ao presidente do BNB, que o encaminhou à SUDENE e ao Gabinete Civil da Presidência da República.

Na introdução do livro, afirmou o autor que essa documentação foi perdida pelo banco, em virtude de mudanças, transporte e descarte do acervo que a instituição fez durante os últimos anos. Reunindo, então, suas anotações e outros documentos recolhidos e produzidos durante a viagem, publicou o livro, recuperando a trajetória feita àquele tempo e cristalizando sua visão dos fatos vivenciados à época.⁷³

Seus registros encontraram eco nas notícias dos jornais e também confirmaram as memórias, principalmente no que diz respeito ao tempo de duração dos alagamentos, a necessidade de reconstrução de algumas edificações destruídas pela inundação e os pontos de atendimento aos desalojados mantidos pelo exército e pela defesa civil. No entanto, é preciso considerar alguns aspectos para que a fonte seja tratada com maior atenção e criticidade, como não poderia deixar de ser.

O autor enfatiza em diversos momentos do livro que o trabalho ao qual se refere foi feito em equipe. Participaram da viagem os funcionários do BNB, ligados ao ETENE Hélio Augusto de Moura, Humberto Abel Vilar Ribeiro e Francisco Alzir de Lima, da Divisão de

⁷³ O livro é dividido em 4 partes, a saber: parte um, em que rememora os eventos de março de 1960; parte dois, escrita para apresentar um visão geral do Vale do Jaguaribe, especificando desde os aspectos demográficos da região, passando pelas características econômicas e sociais até uma estimativa dos prejuízos, por setor do arranjo produtivo local e por municípios; parte três, quando esmiúça as características da segunda parte em cada um dos municípios visitados e a parte quatro, em que resume a viagem através da estatística da produção agrícola das cidades da região, fornecidas pelo Ministério da Agricultura e pelo ETENE. O autor preocupou-se ainda em recheiar o livro com alguns anexos que ajudam a ampliar a visão do leitor diante do fenômeno que foi vivenciado pela equipe que percorreu a região. O primeiro anexo, da parte um, traz artigos publicados nos jornais da época e os três anexos finais do livro apresentam profícuo relato etnográfico, escrito em primeira pessoa de como a equipe foi recebida em cada município da região. Cf. LEITE. Pedro Sisnando. *A tragédia do Orós – Documento Histórico*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2009.

Estudos Agrícolas do órgão, e José Aristides Braga e Luís Gurgel do Amara, do setor de estatística do ETENE.

Os pesquisadores se dividiram em duas equipes que desenvolveram o trabalho de visita e observação das regiões entre os dias 17 e 29 de abril de 1960. Um grupo visitou as cidades de Aracati, Itaiçaba, Jaguaruana, Russas, Quixeré e Limoeiro do Norte e o outro passou pelas cidades de Iguatu, Orós, Icó, Jaguaribe, Jaguaribara, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

O relatório das informações foi produzido a partir de um *check list* que colheu as seguintes informações: aspectos gerais do município, áreas inundadas, edificações atingidas e poluição deslocada, como registro obrigatório e situação do comércio, da agricultura, da pecuária, da infraestrutura de sítios e fazendas, dos serviços públicos, das estradas e dos meios de comunicação, em detalhes que variam diante das cidades visitadas.

Levando-se em consideração os dias em que foram feitas as visitas, o relato do livro é um testemunho de um momento logo após as águas baixarem. Se no terceiro ponto desse trabalho, os relatos de *Pequenina*, personagem do romance *Nada de Novo sob o Sol* de Lúcia Fernandes Martins, ajudaram na construção do ambiente pré-arrombamento do açude, os escritos de Pedro Sisnando dialogam com a imprensa e com os relatos feitos pelos entrevistados dessa pesquisa e, da mesma forma, ajudaram no processo de recuperação do tempo de reconstrução das cidades citadas.

Assim, a fim de evitar cair na reprodução simples dos registros do livro e buscando problematizar os sentidos e usos dessas narrativas que concentrou-se na criação da ideia de reconstrução das cidades do baixo Jaguaribe atingidas pela cheia do Orós, podemos destacar dois aspectos que são referenciados no livro de Pedro Sisnando, nas memórias e nas matérias jornalísticas: a destruição das edificações e a estimativa dos prejuízos causados pela enchente.

Imagem 38: Correio do Ceará – 29 mar. 1960. Capa.



Fonte: Acervo da Hemeroteca Pública do Estado do Ceará

Em 29 de março de 1960, o Correio do Ceará, órgão dos Diários Associados, à época grupo jornalístico apoiador do governo Juscelino, trazia em sua capa uma expressiva chamada: 4.000 casas já levadas pela enxurrada. No corpo da matéria, alertava o editor da matéria: “A divulgação de tais cálculos é feita sob reserva. O nosso intuito é informar, com *precisão e frieza*, aos nosso leitores, o que se passa. E esses dados foram colhidos de pessoas que sobrevoaram a região inundada.” (Jornal Correio do Ceará, Fortaleza, 29 mar. 1960, capa).

Cruzando as fontes, podemos dizer que a situação observada pelas equipes que realizaram o trabalho registrado no livro acabaram por atualizar os dados jornalísticos. E para, além disso, deu-nos condições para interpretar o movimento das águas da cheia. No livro *A tragédia do Orós* encontramos a tabela transcrita a seguir.

Tabela 02 – Prejuízos decorrentes da destruição de prédios no Vale do Jaguaribe.

Municípios	Prédios destruídos totalmente		Prédios parcialmente danificados	Total dos prejuízos	
	Alvenaria	Taipa		Número	Valor (Mil)
Iguatu	30	10	90	130	1.150
Orós	56	-	94	150	1.590
Icó	100	52	88	240	2.960
Jaguaribe	361	152	134	620	9.140
Jaguaribara	560	20	50	630	11.650
Alto Santo	294	85	1	380	6.735
S. João do Jaguaribe	720	30	100	850	15.200
Tabuleiro do Norte	516	77	307	900	12.625
Limoeiro do Norte	123	27	220	370	3.830
Quixeré	25	3	62	90	840
Russas	6	6	418	430	2.270
Itaiçaba	10	30	700	740	4.000
Jaguaruana	7	3	200	210	1.170
Aracati	-	10	275	285	1.360
Total	2.808	478	2.739	6.025	74.520

Fonte: LEITE. Pedro Sisnando. *A tragédia do Orós* – Documento Histórico. Fortaleza: Gráfica LCR, 2009. p. 72.

Estudando a tabela é possível identificar três momentos diferentes da enchente. Iguatu e Orós, localizadas à montante do açude pouco foram atingidas. Provavelmente, os prejuízos se deram em edificações construídas em áreas da bacia hidráulica do açude que subiu consideravelmente com a incidência das chuvas.

À jusante da barragem, nos municípios do médio Jaguaribe,– Icó, Jaguaribe, Jaguaribara, Alto Santo, S. João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte, os prejuízos, em certa

medida, causaram mais danos definitivos que provisórios. Exatamente o contrário do ocorrido nas cidades do baixo Jaguaribe - Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas, Itaiçaba, Jaguaruana e Aracati.

A fim de entender o acontecimento e buscando interpretar os números vistos na tabela a seguir precisamos entender a disposição espacial dos municípios visitados e também o contexto do Rio Jaguaribe antes mesmo da edificação do Açude. Os registros científicos e as narrativas gestadas a partir das memórias compartilham de um território comum, concreto que, a partir de fontes diferentes poder ser experimentado igualmente de maneira dialógica.

Os números que traduzem os prejuízos são compreendidos a partir da localização dos centros urbanos atingidos, a partir das distâncias entre cidade e açude e também com o leito do Jaguaribe. Conforme explica LEITE (2009, p. 72-72):

No baixo Jaguaribe, de modo geral, foi menos intenso esse tipo de prejuízo. isto pode ser explicado não devido à menor força da correnteza, mas também pelo próprio fato de significativa quantidade de casas serem de taipa. Nessas casas, as águas, frequentemente, apenas dissolviam o barro das paredes, correndo sem resistência por entre as mesas, o que nem sempre chegava a provocar o desabamento do prédio.

No médio Jaguaribe, além da maior declividade do terreno e conseqüentemente maior força da correnteza, as águas, mesmo nos pontos em que não atingiam elevados níveis, dissolviam o rejuntamento dos tijolos, o que contribuía para que as paredes ruíssem mais facilmente. Em vista disso, telhas e madeiramento eram quebrados ou, juntamente com os demais materiais, arrastados pela correnteza para locais distantes.

Complementando o registro técnico e diante da objetividade do engenheiro, técnico do Banco do Nordeste, a poesia de Luciano Maia propõe leitura que registra no tempo, uma face do rio presente à época, quando a técnica ainda pelejava para modificá-lo. No poema *Jaguaribe, memória das águas*, no *Canto da vida e da morte*, João do Rio, personagem fictício que vive e acompanha a história do Rio Jaguaribe, diz:

O Jaguaribe era solto
Como um fogueiro alazão.
Conhecia o mar revolto
E a revolta do sertão.
E nas crinas desse protro
Ninguém tinha posto a mão. (MAIA, 2005. p. 45)

João do Rio é talvez um nome genérico para milhares de moradores da ribeira do Jaguaribe. Personagem real ou ficcional, João poderia ser Francisco, ou melhor dizendo, Chico Pequeno, que, quando indagado, por que, na opinião dele, antigamente tinha tanta enchente, respondeu: “É porque naquela época, meu fi, o rio corria solto. As águas era soltas. Hoje tá tudo presa.” Ou seja, sem causar desastres, para além do seu percurso natural, em tempos de cheia, o Jaguaribe não respeitava suas margens. Naquele tempo, correu solto e

deixou muita água por onde passou. Naturalmente, antes de chegar ao mar revolto – parafraseando o poeta, em 1960, o rio causou um “rebuliço” no sertão.

Sem dúvida, parte desse movimento foi ocasionado pelos prejuízos da cheia. E antes que abordemos outros danos morais⁷⁴ ocorridos em decorrência do evento estudado, concentremo-nos nos danos materiais verificados nas cidades visitadas, contados os primeiros trinta dias após o arrombamento do açude.

Para além das edificações, havia outros prejuízos a contabilizar. Recuperando o que dissera Tomás Pompeu ainda na década de 1930, pensava-se também na restauração econômica das áreas inundadas. Na produção de Pedro Sisnando há um detalhamento dos custos dessa restauração e um esforço para a distribuição dos recursos, a partir do dano causado pela enchente em cada área do arranjo econômico.

A partir dos números que levantou em sua publicação, afirmou o autor, que em valores estimados para o ano de 2009, data da publicação do livro, os prejuízos totais chegariam a R\$ 32 milhões. Hoje, em 2018, utilizando metodologia de conversão de valores da Fundação Getúlio Vargas e tendo como base de reajuste o IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), a cifra corresponderia a aproximadamente R\$ 52.6 milhões.

Em números da época e pensando na divisão do prejuízo por setor, apresentou o autor a seguinte tabela:

Tabela 03 – Resumo dos prejuízos, por setores.

Atividades	Valor (Cr\$1.000.000,00)	%
Lavouras	64,6	22,9
Extrativistas	15,1	5,3
Benfeitorias	126,1	44,7
Edificações	74,1	26,2
Outros	2,8	0,9
Total	282,7	100,0

Fonte: LEITE, 2009. p. 108.

Segundo Sisnando, boa parte dos prejuízos ainda não poderia ser computada, em virtude da impossibilidade da monetarização dos mesmos. Quer dizer, mesmo visitando e acompanhando os estragos ocasionados pelas forças das águas, perdas referentes à “erosão do solo, avaria em moto-bombas para irrigação, obstrução de poços e cacimbas, destruição de valetas e canais de irrigação, danificação de estradas de rodagem, linhas telegráficas,

⁷⁴ Estamos chamando de “danos morais” os sentimentos desencadeados a partir do arrombamento do açude: fim do sonho da construção do Orós, medo da morte, sofrimento ocasionado pelo deslocamento e pelo retiro em acampamentos, fome e doenças enfrentadas, além da ambiência humilhante decorrente do uso político do evento como trataremos no tópico anterior.

paralisação das atividades comerciais, entre outros” não foram contabilizadas (LEITE, 2009, p. 109).

Relatórios feitos e prejuízos identificados, a ajuda parece ter custado chegar. No entanto, ao consultar as fontes, percebemos que o apoio imediato pode até ter sido satisfatório, porém a ajuda de longo prazo e o projeto de restaurar a região encontrou diversos percalços. A notícia de março ainda repercutiria muito em maio de 1960 quando Jorge Furtado Leite, deputado cearense eleito pela UDN decidiu denunciar o presidente Kubistchek na tribuna do Congresso Nacional diante da morosidade do poder público para auxiliar a restauração da região.

[...] Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho um assunto mais grave que merece toda a urgência: a reconstrução das casas destruídas pelas águas incontroláveis. Em consequência, existem cerca de 100.000 pessoas jogadas à miséria pela enchente proveniente do arrombamento do Açude Orós.

Assim, Sr. Presidente, compreendo que a responsabilidade pelo sofrimento daquela gente é do Governo Federal. Portanto, este assunto não pode sofrer delongas. [...] Não faço um apelo ao presidente da República e sim um protesto contra a morosidade das providências em um assunto de tamanha importância. (BRASIL, 28 mai. 1960, p.3637).

As divergências entre as figuras em questão não podem ser ignoradas, no entanto, ficou clara a morosidade com a qual os eventos foram encarados, diante da necessidade da reconstrução da zona jaguaribana como conclamaram jornalistas, autoridades eclesiásticas, população em geral e os políticos locais e nacionais em suas respectivas tribunas parlamentares, dois meses depois do arrombamento do açude.

No entanto, algo de maior estava por trás do discurso do Dep. Furtado Leite. Descobriríamos depois que o deputado poderia ter sido ainda mais duro e acintoso em suas exortações e denúncias.

Após o arrombamento do açude, o Governo Federal e o Congresso Nacional organizaram um CPI – comissão parlamentar de inquérito para investigar os acontecimentos ocorridos no Orós. O periódico carioca Correio da Manhã noticiou entre os dias 01 e 02 abril de 1960 que o deputado udenista baiano Alves Macedo havia conseguido “em menos de 24 horas, mais de 145 assinaturas” para a instalação da comissão de inquérito, quando eram necessários apenas 111 signatários.

Pelo que previa o requerimento, a CPI do Orós tinha objetivos simples. A saber, compreender

1 – a extensão dos danos resultantes das enchentes ocorridas nos Estados do Nordeste, bem como formular projetos de lei objetivando a indenização dos prejuízos decorrentes;

2 – Verificação da distribuição da assistência às vítimas das enchentes em todas as suas modalidades e em valor por Estados atingidos;

3 – Apuração das causas do rompimento da barragem do açude de Orós e as responsabilidades diretas ou indiretas pela ocorrência, bem como de outras obras públicas que tenham ocasionado danos à população. (Grifos nossos) (Correio da Manhã. 02 abr. 1960).

Esperava-se da comissão um alcance pleno que compreendesse o cenário ocasionado pelas enchentes do ano de 1960, durante sua quadra invernal. No entanto, como bem denota o terceiro ponto do requerimento, havia um foco no caso de Orós que, dentre outras questões, trazia à baila questões político-partidárias e colocava sob suspeição a figura do presidente Juscelino Kubistchek.

Como já dissemos, a construção do açude Orós foi parte integrante da política nacional-desenvolvimentista defendida por Kubistchek em seu Governo. A pauta das grandes obras o faz ser lembrado como homem da técnica e da transformação ainda nos tempos de hoje. No entanto, como veremos a seguir, não demorou muito para que as imagens de Orós começassem a cair no esquecimento, motivado, dentre outras questões, pelo destaque que políticos e imprensa passaram a dar para a construção de Brasília, a nova capital federal, inaugurada quando os problemas ocasionados pelo rompimento do açude nordestino ainda eram uma realidade concreta.

Em 05 de abril, o Correio da Manhã, na página em que publicava comentários de caráter editorial não-assinados, trouxe, logo abaixo de seu editorial principal, um texto direcionado aos trabalhos que seriam desenvolvidos na investigação do caso de Orós. O redator dedicou parte de sua crítica ao engenheiro Maurício Joppert, presidente do clube de engenharia, ex-ministro de Viação e Obras Públicas, indicado pelo presidente Juscelino para presidir uma comissão de técnicos que investigaria o que houve de Orós. O texto, já em seu título, apresentava a opinião do jornal sobre a comissão: TAPEAÇÃO.

O caso de Orós é um microcosmo da República no seu precário estado atual. A horrenda catástrofe não pode ser explicada, pois foi fruto de omissões e falhas técnicas e administrativas, mas seria pelo menos aceita se os responsáveis, honestamente, concedessem um mínimo. Tal concessão seria como dizer que houve erros mais que esses erros valeriam para o futuro, valeriam como uma garantia de que serão doravante evitados.

Para apurar os erros e usá-los como barragem contra futuros erros, pedimos, desde o primeiro instante duas comissões de inquérito, nomeadas pelo próprio governo, para investigar o lado técnico e o lado administrativo do drama de Orós. A intenção era apurar como e se falharam os engenheiros e como se falhou o governo, em matéria do fornecimento de recursos para atender à construção do Açude.

Ontem, recebemos notícia que o Ministro da Viação resolvera constituir a comissão técnica, indispensável principalmente desde que o sr. Celso Furtado, superintendente da SUDENE, declarou a este jornal, baseado na opinião de engenheiros, que as falhas técnicas eram imensas na construção do açude. A comissão seria constituída pelo presidente do Clube de Engenharia, sr. Maurício Joppert, ex-ministro da Viação, e pelos senhores Otávio Cantanhede e Canedo Menezes. A confirmar a notícia, recebemos cópia de carta em que o ministro da Viação, sr. Amaral Peixoto, convida um engenheiro Joppert para presidir a comissão. Diz Amaral Peixoto que o

desastre “não têm fugido à crítica apressada, que muito se confunde e desvirtua a verdade”. Assim, “com o propósito de deixar a opinião pública elucidada através de um estudo seguro e desapaixonado daqueles fatos, é que resolvi constituir uma comissão de técnicos” e “fixar-me no ilustre amigo”.

Perfeito. Era de se dizer o ministro, seguindo a nossa sugestão e de deputados para nomear engenheiros neutros que estudassem o caso tinha, tomado a iniciativa correta. Acontece que o “ilustre amigo” Joppert não tem mais nada de neutro no caso. A “O Globo” de ontem, página 17, com uma desenvoltura muito desenvolvimentista, declarou o ilustre amigo: “Não conheço o projeto da barragem de Orós mesmo porque não lhe deram publicidade. (...) O que houve, entretanto, foi que a cheia ultrapassou as previsões (...) O que é certo é que a barragem foi bem feita, pois resistiu à pressão das águas e ao transbordamento”.

O ilustre amigo, assim, não conhece o projeto, não sabe coisa nenhuma da barragem, mas garante que açude quando chove arrebenta e que a barragem foi bem feita pois resistiu (?...) à pressão das águas. O laudo do presidente da Comissão, assim, já foi dado. Para que manda-lo ao Orós, que ele ainda não viu, nem leu, mas do qual gostou de olhos fechados?

Ontem, tanto nosso correspondente no Nordeste (confirmando que faltaram recursos e citando, para prova-lo, os apelos da Assembleia Legislativa do Ceará ao governo, em novembro do ano passado) e o sr. João Agripino, em discurso na Câmara, confirmaram os erros que temos apontado.

Precisamos, portanto, das duas comissões. Mas com laudos prévios, não. Pedimos comissão, não pedimos tapeação. (Correio da Manhã. 05 abr. 1960, p.06).

A partir da leitura desse artigo, apontamos para duas importantes questões: a criação de uma comissão de técnicos para investigar o que houve em Orós e a postura enfática do jornal, que passara a desenvolver uma trajetória de crítica às escolhas governistas.

Sobre a primeira observação, logo vimos a confirmação de seu surgimento; sobre a segunda, no dia seguinte, o mesmo Correio da Manhã publicava uma carta do engenheiro Maurício Joppert, na qual se declarava impedido de compor a comissão, confirmando a ideia de que, naquele tempo, a imprensa era levada em consideração pelos homens da política e pelas mais diversas figuras públicas..

Imagem 39: Correio da Manhã. 06 abr. 1960. p. 06



Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

No corpo da notícia, declarava o engenheiro:

[...] Ponderando sobre o honroso convite, sinto-me impedido de aceita-lo por motivos que V. Exa. certamente reconhecerá como justos.

É que conhecendo pessoalmente a situação de Orós antes da construção da barragem que agora ali se eleva e familiarizado de longa data com os problemas nordestinos procurei compreender o que realmente acontecia através das notícias exageradas ou contraditórias que chegavam levando aos meus colegas que bravamente lutavam para salvar a obra em execução e absorver os efeitos da engenharia sobre o Vale do Jaguaribe, uma palavra de ânimo e conforto.

Essa atitude pode ser explorada contra mim e contra meus elevados propósitos criando ao mesmo tempo uma situação de constrangimento aos dois outros engenheiros que V. Exa. convidou para completarem a comissão que deverá examinar a barragem do Orós e as possibilidades de reconstrução da parte danificada (Correio da Manhã, 06 abr. 1960 p. 06 e 13).

A partir da observação da cronologia dos fatos que se seguiu à escrita da carta, à publicação da mesma e as críticas feitas a Joppert pelo Correio e outros periódicos, entendemos que o presidente do clube nacional de engenharia sentiu o peso político de suas declarações anteriores e, por conseguinte, tal relação com sua escolha para assumir a presidência da comissão. Para os críticos do Governo, sua permanência criaria uma celeuma que logo seria vista, principalmente, na escrita e nos discursos dos adversários do Governo.

Celso Furtado, presidente da SUDENE, assumiu a presidência dessa comissão de técnicos e, meses depois, o Correio da Manhã publicava o seguinte editorial, aumentando ainda mais a polêmica em torno dos fatos ocorridos em Orós, ao comentar os resultados apresentados pela comissão.

Orós Arquivado

Criada pelo presidente da República para fazer o levantamento das destruições causadas pelo arrombamento do Açude de Orós, a Comissão Interministerial de Tombamento presidida pelo Sr. Celso Furtado fez seu imenso trabalho no prazo recorde de 45 dias. A comissão recenseou toda a zona flagelada que compreende treze municípios onde se examinaram 10.200 propriedades danificadas. Cerca de 100 mil pessoas sofreram de alguma forma com arrombamento do açude.

Tendo-se em vista a extensão da área e o número de pessoas envolvidas, o total dos prejuízos a indenizar é extremamente pequeno: 205 milhões de cruzeiros. Qual a razão? O próprio Celso Furtado, superintendente da SUDENE, nos deu a explicação, em entrevista ao *Correio*:

“Como os danos médios por propriedade foram de apenas 20 mil cruzeiros, e por pessoa de 2 mil, pode-se deduzir quão baixo é o nível de vida da população do Vale do Jaguaribe.”

A destruição foi intensa, mas o que havia destruir era pobre. O Vale do Jaguaribe não é de latifúndios na concepção do Sul: todas as propriedades precisam dar para o Rio para produzir alguma coisa. Mas há mesmo assim os grandes carnaubeiros e salineiros que tremem quando ouvem falar em reforma agrária naquele vale. Isto, porém, é outra história, de que já temos tratado nestas colunas.

O que importa agora é registrar o fato de que em tempo exíguo a comissão de tombamento fez seu rigoroso trabalho e já apresentou ao governo federal a conta pagar as suas vítimas e às vítimas do Departamento Nacional de Obras contra as Secas. A comissão, exatamente limitou ao Jaguaribe seu balanço da tragédia porque as enchentes que assolaram as outras zonas do Nordeste foram obras da natureza. **No Vale do Jaguaribe foram obras do governo. Uma tragédia pré-fabricada.**

O governo precisa indenizar rapidamente essas pobres vítimas. Um crédito especial depende da aprovação do Congresso, levaria muito tempo a ser aprovado. A solução certa seria o Presidente da República, abrir um crédito extraordinário já que a região continua em regime de emergência, guarnecida por tropa do exército. O levantamento foi feito. Agora é pagar.

O que merece reparo, o que causa estranheza e escândalo é que a Comissão de Tombamento tenha executado todo esse trabalho em um mês e meio e que nada se ouça sobre a Comissão de Inquérito, a dos técnicos que devem dizer a nação quais foram as causas do arrombamento da barragem de Orós. A nação está farta de saber, praticamente desde os últimos dias de março, quando ocorreu a catástrofe, o que

houve. Confiante na seca, o DNOCS ansioso por entregar o Presidente da República o Orós para inauguração festiva, entrou pela estação chuvosa com a barragem por acabar e sem fazer um sangradouro provisório.

Para abrir o sangradouro provisório era preciso interromper a construção da barragem e portanto adiar data da inauguração. Tudo indicava que ia haver uma seca. Lançado às urtigas a ética profissional, os técnicos do departamento de secas disseram a si mesmos: “Ora, não vai chover não. Se chover, quem quiser que se dane.”

Danaram-se 100.000 pessoas com inundações.

É isto que o inquérito teima em não revelar. Se não é isto, porque não se manifesta? Examinar uma barragem rompida é uma questão de olhar a referida barragem e examinar algumas ordens de serviço. Não é fazer um levantamento de dez mil propriedades inundadas.

Como o Relatório Ramagem sobre Departamento de Secas, o relatório da Comissão de Inquérito sobre a catástrofe do Orós ficará para sempre nesse limbo da vergonha nacional que são os arquivos onde se trancam a sete chaves as investigações incomodas. A Nação exige – já que se ligam como causa e efeito – o Relatório Ramagem e a investigação sobre Orós. (Grifos nossos) (Correio da Manhã. 10 jul. 1960. p. 06)

No texto, a primeira repercussão de dois fatos importantes para essa história: o teor revelador do relatório apresentado pela comissão de técnicos e a ausência de manifestações da CPI do Orós, denunciada pelo periódico como inepta e conivente com a desgraça, diante de tão “incômoda investigação”.

Mais uma vez, no cruzamento das fontes, encontramos uma aproximação entre o que revelava o relatório da Comissão interministerial, liderada pelo então presidente da SUDENE e os dados discutidos aqui no início do tópico, encontrados na obra de Pedro Sisnando. Não obstante, é preciso dizer, que não ficou claro durante a pesquisa se os relatórios aqui trabalhados são os mesmos. No entanto, é possível afirmar que há grande ascendência do material feito pelo grupo de Pedro Sisnando sobre o apresentado pela SUDENE. Algumas informações são reproduzidas em ambos. Por exemplo, a informação de que a localidade de São João do Jaguaribe foi a mais atingida e, por conseguinte, concentrava a maior parte dos prejuízos em edificações, é uma delas.

Outra informação que se repete são os valores totais dos prejuízos nas obras de alvenaria e agricultura. Há ainda um indício de que o relatório feito pelo ETENE/BNB foi enviado à SUDENE (LEITE 2009, p. 18) e na entrevista reproduzida pelo Correio da Manhã, Celso Furtado afirma que “foram constituídas várias equipes de agrônomos, topógrafos e outros técnicos que visitaram todas as propriedades que sofreram danos provocados pela enchente”, (Correio da Manhã. 06 jul. 1960, p. 14) corroborando a composição e a metodologia utilizada pela equipe de Pedro Sisnando.

Essa experiência pode nos proporcionar um infinito universo de interpretações mesmo diante de tantas lacunas com as quais podemos nos deparar na operação historiográfica da

construção da narrativa. O documento – essa “testemunha” do passado nos aproxima de tal território distante e tenta nos dar condições de compreensão de um universo que não existe em completude entre nós. (LOWENTHAL, 1999. p. 74) E no caso aqui das duas fontes aqui tratadas, podemos afirmar que há certa aproximação entre os registros feitos por ambos, mas usos e pelo menos uma conclusão diferente.

Enquanto o pesquisador do ETENE/BNB revelava sua preocupação em registrar a situação da área, estimar os prejuízos e fazer um estudo quase que etnográfico dos municípios visitados, Celso Furtado apresentou, a partir do relatório, uma leitura social do fenômeno, passível de várias interpretações. No dia anterior ao posicionamento do jornal, feito no editorial aqui transcrito, o Correio da Manhã trouxe uma entrevista com o superintendente da SUDENE, em que deixava clara sua leitura sobre as enchentes agravadas pelo rompimento do Orós. Na entrevista, Furtado disse:

Como os danos médios por propriedades foram de apenas vinte mil cruzeiros e, por pessoa, de dois mil, pode-se deduzir quão baixo é o nível de vida da população do Vale do Jaguaribe vítima do trágico arrombamento do açude Orós. Sendo tão grande a área atingida e tão vasta a destruição, o valor total dos danos é relativamente pequeno, o que vem confirmar a extrema pobreza ali existente. (Correio da Manhã. 06 jul. 1960. p. 14).

Celso Furtado parecia esperar um numerário extraordinário face à destruição do cenário construído na imprensa e nos discursos políticos, bem como diante daquilo que ele mesmo pudera constatar, visto que foi um dos integrantes da primeira comissão de líderes a visitar a região logo após o transbordamento do açude, grupo este que contava com a presença do presidente Juscelino. A constatação feita por ele foi diferente: “embora grande a destruição, os prejuízos eram *relativamente* pequenos em face da pobreza extrema da região.” (Correio da Manhã. 06 jul. 1960. p. 09).

A leitura desse documento recupera a leitura de vários discursos e usos de tais discursos sobre a restauração da zona jaguaribana e nos oferece uma possível interpretação dos desdobramentos sociais do fenômeno ocorrido em Orós para as cidades atingidas pela cheia: a de que era urgente restaurar a zona Jaguaribana e ajudar no processo de desenvolvimento da região. Constatada a pobreza daqueles que lá viviam, agora, mais que reconstruir o açude e recuperar as edificações era necessário proporcionar àquele povo, sua saída da condição de miséria. A julgar pela trajetória de Celso Furtado e as bases sobre as quais a SUDENE foi criada, estávamos diante de pelo menos mais uma diferente apropriação feita em torno do microcosmo da história da construção do Açude Orós.

Ao contrário do que se possa pensar, nossa leitura é de que Celso Furtado, diferente do que fez outros políticos ao tentar criar heróis para a mitologia do Orós, não quis diminuir a

catástrofe. Pelo contrário. Com sua leitura, explicitou que a tragédia já existia na região antes mesmo da quebra da barragem e que com o fato, teria sido, infelizmente, agravada de forma cruel.

A saída mais óbvia, além de ajudar os moradores da região na reconstrução de suas moradias, era proporcionar as melhores condições possíveis para reiniciar a agricultura familiar na região, tal como era antes do arrombamento. E foi possível ajuntar alguns detalhes desse intento como já pode ser visto no tópico anterior, quando noticiada a retirada do exército da zona flagelada, que, naqueles dias do final do mês de abril, distribuía “enxadas, sementes, arames e lonas”.

O desenvolvimento agrícola e a “salvação pela terra” eram ideias antigas que cientistas, técnicos e políticos não se melindraram em reaproveitar nem os periódicos se furtaram registrar.

Em julho de 1960, o projeto de “Orós” como um todo, permaneceu na luta por sua efetivação. No entanto, outra situação passou a compor o cenário: o medo do esquecimento. Se recuperarmos a pesquisa, em 20 de abril de 1960 – menos de um mês do arrombamento do açude, os editores do Correio da Manhã, na Coluna *Tópicos e Notícias*, registravam tal ideia pela qual, pensavam os editores do jornal, a tragédia do açude sucumbiria, reafirmando um típico e velho comportamento do país.

Vai caindo no mais brasileiro dos esquecimentos a *tragédia* de Orós. Quando alguém fala nisso, isto é, no bárbaro assunto do açude que criou uma catástrofe porque se encheu de água, muita gente já diz: “Ih, já está pau esse negócio do Orós!” O Orós foi o edifício S. Luiz Rei dos açudes. Lembram-se ainda do Edifício S. Luiz. Rei, do pobre asilo de velhos? Era uma construção perfeita, da cintura pra cima. Ruiu um dia com fragor como se fosse uma flor de haste decepada por uma criança. Os alicerces tinham sido plantados em terra mal estudada, apesar de ser tudo aprovado pelos fiscais da prefeitura, muito sisudos quando se trata de multar alguém.

O açude cearense também era uma obra ciclópica, uma meta fabulosa, mas foi feito com displicência, na base do “Deus é brasileiro”. Não tendo o açude ficado pronto, como era prometido, até março deste ano, era indispensável fazer um sangrador temporário para o caso de virem as chuvas da estação chuvosa. Mas o DNOCS resolveu que não se podia perder tempo sangradouros, que este ano não ia chover não, que açude no Brasil se faz no peito e na raça.

Choveu. O açude tornou mais miseráveis ainda os miseráveis do Vale do Jaguaribe. E cada dia se fala menos no assunto, enquanto vago inquérito se arrasta como uma lesma na lama já seca da inundação. (Correio da Manhã. 20 abr. 1960. p. 06).

Nas publicações cearenses, a reconstrução do açude e a concretização da promessa da entrega do sonho cearense antes do final daquele ano, foi frequentemente revisitado até janeiro de 1961. Mas no decorrer do ano, diante de um cenário político nacional e internacional de grande efervescência, o tema foi estiolando, tal como aconteceu nos

discursos dos parlamentares cearenses, tanto na nova capital da República quanto em Fortaleza, salvo em momentos específicos, quando era divulgados resultados das inúmeras investigações motivadas pelo arrombamento do açude.

Durante certo tempo, os documentos do DNOCS também trataram o Orós como um estranho, seja em 1960 ou nos anos subsequentes, como veremos no próximo capítulo. O relatório oficial do órgão do ano da catástrofe não descreveu as minúcias enfrentadas em 1960, nem tampouco ofereceu elementos para uma interpretação mais profunda do período. Para fazermos justiça, a lembrança da cheia de 1960 e do rompimento da barragem é trazida, com força, apenas nas fotos, que ilustram todo o relatório daquele ano, mas sem relação com o texto e sem descrição apropriada das mesmas.

No segundo semestre de 1960, as notícias sobre a reconstrução do açude foram dando conta de um novo projeto para a região jaguaribana que passava, principalmente pela reconstrução do açude. O Correio da Manhã, dentre outras questões, noticiou o desejo do presidente Kubistchek em inaugurar o Orós em 15 de novembro daquele ano (Correio da Manhã. 03 jun. 1960. p. 04), a chegada de mais máquinas para a continuação dos trabalhos (Correio da Manhã. 13 jul. 1960. p. 22) e os decretos presidenciais de abertura de crédito para a continuação da obra em vários momentos (Correio da Manhã. 09 jul. 1960. p. 06, 22 nov. 1960 e 10 dez. 1960).

No Ceará, o jornal O Povo noticiou o andamento das obras (Máquinas para o Orós chegarão na quarta-feira. O Povo. 04 jul. 1960. p. 08), o estudo feito pela SUDENE e a divulgação das indenizações a serem pagas às cidades atingidas pela enchente (Total das indenizações. O Povo. 09 jul. 1960. p. 02), a falta de verbas para construção do açude (Orós em construção pelo crediário. O Povo. 21 jul. 1960. p. 02 e Recursos para a reconstrução do açude Orós. O Povo. 09 ago. 1960. p. 05), a defesa do trabalho do DNOCS feita, na grande maioria das vezes por seus técnicos e parlamentares ligados ao presidente Juscelino Kubistchek (Seminário de Orós aprovou a construção da barragem. O Povo. 05 set. 1960. p. 05) e os problemas operacionais da construção na visão de políticos (A construção do açude Orós. O Povo. 19 set. 1960. p. 05).

E assim, o açude de Orós foi sendo registrado até janeiro de 1961 quando foi inaugurado definitivamente, porém, ainda incompleto – sem sangradouro e sem um projeto para o futuro, visto que a irrigação de suas vazantes, a produção de pescado e a perenização do rio ainda demorariam muito para se tornar uma realidade.

Em 1961, o Jaguaribe seria novamente “abraçado” pelo concreto e diante dessa nova tentativa, um novo tempo estava pronto para nascer. O que se desejava à região era

desenvolvimento e fartura para além da vontade da natureza. A iniciativa de aprisionar o rio deveria, por sua vez redimir o sertão Jaguaribano com fartura o ano inteiro, por causa de um rio perene, com chances de, por exemplo, as terras férteis do Vale, oferecerem mais que uma colheita por ano.

Era para se um “novo tempo” inspirado por novos sentimentos. No entanto, antes de tudo isso acontecer, o que se viu foram novos episódios gestados a partir da dinâmica relacional disposta entre a ciência, a política e a natureza.

5. Rio Jaguaribe e Açude Orós – Técnica, Política e Natureza

Até 06 de janeiro de 1961, o Açude Orós foi assunto levemente registrado nas páginas dos jornais, nos discursos dos parlamentares cearenses da Assembleia Legislativa e do Congresso Nacional, nas conversas de esquina das cidades jaguaribanas e, com relevante suspeita, prioridade nos corredores do DNOCS e do Ministério de Viação e Obras públicas do Governo Federal.

Uma catástrofe sem precedentes colocara o Açude na prancheta de jornalistas, técnicos e políticos, sem citarmos o cidadão comum, ciente que a profecia que relacionava mar e sertão havia se realizado, pelo menos enquanto prenúncio, visto que a barragem, mesmo debilitada e com 30% a menos de sua parede inicial, continuava cheia, a verter o “sangue do Ceará”, tal como preconizara Demócrito Rocha, num poema, trinta e um anos antes.

A ordem era inaugurar a barragem que, retomada sua construção em 1958, depois de 32 anos paralisada (as obras iniciadas em 1921 foram interrompidas durante enchente ocorrida em 1924), considerada finalizada em dezembro de 1959 (é preciso lembrar, como já dissemos em nota, que a primeira data de entrega da barragem, programada pelo Governo de Juscelino Kubistchek foi o simbólico 15 de novembro daquele mesmo ano) e destruída em março de 1960, precisava, finalmente passar a servir o povo cearense, com a promessa da perenização do Rio Jaguaribe e a irrigação de 25.000 km² do fértil vale homônimo ao regato.

No entanto, organizando o caos da história, vivenciado através dos múltiplos registros em torno dos acontecimentos ocorridos em Orós no ano de 1960, descobrimos outras nuances desse mesmo projeto. Uma grande ausência se revelou durante a pesquisa feita nos jornais, nos documentos oficiais do órgão federais responsáveis pela obra e nas casas legislativas que acompanharam o desenvolvimento dos fatos.

Nesse estudo, exercitando a sinceridade na história, definida a partir da reflexão de LOVATTO (2014, p. 48) a respeito da obra de BASBAUM (1986), queremos dizer que, ao defender o argumento a seguir, pagaremos algum preço, que neste caso, será alto, a ser cobrados pelos defensores da política de açudagem e da herança do governo de Juscelino Kubistchek.

Isto é, mesmo depois de revisitado pela história, redescoberto pela política partidária, de evidenciado pela engenharia, de colapsado pela natureza que se dispôs controlar, de reerguido pela força da catástrofe, o açude Orós, pelo menos até 1964 não serviu para “quase nenhum” de seus propósitos.

A bem da realidade das evidências históricas, para uma coisa serviu a barragem entre 1961 e 1964: reter a água do rio, mas não sem antes disseminar, apesar de tudo e novamente, o medo, a incerteza e a frustração para aqueles que, em sua trajetória como servidores públicos, agricultores, proprietários de terra na extensão da ribeira do rio que corre pelo Baixo Jaguaribe ou simplesmente, moradores da região, acompanharam o nascimento daquela obra pública de combate à seca e convivência com o semiárido. Ou seja, colocar entre aspas o termo “quase nenhum” é tão somente uma tentativa de fazer com que a força das palavras e a opressão que o tempo presente faz sobre o tempo passado não releguem a essa tese um rótulo negativo.

Foram necessários três anos para que os campos da política, da técnica e da natureza resolvessem minimamente seus conflitos, se é que conseguiram. A busca por saber os motivos pelos quais o açude arrombou, feita através de investigações políticas e científicas, se arrastou por pelo menos dois anos. Aliado a isso, a mudança operacional da sede do DNOCS do Rio de Janeiro para Fortaleza inviabilizou diversos processos em curso naquele órgão durante o mesmo período.

Por fim, no que diz respeito à técnica e a ciência, o Orós funcionou em seu limite operacional durante todo esse tempo, cuidando veementemente da instabilidade da parede da barragem, que acumulava água da quadra chuvosa por pelos menos três anos seguidos (1961-1963) até a construção de seu sangradouro em 1964.

Neste capítulo, a intenção é promover um diálogo entre as evidências escritas no período (jornais, documentos do DNOCS, atas e notas taquigráficas das Assembleias Legislativa do Ceará e do Congresso Nacional, opúsculos, estudos etc.) e registrar um conjunto de ausências igualmente vislumbradas a partir desses mesmos registros.

Nessa primeira parada, o tópico se debruçará sobre as intrigas políticas em torno da eficácia da construção de açudes. Para além do açude Orós, outra obra significativa entrará no escopo desse estudo: o açude Banabuiú. Intimamente ligados, logo após os acontecimentos de 1960, a obra inacabada desse outro açude entrou igualmente em destaque evidenciando as repetições da história e revelando inúmeros conflitos não resolvidos na trajetória de Orós.

Na segunda parada, o objetivo é entender como a transferência da sede do DNOCS da cidade do Rio de Janeiro, antiga capital da República, para Fortaleza impactou nas políticas públicas desenvolvidas pelo órgão. Que intenções e conflitos foram evidenciados com tal atitude e que consequências para a história do órgão serão abordados no tópico.

Por fim, faremos uma leitura política da natureza buscando entender os alcances da tese que defendeu durante grande parte do século XX, a política da açudagem com saída para

seca, enchentes e convivência com a situação da região semiárida do Nordeste do Brasil. Depois de tudo o que aconteceu, seria legítimo perguntar para que e a quem servem os açudes?

Eis o caminho a seguir. No primeiro tópico, a(s) política(s) erigidas em torno do mítico acontecimento do arrombamento do açude é/são o objeto principal de nossas reflexões. Para tanto, uma pergunta nos guiará sob os véus da história: para além de todos os conflitos “rolados rio abaixo” nas cidades do Jaguaribe, no cenário estadual e nacional com o rompimento do açude, que outras intrigas ficaram sedimentadas na parede do Orós?

5.1. Reconstruído o açude, e agora? - Intrigas e disputas concretadas nas paredes dos açudes

Não sou eu quem repete essa história.
É a história que gosta de uma repetição.

Rebichada – Chico Buarque, Henriquez e Bradotti.
Do musical os Saltimbancos

Nos anos em que a quadra chuvosa foi generosa, ao ver açudes cheios de água, alimentando as bacias hidrográficas dos seus rios e servindo, teoricamente, às comunidades nas quais estão instalados, somos levados pela força de um presente vivo a olhar para os eventos que se desenrolam no tempo do agora, que parcamente não damos conta da trajetória desses objetos, obras e sujeitos.

No sertão do Ceará, no fim dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, para além do reservatório de Orós, gigante combalido pela natureza e pelos homens, o DNOCS era responsável por dezenas de açudes a acumular terra nas encostas de seus boqueirões, seja como único e principal construtor ou através da açudagem em cooperação, mecanismo pelo qual o Governo Federal construía açudes em propriedades privadas, garantindo pelo menos, 50% dos custos da obra.

Nos relatórios entregues por aquele órgão ao presidente da República entre os anos de 1959 e 1964, uma quantidade significativa de açudes estava em construção em todo o Nordeste, fossem novas obras ou em complementação.

Segundo o Relatório do DNOCS de 1959, em 31 de dezembro daquele mesmo ano, 57 açudes públicos estavam em construção, das quais 11 obras encontravam-se paralisadas. (DNOCS. 1959, p. 61) Quando o assunto era açudagem em cooperação, em 1960, o número de obras era de 225 açudes em construção, sendo que 44 destes reservatórios estavam com suas obras paralisadas “por razões alheias ao DNOCS.” (DNOCS. 1960, p. 80).

Realizando um salto temporal nos documentos e no tempo, em 1964, após a transformação do DNOCS em autarquia, o corte de verbas preconizado pelos dirigentes do órgão na imprensa e nas páginas desse mesmo relatório e após os primeiros movimentos da ditadura civil-militar instalada no país a partir de abril daquele ano, o Departamento ainda registrava a construção de 37 açudes públicos e 13 em regime de cooperação (DNOCS. 1964, p. 09).

A questão é antiga. Ainda no Séc. XIX, as evidências apontam para um processo de grande investimento – de recursos financeiros e força ideológica, numa teoria que se mostraria vencedora durante quase todo o século XX.⁷⁵ A construção de açudes foi a saída mais utilizada por políticos e técnicos no combate à seca e convivência com o semiárido. No entanto, o que se vê nas páginas desses documentos oficiais é a manutenção de um jogo político que se construiu no esteio do favorecimento personalizado que chega até nós através de números que traduzem um ambiente de incompletude. Nos relatórios do DNOCS, a descrição dos números da açudagem é sempre disposta entre açudes construídos e em construção.

Para além das razões lógicas, terminar o ano civil com todas as obras finalizadas era difícil. Logo, é plenamente viável questionar essa dinâmica através de um viés metodológico que coloca em evidência o papel do Estado nesse setor da administração pública. Dizendo melhor, é óbvio que faltarão recursos para açudes públicos quando se investe em quantidade semelhante em açudes particulares.

O que pode ser visto em torno dos anos é uma quantidade de conflitos e inadequações do papel dos açudes na convivência com a natureza da região, quando nos debruçamos no estudo destas obras que ficaram inacabadas por anos. O Orós é um retrato desse argumento e, adiantando as páginas dos documentos oficiais, as notícias dos jornais e os relatos de memória, não somente ele.

Inaugurado (em tese), o Orós, outro personagem entrou em cena: o Banabuiú.

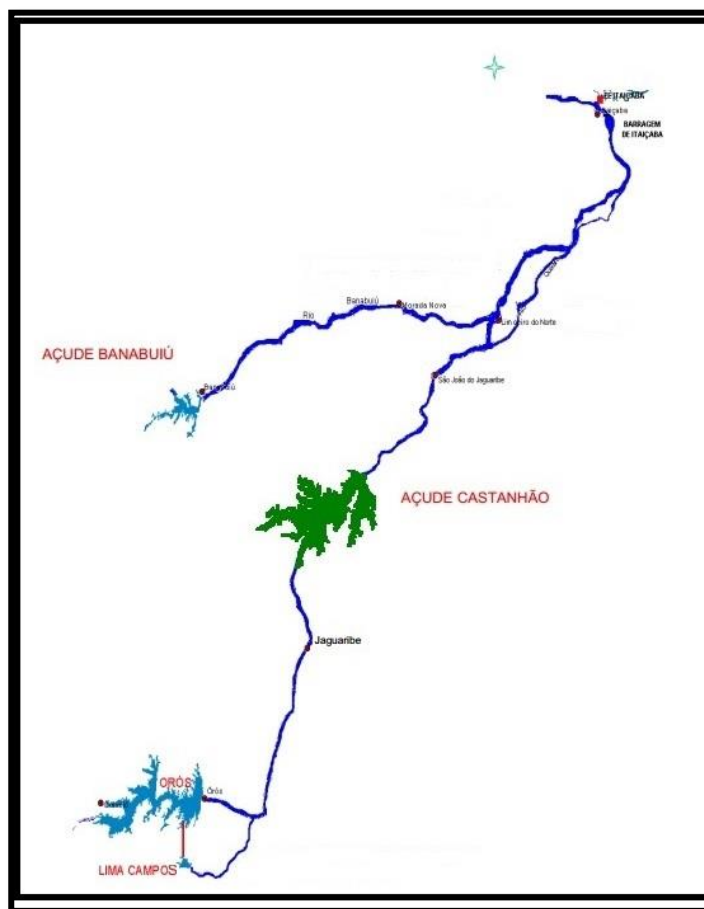
Atualmente nominada Barragem Arrojado Lisboa, o açude Banabuiú é mais um personagem destacável na história da água no Ceará. Localizado atualmente na cidade que carrega o mesmo nome, a barragem compartilhou com o Orós os sentimentos do esquecimento, do medo e da esperança.⁷⁶

⁷⁵ Sobre o discurso científico no Século XIX, consultar o trabalho de MONTEIRO (2012) e sobre a discussão teórica em torno da construção de açudes ROCHA (2006).

⁷⁶ Segundo IBGE (2010), o município de Banabuiú nasceu originalmente da comunidade de Laranjeiras, antigo distrito de Quixeramobim. O povoado tornou-se o núcleo central do município de Banabuiú e teve tendo sua

Iniciada sua construção em 1952, os trabalhos na barragem sofreram uma série de paralisações. Durante os anos iniciais da década de 1960, os trabalhos foram reiniciados, sendo intensificados em 1963, quando os jornais, passam a noticiar sua conclusão. No entanto, em janeiro de 1961, no mesmo mês da “falsa” inauguração de Orós, o açude Banabuiú tornou-se destaque, reavivando na memória dos cearenses os sentimentos da catástrofe.

Imagem 40: Sistema de Açudes Banabuiú – Orós - Castanhão



Fonte: SILVA, COSTA, LIMA & LIMA, 2006.⁷⁷

Na capa de O Povo de 13 de janeiro de 1961, Orós e Banabuiú dividiram a atenção dos leitores. No texto da reportagem, o editor destacou a principal questão para a inconclusão do açude: a falta de verbas.

O clichê acima focaliza um aspecto da barragem do Banabuiú, cuja construção ainda não está terminada. **A paralisação dos trabalhos da grande barragem por falta de**

autonomia política declarada pela primeira vez no ano 1918 através da Lei nº 1.613. No entanto, Laranjeiras voltou à condição de distrito de Quixadá em 1938 com a publicação da Lei Nº 448/1938. Em 1943, a comunidade de Laranjeiras recebeu a denominação de Banabuiú, mas somente em 1988 foi elevado em definitivo à categoria de município. A cidade cresceu em torno da construção do açude. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/banabuiu.pdf>

⁷⁷ O mapa em questão é mais bem detalhado nos mapas dispostos nos anexos dessa tese.

verbas, está ocasionando sérias preocupações. Para sobre o Banabuiú as mesmas perspectivas de tragédia, a exemplo do que aconteceu ano passado, caso o inverno de 61, que já se prenuncia, comece logo, antes da conclusão da obra. Ante o perigo de um hipotético, mas provável, arrombamento, o Governador do Estado, por mais de uma vez, tem chamado a atenção do próprio chefe da Nação, solicitando a liberação da verba de 20 milhões reclamada pelo construtor do açude para a conclusão da importante obra. [...] (O povo, 13 jan. 1961. Capa).

Para além do caráter informativo, o texto jornalístico conservava outras características. Se a missão era dar aos leitores ciência dos acontecimentos, o jornal enquanto veículo que transmite um viés ideológico em suas produções também não se furtou de criar uma ambiência para sua notícia. Não bastasse a ênfase velada, porém pragmática do texto, a fotografia que acompanhava a composição textual levava o leitor a acreditar na possível reedição dos eventos recentes de uma enchente que, igual ou pior a ocorrida há pouco poderia ser, indubitavelmente devastadora.

Como dizia o texto, se chovesse antes do fim da obra, outro arrombamento, hipotético, era provável. A foto, do arquivo de O povo – isto é, não é seguro dizer que era uma foto do período em que a notícia fora publicada – que mostra homens e máquinas trabalhando, sobre a parede de um açude repleto d'água, prestes a transbordar, fazia qualquer um pensar que outra catástrofe era inevitável.

Imagem 41: Jornal O Povo 13 jan. 1961. p. 01



Fonte: Acervo da ACI.

A construção do Açude Banabuiú começaria a dividir atenção com os caminhos de Orós que ainda preencheria os editoriais dos periódicos locais e nacionais, todas as vezes em que se jogasse luz sobre seus acontecimentos, demonstrando que o debate sobre a eficácia dos açudes não estava superado.

De volta ao Orós, na mesma edição do jornal há registros de uma querela de caráter político protagonizada pelo deputado estadual Wilson Roriz e técnicos do DNOCS durante a inauguração daquela barragem. O líder do Governo na Assembleia acusou “o DNOCS de inaugurar o açude sem o mínimo de condições de suportar o impacto de uma grande enchente” já que a represa ainda não dispunha de sangradouro nem de galerias.

Relatou O Povo, reproduzindo o discurso do deputado na tribuna da Assembleia que o conflito ainda irradiou-se para a esfera pessoal quando, a mando de José Candido de Paula Pessoa, um dos técnicos do açude, o mecânico Antonio Caetano da Silva, intimou o deputado a retirar-se do canteiro de obras.

O burburinho notadamente político e pessoal descortinou uma série de questões de ordem técnica e desvelou outros conflitos, quando em seu discurso resolveu o deputado enumerar as questões a seguir. Para ele, o Orós era perigoso por causa de pelo menos mais dois motivos. Além da ausência de um sangradouro, lembrou o deputado a situação de risco que corria a cidade de Iguatu em face da acumulação e consecução da bacia hidráulica do açude.

Em 05 de fevereiro de 1961, noticiava o Povo em sua capa: “Iguatu ameaçado.” O teor da nota concentrava-se num único argumento: com as primeiras chuvas caídas na cabeceira do Rio Jaguaribe, o rio tomara água suficiente para prenunciar uma enchente na área correspondente à efetiva bacia hidráulica do açude Orós.

O assunto também era controverso e já havia sido campo de disputa através das ideias contrárias de técnicos e políticos ainda no ano anterior. Entre julho e setembro de 1960 o tema figurou nas páginas dos jornais e na tribuna da Assembleia do Ceará. De um lado, os engenheiros do DNOCS, capitaneados pelo construtor do Orós, Anastácio Maia; do outro o deputado Wilson Roriz, que insatisfeito com os estudos apresentados por tais engenheiros, insistia em discutir os impactos do açude naquela municipalidade.

Em reportagem publicada no dia 12 de julho de 1960, o Povo noticiou as informações dadas àquele periódico por José Calland, um dos membros da equipe de engenharia do DNOCS responsável pelo Orós. O quarto ponto do relatório esclarecia a situação da cidade de Iguatu:

De acordo com o mapa da bacia hidráulica – o engenheiro mostrou resultados baseados em estudos feitos por J. Jaguaribe em 1949; quando o Orós estiver sangrando em cota 205, as águas represarão no álveo do rio, debaixo da ponte da RVC (Rede Viária Cearense) em Iguatu. Sangrando com a cota máxima, as águas subirão mais um pouco, não determinando, porém a inundação da cidade. (Jornal O Povo, 12 jul. 1960)

A mesma reportagem referiu-se a campanha do deputado Roriz, líder do Governo na Assembleia pela revisão do projeto do açude, à época em reconstrução e ao que ele julgava ser o principal problema que o Orós ocasionaria à cidade de Iguatu: queria o deputado um novo levantamento cadastral da bacia hidráulica do açude. Referia-se obviamente o parlamentar às propriedades rurais atingidas pelas águas do açude, quando o mesmo chegasse a sua cota máxima.

Esse assunto, já tratado nos primeiros capítulos dessa tese tem seu exemplo mais emblemático na história de Guassussê, comunidade rural de Iguatu, submersa nas águas do açude, cujos moradores lutaram durante anos pelas indenizações de suas terras. Herotilde Honório, no livro igualmente já citado, relembra:

A falta de um planejamento social do DNOCS que atendesse às necessidades das pessoas a serem remanejadas, e as controvérsias das informações deixaram os moradores à mercê da própria sorte, por si, já desarticulados pelo inusitado da situação: expulsos de suas propriedades, sem indenização, sequer orientados para um novo assentamento (HONÓRIO, 2006, p. 89)

Em setembro de 1960, a convite do Rotary Clube de Iguatu, o engenheiro Anastácio Maia compareceu àquela cidade para uma audiência com centenas de pessoas e apresentou os estudos do DNOCS para a bacia hidráulica do açude. De acordo com o jornalista Júlio Braga, radialista da cidade e correspondente de O Povo, o engenheiro “sustentou e provou com dados técnicos a segurança absoluta da cidade de Iguatu.” (O Povo, 08 set. 1960).

Acontece que sem dados técnicos ou estudos avalizados por profissionais da engenharia, mas com a força da tribuna da Assembleia e a investidura do cargo, o deputado Wilson Roriz continuava a fazer afirmações e perguntas que permaneciam sem resposta. Após ampla cobertura dos jornais cearenses a respeito do Seminário de Orós, realizado naquela cidade no dia 04 de setembro de 1960, encaminhou o deputado à direção geral de O Povo, carta aos cuidados de J. C. Alencar Araripe, redator chefe do periódico. O jornal achou por bem publicar a íntegra da missiva no dia 19 de setembro de 1960. Sobre a situação da cidade de Iguatu, assim indagava o deputado:

[...] De tudo o que vi sobre o seminário, a maior preocupação dos que ali compareceram ou orientaram os seus trabalhos foi a demonstração de existência de projeto, plena convicção de que a barragem cheia não atingiria Iguatu, e que se não faltarem meios, a barragem estará construída antes do próximo inverno.

Tivesse o Orós um orçamento, seria concebível que não figurasse, com parcela de grande importância, o pagamento de indenizações das terras que seriam inundadas pela grande represa?

Por que não se disse em Orós, com que recursos contava o DNOCS para enfrentar o problema? Porque na realidade nada foi feito por aquele departamento até hoje nesse sentido apesar de todos os apelos e solicitações.

A grande objeção de alguns defensores exaltados do Orós é que, ou se faz o Orós assim, ou não se faz o Orós. Se não existe verba para a construção do açude quanto mais para as desapropriações... [...] (Jornal O Povo, 19 set. 1960).

O deputado continuava na carta a falar sobre a proposta da criação de diques ao redor da cidade, artifício de alvenaria usado para conter enchentes, destacando a ausência do projeto e orçamento para execução do mesmo e concluiu o texto, convidando o jornalista Alencar Araripe a visitar Guassussê e outras comunidades vizinhas no interior de Iguatu, a fim de que o mesmo pudesse atestar *in loco* o sentimento de abandono gerado pela situação em cerne.

O conflito continuou como um “nervo exposto” por muito tempo. Em 1961, os jornais começaram a noticiar o pagamento de indenizações aos moradores da bacia hidráulica do Orós. Por outro lado, os relatórios oficiais do DNOCS só registram os primeiros pagamentos em 1964, quando, segundo o documento, a respeito do Açude Orós aquele órgão pagou dois processos (somente em benfeitorias), aprovou 476 termos de ajuste e fez 597 desenhos das propriedades, conforme citamos no subtópico 2.2.1 dessa tese. (p. 83)

Algumas linhas do próprio relatório justificam tamanha demora: a transição pela qual passou o DNOCS nos últimos anos, primeiro com sua transferência do Rio de Janeiro para cidade de Fortaleza e por fim, sua autarquização, ocorrida em 1963.

Estes dois conflitos estão igualmente concretados na parede do açude, mas antes mesmo de chegarmos a eles, perto do fim da quadra chuvosa do ano de 1961, o espectro de uma nova catástrofe rondou novamente o Ceará. Foi preciso voltar a dar atenção especial ao açude Banabuiú.

Em março de 1961, a quantidade de chuvas caídas na bacia do Jaguaribe pareceu não assustar tanto os profissionais da imprensa cearense e os técnicos, trabalhadores dos poderes constituídos. Segundo o INMET - Instituto Nacional de Metrologia, a média registrada nos postos do então Ministério da Agricultura para as cidades de Iguatu, Jaguaruana e Morada Nova era de 241,23mm. Para 1961, a média do Estado do Ceará teve como volume de chuvas registrado o total de 1.049mm.⁷⁸

⁷⁸ O site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apresenta planilha com as normais meteorológicas dos anos de 1961 a 1990. Nela há o registro das médias de chuva em todos os meses do ano. Para o mês de março, a o posto de Iguatu registra a média de 254,3 mm; Jaguaruana, 261,3 e Morada Nova 208,1. Para chegarmos ao valor de 241,23 apresentado no texto, fizemos a média aritmética do registro em questão. Fonte: www.funceme.ce.gov.br

No entanto, em 03 de abril de 1961, o Jornal O Povo estampou em sua capa a seguinte chamada.

Imagem 42: O Povo. 03 de abril de 1961. Capa



Fonte: Acervo da ACI.

No corpo da matéria o registro de tais inundações é extenso e espalhafatoso. O jornal descreveu a ocorrência de fortes aguaceiros nas cidades cearenses, o arrombamento de pequenos açudes, o transbordo de rios e riachos ocasionando cheias nas cidades de Crato, Sobral, Bel Cruz, Farias Brito, Aracati e Itaiçaba. Para além disso, o jornal ainda citou a destruição de trecho de estrada em Baturité e sangramento de açudes na região de Ipu e Reriutaba, dentre ele o açude Araras (concluído 1958, hoje Açude Paulo Sarasate) beirando a iminência do transbordamento.

Aqui, cabe mais um questionamento à fonte hemerográfica. Os jornais registram o tempo de forma fraccionada, intencional e política. Na sucessão dos acontecimentos, é muito provável que as chuvas tenham se iniciado em março – com é esperado para a quadra invernososa no Ceará e partes do semiárido e assim tenham continuado aumentando sua intensidade. O acompanhamento das normais meteorológicas atesta esse raciocínio. No entanto, para além do aguardado, a chuva nesse período, às vezes, torna-se maior que o previsto.

Isto é, chover no inverno não é novidade. O sertanejo já espera por isso. Enchentes também não o são, visto que são antevistas dentro de determinados ciclos. No entanto, eventos naturais que se tornam catástrofes pela intervenção do mau uso da técnica não constam no planejamento de ninguém. Aconteceu que 1961 foi atípico. A experiência de Orós ensinou o cearense a esperar o pior. E quando foi apropriado para jornais, políticos e técnicos debruçarem-se sobre o assunto, a ação de “virar a página” de um periódico ou de subir à tribuna do parlamento não pareceu ter sido capaz de conter a escalada dos eventos e a intensidade dos acontecimentos.

Ou seja, no caso em questão, não houve uma transição propriamente dita na enunciação da seca para a enchente, como fenômeno. O que houve foi o uso dos fenômenos

naturais como notícia e assim, as elites, através de seus veículos de imprensa e servindo-se da caneta de seus jornalistas, imprimiram suas intenções e projetos nos fatos, de acordo com seus pressupostos.

No dia 04 de abril de 1961, o mesmo jornal registrou o sangramento de diversos açudes e a situação de proximidade para atingir cota máxima de muitos outros dentre ele, todos os açudes da região do Vale do Jaguaribe como o Orós e o Lima Campos, localizados em localidades homônimas e o Nova Floresta e o Joaquim Távora, situados na cidade de Jaguaribe. Segundo o jornal, nesses açudes faltavam menos de um metro de parede para haver o sangramento. (O Povo, 04 abr. 1960).

No dia 10 de abril de 1961, o primeiro sangramento do Açude Araras foi destacado na primeira página e em nota na página 02. Às “02h15m, o gigantesco reservatório construído pelo DNOCS na cidade de Reriutaba, sangrou pela primeira vez.” Segundo o jornal, fortes aguaceiros continuaram a cair na bacia hidrográfica do açude. (O Povo, 10 abr. 1960).

Entre os dias 12 e 18 de abril de 1961, o açude Banabuiú voltou a ficar em evidência. Muito mais pela experiência ocorrida no ano anterior com o Orós que mesmo com a ocorrência de chuva ou a constatação de iminente perigo de arrombamento do açude, o destaque dado ao reservatório recuperou os sentimentos do ano anterior e reverberou nas matérias dos jornais de circulação da capital cearense e também no sul do país. Ou seja, a construção, arrombamento e reconstrução do Açude Orós criou uma nova relação das populações, mas também dos técnicos e dos políticos com os fenômenos pluviométricos.

As notícias circularam entre polos distintos em pouco tempo. A suspeita do arrombamento, a dúvida sobre processos de evacuação das populações ribeirinhas, a denúncia sobre a ausência de um projeto para a construção do açude e o retorno à calma diante da diminuição das chuvas é a espécie de linha temporal em que podemos elencar os eventos.

O Jornal O povo de 12 de abril de 1961 trouxe chamada alarmante em sua capa: “A situação de Banabuiú oferece perigo”. No corpo da matéria na página 04, o jornal esclareceu os motivos do alarde:

- Há perigo, há apreensões mas não é iminente.
Com as palavras acima, o Dr. Antônio Ferreira Antero, diretor-geral do 1º Distrito do DNOCS, confirmou para a reportagem de O Povo a notícia de que o açude Banabuiú poderá vir a arrombar. (O Povo, 12 Abr. 1961. p. 04)

E dito isso, continuava, oferecendo um conjunto de hipóteses que confirmam a tese de que o ocorrido em Banabuiú dialogava diretamente com os acontecimentos de Orós:

A hipótese de um rompimento da Barragem do Banabuiú deve ser aceita pelas seguintes razões:

1. O Orós continua soltando água em abundância pelas suas galerias; toda essa água continua no Jaguaribe;
 2. Os rios afluentes do Jaguaribe continuam transbordando;
 3. Vários açudes já se romperam e há perigo de novos arrombamentos.
- Como se vê, a caudal do Rio Jaguaribe, que já é das mais fortes, recebendo o volume de água já acumulado pelo Banabuiú causaria enormes danos a cidades e plantações, repetindo, talvez em mais elevada, a catástrofe de Orós. (O Povo, 12 Abr. 1961. p. 04)

Em 17 de abril de 1961, O Povo, em notícia sobre o Banabuiú, em nada ficou devendo, no quesito construção da notícia, às capas e edições da semana final de Março de 1960, quando o açude em questão era o Orós.

Imagem 43: O Povo. 17 de abril de 1961. Capa



Fonte: Acervo da ACI.

No corpo da matéria, disposto nas páginas 03 e 06 do jornal, o discurso se sustentou através das falas dos engenheiros do DNOCS que afirmavam existir o risco, porém, que o mesmo não iminente.

A Noite⁷⁹, periódico que circulou na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de abril de 1961 ainda sustentava a mesma ideia. Na capa do dia 22 de abril de 1961 trouxe ampla especulação sobre o assunto, ao considerar a possível evacuação das cidades do baixo Jaguaribe mediante a continuação das chuvas.

⁷⁹ O vespertino A Noite foi fundado em 18 de julho de 1911 por Irineu Marinho e foi considerado um dos primeiros jornais populares do Rio de Janeiro – fora lançado a preços baixos, com circulação diária e grandes tiragens. O jornal teve várias donos e fases, sendo a mais importante a que circulou nas décadas de 1920 e 1930. A Noite tratava principalmente da política nacional e de questões da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para o noticiário policial. Tornou-se assim um dos primeiros a valorizar os fatos do cotidiano e, desta forma, os gostos do grande público, da chamada massa urbana que se ia formando nas grandes cidades do país. Encerrou seus trabalhos em dezembro de 1957 quando foi extinto. Com informações do Portal da Biblioteca Nacional disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-noite/>

Imagem 44: A noite. 22 de abril de 1961. Capa



Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Nesse período, o Correio da Manhã, periódico carioca e de circulação nacional e o Unitário, jornal cearense já começavam a voltar suas linhas editoriais para o desdobramento político do processo. Ambos passaram a se referir a um processo de investigação solicitado pelo Presidente Jânio Quadros ao então titular do MVOP, Clóvis Pestana, sobre a construção do Açude Banabuiú.

Nessa mesma semana, O Povo, que na edição de 17 de abril alardeara um possível arrombamento, num virar de páginas, assumiu o discurso dos engenheiros.

Imagem 45: O Povo. 18 de abril de 1961. p. 06.



Fonte: Acervo da ACI.

No texto da notícia, estavam as mesmas informações veiculadas na edição do dia anterior. No entanto, o tom de desespero desapareceu e deu lugar a uma falsa segurança construída por quem é capaz de mudar de opinião ao sabor dos acontecimentos. A justificativa: o testemunho de um repórter fotográfico, enviado pelo jornal ao campo do açude.

Não é tão grave quanto faziam supor fazer as notícias, a verdadeira situação do açude Banabuiú que tem se constituído motivo de apreensão para as populações do

baixo Jaguaribe cujo medo de inundações se transformou em verdadeira psicose, o que se deve à catástrofe de Orós e às grandes enchentes verificadas no presente inverno.

Além de informações fornecidas por técnicos, o Povo enviou ao Banabuiú, o repórter fotográfico João Guilherme, que pode verificar a verdadeira situação do grande reservatório, que tem capacidade para armazenar mais vários milhões de metros cúbicos.

Para se dar uma ideia de quão alarmistas são as notícias sobre o Banabuiú, é bastante que se diga que ainda falta mais de um metro para o açude sangrar. (O Povo, 18 Abr. 1961. p. 04)

Se cabe ao historiador questionar à fonte com a qual tenta reconstruir uma versão do passado – sabendo ele que apenas isso é possível, reconstruir versões, visto que o passado como era já não existe mais⁸⁰ -, o trecho em questão subleva nossas interrogações a um nível mais teórico e político que meramente descritivo.

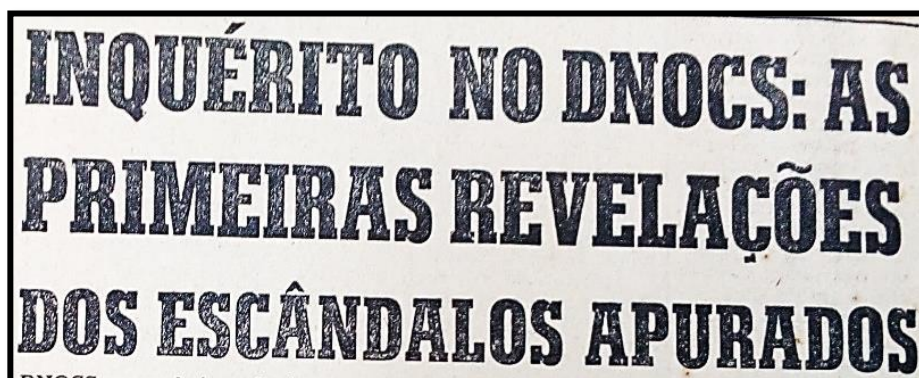
Em apenas um dia a notícia do possível arrombamento do açude Banabuiú passou de “iminente” para pouco provável, de grave para “não tão grave”, de uma “hipótese que deve ser aceita” para uma verdadeira “psicose”. O assunto foi rapidamente esvaziado. No mesmo dia em que o periódico “A Noite” noticiava iminente invasão das águas, O Povo fechava o assunto com uma nota minúscula na página 06 da edição de 22 de abril de 1961: “Açudes não oferecem mais perigo. Com a situação das chuvas no interior, alguns açudes que corriam perigo estão com a situação normalizada, não se justificando quaisquer receios. O verão possibilitará a adoção de medidas de segurança, difíceis de serem adotadas com o inverno copioso.” (O Povo, 22 Abr. 1961. p. 06)

Quando as chuvas diminuíram, as notícias sobre Banabuiú também perderam o tom ameaçador da situação do açude. No entanto, se a natureza deu uma trégua, as disputas políticas aumentaram ainda mais e no segundo semestre desse mesmo ano de 1961, Orós, Banabuiú, DNOCS e tudo o mais dessa esfera receberam dos técnicos, dos homens e mulheres da política e da imprensa outras lentes, com destacado olhar para as investigações feitas pelas comissões parlamentares e instituídas pelo Governo Federal sob os auspícios de presidentes e ministros.

O Jornal O Povo de 30 de Abril de 1961 expôs em matéria publicada na capa do periódico a abertura de diversas investigações dentro do DNOCS para apurar irregularidades.

⁸⁰ Conforme inspira Marc Bloch em: Apologia da história ou O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 52s.

Imagem 46: O Povo. 30 de abril de 1961. Capa.



**INQUÉRITO NO DNOCS: AS
PRIMEIRAS REVELAÇÕES
DOS ESCÂNDALOS APURADOS**

Fonte: Acervo da ACI.

O corpo da notícia, no entanto, não revelava nada além do que registrara a chamada. Esse tipo de “jornalismo de guerra” parece ter sido, na grande maioria das vezes, uma tônica da imprensa cearense e brasileira, quando o discurso sobre a natureza foi manipulado pelo jogo das relações de poderes entre políticos, engenheiros, empresários e jornalistas. As “primeiras revelações” são na verdade a existência de escândalos. Quais são eles? A notícia não diz. Foram necessários alguns dias para imprensa começar a registrar o que oficialmente foi apurado.

No dia 04 de maio de 1961, o Jornal O Povo trouxe em sua capa destaque que pode ser entendido hoje, pelos pesquisadores que se debruçam sobre a presente história que pretendemos contar, como uma chave de interpretação política da história do DNOCS.

Após os acontecimentos de Orós e Banabuiú e levados em consideração outras as áreas de atuação do Departamento, como por exemplo, a construção de canais de irrigação, a construção de estradas, a eletrificação rural, a açudagem em cooperação e o abastecimento d’água das cidades do interior do semiárido, o DNOCS, foi ao longo dos anos, sendo aparelhado politicamente. E o órgão que deveria ser o agente governamental de combate às secas, mesmo reconhecido seu papel nessa empreitada, passou a ser visto exatamente pelo contrário.

Ou seja, o DNOCS tornou-se em certa medida uma agente de efetivação da indústria da secas, ao promover destacado favorecimento a alguns setores da burguesia nordestina e mineira e também de uma parte da aristocracia rural do sertão. Quando movimentos da natureza se intensificaram e encontraram-se com a má gestão humana dos recursos públicos, essa face do órgão começou a ser desvelada.

Imagem 47: O Povo. 04 de maio de 1961. Capa.



Fonte: Acervo da ACI.

Obviamente que como leitores dessa versão da história não podemos nos encastelar na ingenuidade e aceitar os eventos divulgados como a verdadeira tradução da situação daquele órgão. Como cidadãos críticos tendemos a aceitar que quando a corrupção de órgãos públicos é desvelada por agentes públicas, possivelmente vítimas e sujeitos de comportamento semelhante, ela, a corrupção, de fato existe e deve ser mais bem compreendida e apurada.

No entanto, nesse caso especificamente, não podemos esquecer o contexto da situação, já abordado no ponto 04 dessa tese: a busca por culpados. Ao ler o registro jornalístico e o texto final da comissão de inquérito, esta intenção ficou bastante clara. O então diretor-geral do DNOCS, o engenheiro José Cândido Pessoa Parente foi o principal implicado. A investigação concentrou-se no período de sua gestão e em suas atitudes pessoais como as decisões unilaterais à frente do órgão e seu relacionamento com determinados políticos, que eram também seus familiares.

INVERSÃO

A comissão composta pelos srs. Elieser Magalhães Filho, Helio Ibiapina Lima e Valmir Antônio Luís, aponta a inversão de valores no DNOCS como causa de todos os desacertos, que vão desde o mais absoluto descontrole dos bens e materiais da repartição até a sua ausência de prestação de contas ou da verificação das mesmas, quando prestadas por curial e indispensável procedimento contábil-administrativo.

IRREGULARIDADES

[...]

Obras realizadas na fazenda do pai do sr. José Candido Parente Pessoa, exercício indevido de atividades comerciais com esposas de altos funcionários do DNOCS para transporte de material e equipamento, desfalque e enriquecimento suspeito de funcionários constituem outros capítulos das sindicâncias recém-concluídas.

IMPLICADOS

O deputado Euclides Wicar Pessoa, irmão do ex-diretor do DNOCS, é um dos políticos apontados como de maior influência sobre a repartição, perturbando seus trabalhos com injunções políticas.

A comissão acusa também o sr. José Cândido de autorizar a construção de obras sem projeto, como os açudes de Orós, Banabuiú e Quixeramobim, a adutora de Campina Grande e a rodovia Fortaleza-Brasília, de colocar pessoal, máquinas e equipamentos do DNOCS a serviço de particulares e de apresentar faturas fictícias. (Grifos nossos) (O Povo, 04 mai. 1961)

Mais tarde, este último assunto voltaria a incomodar o então Ministro da Viação, Virgílio Távora, já no Governo de João Goulart, quando em novembro de 1961 fora inquirido pelo Deputado carioca Maurício Joppert. À pergunta “Quais defeitos do projeto e erros de execução encontrados no açude Banabuiú, no rio do mesmo nome, no Ceará?”, respondeu:

Não houve propriamente erros do projeto, pois não foi elaborado projeto para obra; de conhecimento do DNOCS, do 1º distrito e dos próprios residentes em Banabuiú, somente existe um perfil transversal da barragem alterado a lápis pelo engenheiro José Cândido Parente Pessoa, diretor-geral do DNOCS, responsável pela execução da barragem, causa principal de todos os erros. (grifos nossos) (Correio da Manhã, 26 nov. 1961).

Há muita força simbólica na afirmação que reconhece não ter falhas um projeto já que nem mesmo projeto existe. Se o jogo de palavras parece jocoso, não há graça nenhuma no jogo político que pôs vidas em risco e desperdiçou o dinheiro do contribuinte. E pensar que a pergunta foi feita por Maurício Joppert, ex-presidente do Clube da Engenharia, que um ano antes, recusara ocupar posição semelhante a de Virgílio, negando-se a ter que explicar qualquer coisa.

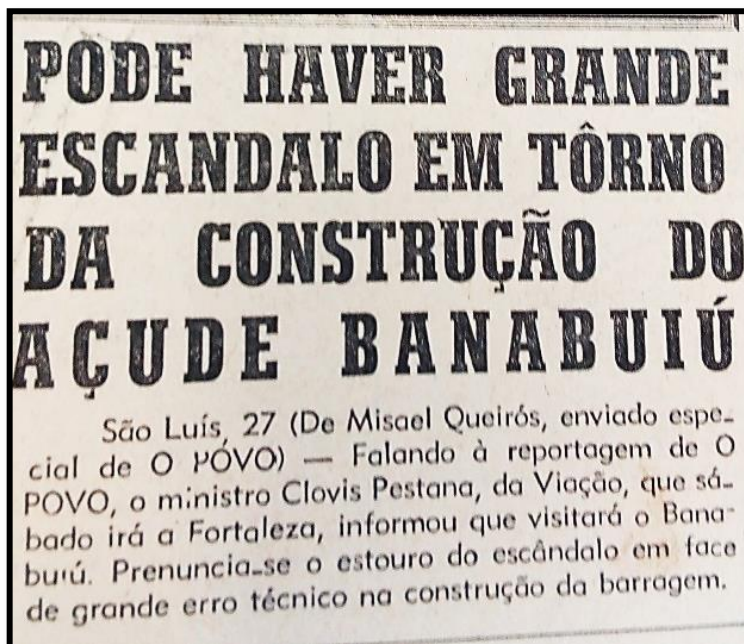
O relatório da Comissão de Sindicância do DNOCS acima referido recomendou ao então Ministro da Viação, Clóvis Pestana, a instalação de oito comissões de inquérito. Para os doutos era necessário investigar: 1. Irregularidades na fixação de colonos e na construção da rodovia Fortaleza-Brasília; 2. Movimentação de numerários, prestação de contas e emprego irregular de verbas públicas pela direção do DNOCS e os titulares dos distritos; 3. As concorrências para diversas construções como o açude de Brumado (BA), usina do Rio de Boa Esperança (PI) e aquisições, como a turbina da usina elétrica de Orós (CE); 4. Favorecimento a particulares, como ao pai e ao irmão do diretor geral do DNOCS e cessão de materiais do órgão para privados e municipalidades; 5. Exercício indevido de atividades comerciais por parte das esposas de altos funcionários do órgão e desfalque nas finanças do DNOCS feito pelos mesmos; 6. Trabalhos realizados durante a seca de 1958-59; 7. Abastecimento d’água e por fim, 8. Investigação de faturas fictícias na importação de materiais para o DNOCS.

Nas dobras do tempo e com a sucessão de Jânio Quadros por Ranieri Mazzilli e posteriormente por João Goulart, a recomendação parece ter se perdido. Meses depois, vemos Virgílio Távora, ministro de um novo governo, discutindo ainda as conclusões do mesmo relatório da primeira comissão e, avançando na linha do tempo, a existência de tais comissões de inquéritos sugeridas não sendo referenciadas.

Em 27 de julho de 1961, o repórter Misael Queirós, enviado especial de O Povo para cobrir um encontro de governadores em que estava presente o então Ministro da Viação,

Clóvis Pestana, mandou ao jornal pequena nota sobre reveladoras notícias a serem em breve divulgadas. Resolveu a editoria do jornal publicar a minúscula nota em primeira página.

Imagem 48: O Povo. 27 de julho de 1961. Capa.



Fonte: Acervo da ACI.

Em agosto de 1961, dois relatórios especiais – um da comissão de estudos do DNOCS e outro coordenado pelo engenheiro Casemiro José Munarski, foram divulgados. O resultado foi uma comoção nacional que rendeu até uma declaração do então presidente Jânio Quadros. Na visão do principal mandatário da República, as falhas na construção do Açude Banabuiú foram “um crime contra o país”. (O Povo, 29 de julho de 1961. Capa)

O personagem era o açude Banabuiú, porém à sombra de Orós, num dueto quase entrelaçado, impossível de desvencilhar. O já cantado reviver da história não perderia a oportunidade de aparecer nesses eventos quase semelhantes. Investigações igualmente óbvias viram outra tragédia beirar a repetição. E dessa vez, para um açude que ainda estava de pé, a solução proposta foi reerguê-lo do chão. Como sugerem em seus relatórios os engenheiros das duas comissões, enfrentado inverno de maiores proporções, o Banabuiú causaria desastre maior que o Orós. (Correio da Manhã, 08 de agosto de 1961)

Os relatórios apontam para o uso de material inadequado, maquinário inapropriado para compactação da terra, problemas técnicos e de estrutura no local em que ficaria o sangradouro da barragem e, por fim, mediante previsões de arruamento vividas durante a quadra chuvosa de 1961, a repetição mal feita de soluções usadas na barragem de Orós a fim de evitar o seu transbordo.

No relatório de Munarski estes pontos foram explicitados através do discurso técnico: “na construção da obra, o plano original fora alterado com soluções ousadas e foram provocadas explosões junto à ombreira esquerda da barragem para abertura de sangradouro de emergência.” (O Povo, 31 de julho de 1961. p. 02)

No Orós, soluções ousadas foram aplicadas igualmente. Além da construção contínua em dias de chuva, colocando em risco a vida de operários, técnicos e operadores de máquinas, a ombreira do açude também fora dinamitada – só que do lado direito. Não costumamos muito a acreditar que aquilo que o engenheiro chamou de “alteração no plano original” da obra de Banabuiú, tenha sido o que o ministro Virgílio Távora tenha se referido como “perfil transversal da barragem alterado a lápis”, como já fora aqui lembrado.

A história, em suas costuras, vai provando contradições e repetições ao sabor do processo deixando no caminho, para seus sujeitos e para os historiadores, perspectivas de leitura e escrita, experimentáveis a partir do encontro entre as evidências (fontes) e a nossa imaginação. Nesse jogo de mortos e vivos reside a versão que ora apresentamos, sem a menor pretensão de ela seja a única, mas que seja, possivelmente, uma delas.

Ao finalizar, pareceu para nós ser legítimo apresentar uma ausência (presente) nessa história. Lendo todos os documentos poderíamos perguntar: onde estão os personagens da política local? Teriam nos faltado olhos e tato suficiente para conhecer suas ações através das fontes? Onde estavam prefeitos, vereadores, os “doutores” e os deputados estaduais? Estavam a reclamar o registro de suas presenças na ambiência das catástrofes.

A bem da justiça, uma personagem cujo campo de atuação, à época, era as fronteiras do Estado é bem referenciado pela imprensa local e, por vezes, pela imprensa de circulação nacional. O deputado Wilson Roriz, cujo rótulo de detrator dos projetos de Orós e Banabuiú o acompanharia desde as páginas de O Povo, passando pelas atas da Assembleia Legislativa, até os registros do Correio da Manhã e do Diário Oficial do Congresso Nacional é talvez, a voz que mais ecoava nos corredores do Palacete Senador Alencar⁸¹ quando o assunto dizia respeito ao Orós e ao Banabuiú.

No entanto, nas idas e vindas do tempo desse texto, deparamo-nos em 16 de março de 1961 com a figura de um incomodado governador. Era Parsifal Barroso a reclamar seu protagonismo na tragédia de Orós e no auxílio às vítimas das enchentes.

Parsifal Barroso carrega ainda hoje dois interessantes epítetos: o primeiro, de grande intelectual; o segundo, de um governador de poucas realizações. Jornalista e professor de

⁸¹ O prédio que hoje abriga o Museu do Ceará foi a casa da Assembleia do Ceará entre os anos de 1871 a 1977.

química, filosofia, economia e história natural do Liceu do Ceará e da UFC foi, na política, ministro de Estado, governador do Ceará, senador e deputado federal.

À frente do executivo estadual, entre 1959 e 1964, relacionou-se com 4 presidentes – Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Ranieri Mazzilli e João Goulart. Afastou-se do cargo em 1964, após a deflagração da ditadura militar. Atualmente é muito mais conhecido por sua produção literária do que mesmo por sua atuação política. Publicou, entre outros, os volumes: Pedro, o Nosso Irmão (1955); O Cearense (1969); Um Francês Cearense (1973); Uma História Política do Ceará (1986), e Vivências Políticas. Morreu em Fortaleza no dia 21 de abril de 1986. (NOBRE, 1996, p. 278)

Em março de 1961, Parsifal Barroso exigiu seu lugar na história: não gostou de ser esquecido nos relatórios sobre a tragédia de Orós. Dos relatórios a que tivemos acesso, um em especial, não faz nenhuma menção sequer ao papel do governo estadual. O relatório do Ministro Armando Falcão (Os socorros dos governos às vítimas das inundações no Nordeste. Brasil. 1960) relembrou desde o papel dos trabalhadores na campanha de salvação da barragem até à figura de Dom Helder Câmara, nas ações sociais de arrecadação de gêneros para os atingidos pelas águas.

Ao governador Parsifal, não há uma única referência.

O concreto, o barro e as pedras do Açude Orós haveria de guardar ainda muitos conflitos. Com o poder de chefe do executivo, o governador convocou a Assembleia Legislativa para apresentar através de Mensagem, a proposta orçamentária para o corrente ano de 1961. Antes disso, porém, Parsifal Barroso relatou “o maior dos acontecimentos, que só não fez romper de dor o coração dos cearenses, por se haver, também, alteado ao nível da nossa amargura a torrente da fraternidade de toda nação.” O Governador se referia à catástrofe de Orós. (CEARÁ. Mensagem 001/1961 de 15 de Março de 1961)

No entanto, depois da exaltação do fato, uma denúncia. Para ele, “os relatórios até agora divulgados não alcançavam os ângulos cardeais da terrível inundação e omitem o trabalho desenvolvido pelo executivo cearense, como se não houvesse agido à altura de sua responsabilidade”.

Há aqui talvez duas reflexões implícitas. A primeira diz respeito ao tamanho da catástrofe. Segundo o relatório solicitado por Celso Furtado na SUDENE e feito por diversos profissionais do DNOCS, da ETENE/BNB, já referido no ponto 04 dessa tese, os prejuízos, traduzidos em cifras financeiras tão somente, ocasionados pelo arrombamento do açude não tinham sido tão gigantescos como se imaginavam. Aos estudiosos, junto destes, o próprio Celso Furtado, coube concluir que, primeiro, a tragédia fora mesmo controlada, atingindo as

idades da região, abaixo do que se esperava; segundo, através daqueles números, era possível atestar o tamanho da pobreza na região.

O Governador obviamente não concordava com isso. Com o olhar do político local, reivindicava duas coisas com sua Mensagem: o status de verdadeiro conhecedor da situação do povo e, por conseguinte, mais recursos para reparar os danos ocasionados pela ruptura da barragem.

A segunda reflexão diz respeito ao seu lugar na história. Como já referido, Parsifal Barroso é mais reconhecido como literato que por sua atuação como governador. Para Flávio Paiva, “a gestão de Parsifal foi marcada pela inércia num tempo de muita *bala* no campo da política, o que rendeu um governo de poucas realizações”. (O Povo, 09 de agosto de 2017). Logo, nada mais legítimo que tentar, através dos cânones dispostos naquele momento, registrar sua atuação durante o evento.

Parsifal Barroso continuou sua reclamação ao lamentar a postura do jornal O Estado de São Paulo, ao lembrar que em editorial publicado em 09 de abril de 1960, dissera que “a calamidade teria sido de consequências indescritíveis se a assistência de técnicos do Sul lá não houvesse chegado para suprir a *incapacidade do Governador do Estado*.”

Antes de expor os números, objetivo primeiro da mensagem, arrematou a questão expondo ponto de vista que para essa pesquisa, nada mais parece que retratos da mesma face de um conflito, só que feitos de um ângulo diferente. Diz o Governador:

Ao Ministério da Viação e Obras públicas cabe a responsabilidade não só pelo arrombamento, como também pela atitude adotada, ao se evidenciar a referida catástrofe. [...] Quando o Governo do Estado resolveu o seu dispositivo assistencial por esperar a calamidade, e convocou todos os elementos aqui existentes para promover o deslocamento das populações aqui existentes, o Ministro da Viação considerava o açude Orós em perfeita segurança e o Diretor do DNOCS, ao invés de providenciar logo a abertura de um sangradouro na parte mais adequada da parede, preferiu desafiar a subida das águas, buscando alcançar inútil e desastrosamente a cota de escoamento do açude. (CEARÁ. Mensagem 001/1961 de 15 de Março de 1961)

Nessa eterna busca por culpados, o Governador Parsifal Barroso achou os seus, não muito diferentes daqueles que outros já tinham encontrado, como o Dep. Wilson Roriz, os engenheiros da comissão do próprio DNOCS e Virgílio Távora, quando Ministro da Viação nos meses iniciais do governo de João Goulart.

No entanto, mesmo buscando se defender frente sua incapacidade de gestão diante da situação, assumiu sua condição de só agir após o evento ter acontecido, ao afirmar que sua mobilização fora pela criação de uma rede assistencial para tratar dos atingidos e promover o deslocamento de famílias da região, quase que assumindo a pecha de só ter feito algo, após o arrombamento do açude.

Trazido a este texto como partícipe do momento histórico, o Governador Parsifal Barroso é mais um que expôs os inúmeros conflitos concretados na parede do açude. Tais “intrigas e disputas” tiveram diversas naturezas e ordens que, por causa disso, também podem ser estudadas de forma independentes, através de uma lição de micro história.

No tópico a seguir, conversaremos sobre uma dessas disputas, com consequências materiais, mas que também aconteceu no campo da política. Enquanto técnicos e operários preocupavam-se com os desdobramentos das chuvas e as notícias do Açude Banabuiú, deputados, ministros e Senadores da República, digladiavam-se em torno de duas questões sobre o DNOCS: sua autarquização e a transferência da sede para uma determinada cidade do Nordeste do país.

5.2. Da Capital para o Sertão – A transferência da Sede do DNOCS para Fortaleza e seu processo de autarquização

Era ainda julho de 1960, quando o senador Novais Filho do PL de Pernambuco, afirmou que “o presidente da República deve reconhecer a necessidade de se transferir a CHESF, o DNOCS e a SUDENE para cidades do Nordeste.” O plano, aparentemente simples, tinha à primeira vista, uma intenção clara: descentralização do poder e aproximação dos órgãos aos locais (leia-se políticos locais) cuja área de atuação se destinava sua atividade.

Assim nada mais justo que a CHESF tivesse sua sede em Salvador, que o DNOCS retornasse sua sede à Fortaleza, como outrora já fora nos primeiros anos do órgão e que a SUDENE desenvolvesse suas atividades a partir da cidade Recife.

E por que, afirmamos que o plano não era tão simples quanto aparentava ser? Quando Juscelino Kubistchek pensou a construção de Brasília, pareceu não atentar aos inúmeros desdobramentos sociais, políticos e econômicos dessa ação. Transferir a capital da República para o Planalto Central implicou, no bojo dessa ação de grandes proporções, não somente a construção de uma cidade. O objetivo primeiro era dar um novo lugar à administração pública da federação. Artificio, inclusive, garantido nas inúmeras leis do período, que, quando previam o planejamento das ações desses órgãos, determinavam que o funcionamento dos mesmos haveria de ser na “capital da República.”

Sob tais artigos e dispositivos legais, políticos daqui e de outras bandas do país resolveram se fiar, questionando a decisão do novo presidente, agora Jânio Quadros, de construir a sede dessas repartições em outras cidades que não fosse Brasília. O que se viu foi

uma série de conflitos vividos nas tribunas da Câmara Federal e do Congresso Nacional e em suas comissões e documentados pela imprensa da época.

Nesse contexto, após decisão de Jânio Quadros, efetuou-se a transferência da sede do DNOCS para cidade de Fortaleza em meio ao conflito parlamentar e ao prenúncio de uma nova catástrofe, dessa vez no Açude Banabuiú. O processo de como ocorreu esse evento e seus desdobramentos, fato que paralisou as atividades do referido Órgão por dois anos, é objeto de discussão nesse tópico.

Durante a pesquisa, em busca de fontes e documentação que pudesse compor o cenário aqui tratado, procuramos a Biblioteca do DNOCS. Lá, diante dos documentos do período, uma lacuna: os relatórios do DNOCS, uma das fontes primárias para essa pesquisa, dos anos de 1961 e 1962 não estavam na prateleira. Foi feita consulta oficial à Ouvidoria do órgão e ao Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério da Integração Nacional, ao qual atualmente se vincula o DNOCS. A resposta foi significativa: os arquivos digitalizados dos relatórios não estavam disponíveis. Deveríamos procurar a biblioteca do DNOCS.

Mesmo já sabendo dessa indisponibilidade do documento, a recomendação foi seguida. Nesse dia, após conversa com a chefe do setor, a bibliotecária Anézia Baima, uma breve revelação foi registrada: “com a mudança, muita coisa havia se perdido.” Mudança? Naquele momento, pela primeira vez durante o tempo da pesquisa a temática surgiu. Na década de 1960, com a intenção de aproximar o órgão da região para qual trabalhava, a sede do DNOCS saíra da Guanabara para a cidade de Fortaleza.⁸²

Daí nasceu a seguinte indagação: que outras situações geraram a transferência da sede do DNOCS para o Nordeste? Ainda não era por nós conhecido a presença marcante do debate e do conflito nas histórias que envolviam os Açudes Orós e Banabuiú, a atuação do DNOCS na região e a compreensão que tinha de natureza e sociedade pelos técnicos, cientistas e políticos que, através de suas contribuições, adensariam nossa discussão.

O projeto de mudança da sede do DNOCS, como não poderia ser diferente, foi igualmente campo de disputa, tendo como personagens principais, políticos da região e de outros estados do país.

Em 03 de fevereiro de 1961, o Jornal O Povo trouxe na capa e no editorial sua primeira discussão a respeito do tema:

⁸² Nesse ponto da trajetória da pesquisa consideramos importante fazer o seguinte registro: é notória a situação de abandono que atravessa o arquivo do DNOCS. Embora, haja boa vontade por parte dos responsáveis pelo Departamento, o arquivo da instituição está esquecido nos galpões do Pici e no antigo Museu das Secas, localizado à Rua Pedro Pereira, 683, no Centro de Fortaleza, no antigo Palacete Carvalho Mota.

Imagem 49: O Povo. 03 de fevereiro de 1961. Capa.



Fonte: Acervo da ACI.

Nas linhas do editorial, diversas questões foram aventadas. A maioria, defendendo a ação do presidente Jânio Quadro de transferir o DNOCS. No entanto, não deixou o jornal de espezinhar o órgão exatamente naquilo que queria se resolver com a transferência: sua ausência.

É possível que agora se encaminhe a solução dos problemas jurídicos dos grandes açudes, onde milhares de proprietários aguardam apenas a hora de serem expulsos de suas terras pelas águas sem nada haverem recebido pelas suas terras. **É possível, igualmente, que sejam melhor encaradas as questões específicas de aproveitamento dos mananciais aqui constituídos, especialmente a da irrigação.** (grifos nossos) (O Povo, 03 fev. 1961).

O redator referia-se a duas questões primordiais da história do DNOCS e, por conseguinte, da história dos açudes nesse Estado. O jornal falou das desapropriações e suas respectivas indenizações e lembrou aquela que talvez seja a segunda, porém mais importante missão do açude: possibilitar a irrigação de sua bacia hidráulica. Temáticas como estas ajudam a justificar a escolha do sentimento da frustração como guia subjetivo desse quarto capítulo.

O mês era fevereiro. Tempo de chuvas modestas visto que ainda não se iniciara a quadra chuvosa na região. No entanto, quando disse que “milhares de proprietários aguardam apenas a hora de serem expulsos de suas terras pelas águas”, provavelmente referia-se O Povo aos moradores da bacia hidráulica do Açude Banabuiú, que há época já aparecia nas páginas dos jornais por causa da possibilidade de seu arrombamento, diante do expressivo volume d’água acumulado. O açude já era notícia desde janeiro daquele ano, passada a inauguração do Orós, como se pode acompanhar em notícias publicadas nos dias 17, 19, 23, 27 e 29 de janeiro de 1961.

A tomar pelo exemplo ocorrido no ano anterior na comunidade de Guassussê, interior de Iguatu, localizado na bacia hidráulica do Orós, outras vilas e moradias ribeirinhas poderiam igualmente sucumbir no espelho do açude do Banabuiú se algo semelhante acontecesse. Como já foi dito, os moradores da região de Orós não foram desapropriados formalmente, indenizados no tempo esperado e, quando as fontes oficiais registram os pagamentos dessas dívidas, o calendário já marcava o ano de 1965.

O outro aspecto ainda a ser abordado no decorrer desse capítulo – a irrigação, foi outra grande ausência verificada nos projetos de Orós e Banabuiú. A intenção primeira, reter água, era apenas condição para tornar as férteis terras das cidades do Baixo Jaguaribe e celeiro para suas populações. Do ponto de vista técnico, e por conseguinte, político, a irrigação é objetivo de qualquer açude, entretanto, só vimos tais linhas se tornarem realidade na segunda metade da década de 1970 e no início dos anos de 1980, como outrora já dissemos.

Não. A transferência do DNOCS para Fortaleza não conseguiu tirar do papel os projetos dos engenheiros, os discursos dos políticos, o trabalho dos técnicos e os desejos do povo.

Outro fato que merece menção especial é que na mesma edição, o jornal divulgou o perfil biográfico do novo diretor do DNOCS. Após acusações de corrupção e com a destituição de José Candido Pessoa, assumiu e ficou no cargo até a gestão do ministro Virgílio Távora, o Cel. Afonso Augusto de Albuquerque Lima.

A indicação de um coronel do exército para um órgão civil incita a reflexão de duas questões interessantes. Primeiro, lembrando a coluna Canto de Página, publicada no periódico cearense Gazeta de Notícias, em 04 de abril de 1960 intitulada “A esperança está no exército”, entender o lugar das Forças Armadas na história brasileira à frente de órgãos civis e diante de fatos de corrupção.

Segundo, mas não menos importante, perceber a ambiência do país, nos anos iniciais da década de 1960, que logo testemunharia o golpe civil-militar de 1964 e vinte anos de ditadura. Para sermos justos com as fontes, textos escritos sobre a história do DNOCS por estudiosos, sejam eles defensores ou detratores dos trabalhos realizados pelo órgão, referem-se a esse período da história como um tempo em que o DNOCS foi aparelhado pelos militares e que sua gestão e ação foi por eles direcionada.⁸³

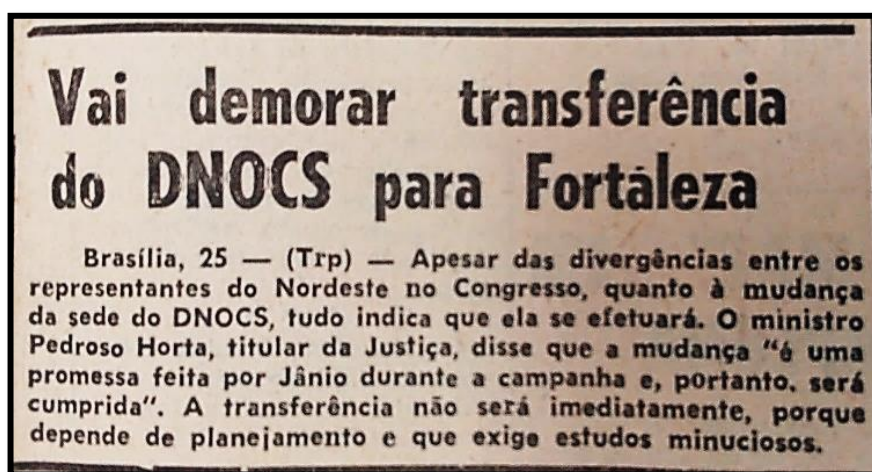
⁸³ Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 2ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001; ANDRADE E CASTRO, Francisco Alves de. “Prefácio”. In: Núcleo Independente de Estudos e Pesquisas do Ceará-NIEPCE. O DNOCS e o novo Nordeste: uma perspectiva

No princípio da disputa, a história e a política registraram os sinais de um tempo que estava porvir e que, em breve mudaria os rumos do país, estabelecendo na nação consequências até hoje sentidas e referenciadas.

Em 16 de fevereiro de 1961, O Povo destacou o primeiro obstáculo do episódio da transferência do DNOCS para Fortaleza: o prédio. Para abrigar 200 servidores, que locais estariam disponíveis? Era necessária a construção de novo equipamento? E onde morariam os servidores do órgão? Como resolver imediata situação, se ao assumir o cargo de diretor-geral, o Cel. Albuquerque Lima recebera do Ministro da Viação, Clóvis Pestana, a missão de concluir a transferência do órgão em três meses?

Para além do prédio, outro problema também surgiria. Segundo o jornal, “noticiou uma emissora carioca, que muitos servidores do DNOCS preferiram pedir demissão a se transferirem para Fortaleza”, ocasionado uma espécie de desestruturação administrativa de um órgão que já experimentava dificuldades de funcionamento, como em breve, confirmariam os relatórios da comissão de estudos do próprio DNOCS, acionada para investigar denúncias de corrupção e falhas estruturais na construção do Açude Banabuiú.

Imagem 50: O Povo. 25 de fevereiro de 1961. Capa.



Fonte: Acervo da ACI.

Em 25 de fevereiro do mesmo ano, um atestado de toda essa situação foi dado pelo então ministro da Justiça, Pedro Horta. Em declaração ao jornal, o ministro assumiu duas

histórica, 1909-1984. Fortaleza-CE: DNOCS, 1985. p. 09-32; BEZERRA, Evandro. O centenário do DNOCS e a convivência com a seca. Fortaleza-CE: DNOCS, 2009. (Série ConViver, 5.); ESTEVAM NETTO, José. O DNOCS – ontem e hoje –, sustentáculo da nascente civilização da seca. Fortaleza-CE: DNOCS, 1987; GOMES, Gustavo Maia. Velhas secas em novos sertões; continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos. Brasília, IPEA, 2001; NÚCLEO Independente de Estudos e Pesquisas do Ceará- NIEPCE. O DNOCS e o novo Nordeste: uma perspectiva histórica, 1909- 1984. Fortaleza-CE: DNOCS, 1985.

sensíveis situações: a divergência entre parlamentares sobre a transferência do órgão e o tempo no qual ela se concretizaria.

Nesse contexto, desenhou-se o campo de disputa em torno da transferência do DNOCS para o Ceará. No que tange a uma edificação para abrigar os funcionários do órgão, a reportagem de 16 de fevereiro, já citada, indicou ser insuficiente para receber a estrutura do Departamento, o prédio do 1^a Distrito do Departamento de Secas, o Palacete Carvalho Mota, localizado à Rua General Sampaio, centro de Fortaleza, lugar que atualmente abriga o Museu das Secas, de propriedade desse mesmo DNOCS, hoje desativado há 15 anos.⁸⁴

Na tentativa de esclarecer como o DNOCS passaria a funcionar em Fortaleza, divulgou O Povo de 01 de Março de 1961, em uma nota ainda por ser confirmada, que uma negociação, feita nos bastidores da política cearense, cederia as novas instalações do DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, localizado à Rua Assunção, no Bairro Joaquim Távora, ao Departamento.

A notícia, “divulgada com reserva” embora advinda de fonte “digna de crédito” foi descartada na edição seguinte, que circulou no dia 02 de março daquele mesmo ano, no qual trazia, à capa e à página 05, entrevista com José Armando Farias, arquiteto e projetista da referida edificação. Nas palavras do arquiteto: “Desconheço tal afirmativa do Governador do Estado e acrescento que, caso seja verdade, só tenho a lamentar, pois o edifício em questão foi planejado para o DAER e não poderia servir bem para outra repartição.” (O Povo, 02 de março de 1961, p. 05).⁸⁵

A vinda do DNOCS para o Ceará passou, de fato, a expor diversas intrigas. Em 27 de março de 1961, depois de ter divulgado por uma semana a visita do Diretor-geral do DNOCS à Fortaleza, o Jornal O Povo publicou em texto corrido, diversas declarações do Cel. Afonso de Albuquerque e Lima. No cerne da questão, o desenvolvimento da região semiárida a partir do relacionamento entre a SUDENE e o DNOCS e transferência de toda estrutura de trabalho da Capital para o Ceará.

Em 14 de abril de 1961, o Povo fez destacada inferência para um projeto de Lei que seria em pouco tempo motivo de discórdia e especulação em torno da transferência dos órgãos

⁸⁴ No local, também funcionou o Arquivo Geral do DNOCS. Hoje, lá estão centenas de caixas de documentos. Outra parte desses documentos foi transferida para os galpões do DNOCS, no bairro Pici, em Fortaleza, onde o órgão funcionou logo após sua transferência entre os anos de 1961 e 1962. Essa constatação foi feita durante as andanças realizadas para esta pesquisa.

⁸⁵ O Edifício Presidente José Linhares, inaugurado em 25 de março de 1961, serviu de fato ao DAER até o ano de 2006 quando passou a servir à Procuradoria Geral de Justiça e ao Ministério Público do Estado do Ceará. Fonte: Ouvidoria Geral do Estado do Ceará – Seção DAE/DER

da administração federal para as cidades do Nordeste. Na capa e na página 02, o jornal falou sobre o Plano Diretor da SUDENE, com ênfase específica para recuperação e desenvolvimento do Vale do Jaguaribe. (O Povo, 14 de abril de 1961).

Se entendermos que a história, espectro do tempo, pode ser entendida como uma musa que não respeita a cronologia ortodoxa da relação passado-presente-futuro em fluxo contínuo mas também em princípio multiverso, o processo de transferência dos funcionários do DNOCS da cidade do Rio de Janeiro para Fortaleza já havia se iniciado extraoficialmente em 13 de junho de 1961. O Povo e O Unitário, ambos circulando na capital cearense e o Jornal do Brasil, que circulava na antiga capital da nação deram a notícia, praticamente repetindo o mesmo texto:

Os painéis de cenas dos flagelados do Ceará, que decoravam as paredes dos três pavimentos do edifício n.º 155 da Avenida Nilo Peçanha, onde funcionava o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, começaram a ser retirados ontem, serão engradados hoje e seguirão amanhã, em avião da FAB, para Fortaleza, juntamente com 65 dos 226 funcionários do DNOCS, que, por determinação presidencial, vai de mudança para a região para cuja defesa foi criado. À tarde os funcionários se reuniram para um adeus coletivo, aos que ficam e a mais nova funcionária fez entrega, em nome dos seus colegas, de uma medalha de Honra ao Mérito, de ouro, ao Chefê de Portaria, Sr. Afonso da Silveira Duarte, que é o mais antigo servidor do DNOCS e agora se aposenta com 42 anos de serviço.

[...]

Enquanto não ficar pronto o edifício do DNOCS em Fortaleza, no terreno em frente Base Militar de Pici, **a repartição funcionará em dependências do Estabelecimento de Subsistência da 10ª Região Militar.** O DNOCS foi transferido pelo Decreto 50.404, de 3 de abril deste ano.

Ficará no Rio apenas uma representação do DNOCS que funcionará em uma sala do 3º andar do edifício 155 da Avenida Nilo Pecanha. Os quadros administrativos do DNOCS serão completados no Ceará, com pessoal dos setores regionais do Polígono das Secas. **Os 161 servidores que ficam no Rio serão lotadas em outros órgãos do Ministério da Viação. Os 25 funcionários sem estabilidade que não quiseram servir no Nordeste foram despedidos.** (Grifos nossos) (Jornal do Brasil. 14 de Junho de 1961. p. 05).

A notícia esclareceu duas questões de ordem prática: número de funcionários e sede provisória do DNOCS. No dia seguinte, O Povo noticiou a chegada de 40 servidores, em que lugar estes morariam e sob que condições de trabalho ficaram tais funcionários:

Sob o comando do Cel. Samuel Alves Correia, os 40 funcionários que chegaram ontem já se encontram devidamente acomodados. Os solteiros estão acomodados numa casa, localizada no cruzamento das ruas Senador Alencar e Conselheiro Estelita e os poucos casais estão em bangalôs, alugados pela comissão de recepção que aqui se encontra há vários dias. Cerca de 10 barnabês aqui chegados tinham parentes nessa capital. [...] Novos funcionários desembarcarão hoje no Aeroporto Pinto Martins em avião da FAB e outro avião de carga trará farto material de escritório, necessário à breve instalação da nova sede. (O Povo, 16 de junho de 1961. p. 02).

Assim, no dia 01 de julho de 1961 a sede oficial do DNOCS em Fortaleza foi oficialmente inaugurada. Desde 30 de junho os jornais da capital cearense adiantaram o

evento. O Povo e O Unitário publicaram uma “saudação” do Cel. Afonso de Albuquerque e Lima ao povo cearense e descreveram o processo de organização dos trabalhos a ser desenvolvido na nova sede. Em 03 de julho, depois do editorial de O Unitário, publicado ainda em junho, foi a vez do Jornal O Povo declinar sua opinião a respeito do assunto.

Numa época em que os editoriais dos jornais interessavam a certa parcela da sociedade, especialmente nas esferas mais letradas e no ambiente político, a edição daquele dia, trouxe, num texto que certamente traduzia a opinião do grupo de mídia, exaltava o cumprimento da promessa do Presidente Jânio Quadro, especulava sobre os custos de manutenção de tal empreitada e também referendava o discurso do Cel. Albuquerque proferido durante a inauguração da nova sede.

Tecnicamente, a transferência do DNOCS constitui, indiscutivelmente, um acerto. Não se poderia compreender que ele continuasse a ter sua sede mil quilômetros distantes do centro de sua atividade. Instalado em Fortaleza estará ele no próprio foco dos problemas que terá que resolver. [...]

O discurso pronunciado sábado por seu diretor releva o desejo de restaurar o prestígio da repartição e de fazer com ela desempenhe o papel que lhe cabe na recuperação nordestina. O cacoete autonomista que denunciámos nos antigos dirigentes desapareceu ante o sopro de uma nova compreensão dos fatos. Enquanto a antiga direção criava uma antinomia, opondo o DNOCS à SUDENE, o novo diretor proclama seu apoio decidido a esta última, reconhecendo que só **a estreita colaboração que a lei** estabeleceu poderá dar os frutos que o Nordeste espera. [...] Outro ponto é que o DNOCS será reorganizado para que possa cumprir sua missão. A influência política será inteiramente afastada da atuação do Departamento. (...) O protecionismo político que imperou em relação aos fornecimentos causou prejuízos enormes ao país e foi caminho aberto para a vergonhosa exploração praticada contra os trabalhadores. (grifos nossos) (Cf. O Povo, 03 de julho de 1961).

No trecho, três destaques merecem ser feitos a respeito do discurso do diretor-geral do órgão, todos referentes à complexidade da atuação do DNOCS. Dois deles diziam respeito ao relacionamento do Departamento com a SUDENE. Nesse editorial, um estava implícito e o outro explícito. No texto ficou claro que, daquele momento em diante, a SUDENE seria responsável pelos estudos e projetos para o desenvolvimento da região Nordeste, com seu próprio nome preconiza. Ao DNOCS caberia à execução das obras.

O segundo ponto, ainda implícito nas linhas do texto do jornal, dizia respeito à nova lei que adensou a cooperação entre tais órgãos e foi o grande estopim para fazer voltar à tona, as discussões sobre a permanência da sede do DNOCS em Fortaleza e de outros órgão em cidades do Nordeste, na esfera político-partidária.

Por fim, o terceiro ponto registrado no editorial de O Povo dizia respeito à influência da política partidária no DNOCS. Mais uma vez, podemos afirmar que essa temática é uma mostra clara de como o tempo histórico pulsa nas fontes de forma a suplantar o tempo em seu aspecto puramente cronológico.

Como já falamos, ao passo em que os jornais dedicam algumas linhas para o processo da transferência do DNOCS para Fortaleza, nas mesmas edições, dava páginas inteiras e matérias de capas às revelações das comissões de inquérito sobre o Banabuiú e aos relatórios encomendados, que estudavam a mesma temática. Logo, convivendo, os dois fatos influenciaram um ao outro.

Foi a partir das revelações sobre o papel de políticos locais nas ações do DNOCS que se baseou o Cel. Albuquerque quando afirmou que, daquele momento em diante, o Departamento estaria livre do “protecionismo partidário que causou prejuízos enormes para o país e foi caminho aberto para vergonhosa exploração” de recursos, trabalhadores e situações.

O diretor-geral, na mesma declaração, em que, em nossa opinião, condena aquilo que ele mesmo fez, olha em dupla perspectiva para o tempo. Como Jano, vê o passado, ao reiterar a busca por culpados e vislumbra o futuro, ao afirmar que nada será como antes. Dar ao coronel Albuquerque as características da figura grega que tem duas faces não é somente uma metáfora de gosto duvidoso (militares têm várias faces!); é sobretudo, um recurso didático para explicar como tais fatos, fontes e, por conseguinte, seus recortes, permanecem dialogando com diversas temporalidades num mesmo registro.

Para tanto e para além da exemplificação, a capa desse mesmo jornal O Povo em 07 de julho de 1961 trouxe informações sobre o Açude Banabuiú e as primeiras atitudes do DNOCS já funcionando em Fortaleza, confirmando o viés visto no discurso do diretor-geral, no que diz respeito à atuação do órgão.

Imagem 51: O Povo. 07 de julho de 1961. Capa.



Fonte: Acervo da ACI.

Retornando à referência implícita no texto do editorial de O Povo, ainda no dia primeiro de julho, nos tempos da imprensa e da política, o arco das aparências não demorou muito a mudar. A pequena linha de texto do editorial transformou em matéria de capa em pouco mais de quinze dias.

Como se refere o jornal, entre a promessa de Jânio Quadros de transferir órgãos da administração pública para cidades do Nordeste e a plena efetivação dessa intenção, havia uma lei. A lei a que se referia o jornal era o Plano Diretor da SUDENE, registrado sobre o número 2.666-B. Esse projeto, “B”, já modificado por vários substitutivos, alterava o Art. 7º do projeto original, o 2.666-A, que atraiu dentre as demais questões a atenção dos congressistas. Em sua redação original dizia:

Art. 7º - Ficam transferidas para o Nordeste, as sedes do Departamento Nacional de Obras contra as Secas e da Comissão do Vale do São Francisco cabendo o poder executivo as cidades em que deverão localizar-se.

§ 1º - Terão igualmente sede no Nordeste todos os órgão e entidades que venham a ser criados com o objetivo específico do desenvolvimento da referida região.

§ 2º - As autoridades competentes tomarão as medidas necessárias à efetivação da transferência no prazo de seis (6) meses da vigência dessa lei. (BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. 28 de julho de 1961. p. 566)

Tal plano tornou-se ponto de discórdia e de uma disputa política, que travada nos corredores do Congresso Nacional tomou proporções gigantescas: de um lado, defensores do texto integral do Plano Diretor, que confirmava a Constituição e guardava a permanência dos setores em questão na capital republicana; de outros, parlamentares, com destaque para o também jornalista Paulo Sarasate, deputado federal à época, defensor da transferência do DNOCS e demais órgãos da administração federal para cidades do Nordeste.

O Plano Diretor da SUDENE foi amplamente emendado por parlamentares cearenses e de outros Estados. De um lado, a defesa da Constituição; de outro, a defesa do Nordeste e a luta “justa” por um processo de descentralização da administração pública federal. Ora, não podemos prosseguir sem antes declinar nossa descrença em tais motivações. Em ambos os lados, o que existia mesmo era a defesa por interesses políticos partidários e pessoais, diante da representatividade dos discursos e das funções desses órgãos, alguns mesmo que ainda nascedouros, mas com relativa expressão no cenário nacional.

Em fins de julho de 1961, entre os dias 27 e 28, aconteceu exatamente o que previu o deputado Paulo Sarasate: uma intensa batalha entre paulistas, sulistas em geral, com apoio de alguns parlamentares nordestinos, contra os cearenses e pernambucanos, que apoiados por parte da base governista de Jânio Quadros, conseguiram costurar a aprovação da emenda, que passou a ser chamada de “Emenda Sarasate.” A atuação do parlamentar cearense ficou registrada no dispositivo legal, que acabou por deixar o DNOCS, a SUDENE e a CODEVASF nas capitais nordestinas, ao retirar da pauta emendas outras que reprovavam tal ação.

Em 29 de julho de 1961, O Povo noticiou a permanência do DNOCS e de outros órgãos da administração pública nas cidades nordestinas, conforme preconizara o deputado.

Imagem 52: O Povo. 29 de julho de 1961. Capa.



Fonte: Acervo da ACI.

No biênio 1960-1961, as páginas da história do DNOCS, parte integrante dessa complexa história do Nordeste, escrita à água e à pó, tempos marcados pela dinâmica de ausência e abundância da primeira, reservou ao livro da vida desse órgão – que acumula tragédias demais para ser chamado de romance, a trama da mudança de sua sede. Para os dias seguintes, tempos dedicados anos de 1962 e 1963, um novo capítulo dessa narrativa se apresentaria.

Para entender estes novos tempos, talvez seja importante perguntar: o que era o DNOCS, nos anos de 1960, após acumular, apenas para citar os últimos 10 anos, uma seca histórica (1955-1958), a catástrofe do Orós (1960), o caso do Banabuiú (1960-1961) e as disputas em torno da transferência de sua Sede para Fortaleza (1961)? Coube ao então chefe do MVOP pensar numa ação que reestruturasse o departamento.

Entre os anos de 1951 e 1988, o político cearense Virgílio Távora, assumiu diversos cargos da administração pública nas esferas federal e estadual. Até pouco antes golpe civil-militar de abril de 1964, ele era o titular do Ministro da Viação e Obras Públicas no Governo João Goulart, cargo do qual saiu para assumir o Governo do Ceará em 1963.⁸⁶

Virgílio e outros militares são vistos por alguns historiadores como tecnocratas desenvolvimentistas que dedicaram parte de sua atuação política para atuar também como técnicos à frente das pastas institucionais as quais foram responsáveis.

Eve Buckley afirma que durante todo o século XX a política pressionou a ciência na busca por soluções mágicas, em que, a partir do uso da técnica, a pobreza seria combatida e as injustiças eliminadas. No entanto, mesmo empenhados a resolver a crise social e humanitária

⁸⁶ Mesmo tendo concentrado sua análise no cenário educacional, recomendo a leitura da tese de doutoramento do professor Egberto Melo intitulada Práticas de clientelismo, educação planejada e sonho da redenção humana em torno do PLAMEG – Plano de Metas do Governo Virgílio Távora (Ceará, 1963-66), defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, no ano de 2013. No texto, Melo faz importante análise do momento político-administrativa do Ceará e traça complexo perfil de Virgílio Távora. (p. 98-108).

ocasionada pela seca e a melhorar a vida do maior número possível de pessoas pobres no sertão, com o tempo, essas personagens que a autora chama de tecnocratas chegaram à frustrante constatação de que era inevitável a colisão entre os projetos técnicos e as vontades políticas, fazendo com que, por muito tempo, tudo permanecesse da mesma forma que estava. (BUCKLEY, 2017, p. 13)

Essa visão é melhor entendida a partir do conceito de rede de LATOUR (2000, p.294-295), quando o mesmo explica como o mundo da ciência, da política e da técnica se relacionam, chegando inclusive aos sujeitos, embora estes não façam parte dos suas tramas e urdiduras (que Latour chama de “fios” e “malhas”), mas que são inevitavelmente alcançados por elas.

Em seu estudo, a professora descreve o perfil de diversos políticos (tecnocratas) e sua atuação durante todo o século XX no combate à seca, associando reflexões de história política e história ambiental. Dentre os perfis analisados, há referências a José Américo de Almeida, Ernesto do Amaral Peixoto e ao tio de Virgílio, o Marechal Juarez Távora, que o sucederia na pasta do MVOP, durante o Governo de Castelo Branco, nos anos de 1964 a 1967. (BUCKLEY, 2017, p. 141-42)

Neste interregno, a reestruturação do DNOCS passou a ser uma das pautas de Virgílio. Em 19 de setembro de 1961, o ministro afirmou, através da capa de *O Povo*, que o DNOCS deveria se tornar uma autarquia. No corpo da matéria, a defesa da questão passava pela já velha ideia de modernização do órgão e compunha um escopo maior que desejava reestruturar todo o MVOP. Além do DNOCS, estava no corpo do projeto reestruturar o DCT – Departamento de Correios e Telégrafos, o DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, o DNPRC – Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e o DNEF – Departamento Nacional de Estradas de Ferro. (*Jornal O Povo*, 19 set. 1961)

A bandeira de transformar o DNOCS e outros órgãos ligados ao MVOP em autarquias foi concretizada em 01 de junho de 1963, através da Lei nº 4.229, sancionada nesta mesma data pelo ainda então presidente *Jango*.

Apenas oito meses antes do golpe que vitimou a democracia brasileira e que sedimentou a gerência militar do DNOCS durante vários anos, a transformação de órgão diretor da administração pública para autarquia foi uma tentativa de modernização tardia para um já combalido departamento, que acumulara durante anos a pecha de centralizador de riquezas e sustentáculo das oligarquias rurais nordestinas.

Por outro lado, a corrente que defende o DNOCS como “mola propulsora do desenvolvimento da região semiárida brasileira”, se viu às voltas de um processo de

esvaziamento e enxergou na possibilidade de abertura do órgão a uma gestão mais democrática e participativa, as chances de um processo de legitimidade e de um soerguimento sustentável.

Durante 21 meses, imprensa, gabinetes governamentais, as tribunas do Congresso Nacional e da Câmara Federal foram palcos dos discursos em torno da história do DNOCS e de suas possibilidades para o futuro vindouro, projetado por alguns e completamente impreciso para outros.

Em menos de dois anos, o DNOCS passava pela sua segunda reestruturação, desta vez, de ordem administrativa e organizacional. A lei aprovada delimitava a atuação do órgão dentro de preceitos democráticos de participação popular e ampliava sua abrangência. Compunha-se de 44 artigos, dentre os quais, alguns seriam vistos como polêmicos e outros como duvidosos, desde sua promulgação. O melhor exemplo talvez esteja em seus primeiros parágrafos:

CAPÍTULO I

Da natureza, sede e foro

Art. 1º O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS vinculado, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, fica constituído em entidade autárquica, administrativa e técnica **com sede e foro na capital da República**, regendo-se pelo disposto nesta lei.

Parágrafo único. Enquanto não se efetivar a transferência da sua Administração Central, **o DNOCS terá sua sede provisória em Fortaleza**, Estado do Ceará. (DNOCS. Lei 4.229/63) (Grifos nossos)

Todo o processo relacionado à transferência e, por conseguinte, a permanência da sede do DNOCS em Fortaleza, ainda funcionava, nos bastidores da política da Capital republicana. Os primeiros artigos da Lei que transformou o órgão em autarquia deixou claro o funcionamento da política brasileira em seus meandros mais históricos e paternalistas: o retorno do DNOCS para Brasília estaria garantido (art. 1º), mas numa perspectiva temporal fluida e sem subterfúgios, conforme previa o Parágrafo único desse mesmo artigo.

Somente o tempo presente é suficiente para provar que tal retorno nunca se efetivou. O Edifício Arrojado Lisboa, localizado à Av. Duque de Caxias, 1700, no Centro de Fortaleza, onde ainda hoje funciona a sede do DNOCS prova que as disputas políticas das oligarquias brasileiras têm diversas formas de registrar na história suas vitórias e derrotas, mesmo que estas se refiram a um mesmo fato.

Se, numa metáfora totalitarista ORWELL (2010, p. 47) sugere que quem controla o passado, igualmente o faz com o futuro, aos vencedores e suas classes privilegiadas caberiam as narrativas da história. No entanto, lendo o tempo “à contrapelo”, como infere BENJAMIN

(1986, 1940), entendemos que embora a lei previsse determinada situação, vislumbrar o funcionamento do DNOCS em Fortaleza nos últimos 50 anos nos evidencia outra realidade.

Há ainda aspectos da lei que merecem destaque. Tais nuances podem ser recuperadas a partir de mais dois momentos da história do DNOCS, não explorados nessa tese mas que merecem o registro. São eles, 1964 com o advento da ditadura civil-militar no Brasil e, por conseguinte com o aparelhamento do órgão pelas forças armadas como já dissemos aqui e 1967, quando, ainda dentro da visão militarista de gestão do órgão, o DNOCS passou por nova reestruturação interna, voltando sua produção – principalmente a editorial, para um viés mais tecnicista e científico.

Antes, o órgão de combate às secas, responsável em toda sua amplitude pela transformação social do semiárido brasileiro, como sugerem diversos autores, em sua grande maioria, defensores da história do DNOCS⁸⁷, o órgão, então, tornar-se-ia um auxiliar da SUDENE nessa frente. Seria, todavia, responsável pela execução das obras, planejamento estratégico, econômico, estatístico e de assistência técnica para estados e municípios compreendidos em sua área de atuação.

CAPÍTULO II

Das atribuições

Art 2º Ao DNOCS compete, na área compreendida dentro do Polígono das Secas:

[...] d) realizar trabalhos de natureza técnica, por administração direta, contratos ou convênios, para recuperação e defesa florestal, desenvolvimento da piscicultura, cultura agrícola e pastoril;

[...] g) prestar assistência técnica aos Estados e Municípios dentro das suas atribuições colaborando, também, com órgãos federais, estaduais e municipais para a elevação do nível sanitário e educacional das populações rurais, predispondo-as à melhor utilização das possibilidades do meio;

[...] m) **cooperar com a SUDENE nas investigações de natureza econômica e social;** (DNOCS. Lei 4.229/63) (Grifos nossos)

A Lei buscou estabelecer uma relação mais íntima entre os órgãos embora para nós, traduza uma dualidade velada que pode ser acompanhada pelo menos na década posterior à criação da SUDENE. Esta última seria responsável por pensar o Nordeste e, por conseguinte o semiárido. O DNOCS por sua vez, antes e por mais de 50 anos principal promotor do

⁸⁷ Como ponto de partida da escrita desse trabalho, uma de nossos objetivos foi entender a escrita a respeito do Rio, da Região do Jaguaribe, do DNOCS e da construção e arrombamento do açude Orós. Neste ínterim, diversas vozes foram encontradas. Defensores e detratores de todos os elementos do processo aqui estudado. Sobre o papel do IOCS/IFOC/DNOCS e sua filosofia de trabalho em seus primeiros 50 anos de atuação, ver as referências a seguir: ESTEVAM NETTO, José. DNOCS Ontem e hoje – sustentáculo da nascente civilização da seca. João Pessoa: DNOCS, 1987; GUERRA, Paulo de Brito. A civilização da seca: o Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS, 1981; GUERRA, Phelipe; GUERRA, Theophilo. Seccas contra a secca. 4a ed. Mossoró: FRV/Fundação Guimarães Duque, 2001(Col. Mossoroense, série C, v.1.203); GUERRA, Otto. 21º Livro das secas. Coleção Mossoroense. Série C. Volume CDLXIII. Rio Grande do Norte. 1989; POMPONET, André Silva. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas Conj. & Planej., Salvador, n.162, p.58-65, jan./mar. 2009; ROSADO, Vingt-um (org) Memorial da Seca. Mossoró, 1981, Coleção Mossoroense – Volume CLXIII.

desenvolvimento da região, seria então, embora a lei ainda o responsabilizasse pela criação de projetos de desenvolvimento, o órgão responsável pela execução de obras e controle governamental da região das secas.

A lei, basicamente, destinou ao DNOCS para o papel que posteriormente, durante os anos da ditadura civil-militar, o órgão viria desenvolver: execução, fiscalização e policiamento das políticas desenvolvimentistas aplicadas no Nordeste entre os anos finais da década de 1960 e os primeiros anos dos anos de 1980.

Pelos menos, mais dois aspectos da lei merecem destaque. O primeiro refere-se a atuação do DNOCS dentro de propriedades privadas, normatizando o que o dispositivo chamou de “melhorias” e o segundo, em consonância direta com o primeiro e toda a história de Orós, Banabuiú e a região do Baixo Jaguaribe, fala dos processos de desapropriação e pagamento de indenização aos proprietários atingidos ou expropriados de alguma forma pela atuação do órgão.

O Art. 12 da Lei normatizou a criação do Fundo Nacional de Obras Contra as Secas - FUNOCS, cujo objetivo era custear os serviços e obras atribuídas ao DNOCS. Dentre os dispositivos legais que determinavam a receita desse fundo, estava entre outros um pagamento a ser recolhido do proprietário rural que tivesse, de alguma forma, recebido “melhorias” em sua propriedade a partir de investimentos feitos pelo DNOCS.

Art. 12. Constituem receita do FUNOCS:

a) 2% (dois por cento) da renda tributária da União Federal, destacados da parcela prevista no art. 198 da Constituição Federal;

b) contribuição de melhoria correspondente à valorização de imóveis, em consequência de serviços ou obras executados pelo DNOCS, nos termos desta lei; (DNOCS. Lei 4.229/63) (Grifos nossos)

A lei normatizava a atuação do serviço público em propriedades privadas. A açudagem em cooperação, extinta dois anos antes, logo após os eventos de Orós e as mudanças de pessoal ocorridas no MVOP e na direção do DNOCS recebiam do dispositivo legal a bênção para eminente retorno. Quando os relatórios voltam a ser publicados, em 1964, com o Ministério já sendo comandado por militar de alta patente e com reconhecida história nas filas das forças armadas,⁸⁸ a introdução do documento registrava a conclusão de 13 açudes em regime de cooperação.

⁸⁸ O Ministro em questão era o Marechal Juarez do Nascimento Fernandes Távora, cearense, natural da cidade de Jaguaribe que ocupou a gestão da pasta entre os anos de abril de 1964 a março de 1967, tendo iniciado seus trabalhos logo após a chegada do Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco à presidência, após o golpe civil-militar. Juarez Távora, figura presente na história das Forças Armadas desde os primeiros anos do Governo de Getúlio Vargas, na década de 1930 administrou o MVOP, com influência direta sobre o DNOCS. Em sua gestão, concluiu o sangradouro do Orós (1964), as obras do Açude Banabuiú, dentre outros açudes. Cf. TÁVORA.

O segundo aspecto, que se refere, essencialmente ao processo de desapropriação parece fazer um diálogo intertemporal e colocar já no dispositivo da lei a legitimidade necessária de uma ação própria para os tempos de ditadura. Sobre o acesso à propriedade, o Art. 29, das Disposições Gerais apresentava à seguinte redação:

Art 29. Os agentes do DNOCS podem penetrar nas propriedades públicas ou particulares para realizar estudos e levantamentos necessários à elaboração dos projetos de serviços ou obras a cargo da Autarquia, mediante prévio aviso ao proprietário, responsável ou preposto.

§ 1º O aviso prévio a que se refere este artigo deverá ser feito, sempre por escrito, assinado por autoridade competente para dirigi-lo, nos termos do regulamento do DNOCS, e indicará, com precisão, o objetivo dos estudos e levantamentos a serem realizados na propriedade, as áreas e locais desta em que os agentes da autarquia necessitarão operar e o tempo de duração dos trabalhos dentro da propriedade.

§ 2º Ocorrendo danos à propriedade, fica assegurado ao proprietário direito à indenização. (Grifos nossos) (DNOCS. Lei 4.229/63)

A “permissão para entrar mediante aviso prévio” respeitava o art. 141, §15º e §16º da Constituição Federal de 1946, ainda em vigor naquele ano, que versava sobre a inviolabilidade do domicílio e do direito à propriedade, “salvo em caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública.” (Constituição Federal de 1946). Entretanto, essa mesma lei não deixava claro como se daria um possível processo de desapropriação do imóvel rural nem como seria pago o instrumento da indenização.

Esteve em vigor, o mecanismo das ideias de Maquiavel, popularizado por Giuseppe Tomasi de Lampedusa no romance *O Leopardo*, quando afirmou: “Algo deve mudar para que tudo continue como está.” A simbologia da autarquização prevista por Virgílio Távora, na tentativa de aproximar o DNOCS dos anseios do povo, como disse em sua fala, transcrita nos jornais e aqui igualmente registrada, não atingiu seus objetivos essencialmente. As coisas mudaram mas tudo permaneceu do jeito que estava.

Em 1965, com o retorno da publicação dos Boletins do DNOCS, suspensa desde 1960, por causa de contenções orçamentárias – motivo declarado, mas também na busca por uma nova linha editorial – motivo velado e, obviamente não referido, é que a mudança na vertente ideológica e política do órgão tornar-se-ia substancial.

A partir do mapeamento dos assuntos contemplados no novo Boletim ficou clara a mudança do campo político da atuação do órgão, de quando era uma instituição com prementes características sociais, cujos primeiros pensadores, técnicos e intelectuais conjecturavam o combate à seca para além do viés das tecnologias e a encaravam com fenômeno igualmente social.

O Boletim do DNOCS editorado a partir de 1965 era, como dizia em sua própria introdução, uma publicação de divulgação técnica, abrangendo os assuntos de planejamento estudos e projetos; fomento e produção; e obras. No volume lançado no segundo trimestre de 1965, o açude Orós foi destacado através de um artigo, escrito pelo Eng. Joaquim Guedes Correia Gondim, a respeito da potência a ser instalada naquela represa, no que dizia respeito à geração de energia. (GONDIM, 1965, p.233-243)

Outros tempos de um DNOCS que entrou numa espécie de agonia institucional para sobreviver nos dias de hoje entre os discursos de seus apoiadores e seus adversários. A mudança no regime político teve influência direta na atuação do órgão, que durante as décadas de 1970 e 1980 investiu na política de irrigação e criação de colônias agrícolas ao longo do Rio Jaguaribe, cujo auge da experiência se deu nos anos finais da década de 1979, cinco anos depois da região atravessar uma cheia histórica, ocorrida em 1974.

Na imprensa, após aprovação da lei de autarquia do Departamento, houve mínima repercussão, cabendo ao Jornal O Povo, de 26 de junho de 1963, dedicar o canto inferior direito da página 05 do periódico para publicar o que chamou de “vista geral da lei.” Após resumo dos dispositivos legais, o jornalista João Serra, que assinava a matéria arrematou:

EM SÍNTESE

O Dnocs terá um regulamento a ser conhecido em 120 dias. Um crédito de 100 milhões foi consignado para sua constituição efetiva. As despesas com seu pessoal deverão alcançar apenas 8% de sua receita, sendo que 1% será aplicado em estudos e pesquisas indispensáveis. [...] **Ficou mais elástico, espera-se agora, que ultrapasse as marcas do papel e rompa as barreiras da mediocridade estrutural.** (Grifos nossos) (O Povo. 26 jun. 1963)

Além do evidente alerta em tom de reclamação, a síntese da lei proposta pelo jornalista ainda trouxe difusa referência aos acontecimentos de Orós e Banabuiú, quando destinou, obrigatoriamente, parte do orçamento para o que chamou de “estudos e pesquisas indispensáveis.” Não restam dúvidas: é pouco provável pensar o DNOCS e sua atuação depois de Março de 1960 sem lembrar-se do arrombamento de um açude e da iminência alardeada do rompimento de outros.

A afinidade da técnica com a natureza permaneceu balizada pela cultura e pela política, mas não sem antes pensarmos nos novos componentes dessa relação, somados a esta equação os eventos de Orós, Banabuiú, da transferência da Sede do DNOCS para Fortaleza e seu processo de autarquia. Após tais acontecimentos, a história social do Baixo Jaguaribe, adensadas a esta, as reflexões ambientais, trouxe (e, ousou dizer, sempre trará!) o espectro do medo e da ausência.

Dito isso, tornou-se igualmente inevitável, desses tempos para cá, pensar a região jaguaribana, sem refletir sobre o arrombamento de açudes, principalmente, nos municípios localizados à jusante destes, na região do Baixo Jaguaribe. Somado ao Orós e ao Banabuiú, desde 2002, o rio passou a contar também como Açude Castanhão. Com este, renasceu a sensação de que os homens – técnicos e engenheiros do DNOCS, nada fizeram, no que diz respeito às desapropriações e indenizações e também nada poderão fazer, diante de futuras falhas apresentadas no concreto, referindo-se aqui ao material utilizado na construção da parede das barragens.

* * *

Concluída a jornada até esse ponto, restam-nos ainda algumas dúvidas relacionadas sobre como açude pode ser a mais eficaz das estratégias de convivência com o semiárido, ou como se convencionou registrar nas páginas da história, como um processo de combate à seca. Perguntas incômodas sobre a ideia da construção de açudes e dúvidas fundantes sobre os assuntos mais caros dessa tese como a relação entre o tempo da natureza e o tempo da técnica e o mecanismo de compreensão dos processos históricos a partir relação das contribuições da história social e da história ambiental ainda devem ser discutidas.

No tópico a seguir, que encerra, por ora, as questões dessa tese, tentaremos coser estes detalhes a partir de uma peça literária escrita em 4 atos por um padre que naquele tempo era pároco de uma das cidades localizadas nas proximidades do açude Orós.

5.3. Tempo, técnica e natureza – Ainda os açudes; e por quanto tempo?

Percebido o tempo em sua mais linear singularidade, representado, por exemplo, por um magnífico “quebrar da barra”, podemos dizer que quando o sol singrou o horizonte com seus raios amarelados e 1960 havia ficado para trás, no passado, um futuro de “fartura” para Vale do Jaguaribe era o desejo de todos. No entanto, tempo, técnica e natureza ainda marcariam a história da água na região, quando os assuntos fossem o Rio e o Açude e a relação entre os mesmos.

E mais que satisfação diante da possível abundância ocasionada pelas chuvas dos anos de 1960 e 1974, o sentimento que regeu a vida dos moradores da ribeira do resignificado rio, que doravante passava a correr Vale a baixo com maior frequência, foi o da frustração.

Erigido e funcionando apenas como retentor de água, o Açude Orós demorou cumprir o papel que fora historicamente desejado para ele. O sangradouro finalizado em 1964 fez falta durante os invernos compreendidos entre os anos de 1961 e 1964. O projeto de irrigação

pensado desde a concepção do açude só foi colocado em prática após o ano de 1974. A usina de produção de energia nunca saiu do papel.

O Açude, em sua magnitude de “gigante ciclópico” representou pequeno desenvolvimento em apenas três modestas frentes: o ramal férreo, que saía da Estação de Iguatu até o campo de construção do açude em Orós, feito para contemplar o objetivo de levar material para a construção; o campo de pouso, outra área de atuação do DNOCS, que igualmente foi utilizado em sua maior intensidade no tempo da crise do arrombamento; e a acumulação da água, cujo objetivo era fixar o homem na terra e diminuir as migrações em tempos secos. (BUCKLEY, 2017, p. 22)

Por outro lado, os problemas ocasionados pela construção do Açude foram tantos outros, de igual ou de maior magnitude como, por exemplo, a incompletude do projeto, como há pouco foi indicado e além disso, o clima de medo instaurado na região do Baixo Jaguaribe – desde a construção do Orós, que os tempos de cheia tornaram-se tempos de risco. De 1960 até os dias atuais, jornais e depoentes reafirmam tal sentimento nos anos de 1974, 1984, 1985, 1989, 2004 e 2010, quando a região recebeu grandes enxurradas e os açudes retiveram consideráveis volumes d’água. Era notória a ideia de que os açudes podem arrambar!

Após 2004, com a inauguração do Açude Castanhão, reservatório quase três vezes maior que Orós, a mitologia se diversificou ainda mais. Através de narrativa que contavam sobre rachaduras na parede das construções (visíveis e invisíveis), profecias e bichos fantásticos, a história dos açudes ganhou ainda mais corpo e as ideias de um arrombamento que tornariam o sertão em vasto mar nunca saíram do imaginário.

De lá para cá, barrar o rio tornou-se iniciativa questionável. Para além dessas questões de ordem simbólicas e afetivas, ainda em Orós, mas com força maior na construção do Castanhão, outras nuances negativas vieram à tona. Toda a questão ambiental em torno da construção de um açude passou a ser considerada. Os impactos ictiológicos, a modificação na fauna e na flora da bacia hidráulica a ser formada com o lago da barragem, a profunda interferência na vida do rio, seja na vida do seu estuário, seja na vegetação de suas margens foi pauta de grandes discussões e ponto de inúmeras proposições, como por exemplo, o concurso da recuperação do Rio e o combate a seu assoreamento, antes de qualquer intervenção humana.

Diante das questões ambientais, sobrevieram também as questões sociais resultantes da manipulação da água e da construção de barramentos em rios: desapropriações, indenizações e acesso à água. Se em Orós tivemos o caso de Guassussê, na construção do

Castanhão houve repercussão internacional para a situação de toda uma cidade. Referimo-nos à Jaguaribara.

O açude que tomou 2/3 da extensão territorial de um município (Jaguaribara) e ainda terras de vizinhas cidades de Jaguaribe e Alto Santo refez a história de um povo, ao entregar para os moradores daquela localidade uma nova cidade, completamente projetada, do ponto de vista arquitetônico e urbanístico. No entanto, para que fosse erguido o novo, os laços familiares e de vizinhança, a relação com a natureza e com o Rio Jaguaribe, que anteriormente atravessava o centro da cidade, o hábito social marcado pela relação do mundo rural e urbano foram destruídos ou seriamente resignificados.

No que tange ao mote da construção de açudes, o Orós fez uma espécie de escola. Isto é, como promessa de campanha política-eleitoral, deixou de ser o aproveitamento de um boqueirão que a natureza em milênios encarregou-se de construir para se tornar símbolo do progresso e da técnica em favor dos mais pobres e em nome do desenvolvimento de toda uma região. Em se tratando da convivência com a seca, a construção de açudes era a confirmação de uma tese vencedora, disseminada ainda no século XIX, que mesmo com a elaboração das ciências e, por conseguinte, de novas correntes de pensamento, ainda desprezava o meio ambiente, aqui visto como a sociedade e a natureza implicada no entorno de tais grandes obras.

Ao que nos consta, parece ser toda, ou quase toda a história de Orós (do Banabuiú e do Castanhão) uma história de negação: negou-se a natureza, negaram-se as pessoas, negou-se a experiência do ribeirinho, negou-se a técnica e por fim, até mesmo a política foi negada, quando, após inúmeras disputas ao redor do legado do açude, o Orós caiu por mais de dez anos no esquecimento nos jornais, das tribunas e dos documentos oficiais, lembrado somente como ameaça, por aqueles que viram surgir diante da construção-destruição-reconstrução de sua parede, um tempo de incertezas.

No decurso da pesquisa, o pároco da cidade de Icó entre os anos de 1953 a 1964, uma personagem que já havia aparecido nessa tese por ser um dos líderes locais durante a seca de 1958 a enviar correspondências para os representantes cearenses no Congresso Nacional, publicou no Jornal o Povo de 29 de março de 1961, um texto nominado “Um rio imita o Amazonas.” No texto, destacado na capa do Jornal num tempo que contava igualmente pouco mais de um ano do arruamento da parede da barragem em 1960 e dois meses após a inauguração do “novo” açude, por Juscelino Kubistchek, o Pe. Antonio Batista Vieira ofereceu aos leitores daquele periódico, um roteiro teatral que, resumia, a seus termos, a história do açude Orós. Para além do passado, o texto também fala de presente e de futuro.

Como um dos objetivos dessa tese é discutir aquilo que pensamos ser as ideias vencedoras de tempo, técnica e natureza, no intervalo de tempo aqui estudado, o pensamento do Padre Vieira, verificado nessa peça literária foi escolhido como o último guia dessa travessia. Por outro lado, a tônica do texto serve igualmente ao objetivo do capítulo: compreender na história de Orós, o tempo da frustração e da decepção.

O Padre Antônio Batista Vieira foi um religioso dos contrastes. Padre, escritor, político cearense tornou-se internacionalmente conhecido por uma luta, que nos termos da atualidade, receberia o selo da preservação ambiental, concentrada na defesa dos animais. Embora tenha militância na área da literatura e na “defesa dos mais pobres”, seu legado aplica-se à preservação da subespécie asinina. Em VIEIRA (1964), o jumento foi alçado à condição de irmão dos humanos. Imortalizado nos versos de Zé Clementino e na música de Luiz Gonzaga, a relação de Padre Vieira com a natureza pode ser vista na defesa incólume do animal, que entre os anos de 1960 a 1980 teve a carne exportada para países orientais e da Ásia setentrional.⁸⁹ No entanto, antes disso, o Pe. Vieira já demonstrava certa preocupação com o meio ambiente através de denotado mote relacionado à preservação e à criação de uma consciência ecológica. O texto sobre Orós indica tais caminhos.

Em seu escrito, no primeiro Ato, Pe. Vieira trata do passado. Junto à visão do Rio Jaguaribe de Demócrito Rocha, a ideia de construir uma terra de abundância à beira de um açude é recuperada. Imagem construída e amplamente vendida às populações como promessa eleitoral, o Vale, que seria possível nascer após a construção de Orós, era a bíblica terra prometida, em que, mais que leite, correria água e mel – de caju, talvez.

O Ceará possui a triste celebridade de ter o maior rio seco do mundo: o Jaguaribe, que atravessa as melhores terras do estado, numa extensão de quase 700 km. Imensas várzeas ladeia o leito do rio, de um lado e de outro, como esmoleres, sentados à beira das estradas, mendigando gotas d’água para matar a sua sede de deserto. São terras de aluvião, ubérrimas e férteis, mas anêmicas e desnutridas, porque o Jaguaribe é uma artéria aberta por se escorre o sangue do Ceará.

Lá em Orós o rio aperta-se numa garganta de serra. Foi a própria natureza que tentou jugular a força das águas, mas foi impotente porque o Jaguaribe é rio macho, sim senhor. Quando desce em procura domar vem com cara de briga, de mangas arregaçadas, comprando briga por arroba. Doido aquele que cruzar os seus caminhos.

E o Ceará viveu do sonho de Orós, durante muitos anos. Pelo boqueirão de Orós desciam anualmente uma média de 2.000.000.000 de metros cúbicos d’água que seriam suficientes para perenizar o seu leito, fecundando todas as terras ribeirinhas. Entra governo e sai governo. Todos incluíam na sua plataforma política a construção de Orós. Era o preço com que se comprava a confiança do eleitorado cearense. E o cabeça-chata dormia como uma criança de favela, sonhado com o Papai Noel. E

⁸⁹ O obituário do Pe. Vieira publicado no The Telegraph em setembro de 2003 e uma reportagem publicada no Diário do Nordeste em junho de 2011 referenciam as informações. Ambas estão disponíveis em: <https://goo.gl/SYv8uT> e <https://goo.gl/BKAMVx> Acessados em 28 de maio de 2018.

Orós se desfazia como uma miragem. E o Ceará morria aos bocados pelas artérias do Jaguaribe. (O Povo. 29 mar. 1961. p. 05)

A pecha de “o maior rio seco do mundo” é uma grande marca da história do Rio Jaguaribe. Incluído no artigo definido, estava o desejo de seus moradores ou seus visitantes de deixar de vê-lo seco e provisório para tornar-se perene, já que definitivo o era. No entanto, a realidade parecia ser suplantada pelo sonho, descrito ao final desse trecho como cena vendida ao eleitor como se vende uma fantasia para uma criança.

Pe. Vieira nos deu uma ideia de aproximação temporal. Em seu texto, passando e presente, caminhavam juntos, ligados pelos sentimentos já descritos em outras paradas desse texto: dor e desejo. Se pensarmos bem, não estamos medindo esforços para mensurar ambos. O que podemos abstrair de um sertanejo da década de 1950 que presenciou um ciclo de 04 anos de seca e viu as imagens da literatura de Graciliano, Rodolfo e Rachel transmutarem-se em crível realidade a bater sua porta? O que se pode ler nos registros do cotidiano feitos por jornais e revistas da época, que traduzem e exasperam sentimento semelhante, só que com letras? Políticos em suas tribunas, documentos oficiais e seus estudos diziam coisas diferentes?

A provocação de Vieira, em parte, é a mesma provação dessa tese: rio e açude dialogam, tal qual o homem e a natureza. No entanto, quando um deixa de ouvir o outro as chances de presenciarmos catástrofes aumentam. Em 1960 encontramos a mais apropriada tradução de tal evento. A natureza, cujo principal papel talvez seja o de ser conhecida e vivida, foi ignorada por homens que nem sequer ouviram a si mesmos.

A natureza que, na visão dos homens (técnicos, políticos e engenheiros) exigia há tempos um Orós para o Jaguaribe, deu seu recado final em 1958. No segundo semestre daquele ano, como um castelo sobre nuvens, a parede do açude começou a surgir. Como floresceu de forma verossímil Vieira no segundo ato de seu texto: “Pesadas máquinas, formidáveis rolos compressores, titânicas escavadeiras, um formigueiro de operários revolviavam as terras de Orós. E a parede subia aos pinotes. Noite e dia, sem parar, numa azáfama estonteante, num trabalho faraônico.”

Técnicos e engenheiros até que podiam muito. No entanto, os detalhes contidos na construção desse poder precisavam ser mais bem explicados. Como entende Eve Buckley,

Despite recurrent optimistic belief of technocratic personnel that their skills could solve the entrenched problems of historically poor regions without engendering massive social upheaval, there was often no way to bypass political confrontation and still remedy to long-standing marginalization of impoverished regions and people. Technocrats operate in a political landscape that shapes the potential impact and effectiveness of their recommendations. [...] This means excluding, from their definition of the focal problem, elements such as political economy or social

inequality that will not respond to a technical solution. As historians of technology have demonstrated in myriad cases, the power of technology to effect change is constrained by the social context in which it functions. By overlooking crucial aspects of this context, development technocrats impeded their ability to achieve the goals that many sincerely aimed for. (BUCKLEY, 2017, p. 16)⁹⁰

Então, cheio de contingências, o Orós finalmente tornava-se realidade. Fazendo uma referência ao desenho da edificação da barragem, Vieira, afirma: “O Ceará ri pelos lábios de Orós.” No entanto, o ser sertanejo presente em cada ribeirinho do Jaguaribe, vendo toda agitação e pressão – sobre o tempo e sobre a natureza, não tardou observar e desconfiar todo aquele movimento. No texto, acompanhamos a seguinte imagem:

[...]Todos sentem a euforia que o açude desperta. Menos o campônio, o matuto que nasceu ali e viveu seus sessenta anos, bebendo daquela água e tomando banho de rio, nos dias de enchente. Chega, espia, coça a cabeça e pergunta irônico e desconfiado:

- Seu dotô, cadê o sangrador desse bicho?

E o engenheiro cheio de sabedoria e de empáfia responde também com ironia:

- Meu amigo, cadê a água para encher esse bicho? (O Povo. 29 mar. 1961. p. 05)

Do já destacado desprezo dos engenheiros do Orós à criação de um mito fundado sob o medo e a incerteza, pouco demorou. Em 1960 era mesmo impossível conviver com ciclos de seca? O ápice de 1958 não havia se iniciado quatro anos antes? As lições das secas históricas de 1877-1890, 1911-1915, 1929-1932, 1946-1948 não poderiam ter sido pelo menos lembradas? E as invernadas vividas no Ceará nos anos de 1914, 1924, 1930, 1934, 1944 nada haviam ensinado?

Parece que aos engenheiros e burocratas políticos, não. Digamos que, por estarem preocupados com suas campanhas eleitorais, vendendo a imagem da perenização do rio, fertilização e irrigação das terras do Baixo Jaguaribe, abastecimento das cidades da região, cujo valor eleitoral era maior que a realização das mesmas, o recado do rio não foi ouvido e as lições da história não foram reconhecidas.

E o Orós arrombou. Ou melhor, foi arrombado. E depois, tornou a arrombar novamente. Para Vieira e para tantos outros, inúmeros homens e mulheres, sem nome apenas nessa tese, mas vivos e presentes em matéria e memória na história do rio e do açude, tal desastre os fez mudar os significantes para evento tão belo e redentor, na visão e na vida de

⁹⁰ “Apesar da crença otimista recorrente no pessoal técnico de que suas habilidades poderiam resolver os problemas característicos das regiões historicamente pobres sem que precisasse haver maciços levantes sociais, muitas vezes não havia ninguém para contornar o confronto político e ainda remediar a antiga marginalização das regiões e das pessoas empobrecidas. Os tecnocratas operavam em um cenário político que moldavam o impacto potencial e a eficácia de suas recomendações. [...] Isso significa excluir, de sua definição central do problema, elementos como economia política ou desigualdade social que não responderiam a uma solução técnica. Como historiadores da tecnologia demonstraram em inúmeros casos, o poder da tecnologia para efetuar a mudança é limitado pelo contexto social em que ela funciona. Ao negligenciar aspectos cruciais desse contexto, os tecnocratas do desenvolvimento limitaram sua capacidade de atingir as metas que muitos sinceramente buscavam.” (Tradução nossa)

quem mora numa terra castigada pela falta dela: a chuva, doravante aguardada de um outra maneira.

O cearense espera chuva como que aguarda a visita de um parente ou de um amigo. De casa arrumada. Com o coração em festa. Com os lábios abertos num sorriso de felicidade. Sementes escolhidas. Instrumentos agrícolas devidamente amolados. A chuva na terra foi sempre companheira e fartura, de bonança e riqueza. Neste ano de 1960, porém as chuvas orquestraram uma música diferente. Chovia sem parar. Os rios desciam caudalosos, zuadentos, destruidores. Pela primeira vez, talvez na sua história, o Ceará inteiro rezou para que não chovesse mais. (O Povo. 29 mar. 1961. p. 05)

Se lembrarmos do depoimento de Avani e cruzarmos com as fontes escritas, talvez o evento nem seja tão dramático assim como descrito pelo padre. As visões de tempo, da natureza e da catástrofe são múltiplas, é sabido. No entanto, nosso compromisso com a fonte é antes de tudo questioná-la. Esse status de verdade foi guardado pelo tempo e para nós, filhos, muitas vezes de outras temporalidades. Logo, o que nos resta são versões dessa verdade que ousamos buscar. Ao historiador cabem as peças de um quebra-cabeças incompleto, cuja imagem do passado deve ser reconstruída por ele a partir dos vestígios e de muita imaginação histórica.

Dito isto, cabe-nos inferir o padre Vieira teve visões da tragédia de Orós para além daquelas possíveis vistas do município de Icó? Mesmo localizada à jusante do açude, Icó não estava no fluxo do Jaguaribe. Já citados na tese, os estudos dos prejuízos feitos pelas equipes da SUDENE e do BNB apontaram nessa cidade a destruição de 240 edificações entre casas de taipa e alvenaria perfazendo a cifra de 2.960 mil-réis. Como isso pode ser traduzido a partir do registro feito pelo padre? Por outro lado, cabe uma dúvida a respeito da visão de Avani sobre o mesmo fato: distante do açude, vítima maior da tragédia simbólica que da concreta, o agricultor não teria abrandado seu relato sobre o açude?

Versões de um mesmo fato. Resta-nos aquilo que foi contado e o que ficou registrado de forma verdadeira. A composição do campo histórico é um desafio para qualquer historiador a partir do momento em que este encara o passado como um lugar distante, território estrangeiro, passível de outras linguagens para ser decifrado. A tragédia do Orós ainda hoje não deixou de ser um desafio.

No terceiro ato de seu roteiro, Vieira explicita as motivações do medo ocasionado pelo açude. Fala também de vergonha. Em poucas linhas descreve a ida da euforia à decepção, de um país motivado a ajudar seus filhos mais castigados – se não bastasse sofrer com a falta de chuva, agora se tornavam vítimas da abundância dela, à um povo decepcionado diante da capacidade de mudar para pior a face de uma tragédia.

O açude arrombou-se. Ficaram as duas ombreiras como mausoléu onde se enterraram as esperanças de um povo. As águas desceram para o mar. Mas por onde passaram, iam deixando o rastro da destruição e de morte. Cidades arrasadas. Terrenos sulcados ou cobertos de denso lençol de areia. Até as árvores foram arrancadas pela raiz. [...] O país inteiro viveu a tragédia na sua fase emocional. A campanha de solidariedade foi um exemplo de compreensão ao infortúnio e ao desespero desta gente infeliz. [...] Ensarilhadas as armas da benemérita Campanha de Solidariedade o Brasil ficou inteiro eufórico porque socorreu as vítimas de Orós. O governo faz minuciosos relatórios de astronômicas cifras que não saíram dos cofres e que não chegaram aqui. Os recursos generosamente doados, sua grande maioria, tomaram outro destino. E mais uma vez a fome, a miséria, as lágrimas, o infortúnio no Ceará fizeram o milagre de enriquecer e criar a grandeza de poucos. (O Povo. 29 mar. 1961. p. 05)

O trecho alude claramente à indústria da enchente, em especial, aos eventos de março de 1960, que referiam-se ao deputado estadual Abelardo Costa Lima, ocorridos na cidade de Aracati e amplamente divulgados na imprensa local e nacional. Por trás de tudo isso, um conjunto de disputa políticas que se intensificavam ou distendiam ao sabor dos favorecimentos e alianças. Em opúsculo organizado por LIMA (1960), uma carta do vigário de Icó foi transcrita. Abelardo Costa Lima, seis meses antes da publicação do roteiro novelesco aqui trabalhado, também merecera algumas “mal traçadas linhas” da caneta de Vieira.

Exmo. Sr. Abelardo Costa Lima
 Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará
 Caro Senhor,
 Passados tantos dias da valiosa oferta de 50 redes que V. Ex.^a enviou para as vítimas da enchente de Orós desta paróquia, somente hoje venho trazer-lhe o agradecimento dos meus paroquianos.
 A distribuição teve de obedecer a um critério de seleção: aos mais pobres e necessitados. Demandava tempo para colher todos os dados precisos. [...] O gesto de V. Ex.^a tem ainda um mérito excepcional. Tendo problemas angustiantes a resolver em seu município, não se esqueceu de que a caridade não tem fronteiras. Fez chegar aos pobres da minha paróquia uma parcela daquilo que poderia ser largamente aplicado com os seus pobres. [...] Padre Antonio Vieira
 Vigário de Icó
 17-07-1960 (LIMA, 1960, p. 69)

A carta tem tanto a aparência de uma longa e duvidosa crítica perante às acusações destinadas à Costa Lima, quanto os ares de um texto de simples agradecimento. O padre afirma que a caridade não em fronteiras, como mais tarde reconheceu na crônica reproduzida aqui há pouco quando referiu-se à Campanha de Solidariedade desenvolvida em todo país para ajudar aos atingidos pelo Orós, mas sobretudo no Rio de Janeiro sobre os auspícios de Dom Helder Câmara. No entanto, como se quisesse espezinhar Costa Lima, lembra que o mesmo concurso poderia ser aplicado aos cidadãos de Aracati, terra natal do parlamentar em questão. Afirmação feita e reiterada em parágrafo posterior quando reconhece que a cidade

praiana, mesmo estando tão distante de Orós passava por problemas igualmente “angustiantes.”

Ora, todos foram atingidos por Orós. Todos. No tempo e no espaço. Na contínua relação cartesiana, passado-presente-futuro e no pulsional jogo de escalas entre o que é próximo e distante, local e regional, grande e pequeno. Naquele instante, poucos não conheciam Orós e poucos não foram atingidos por ele. Logo, como se dissesse o padre: “Obrigado pela doação. Mas sabemos o custo dela.”

Por fim, num exigente 4º ato, Vieira bancou, um ano após o arrombamento da parede do açude, aquilo que ousamos fazer durante dedicada parte desse capítulo: provocar o futuro. Embora, atualmente essa tese esteja na temporalidade que parece ser o futuro do texto de Vieira, afirmamos que suas perguntas conseguiram subverter a simples cronologia e ainda hoje, mostram-se atuais em qualquer tempo.

Aí está o Orós construído. Túmulo e esfinge. As suas águas tem sabor de lágrimas e o colorido de sangue. Ainda hoje não secou a fonte das lágrimas dos que choram a desdita e o infortúnio de que foram vítimas. Ricos que se tornaram pobres. Proprietários que moram alugado. [...] Turistas virão de longe para admirar a beleza de um lago artificial, onde peixes rabeiam felizes, barcos velejam serenos, fotógrafos *codaquizam* ângulos pitorescos e a nossa vista espraia-se encantada de feitiço e beleza.

É a beleza da Esfinge, que esconde sob o manto opalino das águas, miséria e dor, vaidade e defecções. É a esfinge a desafiar intérpretes para os problemas que o Orós reclama:

- Cadê irrigação?
- Cadê eletrificação?
- Cadê agências de crédito? Sementes, implementos agrícolas, máquinas para agricultura, transporte para a produção, saúde para o povo, escolas para as crianças?
- Cadê a Comissão do Vale do Jaguaribe?
- Cadê a Sudene?
- Cadê Juscelino? (O Povo, 29 mar. 1961, p.05)

Tais respostas tardaram chegar. Os canais de irrigação e os projetos de colônias agrícolas do DNOCS começaram a funcionar plenamente somente no ano de 1974, após grande cheia ocorrida no Vale do Jaguaribe. Cheia esta, igualmente histórica que, novamente pôs o Orós à prova e refez o teste da engenharia. Nesse ano, a água invadiu cidades e o açude, ao contrário do que se pensava, não foi suficiente para conter as enchentes.

A eletrificação das pequenas cidades do interior do Ceará só iniciou igualmente no fim dos anos de 1970, no primeiro governo de Virgílio Távora. A eletrificação rural demorou um pouco mais a chegar, tornando-se realidade em finais dos anos de 1980 e início dos anos 1990 com o Projeto São José, já no Governo de Tasso Jereissati. No entanto, não há produção de energia em Orós. A energia do Nordeste é fornecida pela complexo de geração da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), a partir das hidrelétricas Paulo Afonso 1, 2, 3 e 4, Xingu, Sobradinho e Moxotó.

As agências de fomento ao desenvolvimento do Nordeste foram sucateadas e tiveram suas funções modificadas durante o período da ditadura civil-militar em vigor no Brasil entre os anos de 1964-1985. Houve, entretanto, no início dos anos 1980, por iniciativa do governador Manoel de Castro, um programa de desenvolvimento do Vale do Jaguaribe que não logrou sucesso esperado.

O PROMOVALE - Programa de Valorização Rural do Baixo e Médio Jaguaribe, cujo objetivo era desenvolver as propriedades rurais particulares do Vale do Jaguaribe, incentivando a agricultura em larga escala e a criação de animais, ao contrário do que preconizava, terminou por expulsar pequenos agricultores de suas terras e a concentrar propriedades nas mãos de uma pequena aristocracia sertaneja, que eram aqueles que conseguiam obter o acesso às linhas de crédito disponíveis e, por conseguinte, conseguiram sustentar a posse de suas propriedades. (SOARES, 2002, p. 89).

Por fim, iniciativas como a criação de agências de crédito, a distribuição de sementes, a assessoria e concessão de linhas de crédito para aquisição de máquinas para agricultura e implementos agrícolas avançaram, mas ainda encontram-se longe do desejável e do esperado. Já o quesito transporte para a produção, saúde para o povo e escolas para as crianças, o Brasil, o Ceará e as cidades do Baixo Jaguaribe precisam concentrar forças na busca por melhorias, mas, a preços atuais, precisa igualmente dedicar boa parte de suas energias na conservação daquilo que já conquistou.

Para além da busca de crédito para investimento e desenvolvimento, outros grupos também iniciaram um forte processo de organização logo após a redemocratização iniciada em 1988. Ainda colhendo as lutas sociais do fim da década de 1970, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB surgiu em 1989, com o objetivo de constituir uma “organização forte e de nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens.”⁹¹

Segundo o portal eletrônico do Movimento, entre as décadas de 1960 e 1970, a Eletrobrás foi responsável por desenvolver um estudo aprofundado sobre o potencial hidrelétrico, análise dos rios e bacias hidrográficas. Diante da disposição hídrica do território brasileiro, a conclusão do estudo foi um mapeamento indicando a construção usinas hidrelétricas.

Nesse período, grandes empresas do ramo de beneficiamento de alumínio, ferro-liga, etc.) se instalaram no país e exigiram as condições de infraestrutura, nesse caso em especial,

91 Cf. informações verificadas em <http://www.mabnacional.org.br/> Acesso em: 12/06/2018

energia elétrica. Com isso, o Estado brasileiro tornou-se grande financiador da construção das hidrelétricas e a construção de grandes usinas em várias regiões do país.

Ainda baseado nas informações colhidas no portal eletrônico do MAB, “ao mesmo tempo em que havia um estudo sobre o potencial e como fazer o aproveitamento da energia, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam na beira dos rios.” O resultado dessa política foi a retirada indiscriminada de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir. (MAB, 2012). Nesse contexto, o MAB se organizou defendendo a luta dos atingidos por barragens em todo Brasil.

À guisa de uma conclusão, até pelo menos a efetivação do projeto do Castanhão, também na bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe, a tese da construção de açudes de grande porte com estratégia de convivência com o semiárido – e para alguns, às enchentes, foi vitoriosa, após um século de investimentos públicos e, por conseguinte, alguns resultados positivos com por exemplo, o argumento dos defensores dos açudes, ao dizer que em tempos de seca, o equipamento liga o homem à terra e os censos feito com migrantes revela que regiões possuidoras de grandes açudes são as que menos alimentam as correntes migratórias. (CAMPOS, 2014, p. 77)

Há ainda outro aspecto positivo relacionado à guarda da água: açudes retém água por longos períodos, perenizando rios, servindo à irrigação de suas bacias hidráulicas e também conservam por longo tempo a água destinada ao abastecimento humano e animal sustentando as regiões áridas por mais tempo e no tempo presente, a seca de 2011-2018 tem mostrado o papel de tais reservatórios.

Do outro lado da corrente, estão aqueles que denunciam o controle de acesso à água – há inúmeros relatos do policiamento feito aos espelhos d’água do Orós e do Castanhão, após a enchente de 2004 e das prisões e apreensões de pequenos pescadores ocorridas nos limites desses açudes; outros críticos da ideia falam dos processos de evaporação ocorrido em grandes açudes e por fim, alguns estudiosos se debruçam sobre os custos de construção e manutenção de tais equipamentos.

Só bem recentemente, em meados de 2006, as políticas públicas iniciaram, com a sutil troca da nomenclatura, a mudança de mentalidade esperada por especialistas e técnicos, sobretudo aqueles preocupados com o viés ambiental de todo esse processo. O combate à seca passou a ser divulgado como convivência com o semiárido e a ideia da construção de grandes açudes passou a dar lugar à algumas tecnologias sociais que significaram certo alento para famílias pobres e de baixa renda moradoras dessa região.

As cisternas de placa, a perfuração de poços profundos, o transporte de água em carros-pipa e a construção de adutoras de montagem rápida foram iniciativas vistas nos Estados do Semiárido brasileiro e também na região que estudamos. No entanto, embora avanços tenham sido verificados, a eficácia de tais programas, mesmo diante de pouco tempo de atuação, os mesmos passaram a ser amplamente questionados, quando diante de novas iniciativas, velhas práticas foram identificadas como o clientelismo, a ausência de apoio governamental para o desenvolvimento das políticas, a corrupção e o criminoso desvio de verbas públicas em diversos casos envolvendo, por exemplo, o uso de carros pipas e a distribuição de cisternas, no Programa Água para Todos.

Frente a isso, as ideias de grande porte ainda não perderam por completo sua força. Em 2018, o Governo Federal vem buscando concretizar a transposição das águas do Rio São Francisco, a despeito de toda a problemática ambiental, os atrasos da obra e os custos para a realização e manutenção da mesma indicados por diversas ONGS e grupos de estudo que acompanham o processo da transposição desde 2002.

No Ceará, um grande projeto de integração de bacias – o Cinturão das águas, é política pública de destaque durante pelo menos aos últimos 03 governos, isto é se não considerarmos que a política de gestão de águas dos governos Tasso Jereissati e Lúcio Alcântara (Canal da integração) apenas mudou de nome. Para além disso, o atual Governo ainda não fez grandes campanhas de racionamento da água, mas sim, de uso consciente da mesma, criando inclusive uma tarifa de contingência, que pune financeiramente e administrativamente, cidadãos e órgãos públicos que não conseguirem atingir uma meta de redução no seu consumo.

Podemos dizer que sim, no Ceará, há uma política de águas. No entanto, vale igualmente perguntar: para quem? Quem são seus beneficiários? Na complexa divisão da pouca água que resta no Ceará, quantos m³ são destinados ao agronegócio? Quantas adutoras chegam ao Complexo Industrial do Pecém? Quantos carros-pipa foram enviados para ribeirinhos, moradores da ribeira do Jaguaribe, que nos dias atuais, não vê mais o rio passar?⁹²

Quando Padre Vieira terminou o 4º ato de seu texto, inferiu a seus leitores uma última provocação: e agora? O que vem depois de Orós? O gigante estaria fadado ao esquecimento. Como apenas uma promessa paga, o que viriam agora oferecer os políticos da região?

⁹² Nos últimos tempos, entre os anos de 2015 e 2018, por diversas vezes, quando visitei a cidade de Jaguaruana, moradores, colegas, velhos amigos, dentre outros, Avani, o narrador das enchentes, destacaram nas conversas de calçada e meio de rua a ausência do Rio. Falavam de como estavam secos, o Rio Serafim e o Rio do Guilherme, braços do Jaguaribe que passam no território de Jaguaruana. A seca, mas, sobretudo a carcenicultura (criação de camarão em viveiros) haviam “roubado” a água do Rio. Sobre tal situação, consultar: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/09/governo-federal-decreta-situacao-de-emergencia-em-jaguaruana>

Orós construído perdeu seu encanto político. Não será mais plano para plataforma de candidato a cargos eletivos. E com isto passará talvez ao esquecimento ou ao ramerrão de outras obras caríssimas como há tantas por esses brasis a fora. Inacabadas. Improdutivas. Eterna sinfonia inacabada. Quem será a próxima vedete política? Fecha-se o pano para que no palco político apareça outro artista tão importante e insinuante como Orós.

Para Vieira, a certeza da dúvida; para nós, com o tempo ao nosso favor, somente a dúvida e talvez uma pequena certeza: em 50 anos não faltaram vedetes (Brasília, metrô, Açude Castanhão, Transnordestina, transposição do São Francisco, Belo Monte etc). Se temos algo em que podemos acreditar é que, talvez, espectador nenhum tenha saído desse teatro satisfeito com a peça que foi apresentada.

6. Considerações finais ou escrever em tempos de golpe

Em consequência disso... Este ensaio é um prefácio do início ao fim. Qualquer especialista que espere mais ficará decepcionado.

Benoît B. Mandelbrot - **A geometria fractal da natureza**

Chegando o final dessa trajetória, cabe a nós analisar se os objetivos traçados no início dessa tese foram de fato contemplados nesse texto. Se, a resposta for positiva, pretendemos ver se o resultado do estudo apresentado foi suficiente. Se, por outro lado, percebermos falhas em nossa tentativa, é também nosso interesse discutir as razões de tais limitações. Por fim, como sugere o título dado a essas considerações finais, é preciso tecer uma análise sobre como, a nosso ver, o presente pressiona o passado e assim refletir sobre como é escrever um texto de história vivendo em tempos de golpe.

Durante toda a escrita dessa tese, tentamos compreender de forma constante a aproximação das pessoas com a natureza, a partir dos mecanismos pelos quais os primeiros – os sujeitos, intervêm no segundo, o mundo natural. Descobrimos que diante de diversas possibilidades, a técnica e a política arrematam algumas condições necessárias para pensarmos as interpretações do tempo, que trabalhadas, tornaram-se história.

Sem rótulos ou adjetivos, buscamos sempre mediar as lições que acreditamos ser da história dos sujeitos e da história do meio ambiente. Daí nosso diálogo com os campos teóricos e metodológicos da história social e da história ambiental.

Como já dissemos, a história social que se concentra essencialmente na construção de estudos em torno dos sujeitos, protagonistas, anônimos ou não, busca reconstruir os contornos de eventos mundiais e/ou de acontecimentos de uma esfera mais local, próximos de cada um nós. Os casos aqui tratados, numa escala maior, a tragédia de Orós e seus desdobramentos (os conflitos sociais, científicos e políticos ocorridos antes e depois de sua construção, campanhas de solidariedade, “indústria da cheia” etc) e o Banabuiú, em doses menores, mas com sua devida importância, revelam visões de um momento cujo diálogo entre o tempo e a técnica teve a mediação da natureza.

Recuperando Milton Santos, o testemunho da técnica através dos vestígios deixados pela humanidade em suas obras e construções serve para os historiadores como uma forma de concretização do tempo. (SANTOS, 2002, p. 29) Assim, se entendermos as técnicas como um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e,

ao mesmo tempo, cria espaço, para essa tese, os casos de Orós e Banabuiú serviram como exemplos interpretativos de quando, a partir dessa interação, a natureza possibilitou também a escrita da história social da população do Baixo Jaguaribe, entre o fim dos anos de 1950 e a primeira metade da década de 1960.

Nos dois casos, as relações entre a natureza, a técnica e a política concentrou nossa maior atenção. Mesmo assim, realizamos o estudo a partir da interpretação de fontes advindas de vários suportes, com o objetivo de apresentar uma tessitura consistente que contasse com a fala de moradores da região à época, matérias jornalísticas do período, documentos oficiais, notas taquigráficas do Congresso Nacional e documentos técnicos do DNOCS, SUDENE e BNB.

Também, mesmo a contragosto dos mais exigentes historiadores que, por vezes, aconselham não misturar muito os tipos de fontes num mesmo estudo histórico, nem mesmo a literatura deixou de ser consultada. Os romances históricos *Nada de novo sob o sol*, escrito por Lúcia Fernandes Martins e *Cravos e Santas*, de Waldy Ferreira de Menezes serviram de exemplo para este trabalho, respeitando a tese defendida por Michel de Certeau que ao analisar a relação entre a história e a literatura a partir das contribuições de Freud, entende que “a literatura é o discurso teórico dos processos históricos,” ou seja, o suporte pelo qual “se cria o não lugar em que as operações efetivas de uma sociedade tem acesso a uma formalização.” (CERTEAU, 2016, p. 92).

Nos excertos literários, conseguimos apreender parte do tempo passado, e a partir dela, dialogamos com diversas temporalidades. Na tese, o romance de Lúcia Martins ajudou na reconstrução dos dias antes do arrombamento de Orós, com a narrativa sobre a vida de *Pequenina*; aqui, perto do fim dessa tese, o romance Waldy Menezes, ajuda a recontar sobre o tempo da cheia de 1974, anos que, devido a uma grande cheia do Jaguaribe, o Orós foi novamente testado. As primeiras linhas de seu livro referem-se ao centro urbano de Aracati, nos dias daquele inverno:

Semelhante a um campo de guerra, centenas de barracas de lona perfilavam-se em um descampado à beira da rodovia. Dentro aglomeravam-se famílias dividindo o pequeno espaço com móveis empilhados que puderam salvar das águas do Jaguaribe. O maior rio seco do mundo, naquele ano, resolvera rugir às custas de um inverno rigoroso, sair do seu leito habitual e invadir a pequena cidade à sua margem, deixando um rastro de calamidade por onde passou. Mulheres desvalidas postavam-se em frente ao caminhão do exército à procura da “comissão” para alimentar meninos seminus. A elas juntavam-se homens esfarrapados, todos convivendo em meio à lama, impregnada de fezes que exalavam uma fedentina sentida à distancia. Um formigueiro, a cidade se aglomera em resumidos metros de terra molhada, sem privacidade e impotente, mas crédulo no retorno que se iniciara. Até a natureza parece mais cruel com os pobres. (MENEZES, 2015, p. 13)

Esclarecidas as fontes e tentando responder diversas indagações, de uma forma geral, não respeitaremos a cronologia das questões dispostas no texto, mas sim, tentaremos estabelecer uma linha lógica narrativa que concatene melhor os fatos. Dito isso, a primeira questão a ser abordada é sobre as conexões históricas e o jogo de escalas com o qual interpretamos o fato por nós estudados. Resta saber: O Orós pode ser lido como um microcosmo que refletiu uma estrutura maior que à época se constituía no Brasil e no mundo?

Para nós essa questão ficou muito mais aberta que encerrada. Em Orós, como muito provavelmente em todos os fatos da história da humanidade, identificamos singularidades e recorrências. Em linhas gerais podemos dizer que tal galgamento de grandes proporções ressignificou a história dos eventos com barragens no Brasil como aponta MENESCAL (2005). No entanto, momentos específicos narrados nessa tese como as campanhas de arrecadação de víveres, os desvios de verbas, o agravamento do ambiente de pobreza e miséria, como bem destacado no relatório de Celso Furtado trabalho no ponto 04 dessa tese, encontra outros precedentes na história e não pode ser destacado pelo ineditismo ou originalidade.

Por fim, quanto à tradução do tempo da técnica, o Orós reverberou em seu microcosmo a política nacional desenvolvimentista do Presidente Kubistchek e no que diz respeito aos rumos da política, tornou-se um pequeno ensaio para os arranjos de um futuro próximo, quando, para tocar os trabalhos do DNOCS, chefes militares foram indicados, sem falar do protagonismo do exército e das forças armadas diante da distribuição das mercadorias arrecadas nas campanhas de solidariedade e envidadas pelos poderes constituídos.

Continuando o jogo de perguntas e respostas, precisamos pensar nos rumos do açude, do rio e da região após a catástrofe. De forma mais objetiva quisemos saber se depois de tudo passado, esse combinado – rio, açude e região, tornou-se o que era esperado? Como vimos, antes de tudo, foi necessário que os órgãos e a política administrassem diversos conflitos antes de apresentar quaisquer resultados. No texto, apresentamos respostas para a curta e a longa duração.

Após o arrombamento do açude, de imediato, restaram os sentimentos do medo e da decepção, concretizados com a passagem do tempo, visto que, pelo menos até os anos de 1980, antes da instalação da válvula dispersora do Açude, o Orós continuava sendo uma possibilidade. Antes disso e logo após a tragédia da barragem, o DNOCS passou por momentos de reestruturação do ponto de vista estrutural, com a mudança de sede para Fortaleza e de caráter administrativo, com o processo de autarquização. Ambos momentos

influenciariam nos trabalhos do órgão, inviabilizando a concretização de projetos por mais de dois anos.

Para além disso, Orós caiu num processo de esquecimento e outras personagens exigiram a dedicação dos profissionais do DNOCS, recursos financeiros e atenção de técnicos, políticos e imprensa. É o caso da construção de Brasília, da estrada Fortaleza – Brasília e o Açude Banabuiú. Cada um a seu modo foi igualmente importante na trajetória do Açude Orós e, por conseguinte, na concretização de sua missão.

A despeito disso, no entanto, notamos uma sutil falha: se tanto buscamos entender a região Jaguaribana depois do Orós, o tempo do “antes” foi pouco referenciado. Estudamos os registros do Rio Jaguaribe e os sinais acerca da construção do açude na história desde as possíveis inferências sobre o mesmo desde o Séc. XIX. No entanto, falar sobre a região que existia antes do açude, e daí tentar compreender as justificativas para sua existência é um campo a ser melhor desenvolvido.

Por fim, como uma das interrogações fundantes da tese perguntamos: que outras temporalidades o Orós suscitou ao Jaguaribe após sua construção. Nossa hipótese de que, após o açude o rio passou a ser percebido de outra forma era mais que notória. No entanto, como esmiuçar tal percepção? Essa tese conseguiu atingir tal intento?

Consideramos que talvez essa seja a resposta mais incipiente de todas. Outrossim, não tememos afirmar que as vozes dos narradores, os registros que se referem ao Jaguaribe e as produções literárias, acadêmicas e científicas em torno do rio, indicam que depois do Açude Orós, o Jaguaribe não é o mesmo.

Observado em seus aspectos práticos e tendo como base o papel para qual se propôs o açude o controle de enchentes foi sentido mesmo não funcionando nos anos específicos aqui já citados (1974, 1985, 1989, 2004 e 2010). O rio da vida dos moradores de sua ribeira e das cidades nas quais ele entrecorta tornou-se rio do desenvolvimento do Estado, e para além do discurso que já existia desde os primeiros anos do século XX, algumas políticas públicas que corroboraram este sentido foram criadas. Dentre elas, no contexto para o qual esse estudo aponta podemos citar a criação dos perímetros irrigados do DNOCS e o PROMOVALE, aqui referenciados no quinto ponto da tese.

Por fim devemos registrar que o Orós ajudou também a amenizar secas e a aumentar o tempo de perenização do Jaguaribe, principalmente após os primeiros anos da década de 1980. Dois recentes exemplos podem ser citados. Durante o contexto da seca de 1990-1994, o Governo do Estado construiu o Canal do Trabalhador para levar água do Rio Jaguaribe, no

trecho que passa na cidade de Itaiçaba para Fortaleza, a fim de evitar que mesma entrasse num colapso por falta d'água.

Mais recentemente, durante a seca de 2011-2018, o Orós foi novamente fundamental. Com o volume de aproximadamente 32,7% de sua capacidade total, diante dos 8% do Açude Castanhão, a COGERH - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos autorizou o aumento de sua vazão, a fim de evitar o colapso no abastecimento d'água na região metropolitana de Fortaleza.

Ao finalizar a tese, precisamos dizer que nem tudo pode ser contado. O desenrolar do projeto de Orós que continuou até meados dos anos de 1980 não coube na tese. Faltou fôlego para investigar a relação entre a natureza e a técnica contida na instalação da válvula dispersora do açude, finalizado em agosto daquele ano.

Igualmente, não nos debruçamos sobre os impactos no açude e no rio dos aguaceiros de 1974. Embora já tenhamos estudado os contornos sociais do fenômeno, com as construções das vilas de casas para os desabrigados pela enchente nas cidades de Limoeiro do Norte, Jaguaruana e Aracati (SILVA, 2006), os desdobramentos ambientais da enchente e a relação do rio, dessa vez barrado por um Orós operacional e com sangradouro funcionado não foi por nós contemplada.

Por último, mas não menos importante, não nos debruçamos sobre a história dos perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe, mantidos pelos DNOCS entre 1974 e 1979. Entender seu projeto de criação numa época em que o Rio ainda não estava perenizado, o processo de implantação dos mesmos, suas rotinas de produção e, obviamente, os motivos de sua desativação são assuntos que ficaram para outros caminheiros de Clio, se assim, nestes, o interesse for despertado.

Assim, diante dos acertos e das deficiências desse trabalho, podemos dizer que o rio inaugurou outra temporalidade marcada pela incerteza a partir do momento em que não conseguiu, de imediato concretizar o ideário para o qual foi construído. Dito isto, ficou claro como sim, depois de Orós há outro Jaguaribe, ensaiado e vivido de forma diversa em toda sua complexidade, à montante ou à jusante da parede da barragem, inspirando sentimentos, experiências históricas e outros processos.

Para finalizar esse texto, gostaria de dizer que fui admitido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará em 2014. Depois de cursar um ano

de disciplinas, passei a pesquisar nos arquivos físicos e digitais em busca da documentação que ajudaria na confecção dessa tese.

Iniciei a jornada pela Biblioteca do DNOCS, pelas hemerotecas da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, da Associação Cearense de Imprensa e do Instituto do Ceará. Visitei também o setor de documentação da Biblioteca da Assembleia Legislativa e a Fundação Queiroz Jereissati onde tive acesso ao arquivo da jornalista Adísia Sá. De casa e de onde a conexão com a internet era eficiente consultei os jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e os anais e notas taquigráficas das sessões legislativas do Congresso Nacional e da Câmara Federal.

De posse da documentação, passei à escrita da tese. Era o fim do ano de 2015. Logo, pelo menos 80% desse texto foi escrito à sombra de um presente mordaz que a todos tem acompanhado desde agosto de 2016. Considero que, por muitas vezes, a força de um presente amargo, que me fez testemunhar o forte golpe pela qual tem passado a democracia brasileira marcou os caminhos da escrita desse texto e, por conseguinte, seu produto final.

Essa tese que já nascia sobre a marca da tragédia de Mariana, ocasionada pelo arrombamento da barragem de Fundão, ocorrida em novembro de 2015. Após atingir diversos municípios às margens do Rio Doce, ceifar a vida de 19 pessoas, sendo estas 18 mortos e 01 desaparecido, varrer do mapa o distrito de Bento Rodrigues e jogar no Rio Doce milhares de toneladas de rejeito de minério de ferro, foi extremamente simbólico olhar para o caso de Orós.

Longe de qualquer comparação – esse nunca foi a nossa intenção, o que ocorreu em Mariana serviu para adensar em meus pressupostos a experiência múltipla do tempo no que diz respeito à sua semântica e movimentos. Do presente, olhar para o passado e perceber no primeiro condições de possibilidades do segundo.

Mariana foi para mim uma espécie de real da ficção de Orós. As imagens das construções submersas, das edificações destruídas pela força das águas, os registros do que restou coberto pela lama e pelo barro serviu como recurso possível do presente para vislumbrar o passado. E guardadas as devidas proporções, busquei afastar os cataclismos. No entanto, houve algo do qual não consegui me afastar: a dor, proporcionada pelos desdobramentos dos dois eventos que em mim surgiu como uma espécie de interpretação do tempo, ao ver que mesmo separados no calendário por mais de cinquenta e cinco anos, ambos se repetiram no teatro da responsabilização, na busca pelos culpados e nas tentativas impetradas pelas elites financeiras e políticas de jogar as tragédias no esquecimento e na impunidade.

E quando o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff se tornou concreto e atirou o país nesse abismo no qual permanecemos caindo nos últimos três anos, o tempo presente marcou ainda mais a escrita desse trabalho.

Não é fácil escrever uma tese. E escrever em tempos de golpe fez essa árdua missão tornar-se mais difícil. O tempo presente que teima em ocultar o passado, funcionou como um chamamento à função social da escrita historiográfica, que mesmo se servindo de matéria pretérita, não pode em momento nenhum, pelo menos a nosso ver, afastar-se de uma tentativa de compreensão da atualidade. (SILVA, 2015, p. 47)

O perigo, no entanto, era se deixar oprimir pelo presente. E, reitero, não foi fácil se desvencilhar dessa armadilha. Tomo como exemplos as seguintes situações: quando pretendi estudar a “mitologia” do Orós, parti de um tempo em que o conceito de mito é tão mal utilizado; quando busquei entender a convocação de forças militares para intervenção e organização de departamentos governamentais civis, deparei-me, no tempo presente, com uma intervenção militar no Rio de Janeiro e com parte da sociedade desejosa e convencida do acerto de tal ação.

Sem perder as esperanças, agradeço a leitura e apregoo que não declino do desejo de liberdade (para ti, para mim e para as vítimas da injustiça!) e do sonho que ousei sonhar ainda nas primeiras páginas desse escrito que foi conhecer outras temporalidades que o Rio Jaguaribe passou a inspirar a partir das intervenções humanas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivos, Bibliotecas e Hemerotecas pesquisadas:

Arquivo Público do Estado do Ceará;

Biblioteca do DNOCS

Hemeroteca do Instituto do Ceará;

Hemeroteca da Biblioteca Governador Menezes Pimentel;

Hemeroteca José Oswaldo de Araújo - Associação Cearense de Imprensa.

Instituto Queiroz Jereissati

FONTES

Discursos Parlamentares

BRASIL. Discurso do deputado Martins Rodrigues relatando notícias dos efeitos da seca no Ceará. Diário do Congresso Nacional, Ano XIII, nº 28, p.902-903. 25 mar. 1958. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015

BRASIL. Discurso do deputado Alencar Araripe que solicita a publicação nos anais da casa a transcrição do ofício do DNOCS que responde sua solicitação de como estão as obras da açudagem pública no Ceará. Diário do Congresso Nacional. Ano XII, nº 439 p. 5766, 08 ago 1957 Seção I Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015

BRASIL. Discurso do deputado Martins Rodrigues discorrendo sobre o agravamento do flagelo da seca em decorrência do atraso do pagamento dos fornecedores. Diário do Congresso Nacional. Ano XIII, nº 180 p. 7928, 05 dez. 1957 Seção I Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015

BRASIL. Discurso do deputado Adahil Barreto falando sobre as indenizações do DNOCS para os processos de desapropriação de terras. Diário do Congresso Nacional. Ano XIII, nº 86 p. 3987-3988 , 27 jun. 1958 Seção I Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Discurso do deputado Ernesto Saboia tecendo considerações a respeito de visita feita ao Ceará e da situação da seca que assola o Estado. Ano XIII, nº 98, p. 4512. Diário do Congresso Nacional. 8 ago. 1958. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL, Discurso do Deputado Colombo de Souza que registra leitura do telegrama enviado pelo vigário de Acaraú pedindo ajuda para os flagelados da seca. Ano XII, nº 179, p.7514. Diário do Congresso Nacional, 27 nov. 1958. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Discurso do deputado Osires Pontes que solicita a publicação nos anais da casa a transcrição do discurso do Engenheiro José Candido Pessoa lido durante a inauguração do Açude Orós. Diário do Congresso Nacional. Ano XVI, nº 5 p. 180, 14 jan 1961 Seção I Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Deputado Martins Rodrigues solicita a constituição de comissão externa para inspecionar a zona flagelada pelas enchentes no Ceará. Aparte do Deputado Paulo Sarasate. Diário do Congresso Nacional. Ano XV, nº 41, p. 1841. 25 mar. 1960. Disponível em: [≤http://www.camara.gov.br/≥](http://www.camara.gov.br/) Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Deputado Martins Rodrigues. Considerações em torno da viagem feita ao Ceará. Ano XV, nº 41, p. 1909-1911. Diário do Congresso Nacional, 29 mar. 1960. Disponível em: [≤http://www.camara.gov.br/≥](http://www.camara.gov.br/) Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Deputado Paulo Sarasate relata o drama ocorrido em Orós e no Vale do Jaguaribe. Ano XV, nº 41, p. 1911-1914. Diário do Congresso Nacional, 29 mar. 1960. Disponível em: [≤http://www.camara.gov.br/≥](http://www.camara.gov.br/) Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Nordeste: o Semiárido. Senador Marco Maciel. Brasília, 1983. Disponível em: <http://goo.gl/23UAWx> Acesso em: 14 set. 2015

Documentos Oficiais

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. 28 de julho de 1961. p. 566

BRASIL. Constituição Federal. 1946.

BRASIL. Decreto nº 2.882 de 25 de janeiro de 1862. Coleção de Leis do Império do Brasil
CEARÁ. Mensagem 001/1961 de 15 de Março de 1961

BNB/ETENE (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste). A Sêca de 1958 – Consequências da seca e sugestões para minimizar seus efeitos. Fortaleza-CE, Ago. 1958.

IOCS. Relatório de 1912.

IOCS. Relatório de 1920.

IOCS. Relatório de 1921.

IOCS. Relatório de 1922.

IOCS. Relatório de 1929.

IFOCS. Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933. Tipografia Minerva. Fortaleza. 1934.

DNOCS. Boletim do DNOCS, nº 2, vol. 8, nov. 1958.

DNOCS. Boletim do DNOCS, nº 3, vol. 19, fev. 1959.

DNOCS. Boletim do DNOCS, nº 7, vol. 21, fev. 1960.

DNOCS. Boletim do DNOCS. nº 8, vol. 21, mai. 1960.

DNOCS. Relatório de 1958.

DNOCS. Relatório de 1959, Publicação nº 205, Vol. 1, Série II, M, Setembro de 1960. Rio de Janeiro, Guanabara – Brasil.

DNOCS. Relatório de 1960.

DNOCS, Relatório de 1964.

DNOCS. Relatório de 1965.

DNOCS. Relatório de 1980.

FALCÃO. Armando. O socorro do Governo às vítimas das inundações no Nordeste. Relatório. Brasília. Jul. 1960.

Entrevistados

Antônio Avani Almeida.

Francisco Nonato de Paula Chaves

José Camilo Filho

Hypérides Pereira de Macedo

Maria de Lourdes Alexandre

Jornais

Fortaleza

Correio do Ceará: 08 out. 1958, 17 out. 1958, 22 out. 1958, 04 dez. 1958, 29 dez. 1958, 31 dez. 1958, 10 abr. 1959, 21 ago. 1959, 12 set. 1959, 15 out. 1959, 22 mar. 1960, 23 mar. 1960, 28 mar. 1960, 29 mar. 1960, 30 mar. 1960, 05 abr. 1960, 06 abr. 1960, 07 abr. 1960, 08 abr. 1960, 19 abr. 1960, 03 maio 1960.

Gazeta de Notícias: 27 mar. 1960, 30 mar. 1960, 01 abr. 1960, 03 mar. 1960, 05 mar. 1960

O Povo: 07 jan. 1929, 26 mar. 1960, 04 abr. 1960, 10 abr. 1960, 04 jul. 1960, 09 jul. 1960, 12 jul. 1960, 21 jul. 1960, 09 ago. 1960, 05 set. 1960, 08 set. 1960, 19 set. 1960, 19 set. 1960, 13 jan. 1961, 03 fev. 1961, 05 fev. 1961, 16 fev. 1961, 01 mar. 1961, 02 mar. 1961, 29 mar. 1961, 03 abr. 1961, 12 abr. 1961, 14 abr. 1961, 17 abr. 1961, 18 abr. 1961, 22 abr. 1961, 30 abr. 1961, 04 mai. 1961, 16 jun. 1961, 03 jul. 1961, 07 jul. 1961, 27 jul. 1961, 29 jul. 1961, 29 jul. 1961, 31 jul. 1961, 19 set. 1961, 26 jun. 1963, 09 ago. 2017..

Tribuna do Ceará: 04 abr. 1960, 18 abr. 1960

Unitário: 02 abr. 1958, 09 abr. 1958, 18 abr. 1958, 19 abr. 1958, 24 abr. 1958, 25 abr. 1958, 27 abr. 1958, 01 jun. 1958, 17 out. 1958, 10 jan. 1960, 22 jan. 1960, 11 fev. 1960, 17 fev. 1960, 21 fev. 1960, 26 fev. 1960, 28 fev. 1960, 10 mar. 1960, 19 mar. 1960, 23 mar. 1960, 27 mar. 1960, 28 mar. 1960, 29 mar. 1960, 30 mar. 1960.

Rio de Janeiro

Correio da Manhã: 30 mar. 1960, 31 mar. 1960, 01 abr. 1960, 02 abr. 1960, 03 abr. 1960, 06 abr. 1960, 07 abr. 1960, 09 abr. 1960, 21 abr. 1960, 23 abr. 1960, 24 abr. 1960, 29 abr. 1960, 09 jun. 1960, 29 jun. 1960, 30 jun. 1960, 06 jul. 1960.

Diário da Noite: 22 abr. 1960

Última Hora: 01 abr. 1960, 02 abr. 1960.

BIBLIOGRAFIA

1. Livros.

AB'SABER. Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil – potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

ALVES, Joaquim. **História das Sêcas.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001

ANDRADE, Manoel Correia de. **O Rio Mamanguape**. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB. Conselho Estadual de Cultura, 1987.

ARARIPE. Tristão de Alencar. **História da província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850**. Coleção História e Cultura, dirigida pelo Instituto do Ceará. Fortaleza: Tipografia Minerva, 2ª ed. 1958.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. (Trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza). 9ªed. Rio de Janeiro, Betrand Brasil. 1993.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república: das origens a 1889**. São Paulo, Alfa-Omega, 1986

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie: escritos escolhidos**, introd. Willi Bolle, trad. Celeste H. M. Ribeiro de Sousa, São Paulo: Cultrix, 1986.

_____ **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEZERRA, Antônio. **Algumas Origens do Ceará**. Defesa do desembargador Suares Rimão a vista dos documentos do seu tempo, 2009.

BEZERRA, Evandro. **O Rio São Francisco – a polêmica da transposição**. Fortaleza: Seri&A Gráfica, 2002.

BEZERRA, Evandro. **O centenário do DNOCS e a convivência com a seca**. Fortaleza-CE: DNOCS, 2009. (Série ConViver, 5.);

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Durval Rosa. **Rio Araguaia Corpo e Alma**. São Paulo: IBRASA. Editora da USP, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BRASIL, Tomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Tomo I. Typografia B. de Matos, rua da paz, 7. 1863.

BUCKLEY Eve E. **Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century**. Chape Hill. University Of North Carolina Press, 2017.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da Seca: Sertanejos, Retirantes e Operários (1877- 1880)**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

CAPANEMA, Guilherme Schurch de. **Estudos sobre a seca**. Apresentação de Kenia S. Rios. Fortaleza: Museu do Ceará, Sec. de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2006.

CARVALHO, Emanuel Rocha. **Barragens de Curema e Mãe D'água. Nos bastidores da construção.** João Pessoa, Edição do autor, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

COMITÊ BRASILEIRO DE BARRAGENS. **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens / [coordenador, supervisor, Flavio Miguez de Mello; editor, Corrado Piasentin].** - Rio de Janeiro: CBDB, 2011.

CRUZ, Elisângela Martins da Silva. **Açude Cedro. Mitos e verdades. Os verdadeiros responsáveis pela construção do açude de Quixadá.** Fortaleza: ABC Editora, 2006.

CULLEN, Allan. **Rios Prisioneiros. A história das barragens.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1964. Col. Universo Maravilhoso. Vol. 01

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo.** Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DE CERTEAU, Michel. **História e psicanálise. Entre a ciência e a ficção.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autentica, 2016.

DENIS, Ferdinand. **Brésil,** par M. Ferdinand Denis; Paris, Firmin Didot frères, éditeurs, [1837]

DNOCS. Orós: **Açude da Esperança.** Nov. 1959.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ESTEVAM NETTO, José. **O DNOCS – ontem e hoje –, sustentáculo da nascente civilização da seca.** Fortaleza-CE: DNOCS, 1987;

FARGE, Arlette. **Lugares para a história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FREIRE ALEMÃO, Francisco. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão,** Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, Sec. de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2006.

FERREIRA NETO, Cicinato. **Estudos de História Jaguaribana. Documentos, notas e ensaios diversos para a história do médio e Baixo Jaguaribe.** Fortaleza: Prêmios, 2003.

FEBVRE, Lucien. **O Reno. História, mitos e realidades.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

GARDNER, George. **Viagens pelo Brasil. Principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1841.** Col. Brasiliana. Série 5ª. Vol. 223. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões; continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos.** Brasília, IPEA, 2001;

- GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca: o Nordeste é uma história mal contada**. Fortaleza: DNOCS, 1981;
- GUERRA, Phelipe; GUERRA, **Theophilo**. **Seccas contra a secca**. 4a ed. Mossoró: FRV/Fundação Guimarães Duque, 2001(Col. Mossoroense, série C, v.1.203);
- GUERRA, Otto. **21º Livro das secas**. Coleção Mossoroense. Série C. Volume CDLXIII. Rio Grande do Norte. 1989;
- HARTOG. François. **Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte. Autêntica editora, 2013.
- HOBBSAWM. Eric e RANGER, Terence (orgs.) **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HONÓRIO. Erotilde, **O despertar da memória: as narrativas dos excluídos da terra na construção do Açude Orós**. Fortaleza: SECULT, 2006.
- JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **Primórdios da urbanização no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC; Editora do Banco do Nordeste do Brasil, 2012
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: uma contribuição para a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC RIO, 2006.
- _____. **Estratos do Tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC RIO, 2014.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Fortaleza: ABC. 2003.
- LAMPEDUSA. Giuseppe Tomasi de. **O Leopardo**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo. Editora UNESP, 2000.
- LEITE. Pedro Sisnando. **A tragédia do Orós – Documento Histórico**. Fortaleza: Gráfica LCR, 2009.
- LEITE, Ana Cristina Teixeira. **O Algodão no Ceará. Estrutura fundiária e capital comercial. 1850-1880**. Sec. Cultura-CE, Fortaleza, 1994.
- LE GOFF. Jacques. **Reflexões sobre a História**. Lisboa: Edições 70, s/d.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre Arvores e Esquecimentos, história social do sertão**. Brasília: Paralelo 15, 1996
- _____. **Os historiadores e os rios. Natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15, Editora da UNB,1999
- LIMA, Abelardo Costa. **A tragédia de Orós e o município de Aracati**. Editora Jurídica. Fortaleza, Ceará. 1960
- MAIA, Luciano. **Jaguaribe: Memória das Águas**. São Paulo. Escrituras editora. 2005. 7ª ed.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

- MARTINS, Lúcia Fernandes. **Nada de novo sobre o sol**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1996. Col. Alagadiço Novo.
- MELLO, Flávio Miguez de. **Episódios da engenharia (e da política) no Brasil**. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro de Barragens, 2014.
- MENESCAL. Rogério de Abreu et ali. Acidentes e incidentes de barragens no Estado do Ceará. In: MENESCAL. Rogério de Abreu (org.) **A segurança de barragens e a gestão dos recursos hídricos no Brasil**. Brasília: PROÁGUA, 2005.
- MENEZES, Valdy Ferreira. **Cravos e Santas**. Fortaleza: Premius, 2015
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- NIEPCE. Núcleo Independente de Estudos e Pesquisas do Ceará. **O DNOCS e o novo Nordeste: uma perspectiva histórica, 1909- 1984**. Fortaleza-CE: DNOCS, 1985.
- NOBRE. Francisco Silva. **1001 cearenses notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Ed., 1996.
- ORWELL, George. **1984**. 23. ed. Tradução de Alexandre Hubner e Heloísa Jahn. São Paulo: Claro Enigma, 2010.
- PAULINO. Meirismar Augusto. **Orós**. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1981;
- PINHEIRO, Luiz Carlos Martins. **Orós, o açude da esperança**. Rio de Janeiro, DNOCS, 1960.
- PINHEIRO. Maria Eva Holanda Torres. **Jaguaribe, meu berço, minha terra natal: a catástrofe de 1960**. Fortaleza: Premius, 2008.
- POMPONET, André Silva. **100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas**. Conj. & Planej., Salvador, n.162, p.58-65, jan./mar. 2009;
- QUEZADO. José Alves. **Orós. Símbolo do desajustamento do DNOCS**. Fortaleza, julho de 1958, p. 37.
- QUEIROZ, Rachel. de. **O Quinze**. 77ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- RAMOS. Francisco Régis LOPES. **O fato e a fábula. O Ceará na escrita da História**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Record, 1981
- RAMOS, Andrea Malheiro; DOS SANTOS, Luiz André Rodrigues; FORTES, Lauro Tadeu Guimarães. **Normais Climatológicas do Brasil (1961 - 1990)**, Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Edição Revista e Ampliada, Brasília-DF, 2009.
- REVEL, Jaques. **Jogos de Escala. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1998.
- RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2006.
- RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SILVA, Renán. **Lugar de Dúvidas. Sobre a prática da análise histórica. Brevário de inseguranças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- SOUZA, Simone (org.). **História do Ceará. Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- ROSADO, Vingt-um (org) **Memorial da Seca. Mossoró, 1981**, Coleção Mossoroense – Volume CLXIII.
- SARASATE. Paulo. **“O Rio Jaguaribe é uma artéria aberta.” Apontamentos sobre a vida e a obra literária de Demócrito Rocha**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos. 1968.
- SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Através da Bahia - Excertos da obra Reise in Brasilien**. Traduzidos para português pelos Drs. Pirajá da Silva e Paulo Wolf. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- STEINBERG, Ted. **Acts of God : The Unnatural History of Natural Disaster in America** (2). Cary, GB: Oxford University Press, USA, 2006.
- STUDART, Barão de. **Diccionario Bio-Bibliografico Cearense**. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor. 1910.
- TÁVORA. Juarez, **Uma vida e muitas lutas. Memórias. Da planície à borda do altiplano**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Ed. e Livraria José Olympio, 1974. Vol. 1.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural. Mudanças de atitudes relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VIEIRA JÚNIOR. Antonio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes. História da família no sertão (1850-1980)**. Fortaleza. Edições Demócrito Rocha, Hucitec. 2004.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade. Na história e na literatura**. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.
- WORSTER, Donald. **The end of the Earth: perspectives on modern environmental history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- 2. Artigos e capítulos em livros.**
- ABREU, Capistrano de. **Sobre uma história do Ceará**. In: *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2004.
- ANDRADE E CASTRO, Francisco Alves de. **“Prefácio”**. In: Núcleo Independente de Estudos e Pesquisas do Ceará-NIEPCE. O DNOCS e o novo Nordeste: uma perspectiva histórica, 1909-1984. Fortaleza-CE: DNOCS, 1985. p. 09-32;
- AZEVEDO. Cecília. **A América Latina em Foco: política externa e debates intelectuais nos Estados Unidos**. In: *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Org. Rachel Soihet... [et al.]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 185-203.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica.** In: CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DAVIS, Mike. **Cidades Mortas: uma história natural.** In: Cidades Mortas. Rio de Janeiro. Record, 2007. p. 411-455

FUNES. Eurípedes Antonio. **Sertão Cerrado.** In: Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil. DUTRA E SILVA. Sandro, PIETRAFESA. Jose Paulo, FRANCO. José Luiz Andrade, DRUMMOND. José Augusto, TAVARES. Giovana Galvão. Goiânia: Ed. da PUC Goiás / Gráfica e Editora América, 2013. 125-142.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário.** In: _____. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179

LE GOFF. Jacques. **As mentalidades: uma história ambígua.** In: LE GOFF, Jacques. História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LOVATTO, Angélica. **Leôncio Basbaum.** In: SECCO, Lincon e PERICÁS, Luiz Bernardo. Intérpretes do Brasil. Clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo, Boitempo editoria, 2014.

POMPEU SOBRINHO, Thomas. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XXXI. 1927.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. **Agricultura e Modernização sócio-espacial em Limoeiro do Norte.** In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Orgs). Modernização Excludente. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, p. 83-108.

OLIVEIRA. Gabriel Pereira. **Um pedaço do rio que não existiu. A transposição do São Francisco em meados do século XIX.** In: Natureza e Cultura. Capítulos de história social. Eurípedes Funes. Kênia Rios. Ana Isabel Cortez. [et. al]. Fortaleza: Expressão gráfica editora, 2013. pp. 179-188

WORSTER. Donald. **Pensando como um rio.** In: ARRUDA, Gilmar. A natureza dos rios. História, Memória e território. Curitiba. Editora UFPR, 2008.

3. Artigos em Revistas.

AZEVEDO. Cecília. **Guerra à pobreza: EUA, 1964.** Revista de História 153 (2º - 2005), p. 305-323.

BRASIL, Tomaz Pompeu de Sousa. **Mais uma palavra sobre os observatórios do Dr. Viriato.** Revista do Instituto do Ceará, 1877.

CAMPOS. José Nilson Bezerra Campos. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos.** Estudos avançados. USP. Vol. 28. Nº 82, 2014.

DELUMEAU, Jean. **Uma pesquisa histórica sobre o medo: razões, explicações e conclusões.** In: Revista Multitextos CTCH nº 03. PUC: Rio de Janeiro, 2006. p. 09-15.

DRUMMOND. José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 04, nº 08, 1991, p. 177-197.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional.** Rio de Janeiro, Estudos Históricos nº 1, 1988, pp. 5-27

- GONDIM, Joaquim Guedes Correia. **Açude Público Orós – Potência a Instalar**. Boletim do DNOCS. Junho de 1965. Vol. 23. Nº 12. p.233-243.
- HARTOG. François. **Tempo e patrimônio**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.
- HARTOG. François. **Regime de Historicidade** [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>>
- INSTITUTO DO CEARÁ. **Atas das sessões**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, nº 100. Jan/Dez 1980.
- LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Revista projeto História, SP, n. 17, 1998.
- MARTINEZ. Paulo Henrique. **Brasil: desafios para uma história ambiental**. Nômadias. No. 22. Abril 2005. Universidad Central – Colombia. p. 26-35.
- NEVES, Frederico de Castro. **Caridade e controle social na Primeira República (Fortaleza, 1915)** Estudos Históricos. Vol.27 nº. 53. Rio de Janeiro Jan./June 2014. Acesso em 17 out. 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862014000100006>
- NEVES, Frederico de Castro. **A seca na literatura: José do Patrocínio e seca de 1878 no Ceará**. Revista Tempo, dezembro de 2006.
- DANTAS, Sullivan Pereira; CASTELO BRANCO, Kauberg Gomes; BARRETO, Lucas Lopes; FERNANDES DA COSTA, Luis Ricardo; DAMASCENO, Marília de Fátima Barros; SALES, Marta Celina Linhares. **Análise da distribuição dos recursos hídricos do açude Orós: bacia hidrográfica do Jaguaribe/ce –brasil** Revista Geográfica de América Central, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-11. Universidad Nacional Heredia, Costa Rica.
- PIRIS, Eduardo Lopes. **Ethos e pathos na primeira página do jornal**. Estudos Linguísticos, São Paulo, 40 (3): p. 1292-1302, set-dez 2011
- POMPEU SOBRINHO, Thomas. **O fator moral na construção de grandes açudes**. Revista do Instituto do Ceará - ANNO XLVII – 1933. Disponível em ≤ <http://goo.gl/jLrCRV> ≥ Acesso em 16 ago. 2015
- O'MEARA, P. **A irrigação no Vale do Jaguaribe**. Revista do Instituto do Ceará, Tomo. 32, 1918.
- RIBEIRO, Raymundo Francisco. **Breve noticia do Valle do Jaguaribe**. Revista do instituto do Ceará. Tomo XXXII. 1920. pp. 331-350
- SEDREZ, Lise e MAIA, Andrea Casa Nova. **Enchentes que destroem, enchentes que constroem: natureza e memória da Cidade de Deus nas chuvas de 1966 e 1967**. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. nº 8, 2014, p. 183-199.
- SOARES, Hidelbrando dos Santos. **Elementos para uma Geografia Histórica do Baixo Jaguaribe**. Rev. Propostas Alternativas. Fortaleza – CE: IMOPEC, 2000.
- WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Estudos históricos, v. 4 nº 8 p. 198-215, 1991

4. Monografias, teses e dissertações.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Retóricas do Atraso e da Crise. Ceará (1916-1930)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.

BASTOS, José Romário Rodrigues. **Natureza, tempo e técnica: Thomaz Pompeu de Souza Brasil e o século XIX**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)** Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013

FREITAS, Norma Sueli Semião. **Os “Soldados de Cristo”: Igreja e migração para a Amazônia em tempos de guerra. (1942-1943)**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. **Engenharia Imperial: O Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro, 2002.

MELO, Francisco Egberto de. **Práticas de clientelismo, educação planejada e sonho da redenção humana em torno do PLAMEG – Plano de Metas do Governo Virgílio Távora (Ceará, 1963-66)** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação do Ceará. Fortaleza. 2013.

MONTE, Francisca Sylvania de Sousa. **O Uso e o controle das águas no processo de modernização do estado do Ceará. O caso da barragem do Castanhão. 2005**. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em planejamento urbano e regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

MONTEIRO, Renata Felipe. **Um monumento ao sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude Cedro (1884-1906)**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2012.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Juscelino Kubistchek: mitos e mitologias políticas do Brasil Moderno**. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, SP. 2001.

MORAES, Kleiton de Sousa. **O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918)**. Dissertação apresentada no programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira. **O rio e o caminho natural: propostas de canais de São Francisco, aspectos físicos, fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846-1886)**. Dissertação apresentada no programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

PAULA, Karuna Sinduh de. **Travessia por “terceira margens” de um Rio: Natureza e Cultura no Rio Jaguaribe (Séculos XIX – XX)**. Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas**. Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas. 2000.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. **O espaço a serviço do tempo: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará**. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

ROCHA, Gabriel dos Santos Cruz. **Desvio de rios para a construção de barragens**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Hidráulica e Sanitária da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, José Felipe Oliveira da. **“A árvore da vida”: ciência, natureza e tempo nos estudos sobre a carnaúba no Ceará oitocentista**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Pós-graduação em História da História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. **Nos caminhos das memórias, nas águas do Jaguaribe. Narrativas sobre as enchentes em Jaguaruana-CE (1960, 1974, 1985)**. Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, 2006.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. **Entre a poeira e as águas A cheia de 1985 em Jaguaruana-CE**. Monografia (Graduação em História) – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Limoeiro do Norte-Ce. Universidade Estadual do Ceará, 2003.

ZEN, Eduardo Luiz. **Movimentos sociais e a questão de classe: um olhar sobre o movimento dos atingidos por barragens**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

5. Portais Eletrônicos e Anais de Eventos científicos

BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira. <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>

COGERH. Companhia de Recursos Hídricos do Estado do Ceará. <http://www.hidro.ce.gov.br/>

CAMARA DOS DEPUTADOS. Boletins, Diários e Anais. <http://imagem.camara.leg.br/diarios.asp>

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. MAB: Uma história de lutas, desafios e conquistas. São Paulo, MAB, 2002. <http://www.mabnacional.org.br/>

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. <https://www.institutodoceara.org.br/revista.php>

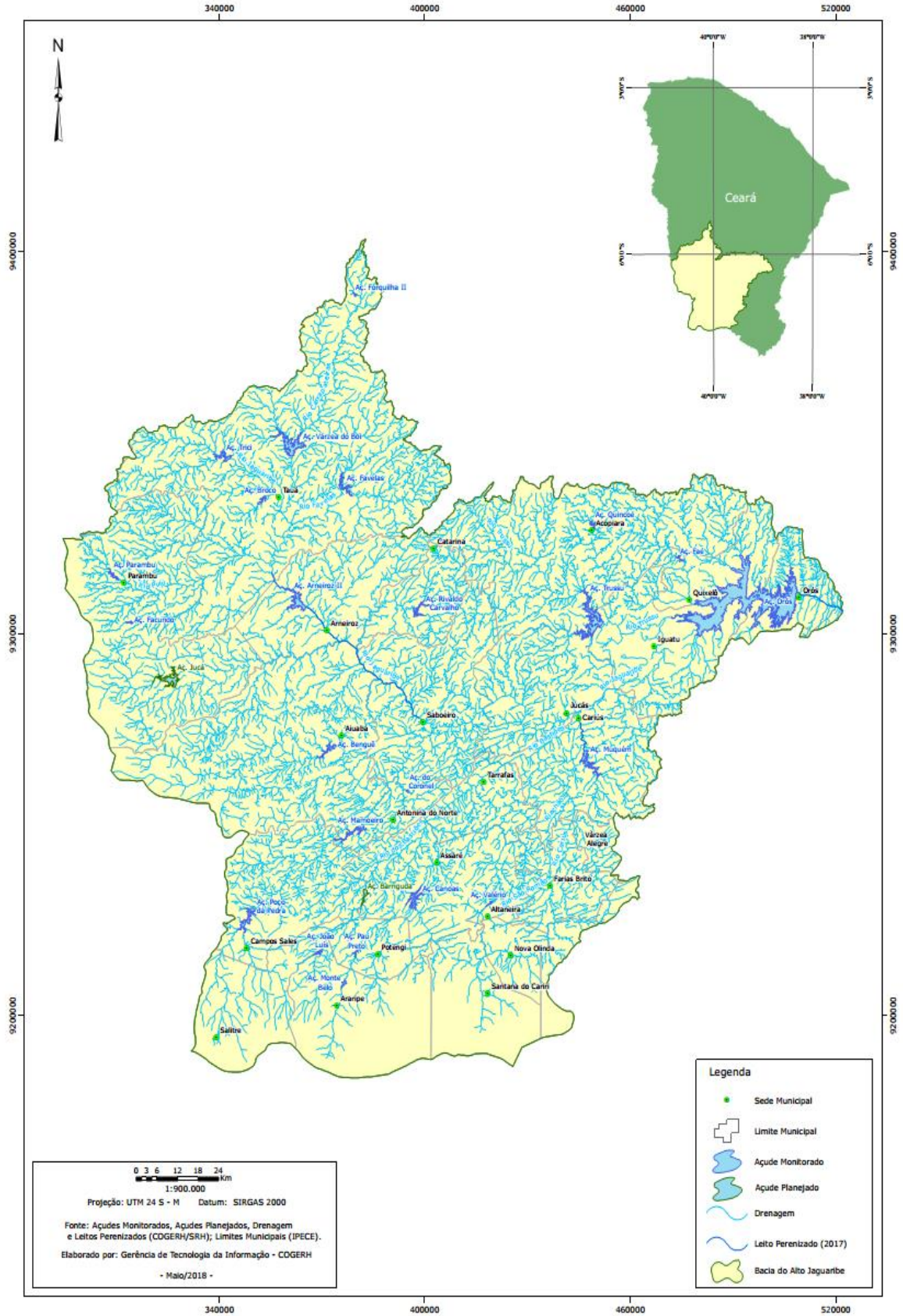
SILVA, Ubirajara Patrício Álvares da. COSTA, Antônio Martins da. LIMA, Gianni Peixoto B. & LIMA, Berthyer Peixoto. **A experiência da alocação negociada de água nos vales do Jaguaribe e Banabuiú**. ANAIS. VIII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, 2006, Gravatá, PE: ABRH.

ANEXOS

Anexo I

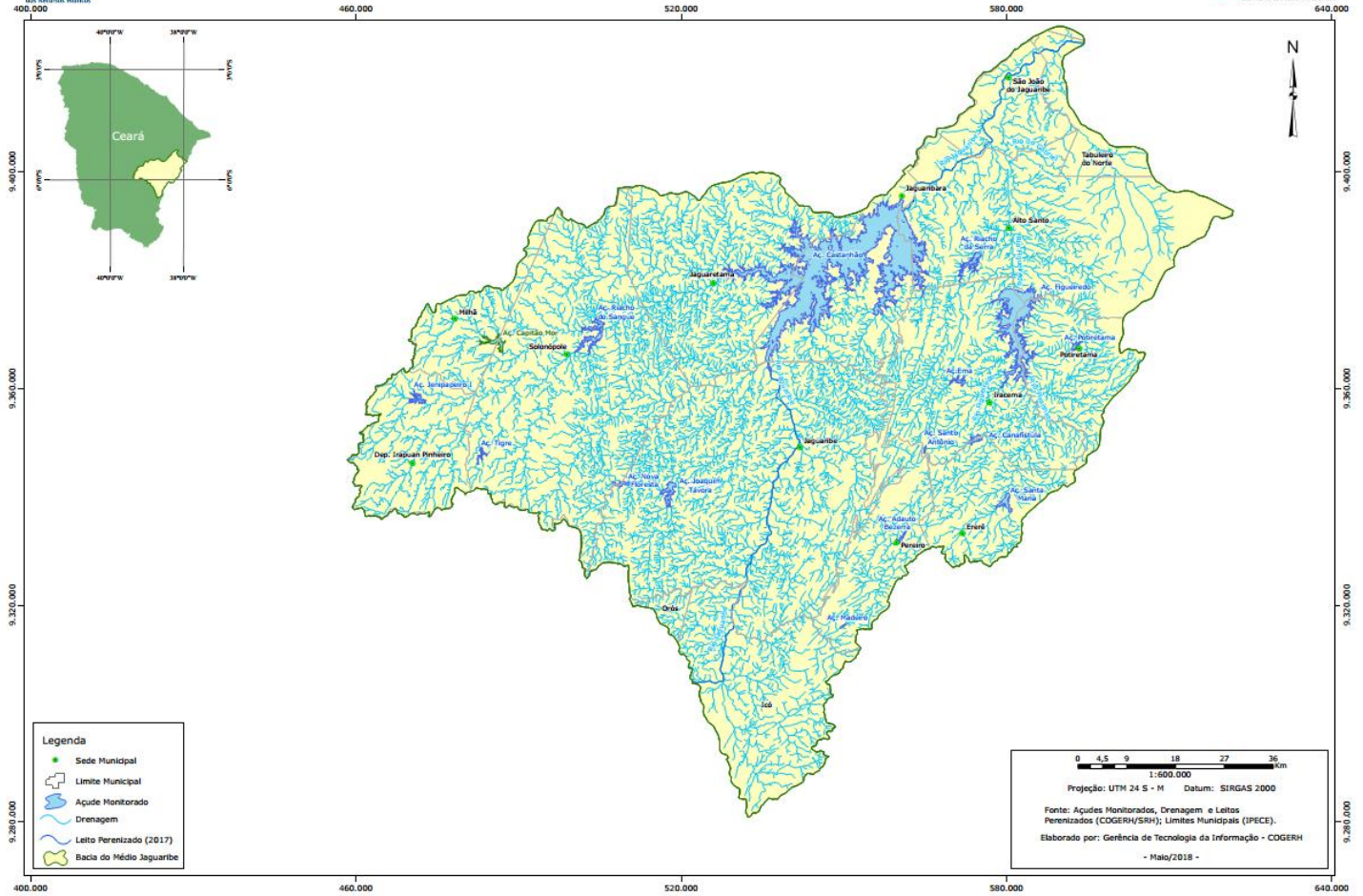


BACIA DO ALTO JAGUARIBE

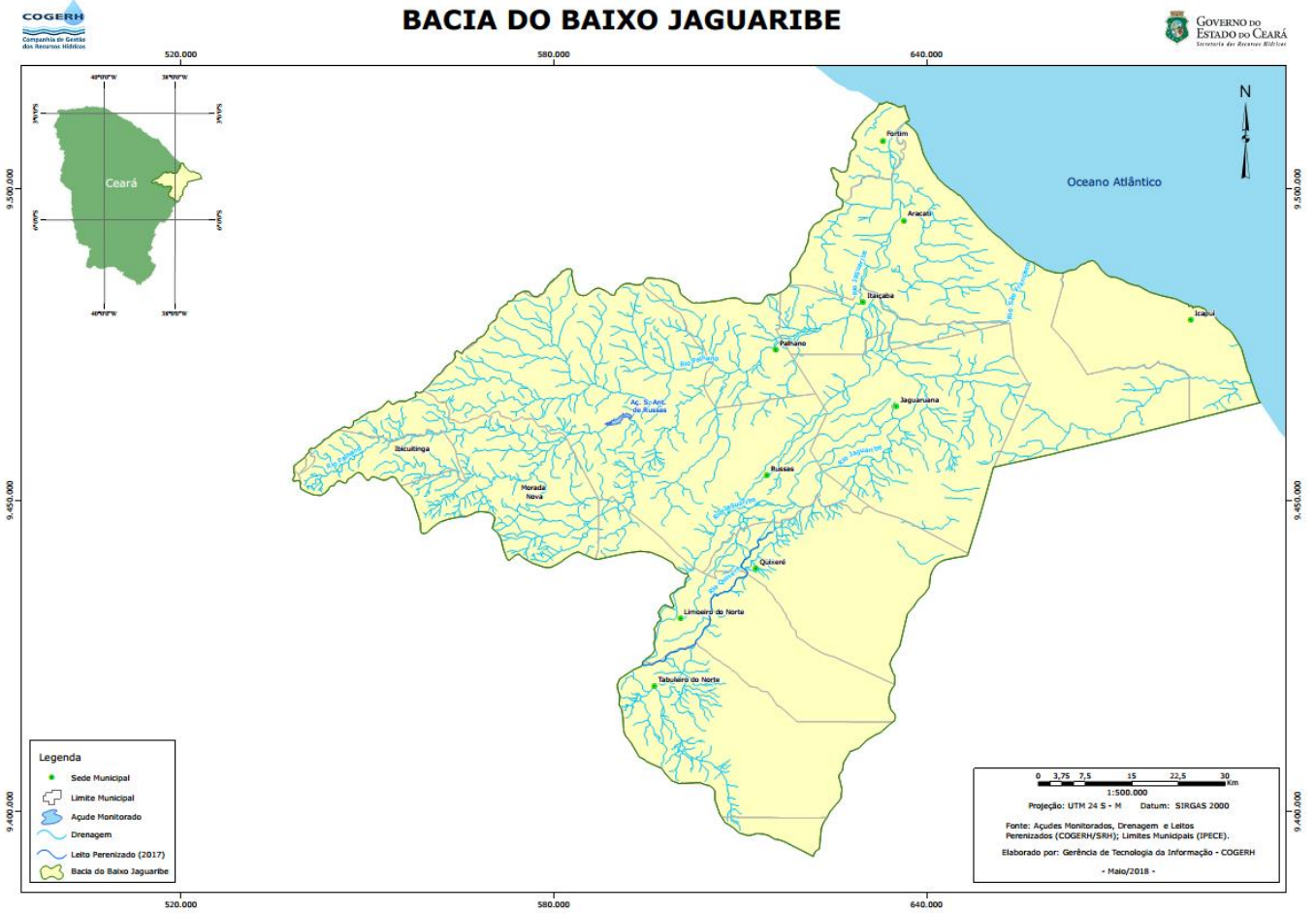


Anexo II

BACIA DO MÉDIO JAGUARIBE



Anexo III



Anexo IV

